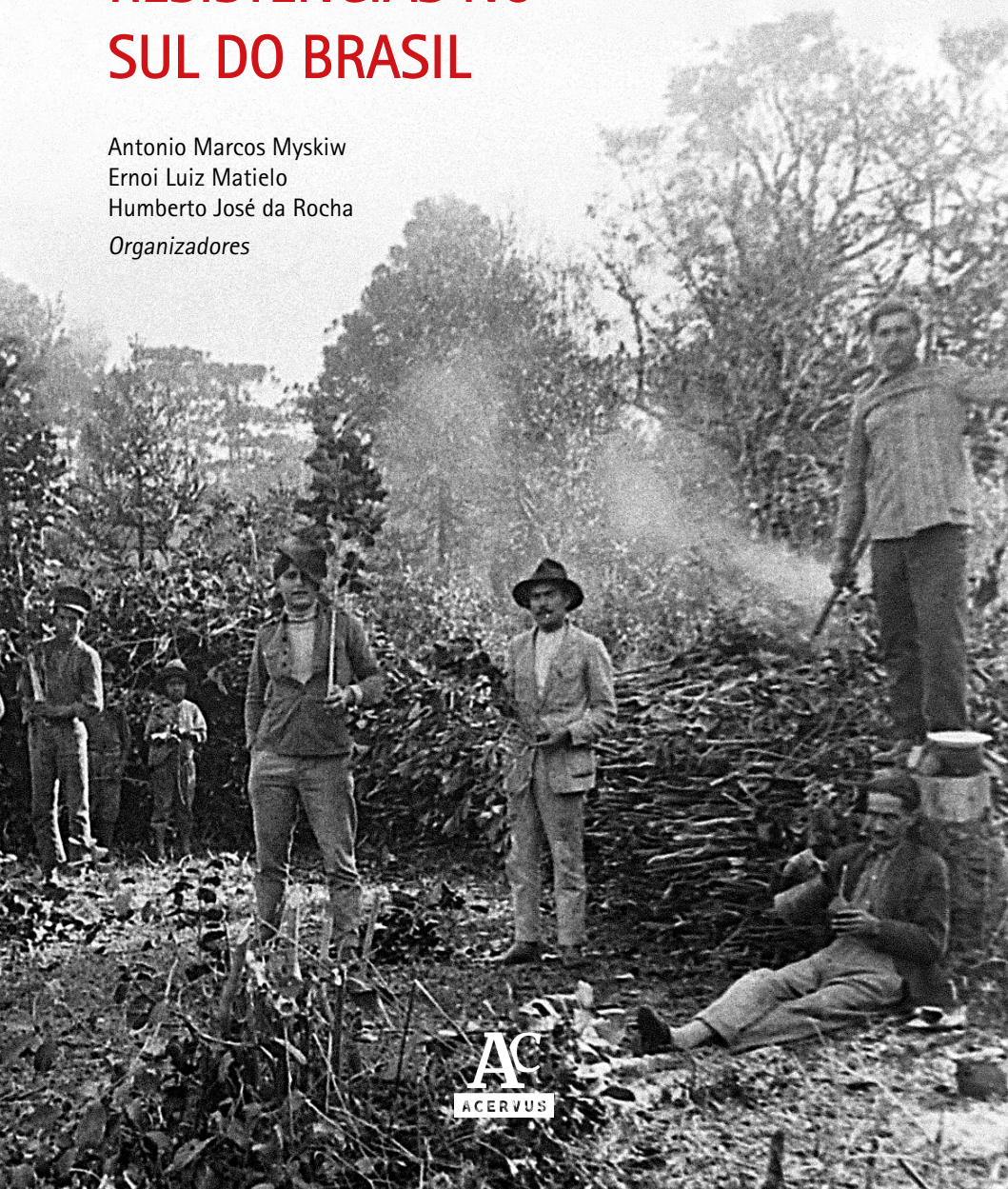


TERRITÓRIOS, MEMÓRIAS E RESISTÊNCIAS NO SUL DO BRASIL

Antonio Marcos Myskiw
Ernoí Luiz Matielo
Humberto José da Rocha
Organizadores



© Dos Autores, 2026
Todos os direitos reservados.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998).

Editoração e Capa

Alex Antônio Vanin

Preparação dos originais

Karine Calza Costacurta

Projeto Editorial

Acervus Editora

Imagens da 1ª e 4ª Capa

Sapeco da erva-mate em São Miguel da Roseira, em 1928. À direita, em pé, Jeca Portes; Caboclos do Contestado após a rendição. Canoinhas, janeiro de 1915. Ambas as imagens são de autoria de Claro Gustavo Jansson e foram cedidas pela Família Jansson para integrar a obra *A Linha da Memória* (2024) e múltiplas obras de Ernoy Mattiello.

Conselho Editorial

Alexandre Saggiorato (UPF)
Athany Gutierrez (UFFS – Passo Fundo)
Cristina Moraes (UDESC)
Diego Ferreto (UNISANTOS)
Eduardo Knack (UFCEG)
Eduardo Pitthan (UFFS – Passo Fundo)
Erkan Akdogan (Ankara Üniversitesi/Turquia)
Federica Bertagna (UniVR – Itália)
Felipe Cittolin Abal (UPF)
Helion Póvoa Neto (UFRJ)
Humberto da Rocha (UFFS – Erechim)
José Francisco Guelfi Campos (UFMG)
João Carlos Tedesco (UFFS – Chapecó)
Liz Brewster (Lancaster University/Reino Unido)
Marta Chiappe (UdelAR – Uruguai)
Roberto Georg Uebel (ESPM)
Vinícius Borges Fortes (ATITUS)

CIP – Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

T327 Territórios, memórias e resistências no Sul do Brasil
[recurso eletrônico] / Antonio Marcos Myskiw, Ernoy Luiz Matiello, Humberto José da Rocha, organizadores. –
Passo Fundo : Acervus, 2026.
10 MB ; PDF.

Inclui bibliografia.
ISBN: 978-65-5230-081-2.

I. História - Brasil. Sul. 2. Memória. 3. Território nacional - Brasil, Sul. I. Myskiw, Antonio Marcos, org. II. Matiello, Ernoy Luiz, org. III. Rocha, Humberto José da, org.

CDU: 94(816)

Bibliotecária responsável Jucelei Rodrigues Domingues - CRB 10/1569

ACERVUS EDITORA

Av. Aspirante Jenner, 1274 – Lucas Araújo
Passo Fundo | Rio Grande do Sul | Brasil
Tel.: (54) 99676-9020
acervuseditora@gmail.com
acervuseditora.com.br

Antonio Marcos Myskiw
Ernoí Luiz Matielo
Humberto José da Rocha
Organizadores

TERRITÓRIOS, MEMÓRIAS E RESISTÊNCIAS NO SUL DO BRASIL



PASSO FUNDO
2026

Sumário

Apresentação	9
Cemitério Redondo: patrimônio caboclo no caminho das tropas nos altos catarinenses	23
Ernoi Luiz Matielo Humberto José da Rocha	
A exploração ervateira na fronteira argentino-brasileira em Misiones (1876–1910)	53
Bruno Aranha	
Caboclos e colonos no Faxinal do Tigre: rupturas e transformações na paisagem (décadas de 1910 a 1945)	71
Angela Regina da Silva Sulsbach Marlon Brandt	
Monarquia e República: leis brasileiras que ampliaram a exclusão dos povos do Contestado	91
Jucemar Antonio Souza da Luz	
Espaço rural, ruralidade e transformação da paisagem no núcleo colonial de Nova Teutônia (1920–1960)	107
Maicoln Viott Benetti	

Entre a liberdade e a exclusão: o caso Jeronymo e a experiência negra no pós-abolição em Palmas/PR	129
Carlos Eduardo Cardoso	
Capitalismo e fronteira: uma proposta de estudo sobre a precarização do trabalho (i)migrante no Brasil (2019-2024)	161
Edinei Marcos Grison	
Marcas e migrantes: uma leitura arqueológica da paisagem do garimpo na Amazônia Setentrional - Território de Roraima (1960-1980)	181
Rosângela Maria Bezerra da Costa	
Interdisciplinaridade e a interlocução com a imigração africana e a relação de trabalho em Capinzal/SC	225
Samara Leorato	
Entre desafios e mobilizações: as caravanas de Lula pelo Brasil de 1993 a 2018	239
Cesar Capitano	
A mística do MST e a música de Cenair Maicá no Instituto Educar	259
Miguelângelo Corteze Antonio Marcos Myskiw João Carlos Tedesco	
A escola como rugosidade: primeira casa familiar rural de Santa Catarina de Quilombo	285
Alex Ruan Vedovatto Kucmanski	

Retalhos que contam: entrelaçando experiências no ensino de Ciências Humanas com o uso de Literatura para crianças	299
Gerson Junior Naibo Janaina Gaby Trevisan	
Sobre os Autores	313

Apresentação

Seguidamente, entre uma aula, banca de qualificação ou defesa, diálogos com alunos e outros docentes do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Chapecó, volto meus pensamentos à contribuição à escrita e reescrita da história que, ao longo dos 10 primeiros anos de funcionamento do PPGH (2016 a 2026), conseguiu-se produzir e disponibilizar à sociedade: 109 dissertações de mestrado, além de uma infinidade de artigos científicos, capítulos de livros, livros e adaptações de pesquisas ao formato de documentários, nascidos a partir das dissertações ou produzidos durante o desenvolvimento da pesquisa em parceria com seus orientadores, ou ainda, artigos nascidos de provocações e/ou debates realizados durante as aulas ministradas por docentes do PPGH em diferentes temáticas das linhas de pesquisas e área de concentração do PPGH/UFFS. Enorme avanço científico foi dado ao estudo das Colônias Militares no Sul do Brasil, ao estudo da Guerra do Contestado e o pós-Guerra do Contestado, ao estudo da colonização do Oeste de Santa Catarina e a atuação das empresas de colonização na comercialização de terras e a repulsão e expulsão de populações

caboclas e indígenas das áreas de terras de interesse das colonizadoras em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, ou ainda, da potente contribuição ao estudo dos movimentos sociais rurais e ao estudo da história ambiental e da natureza a partir do olhar sobre a história da agricultura e das práticas agrícolas no passado e no presente.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), fundação atrelada ao Ministério da Educação (MEC), além de acompanhar de perto o funcionamento dos Programas de Pós-Graduação no Brasil, contribui com aporte de recursos e bolsas de pesquisas a docentes e estudantes (assim como fazem o CNPq e as fundações de apoio regionais). Por sua vez, exige aos programas, docentes e discentes, que haja a socialização do saber produzido, como contrapartida à sociedade. Uma das formas de socialização é a participação dos autores de textos em eventos científicos na área de atuação, comumente organizados por grupos de pesquisas, programas de pós-graduação ou entidade de representação discente ou docente. Participar de conferências, mesas de debate, mesas redondas ou sessões de comunicação oral são as formas mais comuns de socialização do saber produzido, momento esse, de grande relevância por oportunizar o debate, a troca de saberes e a possibilidade de alargar o horizonte da pesquisa no mesmo tema ou ao sabor de novas fontes documentais.

Os artigos que constam nesta coletânea são frutos, em sua maioria, de estudos realizados por mestrandos e doutorandos do PPGH/UFFS, em alguns casos em parceria com seus orientadores, como resultado de trabalho de final de disciplinas eletivas ou obrigatórias do PPGH, melhorados e ajustados após o retorno dos textos, lidos e rabiscados pelos docentes das componentes curriculares. No formato de Simpósios Temáticos, esses textos foram apresentados e debatidos no Simpósio “Territórios, Memória, Reexistências e Patrimônio”, realizado entre os dias 23 a 25 de março de 2026, na UFFS, Campus

Chapécó. A ideia de se produzir uma coletânea de textos no formato de livro já havia sido veiculada a algum tempo, mas tomou fôlego e ânimo durante a realização do Simpósio.

A organização de eventos científicos desempenha um papel estratégico ao criar espaços para o debate do contraditório, essencial para que o conhecimento não seja visto como verdade definitiva. Esses encontros, no formato de Simpósio, Seminário ou Conferências, funcionam como uma arena onde a cultura voltada para a socialização da ciência floresce, permitindo que diferentes atores — pesquisadores, estudantes e a sociedade organizada — discutam temas de diferentes áreas do conhecimento e, também, dar visibilidade aos investimentos em Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) na forma de projetos de pesquisas, extensão, cultura e ensino. Em vez de apenas apresentar resultados, eventos bem estruturados fomentam o diálogo necessário para que a produção científica seja contextualizada em sua dimensão histórica, política e social.

A divulgação científica no formato de Simpósio, que resultam em coletânea de textos é imprescindível para transformar o cidadão em sujeito de sua própria história, superando a “obediência cívica” gerada pela ausência de saber. Socializar e democratizar o conhecimento é, portanto, um ato político e libertador que possibilita a sociedade ter acesso a saberes que, direta e indiretamente, contribuem nos processos decisórios local, regional e nacional. A publicação de coletâneas de textos temáticos atua como um recurso de memória científica e construção de uma cultura científica cidadã. Ao reunir diversas perspectivas sobre um mesmo tema, essas obras combatem a fragmentação da informação e oferecem o tempo de reflexão necessário para a formação qualificada da opinião pública. Tais publicações são fundamentais para evidenciar as relações entre a ciência e o desenvolvimento econômico e social, preenchendo lacunas frequentemente deixadas

pela mídia diária, que muitas vezes negligencia a dimensão estratégica e os marcos legais da ciência brasileira.

Passamos, ainda que de forma breve, a discorrer sobre os textos que compõe a coletânea. Erno Luiz Matielo e Humberto José da Rocha trazem ao leitor “Cemitério Redondo: patrimônio caboclo nos caminhos das tropas nos altos catarinenses”. Este artigo analisa o Cemitério Redondo, localizado em Piratuba (SC), como um patrimônio cultural e espaço simbólico da identidade e memória da comunidade cabocla regional. O objetivo do estudo é reconstruir os significados sociais e simbólicos desse campo santo, revelando aspectos ocultos da história local e reafirmando o protagonismo dos sujeitos caboclos entre 1897 e 2007. Metodologicamente, a pesquisa ampara-se na triangulação entre pesquisa bibliográfica, registros documentais e, prioritariamente, na história oral por meio de testemunhos e entrevistas com antigos moradores e lideranças. As fontes documentais e empíricas incluem narrativas orais (como os relatos de Salete Ribeiro e Batista de Souza), além de estudos historiográficos regionais. Como resultados, a investigação desmitifica lendas locais ao apontar que o formato e a origem do cemitério ligam-se a uma encruzilhada estratégica de antigas rotas de tropeirismo e colonização, evidenciando um cotidiano marcado por fluxos humanos, conflitos territoriais e violência estrutural, além de demonstrar a transição contemporânea desse espaço de repouso e memória para o potencial aproveitamento no necroturismo cultural.

“A Exploração ervateira na fronteira argentino-brasileira em Misiones (1876-1910)”, produzido por Bruno Aranha, aborda a exploração capitalista da erva-mate na região de fronteira entre a Argentina e o Brasil, com foco no Território Nacional de Misiones e na região do Alto Uruguai entre os anos de 1876 e 1910. O objetivo da pesquisa é analisar as dinâmicas de poder e os limites da atuação do Estado

argentino frente aos interesses de agentes privados em uma zona de fronteira porosa. Metodologicamente, o estudo configura-se como uma pesquisa histórica de caráter analítico e documental, fundamentada no recorte espacial e temporal da atividade ervateira regional. As fontes documentais consultadas englobam regulamentos e decretos oficiais da época, relatórios de vistorias técnicas (como as do engenheiro Pedro J. Isouribere), correspondências e memórias de governadores locais (como Rudencino Roca e Juan José Lanusse), além de um robusto levantamento bibliográfico e historiográfico. Como resultados, a pesquisa demonstra que a forte concentração fundiária e a precariedade do controle estatal favoreceram o contrabando, a evasão fiscal e a superexploração da mão de obra local, evidenciando uma “fronteira manejada” onde os limites internacionais eram instrumentalizados por empresários privados em detrimento da soberania e da arrecadação tributária do Estado.

Angela Regina da Silva Sulzbach e Marlon Brandt nos brindam com o texto “Caboclos e colonos no Faxina do Tigre: rupturas e transformações na paisagem (décadas de 1910 a 1950)”, abordando as rupturas e transformações socioespaciais na paisagem da localidade de Faxinal do Tigre (atual município de Guatambu, SC) decorrentes do confronto entre a população cabocla tradicional e o avanço da colonização particular entre as décadas de 1910 e 1950. O objetivo da pesquisa é refletir sobre os impactos da transição de uma lógica tradicional de uso comum da terra e dos recursos florestais para um modelo capitalista baseado na propriedade privada e na agricultura comercial, evidenciando os processos de exclusão e desterritorialização dos antigos habitantes. Metodologicamente, o estudo fundamenta-se nos pressupostos teóricos e analíticos da Geografia Histórica, operando por meio de uma abordagem qualitativa que examina as sucessivas marcas humanas materializadas na paisagem ao longo do

tempo. Como fontes documentais e empíricas, a investigação mobilizou plantas e mapas históricos dos núcleos coloniais das décadas de 1930 e 1940, registros originais de requerimentos de terras indeferidos pelo Arquivo Público de Santa Catarina, legislação agrária do período, memórias históricas e crônicas regionais (como os escritos de Wenceslau de Souza Breves), além de relatos orais de antigos moradores. Os resultados demonstram que as companhias colonizadoras, amparadas pelo poder público e por discursos eurocêntricos que estigmatizavam as práticas caboclas como atrasadas, expropriaram os posseiros locais de forma sistemática, provocando um severo “desenraizamento” socioeconômico e forçando a inserção subalterna dessa população como mão de obra assalariada e desprovida de seu território tradicional.

Também abordando as populações caboclas em terras catarinenses, mas envolvendo também populações indígenas e negras (ex-escravizadas), Jucemar Antonio Souza da Luz traz o texto “Monarquia e República: leis brasileiras que ampliaram a exclusão dos povos do contestado”, que analisa a história fundiária brasileira sob a ótica da exclusão social e étnica, focando em como as legislações da Monarquia e da República impactaram os povos da região do Contestado. O objetivo do estudo é examinar os mecanismos jurídicos que romperam a relação tradicional dessas populações com a terra, transformando o território em mercadoria e marginalizando os ocupantes históricos. Metodologicamente, a pesquisa configura-se como um estudo histórico-crítico e comparativo de caráter analítico e documental, estruturado a partir do ordenamento jurídico de dois períodos políticos distintos. As fontes documentais consultadas abrangem dispositivos legais da Monarquia, como a Carta Régia de 1808 e a Lei de Terras de 1850, além de decretos da República recém-instaurada, a exemplo do Decreto nº 528 de 1890 (sobre imigração) e do Decreto nº 9.081 de 1911.

Como resultados, a investigação demonstra que a aplicação excludente dessas leis institucionalizou a perda de direitos de indígenas, africanos e caboclos, que, desprovidos de recursos para a compra formal e preteridos em favor da colonização estrangeira, foram juridicamente transformados em “intrusos” em suas próprias terras ancestrais. Maicoln Viott Benetti, por sua vez, analisa a relação da presença cabocla com imigrantes alemães na Colônia Nova Teutônia, em Santa Catarina, no texto “Espaço rural, ruralidade e a transformação da paisagem no núcleo colonial de Nova Teutônia (1920-1960)”. Este artigo analisa o processo de colonização decorrente da imigração alemã e suas implicações na reconfiguração do espaço rural, da ruralidade e na transformação da paisagem no núcleo colonial de Nova Teutônia (atual município de Seara/SC) entre as décadas de 1920 e 1960. O objetivo do estudo é compreender como as ações das companhias colonizadoras e as complexas trocas socioambientais entre os imigrantes europeus e as populações nativas locais (indígenas e caboclos) moldaram novas identidades rurais e alteraram a dinâmica da natureza regional. Metodologicamente, a pesquisa ampara-se em uma abordagem qualitativa e interdisciplinar da história ambiental e da geografia histórica, focando na evolução das marcas humanas impressas sobre o meio natural. As fontes documentais e empíricas utilizadas compreendem relatos históricos escritos por colonizadores, um conjunto de fotografias de época, mapas antigos dos núcleos de povoamento e o diálogo analítico com produções científicas sobre a colonização do oeste catarinense. Como resultados, a investigação demonstra que a fase inicial de proximidade e assimilação de técnicas agrícolas nativas deu lugar a um subsequente afastamento e à imposição de relações capitalistas agressivas sobre o ecossistema, consolidando laços de pertencimento para os novos habitantes à custa da desestruturação sociocultural e da progressiva marginalização dos povos originários e caboclos.

O doutorando Carlos Eduardo Cardoso dedica-se ao estudo dos campos de Palmas, no Paraná, no período pós-abolição da escravidão, trazendo ao leitor a história do sexagenário Jeronymo, no texto “Entre a liberdade e a exclusão: o caso Jeronymo e a experiência negra no pós-abolição em Palmas-PR”. A pesquisa aborda a experiência da população negra no período pós-abolição no sul do Brasil, focando nas tensões sociais e raciais presentes no município de Palmas (PR) no início do século XX. O objetivo da pesquisa é analisar as dinâmicas de violência, marginalização e exclusão jurídica que persistiram após a extinção formal da escravidão, tomando como fio condutor o assassinato e desaparecimento de Jeronymo, um idoso negro ex-escravizado. Metodologicamente, o estudo ampara-se no campo da micro-história e da história social, utilizando o método indutivo para investigar as estruturas de poder locais a partir de um episódio específico. As fontes documentais mobilizadas incluem o inquérito policial de 1903, os autos do processo-crime de 1906, autos de exumação cadavérica, relatórios de presidentes da província e dados de recenseamento populacional da época. Como resultados, a investigação demonstra que o racismo estrutural e as linguagens senhoriais do século XIX continuaram operando no regime republicano, evidenciados pela desumanização discursiva da vítima nos registros oficiais e pelo silenciamento das testemunhas, revelando como a igualdade jurídica formal falhou em garantir a plena cidadania e proteção à população negra.

Noutro simpósio temático, agora dedicado aos processos migratórios, Edinei Marcos Grison, nos traz o texto “Capitalismo e fronteira: uma proposta de estudo sobre a precarização do trabalho (i)migrante no Brasil (2019-2024)”, abordando a relação entre o desenvolvimento capitalista contemporâneo e os espaços de fronteira, focando na precarização do trabalho de populações (i)migrantes no Brasil entre os anos de 2019 e 2024. O objetivo do estudo é com-

prender como as fronteiras geográficas e jurídicas funcionam como dispositivos de filtragem e regulação que inserem esses fluxos humanos de forma subalterna e vulnerável no mercado laboral nacional. Metodologicamente, a pesquisa configura-se como um ensaio teórico e metodológico de abordagem qualitativa e crítico-dialética, que utiliza a “fronteira como método” para analisar a multiplicação do trabalho precário. As fontes documentais e teóricas mobilizadas englobam obras clássicas e contemporâneas sobre migração e economia política (como os escritos de Lenin, Bauman, Mezzadra, Neilson e Sayad), além de indicadores socioeconômicos e relatórios sobre o perfil demográfico de trabalhadores inseridos na dinâmica transfronteiriça brasileira. Como resultados, a investigação demonstra que a exploração do trabalho (i)migrante é estrutural para o capitalismo globalizado, pois a porosidade seletiva das fronteiras desarticula os direitos laborais e transforma a vulnerabilidade jurídica e social dos estrangeiros em vantagens competitivas para a acumulação de capital local.

“Marcas e migrantes: uma leitura arqueológica da paisagem do garimpo na Amazônia Setentrional – Território de Roraima (1960-1980)”, de Rosângela Maria Bezerra da Costa, aborda a arqueologia da paisagem do garimpo na Amazônia Setentrional, focando na transformação espacial e nos fluxos migratórios ocorridos no antigo Território Federal de Roraima entre as décadas de 1960 e 1980. O objetivo do estudo é compreender como as sucessivas frentes migratórias de garimpeiros (especialmente nordestinos) e as técnicas extrativistas moldaram, resignificaram e deixaram marcas e “rugosidades” na paisagem cultural da região. Metodologicamente, a pesquisa ampara-se nos pressupostos teórico-analíticos da arqueologia da paisagem e da geo-história, operando por meio de uma abordagem qualitativa e interdisciplinar que cruza o espaço geográfico com o tempo histórico. As fontes documentais e empíricas englobam legislações oficiais da

época, relatórios governamentais de desenvolvimento regional, registros de identidade visual e manuais estatais, cartografia histórica da Amazônia, além de produções musicais e artísticas locais (como as obras de Eliakin Rufino). Como resultados, a investigação demonstra que o garimpo funcionou como um potente agente de territorialização que reconfigurou o meio físico e instituiu novos códigos culturais e de pertencimento, transformando a paisagem de Roraima em um arquivo material complexo onde as identidades dos migrantes se amalgamaram à geografia local, apesar dos severos impactos socioambientais gerados pela atividade.

Samara Leorato traz ao leitor o texto “Interdisciplinaridade e a interlocução coma imigração e as relações de trabalho em Capinzal-SC”, que aborda a imigração africana contemporânea para o município de Capinzal (SC) sob o prisma das relações de trabalho. O objetivo do estudo é analisar como o diálogo interdisciplinar — envolvendo Sociologia, Antropologia, História e Geografia — fundamenta a compreensão da inserção laboral desse fluxo migratório e das complexidades de sua vivência no espaço urbano regional. Metodologicamente, a pesquisa configura-se como um recorte teórico-analítico de abordagem qualitativa, pautado na epistemologia da interdisciplinaridade e na complementaridade das ciências sociais. As fontes documentais e teóricas compreendem dados estatísticos oficiais do Censo Demográfico do IBGE (2022), matérias de imprensa digital e referências clássicas sobre a fragmentação e integração do saber (como os escritos de Hilton Japiassu, Heloísa Lück e Edgar Morin). Os resultados revelam que a abordagem interdisciplinar é indispensável para evitar visões reducionistas e evidenciam que, embora Santa Catarina se projete como polo de atração econômica, os imigrantes enfrentam um cotidiano de precarização no trabalho e barreiras de integração sociocultural na comunidade local.

Olhando e analisando o Brasil contemporâneo, mas pela ótica da política, Cesar Capitânio nos brindou com o texto “Entre desafios e mobilizações: as caravanas de Lula pelo Brasil (1993 a 2018)”, explorando a trajetória histórica e o impacto político das chamadas “Caravanas da Cidadania”, lideradas por Luiz Inácio Lula da Silva pelo território brasileiro em diferentes conjunturas entre os anos de 1993 e 2018. O objetivo da pesquisa é analisar como essas viagens itinerantes serviram como instrumentos de mobilização popular, diagnóstico de demandas regionais e estratégias de consolidação político-partidária da esquerda. Metodologicamente, o estudo pauta-se por uma abordagem qualitativa de caráter histórico-analítico, combinando a revisão historiográfica com o exame crítico de narrativas de eventos políticos de massa. As fontes documentais mobilizadas incluem reportagens e registros da imprensa escrita e digital da época (como matérias da Folha de São Paulo, Sul21 e Brasil de Fato), livros acadêmicos e publicações sindicais da CUT. Como resultados, a investigação demonstra que, se nos anos 1990 as caravanas fundamentaram programas estruturais de combate à miséria (como o Fome Zero), a edição de 2018 evidenciou um cenário de profunda polarização ideológica e acirramento de tensões sociais no Sul do país, marcado por violentos protestos e bloqueios contra a “Caravana da Cidadania”.

Miguelângelo Corteze, Antonio Marcos Myskiw e João Carlos Tedesco, por sua vez, apresentam ao leitor o texto “A mística do MST e a música de Cenair Maicá no Instituto Educar”, que analisa a participação do Movimento Cultural Missioneiro, capitaneado pela música de Cenair Maicá, na mobilização e formação dos movimentos camponeses e na luta pela terra no Rio Grande do Sul entre as décadas de 1960 e 1980. O objetivo foi investigar os pontos de convergência entre a música missioneira e a mística do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), testando essa problemática diretamente

com estudantes. Metodologicamente, a pesquisa em andamento validou suas hipóteses por meio de uma prática pedagógica (plano de aula interativo) com 49 alunos de Agronomia do Instituto Educar, baseada na análise crítica de letras musicais. As fontes documentais compreenderam entrevistas orais com lideranças locais e fitas de rolo inéditas da década de 1980 contendo gravações de shows e poesias missionárias. Como resultados, a pesquisa constatou que a música de Maicá atuou como um instrumento de denúncia social e “despertador” de consciência política, servindo de sustentação e contraponto crítico à ideologia latifundiária tradicionalista.

No texto “A escola como rugosidade: primeira casa familiar de Santa Catarina em Quilombo”, Alex Ruan Vedovatto Kucmanski investiga a primeira Casa Familiar Rural (CFR) de Santa Catarina, em Quilombo, sob o conceito de “rugosidade” de Milton Santos, analisando o papel do espaço escolar na reprodução social e na permanência da juventude no campo. O objetivo foi compreender como a infraestrutura física e a trajetória histórica da CFR expressam as transformações e resistências das políticas públicas e da agricultura familiar na região. Metodologicamente, a pesquisa em andamento utiliza a abordagem qualitativa e a vertente analítica da Geografia Humana para avaliar a historicidade socioespacial do educandário. Como fontes documentais, combinam-se levantamentos bibliográficos, dados oficiais e o acervo documental da própria escola. Os resultados revelam que a CFR funciona como uma rugosidade espacial que preserva a memória da Pedagogia da Alternância, resistindo às pressões de fechamento e reconfigurando-se como um ponto de fixação e desenvolvimento para as famílias camponesas.

“Retalhos que contam: entrelaçando experiências no ensino de Ciências Humanas com o uso de literatura para crianças”, de Gerson Junior Naibo e Janaina Gaby Trevisan, explora a integração entre a

ciência e a literatura no ensino de Ciências Humanas e Geografia para a Educação Básica. O objetivo foi refletir sobre as potencialidades do uso da literatura para crianças na abordagem de conteúdos curriculares, visando construir práticas pedagógicas significativas. Metodologicamente, a pesquisa ampara-se em uma abordagem qualitativa por meio de um relato de experiência pedagógica lúdica, realizada no primeiro trimestre de 2025 com duas turmas do 2º ano do Ensino Médio em escolas públicas de Santa Catarina. Como fontes documentais e materiais de análise, utilizaram-se o livro infantil *A colcha de retalhos*, os protótipos de colchas confeccionados pelos estudantes e seus familiares, fotografias e narrativas orais socializadas em uma exposição. Os resultados demonstram que a atividade superou a mera transmissão de conteúdos, estimulando a sensibilidade, a memória, o sentimento de pertencimento e a compreensão crítica do espaço geográfico vivido pelos alunos.

A título de encerramento desta apresentação, é importante frisar que a produção científica gestada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da UFFS demonstra que a pesquisa acadêmica não se isola nos muros da universidade, mas se consolida como um patrimônio de grande valia para a sociedade local e regional. Ao debruçar-se sobre as dinâmicas socioespaciais, as memórias silenciadas e as transformações históricas da região, o programa devolve à comunidade ferramentas essenciais para a compreensão de sua própria identidade e trajetória. O resgate de narrativas sobre populações marginalizadas, conflitos territoriais, patrimônio e educação camponesa atuam diretamente na formação de uma consciência crítica cidadã, transformando dados acadêmicos em conhecimentos libertadores que auxiliam, direta e indiretamente, os processos decisórios regionais e a valorização da memória coletiva.

Acreditamos que a organização de eventos científicos desempenha um papel estratégico imprescindível, funcionando como arenas dinâmicas onde a cultura da socialização da ciência floresce por meio do debate e do confronto de ideias. Quando os ricos debates promovidos nesses encontros se traduzem em obras no formato de coletâneas de textos, como o livro que aqui se apresenta, democratiza-se o acesso ao saber de forma duradoura. Essas publicações temáticas, assim como os artigos em periódicos e os livros autorais, funcionam como um recurso essencial de memória científica, combatendo a fragmentação da informação e oferecendo à opinião pública o tempo de reflexão necessário para superar o desconhecimento, materializando de forma concreta o retorno social dos investimentos em Ciência, Tecnologia e Inovação promovidos pelo Governo Federal, Ministério da Educação, Capes, CNPq e as agências de fomento regionais, em especial, a Fapesc, em Santa Catarina.

Que a leitura de *Territórios, Memórias e Resistências no Sul do Brasil* propicie olhar plural sobre a história e a educação no Sul do Brasil; que provoque novos questionamentos e instiguem os leitores a manter contato com os pesquisadores autores de textos desta coletânea e, deste contato, surjam novos projetos, pesquisas e investigações.

Prof. Dr. Antonio Marcos Myskiw

Programa de Pós-Graduação em História (PPGH/UFFS)

Cemitério Redondo: patrimônio caboclo no caminho das tropas nos altos catarinenses

ERNOI LUIZ MATIELO
HUMBERTO JOSÉ DA ROCHA

A construção da memória histórica e identidade étnica de uma comunidade não se faz apenas por seus registros oficiais, mas também pelos espaços simbólicos que guardam elementos da cultura, da dor, da resistência e especialmente da ancestralidade. É nesse sentido que a presença do Cemitério Redondo na composição do paisagístico rural do município de Piratuba, interior do estado de Santa Catarina, assume papel central como objeto de estudo deste artigo. Para além de um mero campo santo, esse espaço funerário revela fragmentos perdidos no esquecimento ou silenciados da história local, especialmente no que se refere aos processos de ocupação territorial, aos embates socio-culturais e à trajetória de comunidades caboclas em meio à violência estrutural e ao isolamento dos caminhos das matas.

Apesar de integrar o patrimônio material e imaterial da região, o Cemitério Redondo permanece, em grande parte, envolto por narrativas fragmentadas e lacunas documentais, tornando-se um ele-

mento enigmático do imaginário piratubense. A escassez de estudos sistematizados e a ausência de uma historiografia consolidada sobre o tema justificam a relevância desta investigação, que busca revelar aspectos ocultos da história local, especialmente no recorte temporal que abrange de 1897 a 2007. A partir de uma abordagem que combina pesquisa bibliográfica, documental e, sobretudo, história oral, o presente trabalho propõe-se a reconstruir, por meio da narrativa histórica, os significados sociais e simbólicos do Cemitério Redondo, valorizando a memória coletiva e reafirmando a presença dos sujeitos caboclos como agentes fundadores da ocupação regional, em continuidade ao legado dos povos originários.

O cemitério em questão, singular em sua forma e em seu contexto de fundação, tornou-se uma referência histórica pouco documentada, mas profundamente preservada no saber popular. Seu formato circular, seus sepultamentos em diferentes níveis cronológicos e sua localização estratégica em uma antiga rota de tropeirismo, evidenciam marcas de um tempo de intensos fluxos humanos e conflitos territoriais. No entanto, muito do que se sabe sobre este espaço provém de narrativas transmitidas oralmente, por moradores antigos, lideranças comunitárias e descendentes dos primeiros habitantes. São essas vozes que, por vezes marginalizadas pelos discursos oficiais, constituem fontes primárias de inestimável valor para a compreensão dos sentidos atribuídos à morte, memória e identidade cultural de Piratuba.

Metodologicamente, esta pesquisa ancora-se na triangulação entre fontes bibliográficas, registros documentais e, de maneira especial, nos testemunhos orais. A escolha pela história oral enquanto método não se dá por acaso: trata-se de uma estratégia epistemológica que permite acessar camadas de significação muitas vezes inacessíveis aos documentos escritos, captando memórias subjetivas, versões familiares dos fatos e interpretações vivenciadas do passado. Nesse contexto,

recorremo-nos, ao uso estratégico de entrevistas captadas em distintos períodos, as quais além reconstituir fatos históricos, apresentam-se como elemento de compreensão para os sentidos atribuídos ao Cemitério Redondo e aos personagens que ali estão sepultados.

Deste modo, o presente trabalho se propõe posicionar o Cemitério Redondo, para além de um campo de disputa na reconstrução e de reconhecimento de identidades sociais, na investigação da origem e a evolução do coletivo de sepulturas, o que de maneira especial contribui para a valorização da cultura cabocla, tão presente na formação histórica da região. Ao reafirmar sua centralidade na ocupação territorial pós-presença indígena, destaca-se a relevância desses sujeitos como agentes históricos e guardiões de saberes tradicionais. Com isso, espera-se ampliar a visibilidade sobre uma história que, embora subterrânea em muitos aspectos, pulsa viva nas reminiscências e na dialética simbólica de um povo que resiste, cultua e se reconhece em seus antepassados para a eternidade na morte.

Campo Santo Circular: vestígios do pioneirismo caboclo no paisagismo turístico de Piratuba

Nos campos de Linha Serraria, região de cordilheiras rurais do município turístico de Piratuba, no Vale do Rio do Peixe, interior catarinense, região de Fronteiras Sul-Brasileiras, um círculo formado com pedras basálticas, chama a atenção de viajantes e turistas que transitam pela região. A estrutura que desperta curiosidade, fica às margens da SC 390, no Km 17, nas proximidades do trevo de acesso à Rota das Águas, na divisa com o município de Capinzal, em um dos pontos mais elevados da cidade turística, à uma altitude de 670 metros acima do nível do mar. O marco de antigas existências humanas, que se distancia dos padrões de construções tradicionais é conhecido

como Cemitério Redondo, admitido como um dos mais antigos locais de sepultamento que se tem conhecimento naquela região.

Apesar de a formação circular ter sido construída pelo homem, o ordenamento de sepulturas que se opõe aos formatos costumeiramente retangulares, desperta curiosidades, suscitando diversas lendas e contos populares sobre sua origem e especialmente sobre a nomenclatura e estilo do campo santo, considerado incomum. Cercado de mistérios por décadas, o conjunto de sepulcros instigou questionamentos, até que nos anos 2000, o desejo de transformar o local em um atrativo turístico, levou integrantes da comunidade a uma investigação preliminar sobre os contextos envolvendo a nomenclatura do cemitério.

A principal inquirição, nos é oferecida pelo escritor piratubense Cláudio Victor Rogge (2009), que apresenta uma versão advinda da cultura popular local, em que a inferência remonta um termo bastante usado por uma antiga moradora das imediações e que dada à popularidade da integrante da comunidade, passou ao domínio do público, recebendo um importante significado na localidade. Para o autor, o espaço de sepultamento teria surgido para receber vítimas de mortes encomendadas, os ditos crimes de tocaia, assassinatos em que dado ao requinte de crueldade, os mortos caíam das montarias, em uma posição curvada, com o corpo curvado. A frequência daqueles crimes contra a vida, seria a responsável pela alusão de “cemitério dos redondos” (ROGGE, 2009 p. 56).

Os levantamentos também receberam contribuições do engenheiro agrônomo Adélio Spanholi, então empreendedor turístico no período da pesquisa inicial. A experiência com os costumes dos moradores locais o levou a compreender que após sentirem o impacto mortal dos disparos de arma de fogo, se jogavam ao solo caindo amontoados na agonia final (SPANHOLI, 2025).



Figura 1. Cemitério Redondo, ano 2025. Fonte: Acervo Pessoal dos autores.

Contudo, apontamentos inéditos apresentaram uma nova contribuição para a discussão sobre as nomenclaturas do Cemitério Redondo, revelando detalhes impressionantes sobre os levantamentos preliminares das fontes supracitadas. A nova investida no caso em tela, foi realizada na atualidade pelo pesquisador Soeliton de Oliveira, servidor público da Prefeitura de Piratuba. Na época, Oliveira (2025), foi procurado por uma senhora, a qual buscava localizar a sepultura de um ente familiar, enterrado no local. Instigado pelo tema, Oliveira (2025), buscou saber da mulher, que à época apresentou-se como moradora de Herval d'Oeste, se ela teria conhecimento de algum relato sobre o contexto do referido cemitério. Surpreendentemente a mulher a qual identificou-se como Salete Ribeiro, realizou um relato de próprio punho sobre o campo santo, tendo ainda confiado informações detalhadas sobre o espaço destinado para sepultamentos.

Conforme Ribeiro (2007), o Cemitério Redondo, passou a ser conhecido pela referida nomenclatura, por estar situado em uma pequena gleba de terra, localizado em uma encruzilhada, no caminho

de acesso para diversos destinos, incluindo Marcelino Ramos, no Rio Grande do Sul e a estrada que seguia para o local onde originou-se a área urbana de Piratuba. Naquela época, recorda Ribeiro (2007), que caminhos de terra, haviam sido abertos pela ação humana, sem o uso de maquinário mais avançado. Segundo a relatante, por volta de 1.887, entre o período logo após a Revolução Farroupilha (1835 – 1845) e a o início dos combates da Revolução Federalista (1893 – 1895), ocorreram os primeiros sepultamentos no local, abrindo corpos de vítimas de ações criminosas, muito comuns na região, viajantes falecidos pela exaustão e fadiga dado aos percursos de longas distâncias e até mesmo tropeiros mortos em acidentes ou confronto com animais durante tropeadas (RIBEIRO, 2007).

O local, teria sido definido, segundo Ribeiro (2007), não meramente por obra do acaso e sim, dado ao fato de se tratar de uma encruzilhada, ponto de encontro e de acesso para diversos caminhos, onde também era possível visualizar ao longe, especialmente as paisagens gaúchas as quais ficavam visíveis aos olhos dos viajantes, logo após as margens do Rio Uruguai, divisa natural entre os estados de Santa Catarina e o Rio Grande do Sul, conhecido, no entanto à época como Rio Pelotas (RIBEIRO, 2007).

Neste ponto, surge também a colaboração de Souza (1994), que relembra as diversas passagens pelo local, anos mais tarde, transitando entre a antiga comunidade de Picadão e a sede do município de Campos Novos. Para o antigo colonizador e subdelegado de polícia, que chegou a região em 1911, o Cemitério Redondo, era local estratégico de parada para o descanso após longas jornadas, que se davam, seja em direção ao Planalto catarinense, ou ao estado do Rio Grande do Sul, o qual podia ser acessado por diversos passos, seja pelo do Pelotas em Lageado Mariano, o do Tortato em Linha São Paulo ou o do Chico Inácio em São José, tematização da qual apre-

sentaremos com maior profundidade mais à frente (HARO, 1950, p. 46; SOUZA, 1994).

As reminiscências da ex-moradora da localidade rural, garantem um relato rico em detalhes, que se aproxima com fidelidade do real cenário original: Para Ribeiro (2007), inicialmente, segundo os mais antigos, as sepulturas não possuíam qualquer delimitação, mas por estarem desprotegidas, o local foi fechado com pau-a-pique, o que por longo período evitou a ação de animais, como o gado, que segundo a relatante era criado em abundância na localidade. A antiga moradora relembra ainda, que era comum a circulação de tropas, mesmo no início do século XX, citando a passagem do gado de um estado ao outro, realizado especialmente pelas famílias Lopes e Antunes (RIBEIRO, 2007).

Com o passar dos anos, segundo Ribeiro (2007), as madeiras que contornavam o cemitério, precisaram ser substituídas, momento em que ripas serradas, foram usadas no lugar da madeira bruta. As ripas, trabalhadas nas pontas superiores, remetem a descrição que Souza (1994), costumava fazer sobre o antigo cercamento que por décadas foi utilizado no cemitério de Zonalta, no velho Picadão, o que parece-nos ser um modelo usado com certa frequência na construção de cercas no período.

Inadvertidamente, a mesmo contorno de proteção, instalado para evitar o acesso de animais, em dado momento, ganhou outra função, seguindo o sentido oposto de sua usualidade: Curiosamente, um certo dia em uma das tropeadas costumeiras, realizadas por Juvelino Almeida e Afonso Conseau. A conhecida dupla de tropeiros, seguia caminhos pela região, com uma vasta tropa, quando parte dos animais se separou do rebanho principal e acabou se perdendo no trajeto. Foi então, que de acordo com as memórias de Ribeiro (2007), os tropeiros decidiram encurralar o gado no cemitério e organizar uma

expedição pelas matas, em busca dos animais arredios. Ao retornarem como a tropa esparsa, foi preciso mobilizar ainda mais trabalho, já que o gado preso no cemitério acabou derrubando o curral improvisado e saído em disparada mundo à fora (RIBEIRO, 2007).

É de conhecimento popular, segundo Oliveira (2025), que os cemitérios, via de regra estivessem ligados à uma igreja ou denominação religiosa, sendo especialmente a Igreja Católica e a Luterana, as religiões predominantes na região naquele período. Tanto que os sepultamentos obedeciam a critérios rígidos como o de cada segmento religioso possuir o seu espaço destinado ao sepultamento de seus entes. Outra definição era a de que suicidas, não compartilhavam do espaço comum do interior do campo santo. Havia também uma regra mantida por décadas pelos católicos, que era a de não sepultarem crianças pagãs, ou seja, as que prematuramente morressem sem receber os dons do batismo. Mas este não parece ser o conjunto de procedimentos adotados para os funerais no Cemitério Redondo, tanto que segundo Ribeiro (2007), após nova denominação do espaço, o primeiro ser humano a ser enterrada neste local teria sido uma criança da família, muito provavelmente um recém-nascido da família Teodoro da Silva (RIBEIRO, 2007; OLIVEIRA, 2025).

Os relatos sobre o sepultamento da referida criança, trazem uma outra revelação que explica em tese, o misticismo sobre a cruz de madeira que vivificou e se tornou uma árvore: O acontecimento real, testemunhado por diversos moradores locais, teria origem na colocação de uma cruz de cedro na cabeceira do sepulcro do recém-nascido. Surpreendentemente, com o passar dos dias as madeiras da cruz, teriam criado raízes e arborizado (RIBEIRO, 2007).



Figura 2. Cemitério Redondo, anos 2000. Fonte: Acervo Pessoal dos autores.

Embora os estudos de Rogge (2009), também contribuam com a afirmação de que uma árvore originada a partir de uma cruz tenha existido e permanecido por décadas no centro do Cemitério Redondo, a origem do fenômeno, é atribuída por ele à passagem de um dos monges do Contestado em peregrinação pela região. Ainda que se deixem de lado os aspectos científicos que poderiam explicar ou refutar a possibilidade de uma cruz se converter em uma árvore, o simbolismo envolvido na história do pé de cedro é inegável. A contribuição de Rogge (2009), recebe amparo nos estudos de Savoldi (2020), que versa sobre a simbologia da cruz de cedro, as quais eram colocadas sobre as sepulturas dos mortos *Kaingang* como parte de um costume funerário que expressava respeito e ligação espiritual com os ancestrais. Tal gesto ritual incorporava práticas do catolicismo caboclo, especialmente influenciado pela figura do monge João Maria, conhecido como São João Maria pelos indígenas, o qual em suas peregrinações, deixava cruzes de cedro nos locais onde pernoitava. Cruzes essas que, segundo a tradição, brotavam e viravam árvores quando o

lugar era abençoado. A prática ancestral *Kaingang*, foi testemunhada no Toldo Chimbanguê, na região do Oeste catarinense, onde à exemplo do Cemitério Redondo, a cruz de cedro introduzida à terra na sepultura do cacique Antônio Chimbanguê, brotou, representando a continuidade da vida (SAVOLDI, 2020). No Cemitério Redondo, tão emblemático quanto a origem, é o desaparecimento da árvore que se tornou símbolo do local, ocorrido nos primeiros anos da década de 2000, cujas razões para extinção da árvore, serão apresentadas no próximo item (ROGGE 2009; A SEMANA, 2025).

Retomando a explanação, Ribeiro (2007), avança na apresentação de detalhes dos sepultamentos, evidenciando o trágico passamento de Crecencio Vieira, tendo sido assassinado à tiros em 1965, na comunidade de Nova Beleza. Outra tragédia se abateu sobre o jovem João Ribeiro, que faleceu com apenas com 22 anos após cair de uma palmeira, em 1951. Integrando o conjunto de casos atípicos, também encontram-se enterrados no local, Juvelino dos Santos, que teria sido assassinado e Luiz Veríssimo, um compadre da vítima, que morreu ao receber a notícia do ocorrido. O cortejo, seguiu em acompanhamento à carroça de bois, que em uma mesma viagem teria levado os mortos para o descanso final (RIBEIRO, 2007).

A ex-moradora, reitera que embora não exista um registro oficial, as informações sobre os entes sepultados naquele campo, foram repassados de geração em geração, desde o final do século XIX, uma vez que muitos dos sepultamentos eram realizados pela própria família dela. As falas de Ribeiro (2007), trazem as figuras de Analia Ribeiro, Conceição Ribeiro, Juvenal Ribeiro, Maria Inês Ribeiro e Antônia Ribeiro, além das crianças Jose Ribeiro, Antonia Martinazzo e Salvina Schermann, como os enterros dos quais teve conhecimento mais aprofundado. O último sepultamento a ser realizado no espaço, teria sido do corpo de Luiz Ribeiro, homem que à exemplo da maioria dos

integrantes do cemitério, perdeu a vida de maneira trágica, vítima de um atropelamento ocorrido na região (RIBEIRO, 2007).

As memórias de Salete Ribeiro (2007) também denunciam a violência vivida na região no início do século passado. As revelações da ex-moradora são de que muitas das pessoas enterradas nos primeiros períodos no local foram barbaramente assassinadas, como foi um dos casos que aconteceu por volta de 1908, em que um tropeiro cujo nome era desconhecido, vindo do Rio Grande do Sul decidiu pernoitar em um galpão onde se localiza atualmente a região de Lageado Mariano. O corpo do homem que teria sido morto enquanto dormia, foi localizado no outro dia por moradores da localidade, já sem os pertences pessoais (RIBEIRO, 2007).

Tais relatos reverberam também nas recordações dos primeiros tempos vividos por Batista José de Souza (1994), na região. Para o gaúcho que deixou as Colônias Velhas, para aventurar-se pelos rincões catarinenses, como se não bastasse os riscos naturais da floresta, com caminhos perpassados por trilhas de animais ferozes como o leão baio, o trânsito de fugitivos da justiça, bandoleiros e assaltantes, faziam do cotidiano local, uma jornada de grandes perigos (SOUZA, 1994).

Todavia, as sepulturas dos redondos apresentaram-se ao longo das primeiras décadas do último século, como a firme representação de um ambiente dominado pelo caos e a barbárie humana. Os relatos populares de emboscadas, assassinatos de viajantes e colonizadores, integra-se ao cenário de convulsão social e humana, testemunhado ao longo dos anos que sucederam-se as obras da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, em que os períodos que coincidem com o surgimento do Cemitério Redondo, foram marcados pela violência física moral, institucional e individual, empregue contra operários construtores. Este capítulo da história ferroviária foi amplamente examinado por Espig (2008), onde a pesquisadora revela que foi possível investi-

gar ataques à trabalhadores, realizados por nativos que habitavam o Vale do Rio do Peixe e o conseqüente revide por parte do Corpo de Segurança da Companhia construtora. O clima de hostilidade e insegurança alcançou o ápice da escalada com o episódio do Assalto ao Trem Pagador, orquestrado por José Antônio de Oliveira, o Zeca Vaccariano, às margens do Ribeirão da Cruz, no atual município de Pinheiro Preto – SC, em outubro de 1909, antecedendo o flagelo da Guerra do Contestado (1912 – 1916) (SPIG, 2008; MATIELO, 2023).

A ousadia da lida com o gado rústico e o processo da extração da erva-mate integram os elementos que ao longo da época refletem os riscos do trabalho nas vastidões de campos e matas, exigindo precauções como facões, facas, armas de fogo e relho, tornando-os objetos comuns do cotidiano, concorrendo para o condicionamento cultural da violência, bem como sua legitimação no Brasil Meridional, especialmente nas regiões marginais dos rios Paraná e Uruguai, combinando atribuições de labor e pistolagem (ROCHA, 2020). A ocupação intempestiva do território e ausência de definições oficiais de limites instituiu na Região de Fronteiras Sul-Brasileiras, os homens da fronteira, indivíduos que à exemplo do que analisa Franco (1997), sobre o interior paulista, projeta-se a partir de valores centrados na coragem pessoal.

A legitimação da violência, conforme se vê nas aéreas de entorno do Cemitério Redondo, assim como a da região Meridional é apresentada por Rocha (2020), que refere-se ao Paraná da época como uma zona onde apesar da amizade ser considerada como fundamental, para um homem, andar sem revólver seria comparado com um sujeito andar nú. O autor compreende que o homem rural necessitava andar armado para proteger-se dos perigos da selva. Desta maneira, no Paraná, assassinatos em brigas de bodegas ou corridas de cavalo, não eram considerados criminosos irreparáveis. Já os ataques contra

famílias, matar para roubar ou praticar desonras eram atos altamente reprováveis, pois desequilibrava o bem viver nas sociedades pioneiras (ROCHA, 2020 p.7). No que se refere ao interior catarinense, Rocha (2020), aporta-se em Marquetti (2019), para inferir que o cotidiano do Oeste de Santa Catarina esteve marcado pela violência cotidiana, a qual poderia ser observada como algo necessário, sendo o uso de armas imprescindível e prestigioso. Com a violência institucionalizada a qualquer momento transformar um homem pacífico, ligado à família, poderia se tornar um criminoso (ROCHA, 2020 p.7). Nesta conjuntura, o interior catarinense, à exemplo do Sul do Brasil em sua totalidade, historicamente congregou elementos ao longo dos tempos os quais concorrem para conjecturar uma origem para o banditismo social. As características das Fronteira Sul-Brasileiras, de baixa densidade populacional, estimularam a cultura da violência cotidiana a qual se modificou com a afirmação dos limites entre os povos e de naturais iniciativas de modernização (ROCHA, 2020).

Com tamanha violência, dominando a dialética das comunidades recém-formadas no Vale, o surgimento de um cemitério permeado por contos, mistérios e tragédias encobertas pela terra vermelha, acaba se tornando um acontecimento que ganha contornos de naturalidade, diante de um cenário de sangue, suor e lágrimas.

Da Profanação ao Turismo: o rompimento do descanso eterno nos concorridos caminhos do sertão

Nos ermos do velho Sertão, onde trilhas poeirentas testemunham o surgimento de um cemitério que deu origem à crenças e superstições, que vão do sobrenatural ao contexto da fé cristã e o culto da alma, o silêncio das vidas ceifadas em tocaias, ganhou um grito de

esperança. Após permanecer negligenciado por décadas, tratado com impiedade por diversos momentos ao longo da história, um novo capítulo, se inaugurou para o local de repouso eterno a partir de 1996. Neste período, conforme Rogge (2009), um inventário turístico realizado no município, identificou o Cemitério Redondo, entre as potencialidades do entorno da comunidade de Linha Serraria, possíveis de evoluírem para produtos, cujo *trade* incluía ainda casas típicas germânicas, a edificação da igreja luterana, além do paisagístico local e a Cascata do Monge. O autor destaca que um curso de turismo rural e ecológico, ministrado para a comunidade local, foi passo decisivo para uma intervenção de recuperação do cemitério, que na época encontrava-se encoberto pela vegetação. Os anos seguintes trouxeram diversas descobertas sobre os aspectos históricos locais, prospectado em uma jornada técnica, visando o resgate histórico-cultural. O principal desafio enfrentado, foi a redefinição do contorno, com a adoção de muralha com elementos naturais, definindo-se assim pela construção em pedra basáltica. Um morador local, com experiência, assumiu o ofício de erguer a taipa de pedras ao redor do cemitério, fazendo ainda a deposição de antigas cruzeiras, junto da antiga cruz das almas, elemento central, que assim como os sepulcros, recebeu revitalização (ROGGE, 2009 p.56).

Na época que coincide com o início dos anos 2000, também esteve marcada pela ação de estudantes da Socioambiental, uma escola de contraturno do município, que assumiu os serviços de manutenção da área, enquanto um clube de mães da comunidade de Linha Serraria passou a cuidar da manutenção específica do campo santo. Instituições como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI), estiveram ao longo do tempo integradas aos projetos que consolidaram o Cemitério Redondo com

um dos principais pontos turísticos da Rota do Engenho, no interior de Piratuba (ROGGE, 2009 p. 56; SPANHOLI, 2025).

Apesar do formato atípico do campo santo, estudos apontam que a existência de cemitérios circulares não é uma exclusividade dos sepultamentos localizados no interior de Piratuba: O Cemitério Redondo de Sayalonga, que fica na província de Málaga, é possivelmente o único cemitério totalmente circular da Espanha, cuja construção remete ao início do século XIX. Seu interior originalmente possuía sepulturas em domos sobrepostos, remete a formação de um favo de mel branco, sendo na atualidade um dos principais atrativos turísticos locais. Em Serra Leoa, encontra-se o Circular Road Cemetery, inaugurado em 1827 em Freetown, projetado para aproveitar o espaço limitado entre edificações que cercavam o antigo cemitério. Embora nos dias atuais com o crescimento urbano ao redor, mantém seu traçado circular original. Outro exemplo de campo circular é o Lower Circular Road Cemetery, que fica em Calcutá, na Índia. Também do século XIX (c. 1840), o espaço situa-se no cruzamento da Mother Teresa Sarani com a Acharya Jagadish Chandra Bose Road. É conhecido por abrigar milhares de sepulturas, inclusive de ex-funcionários da Companhia Britânica das Índias Orientais, e segue recebendo novos sepultamentos (HISTORIC, 2025; THOMPSON, 2025; WIKIPEDIA, 2025a; WIKIPEDIA, 2025b).

Retrocedendo mais à fundo na história, os contextos pré-históricos e arqueológicos, nos apresentam os conjuntos de barrows, que são morrões funerários circulares, como o Cursus Barrows em Wiltshire, na Inglaterra, os quais são à luz da verdade, túmulos megalíticos agrupados em cemitérios de barrows, e não de cemitérios urbanos com uma infraestrutura moderna (HISTORIC, 2025; THOMPSON, 2025; WIKIPEDIA, 2025a; WIKIPEDIA, 2025b).

Como é possível ser observado, na maioria dos *cases*, se não em sua totalidade, os cemitérios são espaços que vão além da veneração e culto aos mortos. A prática de visitação à cemitérios como atividade turística, é bastante comum em diversos países, sendo conhecida como necroturismo. No Brasil a iniciativa apresenta-se como forma de turismo cultural e de memória, valorizando cemitérios históricos que reúnem arte funerária, narrativas de vida e de patrimônio arquitetônico (ARAÚJO e SANTOS, 2020).

Entre os roteiros mais procurados, destaca-se o Cemitério da Consolação em São Paulo, e o São João Batista, no Rio de Janeiro, os quais oferecem visitas guiadas alicerçadas em biografias de personalidades e esculturas monumentais (CIDADE DE SÃO PAULO 2025; CIDADE DE RIO DE JANEIRO, 2025). Já em Salvador, o Cemitério de Santa Ifigênia atrai pelo sincretismo e azulejos portugueses. Em Olinda, o de São Miguel Arcanjo integra-se ao conjunto colonial da cidade. As modalidades variam de passeios diurnos a tours temáticos noturnos, sempre buscando equilíbrio entre o respeito aos mortos e a experiência imersiva dos visitantes. Tendências atuais incluem digitalização de acervos, uso de audioguias e engajamento comunitário na mediação das histórias locais (SALVADOR, 2025; OLINDA, 2025).

Na região de Fronteiras Sul-Brasileiras, cemitérios ligados a Guerra do Contestado (1912-1916), aos poucos estão se tornando locais de visitação e acessíveis a pesquisas com vistas aos aspectos históricos, geográficos, demonstrando seu vasto potencial arqueológico, conforme Lino (2012). Entretanto, este não nos parece ser em um primeiro momento o perfil de categorização do Cemitério Redondo, o qual apesar de sua relevante contribuição sociocultural, e embora exerça certa contemporaneidade incipiente, muito provavelmente, não teve como razão de surgimento o sepultamento de povos indí-

genas ou vítimas da campanha do Contestado. Salvo o surgimento de evidências que apresentem uma nova hipótese, seguiremos com os dados já levantados, que o referido local serviu de acolhimento a sujeitos que não raras vezes perderam a vida no anonimato das florestas e picada, reivindicando a forte presença da colonização cabocla e do tropeirismo, distanciando definitivamente dos cemitérios visitados por abrigar o sepulcro de grandes personalidades (SOUZA, 1994; SPANHOLI 2025). Por outro lado, cabe destacar que os rituais de sepultamento indígenas *Kaingang*, especialmente os observados no Toldo Chimbangue, se aproximam em certa medida dos procedimentos fúnebres dos povos caboclos e envolvem práticas tradicionais, como o enterramento do morto com seus pertences, em posição sentada, voltado para o leste, simbolizando o renascimento. As cerimônias incluem cânticos, choro coletivo e o respeito ao local sagrado como espaço de continuidade espiritual. A morte não representa fim, mas passagem e retorno à terra, reforçando os laços entre vivos e ancestrais (D'ANGELIS, 1984).

Outrossim, faz-se necessário retomarmos a arguição inicial, já manifestada por Ribeiro (2007), que reverbera também nas conjecturas de Rogge (2009), sobre a emergência de um espaço para admitir corpos de entes falecidos, sejam os de viajantes, tropeiros, bandoleiros anônimos ou até mesmo integrantes das incipientes comunidades locais. Neste aspecto, o local também lembra uma modalidade funerária, conhecida como os *cemitérios de fazendas*, espaços particulares destinados ao sepultamento, que normalmente localizados no topo de uma coxilha, em campo aberto, nos quais via de regra, eram sepultados os membros de uma mesma família, tendo como origem o sepultamento de um chefe de família, sendo em alguns casos originados no local onde foi morto o proprietário da fazenda. À exemplo do Cemitério Redondo, os campos santos de fazendas, são invariavelmente

cercados por muros de taipa (PIAZZA; RIBEIRO; POZENATO, 2002 p. 78).

Aprofundando a sugestão inicial de que o local concentrava-se em um ponto estratégico de vastas passagens, nos apropriamos de Rogge (2009) e Souza (1994), que nos oferecem a compreensão de que o cemitério ficava às margens do trajeto do Picadão, uma passagem antiga, que remonta a Revolução Federalista (1893 – 1895), aberta pelo Cel. Manoel Fabrício Vieira, que conforme Regalin (2016), se estendia na longitudinal, entre a região onde surgiria no início do século XX Rio Capinzal em Santa Catarina e Marcelino Ramos, oferecendo ligação com Pinhal do Machado, entre outros povoados gaúchos. O conhecido caminho, muito usado por tropeiros e mascates, concorreu para que picadas e encruzilhadas tornassem o interior dos sertões regionais, movimentados ramais que atendiam à uma vasta região além-fronteiras (HARO, 1950; SOUZA, 1994).

Nos primeiros anos do último século, a notícia da construção da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, era recebida com grande entusiasmo no Vale do Rio do Peixe, levando o recém-chegado colonizador Max Dobbrunz, a instalar uma serraria na região do cemitério, dando origem em seguida à comunidade de nome homônimo. A necessidade de ligação entre a localidade e a vila que se instalaria às margens do Rio do Peixe, alguns quilômetros à jusante, levou a abertura das primeiras picadas acessíveis para carroças nas áreas de mata. A tarefa assumida por Jesuíno Antonio de Oliveira, um colonizador, também contribuiu com o comércio de Joaquim Pinto, outro novo morador que escolheu a região para instalar um alambique para atender a demanda por cachaça para os turmeiros da ferrovia. Um terceiro migrante a se estabelecer na região, foi Manoel de Oliveira, em 1909, que à exemplo dos demais, seria supostamente descendente de caboclos ou luso-brasileiros. A colonização alemã e italiana, não tardaria

por chegar, a partir das iniciativas de Leopoldo Ko Freitag, que em 1913, instalou-se na Vila Rio do Peixe, passando a operar uma empresa colonizadora, vocacionada a receber agricultores e comerciantes das Colônias Velhas Gaúchas, da região de Montenegro-RS. A evidência do pioneirismo da presença cabocla na região, não objetiva tão somente distinguir as etnias que compuseram as comunidades locais, mas essencialmente demonstrarmos o protagonismo de um grupo de migrantes que por vezes é mantido à margem da historiografia oficial das áreas contíguas ao Rio do Peixe (HARO, 1950 p. 16-23).

A marca indelével dos primeiros tempos, se manifesta fortemente no protagonismo central do Cemitério Redondo: um mapa de 1950 (Figura 3, na próxima página), do recém emancipado município de Piratuba, o qual apresenta um croqui das estradas rurais do período, mostra a localização do cemitério, posicionado em local estratégico no ponto que aparece em vermelho.

O traçado das estradas recria com certa fidelidade as antigas picadas abertas na região, feitas inicialmente pelos tropeiros. A imagem mostra o ponto de localização do cemitério, na região entre Nova Beleza e Linha Serraria, demonstrando certa relação do mesmo, com antigos caminhos alternativos de tropas, os quais interligaram a região. Para converter tal relação, convém entendermos o processo de povoamento da região o qual pode ser dividido em três grandes ciclos, cada um marcado por distintos agentes socioeconômicos e culturais.

Inicialmente, o território foi habitado pelos povos *Kaingang* e *Xoklêng*, integrantes do amplo tronco Jê ou Tapuias, que se estabeleceram na região desde aproximadamente 5.000 a.C., chegando pelo rio Uruguai (ROSSETO, 1960). Enquanto os *Kaingang* mantinham aldeias permanentes em pontos elevados do Planalto, praticando caça, coleta, horticultura e artesanato em cestaria, os *Xoklêng* exibiam um modo de vida nômade, migrando sazonalmente entre o Litoral

pelo Sertão. Valentini (2003), ressalta que, diferentemente do Litoral, que já abrigava núcleos como Desterro e Laguna desde o século XVI, o Planalto permaneceu isolado até as incursões de bandeirantes e tropas. A consolidação do Caminho das Tropas, a partir de 1728, e a abertura de rotas como a travessia de Cristóvão Pereira de Abreu e Francisco de Souza e Faria (1831), permitiram o trânsito de gado e pessoas, estimulando a formação de fazendas e pequenos povoados (LIMA, 1996; VALENTINI, 2003; MACHADO, 2004). Esse ciclo alcançou seu ápice quando o crescimento das estâncias e a pressão dos grandes proprietários levaram à Guerra do Contestado (1912–1916), expressando conflitos de terra, poder coronelista e resistências sertanejas.

Após o conflito, iniciou-se a terceira fase de povoamento, caracterizada pela chegada de imigrantes europeus, principalmente alemães, italianos e poloneses, atraídos pela instalação de ramais ferroviários no Vale do Rio do Peixe (VALENTINI, 2003). A ferrovia não só facilitou o escoamento da produção agropecuária como também intensificou a ocupação de áreas antes remotas, consolidando vilas e estimulando a economia de erva-mate e pecuária de leite. Paralelamente, veteranos da Guerra do Contestado e migrantes gaúchos, remanescentes das revoluções Farroupilha e Federalista, reforçaram a presença luso-brasileira, dando origem a uma sociedade rural marcada pela estrutura de Sociedade Pastoril e pelas relações de compadrio e coronelismo (TOMAZI, 2010; PESAVENTO, 1983).

Feita a devida digressão, que nos permite um mergulho de maior rigor no processo de povoamento, avançamos para o período que denota a colonização das áreas costeiras dos rios do Peixe e Uruguai. É neste contexto que se forma um mosaico identitário local, em que comunidades como Uruguai, Picada Gamela, Navegantes e Zonalta, no antigo Picadão, passam a ser cultivadas por colonizadores gaúchos, especialmente de origem cabocla, os quais transformaram a produ-

ção dos alambiques e das atafonas em uma crescente linha produtiva, que partia de trem rumo ao abastecimento de centros consumidores (SPANHOLI, 2025).

Os colonizadores ergueram suas casas e construíram seus próprios moveis e utensílios com a madeira nativa extraída da própria floresta. As cantigas caipiras, influenciadas pelos tropeiros, que cruzavam caminhos rumo a São Paulo, e as animadas rodas de viola, inspiraram as longas noites de serão. Assim, em cada história ou caso contado no entorno do fogão a lenha, as longas prozas na roda de chimarrão, foram capazes de constituir no imaginário popular, uma reverência ao Cemitério Redondo, que divide opiniões entre o sagrado e o sobrenatural (SPANHOLI, 2025). Para Rogge (2009), o cemitério, que muito possivelmente seja um dos mais antigos da região, manteve sua importância ao longo de um grande período, sendo também uma referência como ponto de parada obrigatória e amplo local de descanso, com aguada nas proximidades. Por fim, Souza (1994), faz sua salvaguarda sobre o local, alertando que apesar de ter sido evidenciado como o local onde ocorriam desentendimentos, assaltos e mortes, o cemitério concedeu descanso e paz aos que em suas terras foram acolhidos pela última morada, afirmando que passadas as primeiras décadas do século passado, já em 1960, quando de sua atuação policial pela região, o cemitério era visto mais como um sinal de paz e abnegação ao crime, tendo deixado as agruras suplantadas pelo passado. Revela Souza (1994), que mais temido que a própria ação da autoridade policial, as longas distâncias de cerca de 60 km em que o acusado era obrigado a percorrer à pé entre o interior de Piratuba - SC e a comarca que ficava em Campos Novos - SC, permitiam diversos avanços nas ações conciliatórias.



Mod. 5

ESTADO DE SANTA CATARINA

O Governador do Estado , resolve

DESIGNAR:

BATISTA DE SOUZA, para exercer as funções de primeiro suplente do sub-delegado de polícia do distrito de Uruguai, no município de Piratuba.

Palácio do Governo, em Florianópolis, 17 de maio de 1960.

SEGURANÇA PÚBLICA

Figura 4. Nomeação de Batista José de Souza. Fonte: Acervo Pessoal dos autores.

Outro aspecto que merece destaque neste estudo é o fato de que o Cemitério Redondo representa para a comunidade, uma espécie de monumento à resistência, dadas as profanações e violações sofridas ao longo do tempo: O episódio relatado por Ribeiro (2007), em que o espaço teria sido usado como curral para abrigar o gado ao longo de uma tropeada, soma-se à indiferença sobretudo da sociedade, que permitiu que por décadas a última morada de dezenas de figuras humanas, mantivesse-se ignorado. Apesar de reassumido pela comunidade local e o poder público, o espaço ganhou maior notoriedade nos últimos anos pelos ataques do que pela beleza e história contida no ambiente. O aviltamento indigno, aconteceu em 2005, envolvendo rituais de magia negra e atos que escandalizaram o local. Moradores da localidade acionaram as autoridades após terem se deparado com um cenário de horrores, com vísceras de animais espalhadas por sobre as sepulturas, além de cabeças de cabras e partes de corpos penduradas na cruz central. O escândalo teve consequências ainda piores para o patrimônio, já que velas acesas ao longo do rito, causaram um princípio de incêndio, consumindo em fogo o já debilitada árvore que teria surgido da cruz de cedro (A SEMANA, 2025).

Dois anos depois, em 2007, a indesejada situação de desrespeito aos mortos, volta a se repetir, levando a Polícia Civil a instaurar um inquérito para apurar a violação da sepultura do agricultor Luiz Ribeiro, já inferido neste texto. A profanação, destruiu parcialmente a sepultura, causando a exposição dos restos mortais revirados. O ato causou espanto até mesmo no Investigador Stelmar Marcio Senger, responsável pelo expediente na Delegacia de Piratuba, que mesmo com a mobilização de esforços, não conseguiu identificar os autores do ato que chocou a região (A SEMANA, 2025).

Apesar das máculas causadas pelas profanações e rituais sombrios, o Cemitério Redondo segue erguido, como um testemunho

vivo de resistência e memória coletiva, mostrando que mesmo em solos marcados pela violência, a história e a identidade de um povo encontram forças para renascer!

Considerações finais

O presente estudo evidenciou que o Cemitério Redondo, mais do que simples espaço de sepultamento, constitui-se como testemunho vivo dos processos de violência, resistência e formação social no Vale do Rio do Peixe. A investigação histórica, ancorada em fontes documentais e em depoimentos orais, revelou o papel central dos sujeitos caboclos e tropeiros na ocupação do território e na construção de narrativas coletivas, muitas vezes silenciadas pelos registros oficiais. Os três ciclos de colonização: indígena, caboclo-luso-brasileiro e imigratório europeu-ferroviário, configuraram paisagens e práticas funerárias que se entrelaçam no formato circular do campo santo, símbolo de uma memória híbrida e pluricultural.

Ao aceitarmos o Cemitério Redondo como uma baliza da presença humana no período de transição entre os povos originários e o início da colonização do território do atual município de Piratuba, pertencente até então município de Campos Novos, lugar que passaria a pertencer a Vila do Rio do Peixe, em 1910, com o início da operação de trens pela Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, estabelecemos um marco temporal, que coloca os povos caboclos, como os primeiros colonizadores da tríade étnica que combina descendentes de alemães, italianos e portugueses (luso-brasileiros), no processo de ocupação de desenvolvimento agrícola do que seria mais tarde a cidade turística. Com base nos relatos de Ribeiro (2007), podemos ponderar que dadas as condições do local, e os procedimentos que

levaram ao cercamento do espaço, que o Cemitério Redondo, não foi sobretudo um espaço criado por povos originários, destinado ao recebimento de indígenas e sim ao acolhimento de corpos de tropeiros, viandantes e colonizadores.

As profanações e rituais profanos, embora traumáticos, impulsionaram o reconhecimento comunitário do local, provocando ações de preservação e inserindo-o em roteiros turísticos. Assim, o Cemitério Redondo assume-se hoje como monumento à resiliência local, capaz de converter dor e esquecimento em patrimônio histórico-cultural, estimulando reflexões sobre a relação entre memória, território e identidade!

Referências

ARAÚJO, L. M.; SANTOS, P. R. **Necroturismo**: memórias e paisagens funerárias no Brasil. *Revista Turismo & Memória*, v. 5, n. 2, p. 45–60, 2020.

A SEMANA. Disponível em: <<https://asemanacuritibanos.com.br/policia/vandalos-profanam-tumulo-no-cemiterio-redondo-1-1850417/>>. Acesso em 25 de junho de 2025.

BRANDT, Marlon. **Uma História Ambiental dos Campos do Planalto De Santa Catarina. Florianópolis**. 332 f. Tese (Doutorado em História). – Programa de Pós-Graduação em História Universidade Federal de Santa Catarina, 2012.

CIDADE DE SÃO PAULO. Cemitério da Consolação. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cemiterio_consolacao>. Acesso em: 28 jun. 2025.

CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Cemitério São João Batista. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/saointonio_cemiterio>. Acesso em: 28 jun. 2025.

D'ANGELIS, Wilma. **Toldo Chimbangue: Aspectos de uma experiência de educação escolar indígena**. Florianópolis: UFSC, 1984.

ESPIG, Márcia Janete. **Personagens do Contestado: Os turmeiros da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande (1.908 -1915)**. Porto Alegre. 431 f. Tese (Doutorado em História). – Programa de Pós-Graduação em História Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

FRANCO, M. S. C.. **Homens livres na ordem escravocrata**. 4. ed. São Paulo: UNESP, 1997.

HARO, Rubem. **História do município de Piratuba**. 1950.

HISTORIC England. **The Cursus, two round barrows situated within its western end, and a long barrow situated at its eastern end, Durrington, Wiltshire**. AncientMonuments.uk. Disponível em: <<https://ancientmonuments.uk/107347-the-cursus-two-round-barrows-situated-within-its-western-end-and-a-long-barrow-situated-at-its-eastern-end-durrington>>. Acesso em: 28 jun. 2025.

LIMA, Jarbas. **O tropeirismo e o surgimento de Lagoa Vermelha. Raízes de Lagoa Vermelha**. I Encontro dos municípios originários de Lagoa Vermelha. Porto Alegre: EST, 1996.

LINO, Jaisson Teixeira. Os cemitérios da Guerra do Contestado (1912-1916): aspectos historiográficos e arqueológicos. *Goiânia*, v. 10, n. 2, p. 187–201, jul./dez. 2012.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado: A formação e Atuação das Chefias Caboclas (1912 – 1916)**. 1ª Ed. Campinas – SP: Editora Unicamp, 2004.

MATIELO, Ernoi Luiz. **A Saga Indômita de Zeca Vaccariano: Muito Além do Assalto ao Trem Pagador**. Chapecó. 151 f. Dissertação (Mestrado em História). – Programa de Pós-Graduação em História Universidade Federal da Fronteira Sul, 2023.

OLINDA (Prefeitura Municipal). Cemitério de São Miguel Arcanjo. Disponível em: <http://www.olinda.pe.gov.br/saomiguel_cemiterio>. Acesso em: 28 jun. 2025.

OLIVEIRA, Soeliton de, **Soeliton de Oliveira**: entrevista [jun. 2025]. Entrevistador: Ernoi Luiz Matielo. Piratuba, SC: Projeto Cinema Social de Guerrilha: A Mobilização Imagética Nos Movimentos Sociais do Sul do Brasil, 2025. 1 sonora. Entrevista concedida ao Projeto Cinema So-

cial de Guerrilha: A Mobilização Imagética Nos Movimentos Sociais do Sul do Brasil.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A Revolução Federalista**. São Paulo – SP: Editora Brasiliense S.A., 1983.

PIAZZA, Cleodes Maria; RIBEIRO, Júlio; POZENATO, José Clemente (org.). **Caminhos & passos: aspectos históricos e culturais da área da Usina Hidrelétrica Machadinho**. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

REGALIN, Nilva. **Nilva Regalin: entrevista** [abr. 2016]. Entrevistador: Ernoy Mattiello. Capinzal, SC: Rádio Barriga Verde AM Capinzal, 2016. 1 sonora. Entrevista concedida ao Jornal Barriga Verde - Edição Especial de Sábado.

RENK, A.. **A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no Oeste Catarinense**. 2ª ed. rev. Chapecó: Argos, 2006.

RIBEIRO, Salete. **Salete Ribeiro: entrevista** [fev. 2007]. Entrevistador: Soeliton de Oliveira. Piratuba, SC: Acervo Pessoal. 1 sonora. Entrevista concedida a formação de Acervo Pessoal.

ROSSETO, Santo. **Síntese histórica da Região Oeste**, Cadernos do CEOM, v.1, no I (1960) p.7

ROCHA, Humberto José da. **Peculiaridades sobre o Banditismo Social no Sul do Brasil entre os séculos XIX E XX. XV**. Encontro Estadual de História AMPUH RS, História & Resistência – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, RS: 2020b.

ROGGE, Cláudio Victor: **Piratuba Terra Boa** – vol 2. 1ª ed. Piratuba, SC: Gráfica Suloste, 2009.

SALVADOR (Prefeitura). Cemitério de Santa Ifigênia. Disponível em: http://www.salvador.ba.gov.br/cemiterio_ifigenia. Acesso em: 28 jun. 2025.

SAVOLDI, Adiles. **A história, a luta, e a vida dramatizadas pelos alunos Kaingang na Terra Indígena Toldo Chimbangue de Chapecó, SC**. In: 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2020.

SOUZA, Batista José de. **Batista José de Souza: entrevista** [nov. 1994]. Entrevistador: Ernoy Mattiello. Piratuba, SC: Arquivo Pessoal, 1994. 1 sonora. Entrevista concedida ao treinamento em reportagem.

SPANHOLI, Adélio, **Adélio Spanholi**: entrevista [jun. 2025]. Entrevistador: Ernoi Luiz Matielo. Piratuba, SC: Projeto Cinema Social de Guerrilha: A Mobilização Imagética Nos Movimentos Sociais do Sul do Brasil, 2025. 1 sonora. Entrevista concedida ao Projeto Cinema Social de Guerrilha: A Mobilização Imagética Nos Movimentos Sociais do Sul do Brasil.

THOMPSON, Clare. *Death in the Afternoon: The Round Cemetery of Sayalonga*. East of Málaga, 15 jun. 2013. Disponível em: <https://eastofmalaga.net/2013/06/15/death-in-the-afternoon-the-round-cemetery-of-sayalonga/>. Acesso em: 28 jun. 2025.

TOMAZI, Gilberto. **Mística do Contestado**: mensagem de João Maria na experiência religiosa do Contestado. 1ª ed. Xanxerê, SC: News Print, 2010.

VALENTINI, Delmir. **Da Cidade Santa à Corte Celeste**: Memórias de Sertanejos e a Guerra do Contestado. 1ª ed. Caçador, SC: Editora UnC, 2003.

WIKIPEDIA contributors. *Circular Road Cemetery*. Wikipedia, The Free Encyclopedia. Última modificação em 8 mar. 2024. Disponível em: <https://en.wikipedia.org/wiki/Circular_Road_Cemetery>. Acesso em: 28 jun. 2025a.

WIKIPEDIA contributors. *Lower Circular Road Cemetery*. Wikipedia, The Free Encyclopedia. Última modificação em fev. 2025. Disponível em: <https://en.wikipedia.org/wiki/Lower_Circular_Road_cemetery>. Acesso em: 28 jun. 2025b.

A exploração ervateira na fronteira argentino-brasileira em Misiones (1876-1910)

BRUNO ARANHA

O artigo analisa a exploração da erva-mate na fronteira argentino-brasileira, com foco na província de Misiones entre 1876 e 1910. Destaca-se o papel da atividade ervateira na integração da região aos interesses econômicos nacionais e na consolidação de uma economia de caráter capitalista. Em um contexto de fronteira porosa e limitada presença estatal, evidenciam-se práticas como contrabando, evasão fiscal e predominância de interesses privados. A partir do recorte da região do Alto Uruguai, o estudo demonstra a fragilidade do controle estatal, a concentração fundiária e a precariedade das relações de trabalho, além da importância geopolítica da região nas relações entre Argentina e Brasil. Conclui-se que a articulação entre fatores econômicos e fronteiriços produziu uma dinâmica histórica singular, marcada por tensões entre Estado e agentes privados.

A erva-mate e a formação histórico-geográfico de Misiones

A forma tradicional de consumo da erva-mate — por meio da infusão preparada com bombilha — configura uma prática cultural profundamente enraizada na Argentina e em outras regiões do Cone Sul como no Uruguai, Paraguai e sul do Brasil. Historicamente, essa forma de consumo sofreu poucas alterações desde os primeiros registros realizados por colonizadores espanhóis no século XVI, ao observarem o hábito entre os indígenas guaranis da região de Guairá, no Alto Paraná. Apesar de iniciativas voltadas à inserção da erva-mate no mercado internacional — como as promovidas por Antonio Carlos Muello (1946) — sua difusão permaneceu restrita, sobretudo no que se refere à preservação de seus modos tradicionais de consumo.

A intensificação do consumo de erva-mate na Argentina, especialmente a partir da segunda metade do século XIX, esteve associada à consolidação de um modelo de exploração de caráter capitalista. Nesse contexto, a região de Misiones, até então considerada periférica no território argentino, passou a integrar de forma mais efetiva os interesses econômicos e políticos do Estado nacional (BOLSI, 1980, p. 123).

Localizada na porção mais oriental da Argentina, Misiones apresenta uma configuração geográfica singular, delimitada a oeste pelo rio Paraná — que estabelece a fronteira com o Paraguai — e a leste por cursos fluviais que definem a fronteira com o Brasil, a saber, os rios Iguaçu, Santo Antônio, Peperi-Guaçu e Uruguai. A ocupação da região, no que toca a colonização europeia, remonta ao século XVII, com a instalação das missões jesuíticas, responsáveis por introduzir o cultivo sistemático da erva-mate com base no trabalho indígena. Após a expulsão da Companhia de Jesus, em 1768, por determinação das coroas de Portugal e Espanha, a região passou por um processo de despovoamento.

A incorporação definitiva de Misiones ao território argentino ocorreu somente após a Guerra da Tríplice Aliança e os subsequentes acordos de delimitação territorial. Mesmo assim, persistiram disputas fronteiriças com o Brasil até 1895, quando a chamada “Questão de Palmas” foi arbitrada pelo presidente dos Estados Unidos, Stephen Grover Cleveland, em favor das reivindicações brasileiras (ARANHHA, 2020, p. 112).



Figura 1. Território Nacional de Misiones em 1882 que inclui a região ao leste dos rios San Antonio e Peperí Guazu, denominada pelo Brasil como comarca de Palmas. Fonte: Museo Regional Aníbal Cambas (Posadas, Misiones, Argentina).

A área analisada neste estudo compreende a faixa de fronteira entre Argentina e Brasil, abrangendo o leste da província de Misiones, parte do nordeste da província de Corrientes e as regiões oeste dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Trata-se de um espaço inserido em uma dinâmica de interesses capitalistas, especialmente em razão da abundância de ervais nativos, o que lhe conferia significativa relevância econômica e estratégica.

A exploração da erva-mate, contudo, não se restringia a essa região. No século XIX, o estado brasileiro do Paraná destacava-se como o principal produtor mundial, com uma estrutura produtiva consolidada e voltada à exportação, sobretudo para o mercado argentino. A produção paranaense era processada em Curitiba e escoada pelo porto de Paranaguá, contribuindo para a formação de uma elite econômica regional vinculada à atividade ervateira.

Paradoxalmente, o consumo de erva-mate no Paraná não atingia a mesma intensidade observada no Rio Grande do Sul, o que evidencia o caráter predominantemente exportador da produção. Nesse sentido, a economia paranaense manteve-se fortemente dependente da exploração e comercialização da erva, atividade fundamental para sua autonomia econômica e administrativa no contexto brasileiro, já que foi de fundamental importância para legitimar a sua emancipação de São Paulo em 1853.

Entre 1860 e 1872, observa-se um crescimento expressivo da produção paranaense, diretamente relacionado ao aumento da demanda argentina (BOLSI, 1980, p. 123). Por outro lado, a região oeste paranaense, caracterizava-se como uma zona de fronteira e de reduzido controle estatal, frequentemente descrita como uma “terra de ninguém”. Nesse sentido, ampliamos a ideia de conceber a fronteira apenas como uma linha demarcatória para poder olhar os diversos movimentos e fluxos. Não se tratava de um território plenamente consolidado, mas de um espaço dinâmico, tal como uma “borderland” (BOLTON, 1921). Nesse espaço, proliferavam práticas de contrabando, envolvendo agentes argentinos e brasileiros que atuavam à margem da legalidade ou em conivência com autoridades locais. A abundância de ervais nativos intensificava tanto o interesse de agentes privados quanto a atenção dos Estados nacionais. Nesse contexto, o controle dos recursos ervateiros assumiu caráter estratégico para o Es-

tado argentino, sobretudo diante da dependência em relação à produção brasileira/paranaense — tema que ganhou relevância nos debates políticos e econômicos do início do século XX.

Ao final do século XIX, a produção de erva-mate em Misiones ainda se mostrava limitada quando comparada à brasileira, sendo baseada majoritariamente na extração de ervais nativos. O cultivo sistemático avançava de forma incipiente, com experiências ainda embrionárias nas primeiras décadas do século XX. Mesmo após a definição formal das fronteiras, a região manteve características típicas de uma “*borderland*”, onde os limites territoriais permaneciam porosos. O rio Uruguai, por exemplo, não constituía uma barreira efetiva, permitindo a circulação entre os dois países com relativa facilidade (SEGASTIZÁBAL, 1984, p. 72).

Destaca-se, ainda, a importância estratégica da região de Barracón — atual Bernardo de Irigoyen, fronteira com Dionisio Cerqueira/SC e Barracão/PR —, espaço de fronteira seca entre Argentina e Brasil, conectando-se diretamente a localidades brasileiras e configurando um espaço de intensa circulação e intercâmbio.

Diante desse contexto, temos por objetivo analisar as dinâmicas de poder estabelecidas na região de fronteira, buscando compreender os limites da atuação estatal frente aos interesses privados. A bibliografia evidencia recorrentes menções à corrupção de autoridades locais, bem como à prática sistemática de contrabando, frequentemente orientada pelos interesses particulares dos produtores em detrimento da arrecadação fiscal estatal.

Assim, a região estudada apresenta uma dinâmica própria, na qual as relações econômicas, políticas e sociais são profundamente marcadas pela condição fronteiriça e pela centralidade da exploração ervateira.

Os Ervais do Alto Uruguai

Com o início do ciclo de exploração da erva-mate, Misiones passou a adquirir crescente relevância para a economia argentina. Os chamados *pioneers*¹ – capitalistas argentinos ou estrangeiros – começaram a adentrar a selva misionera com o objetivo de explorar os ervais nativos. Esse movimento representou a introdução de uma lógica capitalista até então inexistente na região. Evidentemente, havia profundas diferenças de mentalidade entre esses agentes econômicos e a população local, composta majoritariamente por indígenas e mestiços. Nesse contexto, iniciou-se uma dinâmica de recrutamento de mão de obra local que, devido a tais diferenças, assumiu características bastante específicas, sendo uma forma de exploração, comparável, em muitos aspectos, aos regimes de trabalho compulsório associados à escravidão africana no continente.

A região do Alto Paraná adquiriu contornos quase míticos, sendo frequentemente denominada como o “país da erva-mate”. Esse imaginário contribuiu para o surgimento de uma produção literária própria, fortemente marcada pela dura realidade dos trabalhadores dos ervais nativos. Destacam-se, nesse sentido, a obra *El Río Oscuro*, de Alfredo Varela, e os contos de Horacio Quiroga, que inclusive se estabeleceu como produtor de erva-mate em Misiones.

Embora o recorte espacial deste estudo não corresponda exatamente ao Alto Paraná, ele abrange a região do Alto Uruguai, onde a exploração ervateira teve início no século XIX. Ressalta-se, contudo, a impossibilidade de dissociar ambas as regiões, dada sua proximidade geográfica e interconexão econômica.

¹ Exploradores argentinos do século XIX empregaram o termo *pioneer*, em clara referência à expansão da fronteira oeste dos Estados Unidos, para designar os primeiros empresários envolvidos na exploração ervateira em Misiones.: “¡Qué buena gente aquella! Todos hombres de trabajo, cargados de familia y viejos pobladores del lugar, cada uno con su historia de infortunios y con su odisea de pioneers” (AMBROSETTI, 2008, p. 86).

O contexto inicial da exploração remonta ao período em que Misiones ainda integrava a província de Corrientes, quando foi estabelecido, em 1876, um regulamento para os ervais. Antes de sua transformação em território nacional, ocorreu um fato de grande relevância: a venda de mais de dois milhões de hectares da região a apenas trinta e oito compradores. Dessa forma, grande parte do território misionero passou ao domínio privado, dificultando o controle direto por parte do governo central, mesmo após a criação do território nacional de Misiones em 1881 (ARANHA, 2020, p. 268).

A primeira capital foi a localidade de Corpus, e seu primeiro governador, Rudencino Roca — irmão do presidente Julio Argentino Roca — propôs a transferência da capital para Posadas, então pertencente a Corrientes. Tal decisão estava diretamente vinculada aos interesses da exploração ervateira no Alto Uruguai, uma vez que Posadas constituía um ponto estratégico de conexão com as localidades de Santo Tomé, Concepción e San Javier. Nas palavras do próprio governador

Ahora bien: como los bosques inaccesibles y la referida cadenas de cerros terminan recién, en el arroyo Garupá, límite del territorio Nacional, a sólo tres leguas del pueblo correntino de Posadas, es ésta población la que servía al Gobierno de Corrientes para centro de sus relaciones con los pueblos de la costa del Uruguay, lo más floreciente de Misiones, Posadas, en fin, era y es el único camino posible para trazar salvando la mencionada cadena de cerros, que intercepta ambos ríos. Por ésta misma razón, la industria yerbatera, la más rica hoy en esta grande agreste zona, eligió a Posadas, como mercado, por más que Candelaria y Corpus le brindaban un puerto más seguro e inmediato. Las mismas poblaciones del interior de la Provincia de Corrientes y la de Santo Tomé, fluvial y último punto

de la línea de vapores desde Caseros tiene excelente camino carretero hasta Posadas (...) (AMABLE, 1989, p. 101).

Além de destacar a importância da indústria ervateira, o governo nacional demonstrava crescente preocupação com o controle dos ervais do Alto Uruguai. No início do século XX, em 1903, o engenheiro agrônomo Pedro J. Isouribere foi enviado pelo Ministério da Agricultura para realizar inspeções na região. As autoridades responsáveis pela administração dos ervais eram nomeadas diretamente pelo poder executivo nacional, evidenciando o interesse do governo central em exercer controle sobre a atividade. Os ervais foram convertidos em bens fiscais, subordinados ao Ministério da Fazenda, reforçando o caráter estratégico da exploração, tanto do ponto de vista protecionista quanto fiscal (AMABLE, 1989, p. 105).

A expansão da atividade ervateira contribuiu para que o governo central assumisse maior controle sobre Misiones, especialmente considerando o contexto de formação do Estado nacional argentino, marcado por conflitos interprovinciais e fortalecimento de poderes regionais. Nesse cenário, a província de Corrientes chegou a atuar quase como uma entidade autônoma, sob diferentes influências políticas ao longo do tempo.

De acordo com Alfredo Bolsi (1980, p. 154), os territórios nacionais no final do século XIX constituíam entidades políticas relativamente abstratas, com governadores que exerciam poder limitado. Diversas áreas administrativas, como educação, distribuição de terras e infraestrutura, permaneciam sob controle direto do governo central em Buenos Aires. Esse modelo de centralização gerava tensões, sobretudo em regiões distantes, como Misiones, onde interesses locais frequentemente entravam em conflito com as diretrizes do po-

der central. A nomeação de Rudencino Roca como primeiro governador evidencia a tentativa de estreitar os vínculos entre a região e o governo nacional.

Com o avanço da exploração ervateira, a estrutura de poder local tornou-se mais complexa. Com a nomeação de governadores civis, a partir de 1893, documentos oficiais da época revelam que os próprios governadores denunciavam a fragilidade do controle estatal na região. O governador Juan José Lanusse, por exemplo, ironizou a dificuldade de fiscalização da atividade ervateira, destacando a insuficiência de recursos humanos para o controle efetivo do território. Além disso, denunciou problemas estruturais, como o vazio demográfico e a falta de infraestrutura, fatores que dificultavam o desenvolvimento da região: *“(...) para que la vigilancia fuese realmente eficaz, sería necesario que detrás de cada peón yerbatero que se interna en el monte para hacer yerba, hubiese un fiscal que inspeccionase su trabajo”* (BOLSI, 1980, p. 148).

Lanusse também se destacou por denunciar precocemente as condições de exploração da mão de obra nos ervais, apontando que os maus-tratos contribuíam para a escassez de trabalhadores. Outro aspecto relevante foi a concentração fundiária herdada da província de Corrientes: grandes extensões de terra permaneciam nas mãos de poucos proprietários, favorecendo a formação de monopólios na atividade ervateira.

A legislação da época também refletia privilégios concedidos a proprietários privados, como diferenciações tributárias que favoreciam ervais situados em terras particulares em detrimento daqueles localizados em áreas fiscais (AMABLE, 1989, p. 164). Tais medidas evidenciam a influência desses grupos sobre as políticas públicas.

Durante o governo de Manuel Bermúdez, em 1906, observava-se novamente a subordinação da administração local às diretrizes de Buenos Aires, especialmente no que diz respeito à regulação das

concessões de exploração. O governador recebeu ordens diretas do Ministro da Agricultura, Ezequiel Ramos Mexía, para cancelar as concessões de exploração naquele ano, destacando, entretanto, para não intervir nos ervais particulares, permanecendo a concessão destes inalterada (AMABLE, 1989, p. 164).

Por fim, destaca-se que, apesar da elevada arrecadação, a produção misionera ainda era inferior à brasileira. Além disso, o intenso contrabando reduzia a capacidade de tributação estatal. A região do Alto Uruguai, em particular, concentrava pontos estratégicos dessa dinâmica, caracterizando-se como um espaço onde a exploração econômica assumia formas específicas, que serão analisadas a seguir.

O Alto Uruguai: espaço estratégico da exploração ervateira

Desde antes da retomada da exploração ervateira no século XIX, a região do Alto Uruguai já possuía importância estratégica. Como mencionado anteriormente, as missões jesuíticas haviam se estabelecido nessa área, e o rio Uruguai constituía uma fronteira entre as coroas espanhola e portuguesa. Ambas intervieram diretamente na região, uma vez que as missões se localizavam nas duas margens do rio. Posteriormente, no período de independência das nações sul-americanas, consolidou-se uma importante via comercial entre o Paraguai e o Império do Brasil, que atravessava todo o território de Misiones, conectando Itapúa, no Paraguai, à cidade de São Borja/RS, na margem brasileira do rio Uruguai, situada em frente à localidade correntina de Santo Tomé, próxima ao limite com Misiones (BOLSI, 1896, p. 20).

O regulamento de exploração ervateira promulgado pelo governo de Corrientes, em 1876, já evidenciava a relevância estratégica do Alto Uruguai — recordando que, à época, Misiones ainda integrava

aquela província. O governo correntino nomeou José Hernández de los Santos como comissário geral dos ervais do Alto Uruguai e instituiu uma comissão responsável por elaborar normas específicas para a exploração e conservação desses ervais. Foram definidos, assim, dois pontos estratégicos de exploração: Santa Ana, no Alto Paraná, e San Javier, no Alto Uruguai (AMABLE, 1989, pp. 123-124).

Os interessados na exploração da erva no Alto Uruguai deveriam solicitar autorização ao Receptor Territorial de San Javier, o que demonstra a centralidade administrativa dessa localidade, situada na fronteira com o Brasil, em frente à povoação brasileira de Cerro Pelado (atual Porto Xavier/RS). A presença de pequenos engenhos em San Javier indica a dimensão da atividade ervateira na região. Embora a literatura destaque que os principais centros de beneficiamento estavam localizados fora das áreas produtoras — como Santa Fé e Buenos Aires —, é importante ressaltar a existência de unidades locais, especialmente em Concepción e San Javier, considerados pontos estratégicos (ECHEVERRÍA, 1985, p. 35).

A atuação do Estado argentino na região estava fortemente associada à arrecadação fiscal, buscando garantir presença mínima em uma zona de fronteira. O Receptor Territorial era responsável não apenas pela cobrança de tributos sobre a erva, mas também pela arrecadação de multas, que constituíam importante fonte de receita. Os recursos eram encaminhados à governadoria de Misiones e, posteriormente, ao governo central em Buenos Aires (AMABLE, 1989, p. 133).

Apesar dessa estrutura administrativa, o controle efetivo da exploração era limitado. A expansão da lógica capitalista incentivou empresários a explorarem os ervais de forma intensiva e desordenada, provocando o esgotamento das áreas mais próximas aos centros urbanos e impulsionando a expansão para regiões mais remotas, inclusive para além do rio Uruguai, de maneira ilegal em território brasileiro.

Essa dinâmica escapava ao controle do governo nacional, uma vez que os interesses privados frequentemente se sobrepunham aos interesses estatais. O próprio governador Rudencino Roca denunciou a evasão fiscal, facilitada pela distância dos ervais, relatando casos de transporte de produtos sem pagamento de impostos (AMABLE, 1989, p. 133). Mesmo com a presença de autoridades em pontos estratégicos, era praticamente impossível fiscalizar toda a produção em uma região marcada por intenso fluxo comercial e pela condição fronteira.

A problemática da exploração ervateira deve ser compreendida em um contexto mais amplo, inserido na ordem capitalista emergente do século XX. Até então, o Brasil — especialmente o estado do Paraná — era o principal produtor mundial, tendo a Argentina como principal mercado consumidor. Em contrapartida, o Brasil importava trigo argentino, configurando uma relação de interdependência econômica entre os dois países (BOLSI, 1986, pp. 123-124). Esse equilíbrio perdurou até a década de 1930, quando a produção argentina, impulsionada pelo cultivo sistemático em Misiones, alcançou níveis próximos à autossuficiência. Nesse processo, a exploração de ervais nativos perdeu progressivamente sua centralidade.

Entretanto, tensões comerciais persistiram. Em determinados momentos, políticas tarifárias favoreceram a importação de erva brasileira, cuja tributação era inferior à aplicada à produção nacional. Tal situação, somada ao contrabando, intensificou o fluxo ilegal de mercadorias, facilitado pela geografia da região, marcada por uma extensa fronteira fluvial e pela existência de trechos de fronteira seca, como na localidade de Barracón. Parte da erva comercializada como brasileira tinha, na realidade, origem em Misiones, evidenciando distorções no sistema de controle. Essa situação perdurou até ajustes tributários realizados em 1922.

Além disso, observa-se que as próprias autoridades locais frequentemente se envolviam em práticas ilícitas, como corrupção, favorecimento e contrabando. Casos documentados indicam a participação de funcionários públicos em esquemas ilegais, o que reforça a fragilidade do aparato estatal na região. O regulamento de 1876 já previa punições para casos de favorecimento por parte de fiscais, o que sugere que tais práticas eram recorrentes. O governador Juan Balestra depôs o Receptor de Aduana de San Javier, Don Andrés Dassoni por facilitar o tráfico na fronteira (CRONICA DE LOS GOBERNANTES, 1979, p. 57). Nesse caso em particular, os ervateiros argentinos tinham plena consciência da existência dessa fronteira no Alto Uruguai e a utilizavam a seu favor. Passar erva argentina pela alfândega como se fosse brasileira significava “manejar” novas condições que pudessem favorecer a eles próprios. Tratava-se, portanto, de um contexto local que fugia da alçada do próprio governo argentino².

No plano geopolítico, Misiones assumia importância estratégica não apenas por seus recursos naturais, mas também por sua posição fronteiriça entre Argentina, Brasil e Paraguai. Contudo, observa-se uma contradição: ao mesmo tempo em que o Estado argentino reivindicava maior controle territorial, adotava políticas que desestimulavam o povoamento da região, proibindo ocupações permanentes nas áreas de ervais “Se prohíbe hacer rosados para plantar en los montes de yerba ó en sus inmediaciones... se prohíbe igualmente hacer habitaciones permanentes en las Sierras ó campos grandes, bajo la pena de destrucción de la habitación y multa de cien pesos moneda nacional por cada una” (AMABLE, 1989, p. 133).

² Em um interessante estudo sobre a fronteira do Rio Grande do Sul com a Argentina e o Uruguai, Mariana Flores da Cunha Thompson Flores (2019, p. 293) cunhou o conceito de “fronteira manejada” para indicar o quanto os habitantes fronteiriços tinha plena consciência da existência dos limites internacionais para poder manejá-los conforme seus próprios interesses particulares.

Essa política teve consequências significativas, influenciando a decisão arbitral do presidente dos Estados Unidos, Stephen Grover Cleveland, em 1895, que atribuiu ao Brasil uma área disputada com base no princípio do *uti possidetis*, considerando a maior ocupação efetiva brasileira.

A criação do Território Nacional de Misiones, portanto, não pode ser compreendida apenas como resultado de interesses econômicos ligados à erva-mate, mas também como parte de uma estratégia geopolítica voltada à afirmação da soberania argentina frente ao Brasil.

Por fim, destaca-se que a colonização efetiva de Misiones ocorreu apenas no século XX, com a participação ativa de empresas privadas, favorecida pelo desenvolvimento da produção de erva-mate cultivada, que redefiniu as bases econômicas e sociais da região.

Considerações finais

O aumento da produção de erva-mate cultivada em Misiones ao longo das primeiras décadas do século XX, até atingir seu auge por volta de 1930, fez com que a exploração dos ervais nativos perdesse gradualmente sua importância. A região do Alto Uruguai, por ter sido uma área pioneira de exploração, foi a primeira a esgotar seus ervais. Conforme observado neste estudo, ainda no século XIX a área de exploração se expandia progressivamente para além das principais localidades da região, especialmente San Javier e Concepción. O esgotamento dos ervais do Alto Uruguai exerceu influência direta sobre o deslocamento da atividade para o Alto Paraná, que, ainda no século XIX, passou a constituir a principal zona de exploração ervateira.

Ao longo deste texto, analisou-se a questão da presença do Estado argentino na província de Misiones e o contexto mais amplo em

que ela se insere. Dois fatores fundamentais impulsionaram o aumento dessa presença estatal: a importância econômica da exploração ervateira, tanto como fonte de recursos quanto de arrecadação fiscal, e a condição de região de fronteira, que implicava preocupações de ordem geopolítica.

Entretanto, por se tratar de uma área distante do centro político de Buenos Aires, desenvolveu-se em Misiones uma dinâmica bastante específica. Isso se evidencia, sobretudo, na região do Alto Uruguai, que, nas duas últimas décadas do século XIX, concentrava os principais ervais nativos.

Apesar das dificuldades e problemáticas analisadas, a presença estatal na região manteve-se limitada. Com o esgotamento dos ervais, a exploração deslocou-se para o Alto Paraná, não apenas em território argentino, mas também em áreas do Brasil e do Paraguai. Para além das fronteiras argentinas, praticamente não havia controle efetivo. O Paraguai ainda sofria os efeitos da Guerra da Tríplice Aliança, encontrando-se fragilizado, enquanto as regiões oeste do Paraná e de Santa Catarina ainda não era dotadas de uma forte presença estatal, somava-se ainda o fato de os limites entre os dois estados não estarem definidos até 1916. Essas condições favoreceram a expansão dos ervateiros para além das fronteiras argentinas, em busca de maior liberdade de exploração. Antonio Marcos Mykiw (2020) analisou o caso singular do argentino Julio Allica, que transferiu suas atividades para o lado brasileiro da fronteira. Outros exemplos incluem os empresários Domingo Barthe — que chegou a ocupar o cargo de vice-prefeito de Posadas —, Pedro Núñez e Lázaro Gibaja (ARANHA, 2020, p. 310).

Embora a produção de Misiones tenha alcançado níveis próximos à autossuficiência, as importações de erva brasileira persistiram, em razão de políticas tarifárias que tornavam o produto brasileiro mais competitivo no mercado argentino. A pressão dos produtores

misioneros foi significativa a ponto de levar o presidente José Félix Uriburu a intervir, em 1930, para restringir tais importações (BOLSI, 1986, p. 123).

Um aspecto particularmente relevante refere-se à persistência de problemas estruturais na região de fronteira leste de Misiones. Mesmo após três décadas, essa área continuava apresentando dificuldades semelhantes às observadas no final do século XIX. A Associação de Plantadores de Erva-Mate encaminhou reivindicações ao governo nacional, exigindo medidas mais rigorosas contra o contrabando e maior proteção frente à concorrência da erva brasileira. Tais demandas revelam a permanência de tensões entre os interesses regionais e o governo central, inseridas, contudo, em um contexto mais amplo de relações econômicas e diplomáticas entre Argentina e Brasil. Entre as medidas propostas, destacava-se o reforço da fiscalização no Alto Uruguai, com a ampliação dos recursos da subprefeitura responsável pela vigilância da fronteira. Além da fronteira fluvial, o trecho de fronteira seca em Barracón continuava sendo um ponto crítico para o ingresso clandestino de erva brasileira. Demandava-se, portanto, o fortalecimento da fiscalização aduaneira e maior rigor no cumprimento das funções por parte dos agentes públicos (MUELLO, 1946, p. 174).

Esses elementos indicam a continuidade de problemas relacionados à atuação das autoridades fronteiriças, sugerindo, inclusive, a participação de funcionários em práticas ilícitas associadas ao contrabando. No que se refere à dimensão geopolítica, Misiones manteve, ao longo do tempo, sua condição de província de fronteira, marcada por preocupações estratégicas específicas. Em períodos posteriores, argumentava-se que a ausência de pavimentação de rodovias na região visava dificultar eventuais incursões militares brasileiras (LUNA, 2009, p. 4). Já na década de 1970, durante a última ditadura argentina, foi

implementado o Plano de Colonização Andresito, com o objetivo de conter a expansão da fronteira agrícola sul-brasileira (PYKE, 1988).

Dessa forma, observa-se que a articulação entre interesses econômicos vinculados à erva-mate e fatores geopolíticos contribuiu para a configuração de uma dinâmica histórica singular em Misiones, profundamente condicionada por sua condição fronteiriça.

Referências

AMABLE, María Angélica, *Historia de la Yerba Mate en Misiones*, Posadas: Ediciones Montoya, 1989.

AMBROSETTI, Juan Bautista. *Tercer Viaje a Misiones*. Buenos Aires: Editorial Albatroz, 2008.

ARANHA, Bruno. *Entre Sertões e Desiertos: Viajantes Brasileiros e Argentinos na Fronteira (1882-1905)*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2020.

BOLSI, Alfredo S.C., El Primer Siglo de Economía Yerbatera, *Folia Historica del Nordeste*, Resistencia, nº 4, 1980.

_____. Misiones – Una aproximación geográfica al problema de la yerba mate y sus efectos en la ocupación del espacio y el poblamiento, *Folia Historica del Nordeste*, Resistencia, nº 7, 1986.

BOLTON, Herbert Eugene. *The Spanish Borderlands: a chronicle of old Florida and the Southwest*. New Haven: Yale University Press, 1921.

CRONICA DE LOS GOBERNANTES, Tomo I (1882-1922). Posadas: Instituto Antonio Ruiz de Montoya, 1979.

ECHEVERRÍA, Mirta S., Reclutamiento y fijación de la fuerza de trabajo en los yerbales de Misiones 1900-1943, *Cuadernos de Historia Regional*, Luján, Vol. 1, nº 2, 1985.

FLORES, Mariana Flores da Cunha Thompson. *Crimes de fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

LUNA, Félix. Prejuicios y realidades, *Revista Todos es Historia*, Buenos Aires, nº 502, 2009.

MUELLO, Alberto Carlos, *Yerba Mate: su cultivo y explotación*, Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1946.

MYSKIW, Antonio Marcos. Santa Cruz: um bandido nada social na história do Oeste do Paraná. In: Humberto José da Rocha. (Org.). *Étnicos, Milenários e Bandidos*. 1ed. Passo Fundo/RS: Acervus, 2020, v. 1, p. 295-339.

PYKE, Jorge, *La expansión de la frontera agraria en el Nordeste de Misiones. El Plan de Colonización Andresito 1978-1983*, Documento producido por el Proyecto ALDER –“Alternativas de Desarrollo Rural y Formas de Organización Social”- en el marco del

PISPAD –“Programas de Investigaciones Sociales sobre Pobreza y Alternativas de Desarrollo” PIP N 4094/96 del CONICET. El el Documento de Trabajo N 16. FHySC – UnaM, Posadas, 1998.

SEGASTIZÁBAL, Leandro, *La Yerba Mate y Misiones*, Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1984..

VARELA, Alfredo, *El Río Oscuro*, Buenos Aires: Capital Intelectual, 2008.

WACHOWICZ, *Ruy Christovan, Paraná, sudoeste: ocupação e colonização*, Curitiba: Litero-Tecnica, 1985.

Caboclos e colonos no Faxinal do Tigre:

rupturas e transformações na paisagem
(décadas de 1910 a 1945)¹

ANGELA REGINA DA SILVA SULSBACH
MARLON BRANDT

Esse trabalho busca realizar algumas reflexões sobre as rupturas e transformações na paisagem da localidade de Faxinal do Tigre, atual município de Guatambu, em Santa Catarina, entre o final da década de 1910, quando tem início o processo de colonização das terras do Oeste catarinense, até a década de 1950, quando esta se consolida na região. Localizado no vale do Rio Uruguai, o Faxinal do Tigre pode ser visto no mapa da Figura 1, e seu detalhe, na Figura 2, onde também se encontram as principais estradas de rodagem locais e o Passo dos Índios, atual sede do município de Chapecó. O mapa foi produzido pelo estado de Santa Catarina em 1930, período em que a colonização ainda se expandia na região.

¹ A pesquisa contou com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina – Fapesc (Edital 50/2025).



Figura 1. Localização do Faxinal do Tigre no Oeste de Santa Catarina. Fonte: Acervo Digital da Biblioteca Nacional (2022).



Figura 2. Detalhe da localização do Faxinal do Tigre no Oeste de Santa Catarina. Fonte: Acervo Digital da Biblioteca Nacional (2022).

Sobre o nome do lugar Campigoto e Schörner (2008, p. 507) apontam que a “expressão faxinal é de origem latina/ibérica e porquanto com a chegada dos lusos às Américas passou a ser aplicada a certo tipo de paisagem (cobertura vegetal) aqui encontrada” sendo também uma transição entre áreas de campo e florestas. Em relação ao Tigre, a memória popular relata a presença de muitos tigres no local, como são popularmente denominadas as jaguatiricas (*Leopardus pardalis*), um em especial, um “tigre manco” que transitava no local. A cada ciclo lunar na fase cheia, deixava marcas/pegadas de apenas três patas no chão por onde passava, rondando as casas e atacando galinheiros. Num período de lua cheia passava pelo Faxinal do Tigre e, depois de se alimentar, seguia para o Rio Grande do Sul contornando o curso do rio Uruguai. Retornava ao Faxinal do Tigre em outro período de lua cheia (Sulsbach, 2025).

Seriam caboclos os moradores que antecederam esse processo de colonização, sendo um dos grupos étnicos predominantes na região oeste de Santa Catarina, junto às populações indígenas Kaingang e Guarani. Brighenti (2015, p. 192) aponta, a respeito das populações indígenas que viviam na região nesse período, que a população cabocla que se interiorizava mantinha uma “relação de simbiose com o Kaingang, havendo muitos casamentos mistos”. Para Machado (2004, p. 48), seriam caboclos os habitantes pobres do meio rural. Mesmo que, conforme o autor,

não haja uma conotação étnica nesta palavra, frequentemente o caboclo era mestiço, muitas vezes negro. Mas a principal característica desta palavra é que distingue uma condição social e cultural, ou seja, são caboclos os homens pobres, pequenos lavradores posseiros, agregados ou peões.

Essa população ao se instalar nessas terras, passou a construir práticas condizentes ao meio e às paisagens locais, sendo a colonização o principal momento de rupturas dessas práticas desestruturando antigas concepções de uso e acesso à floresta e a recursos naturais.

O estudo segue os pressupostos da Geografia Histórica, analisando, como aponta Abreu (2000, p. 18), o “presente de então”, procurando adicionar o que Philo (1996, p. 270) chamou de “sensibilidade geográfica” ao se estudar “fenômenos do passado – econômicos, sociais, políticos ou qualquer outro – que são a própria ‘substância’ da história” e que se materializaram na paisagem. Paisagem que seria definida por Santos (2006, p. 103) como “o conjunto das formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações entre o homem e a natureza” e que expressam uma imbricada relação envolvendo “objetos naturais e objetos fabricados, isto é, objetos sociais”, bem como ações em variadas escalas temporais (Santos, 2004, p. 53).

O texto encontra-se dividido em duas partes. A primeira trata da construção do que pode ser entendido como uma “paisagem cabocla” (Brandt, 2015), formada a partir de levas populacionais que se irradiaram a partir das frentes pastoris. A segunda aborda o aporte de uma nova lógica socioespacial de uso da terra baseada na propriedade privada, tendo como principal representante a figura do colonizador. Esse processo promoveu uma série de rupturas no modo de vida da população cabocla, bem como sua exclusão no acesso à terra, enquanto são alvos da invisibilização social, ao mesmo tempo que, sem suas terras, se inserem como assalariados em trabalhos ligados ao extrativismo da indústria madeireira e na agricultura na condição de agregados nas terras apropriadas pelos colonizadores. Os caboclos valem-se desses ofícios como modo de sobrevivência, ao mesmo tempo em que sua mão de obra era explorada, enriquecendo os colonos recém-chegados do Rio Grande do Sul.

Entre faxinais e florestas: construindo paisagens

A ocupação humana do atual Oeste catarinense remonta a mais de 12 mil anos, sendo entre os mais recentes os Guarani e os Kaingang (Lino, 2015; Brighenti, 2015). Seria a partir de pelo menos, os séculos XVII e XVIII, que esse espaço seria percorrido por europeus de origem ibérica e seus descendentes já nascidos no continente, sem, no entanto, deixarem marcas significativas de sua presença até a formação de fazendas e a abertura dos primeiros caminhos de tropas, ligando o Sul do Brasil ao Sudeste, que as áreas de campos começaram a ser ocupadas, não sem conflitos envolvendo as populações indígenas.

Nesse contexto, a dualidade campo/floresta, uma das principais características da paisagem do planalto sulbrasileiro, levou a diferentes formas de ocupação do espaço. Enquanto nos campos dominava a formação de fazendas de criação, onde as florestas eram espaços marginais, de pouca valia para o fazendeiro. Essas florestas, localizadas às margens das formações de campos ou nos vales de rios e seus afluentes, nas bacias do Canoas, Pelotas, do Peixe, Iguaçu e Uruguai, paulatinamente passaram a ser ocupados a partir da primeira metade do século XIX por um contingente populacional composto por ex-agregados, peões, ex-escravizados libertos ou fugidos e descendentes de fazendeiros em busca de novas terras (Machado, 2004). A esse contingente que fazia parte da população esparsa da região, somaram-se remanescentes das disputas políticas da Revolução Federalista (1893–1895) e da Guerra do Contestado (1912–1916). No Faxinal do Tigre, relatos orais de antigos moradores indicam que famílias caboclas residiam no local desde 1890, algumas, inclusive, fugindo da Revolução Federalista pelo rio Uruguai (Silva, Moreira e Corá, 1998).

Esse processo de expansão pode ser visualizado no mapa da Figura 3.

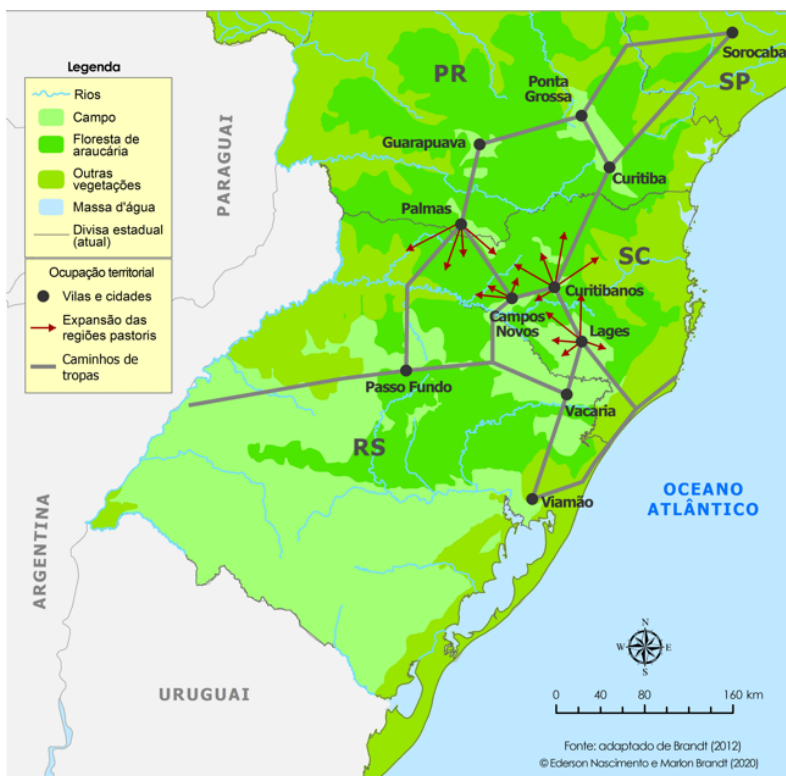


Figura 3. Frentes de povoamento do Oeste catarinense. Fonte: Nascimento, Valentini, Brandt, Scherma e Tombini, 2021.

Para autores como Arruda (1999), esse modelo de ocupação territorial colaborou para o que seria a formação de um modelo socio-cultural de adaptação ao meio, com influências indígenas em um caráter cíclico e irregular de povoamento. Esses novos moradores, ao se instalar nessas terras, em sua maioria sob o regime da posse, passaram a viver da agricultura de subsistência, criação de animais e atividades extrativistas, como a coleta da erva-mate. Atividades que compunham sua base econômica, formando o que Queiroz (1981) denominou como “roça cabocla”. Esta, como aponta Renk (2006, p. 107), era for-

mada a partir da divisão espacial da floresta em “terras de plantar” e “terras de criar”. A primeira era formada a partir da abertura da roça, sob o sistema de rotação de terras. Com o auxílio da queimada e o aproveitamento das cinzas, eram cultivados, de modo fechado, em cercas ou trincheiras, o milho, junto ao feijão, e outras plantas, como as abóboras e melancias. As “terras de criar” compunham o restante das terras onde os animais, sobretudo os porcos, eram criados soltos, com os criadores compartilhando a floresta em comum para sua alimentação. Esse modo de uso da floresta, que formava o que pode ser compreendido como uma “paisagem cabocla” (Brandt, 2015), persistiu em diversos espaços do Oeste catarinense até o aporte da colonização.

Essa paisagem seria construída a partir da construção de práticas sociais adequadas ao ambiente natural, cujo conhecimento era transmitido oralmente com base na tradição e na memória, mediante normas e costumes, como o compartilhamento comum da floresta na criação de animais, laços de compadrio, práticas de entreaajuda (mutirão/puxirão) e sentimento de localidade, que se constituíam em práticas específicas de uso e acesso à terra e aos recursos naturais (Brandt; Nodari, 2011).

Essas comunidades, como apontam Brandt e Nodari (2011) teciam de redes de relacionamento e sociabilidades fundamentais na elaboração de um conjunto de normas, hábitos e costumes, que, contudo, passaram a entrar em declínio frente ao aporte de uma nova lógica socioeconômica, baseada na propriedade privada da terra, que tinha na colonização e na exploração madeireira seus principais representantes na região, como será visto no item a seguir.

Colonização e rupturas

A colonização do Sul do Brasil em geral, era vista por grupos políticos e econômicos como uma forma de se ocupar o território de modo racional e com seletividade para realizar a exploração econômica do solo (Gregory, 2002). E, em Santa Catarina, isso ficava evidente desde a elaboração de sua política de terras, definida após a Constituição Republicana de 1891, baseada, nas palavras de Machado (2004, p. 139),

na premissa segundo a qual Santa Catarina precisava desenvolver sua “indústria pastoril e agrícola” e, para isto, já contava com “terras ubérrimas” que eram “desabitadas”. Fica evidente a formulação de uma política de terras ligada ao estímulo da colonização europeia, voltada para o desenvolvimento de uma lavoura comercial – submetida aos interesses de capital mercantil e de empresas particulares especializadas em especulação com terras [...].

O processo de colonização em Santa Catarina assumiu um significado distinto das demais regiões do Estado Nacional, pois “a alegação de que o Estado não possuía condições para dirigir a colonização foi utilizada para justificar a forma como as terras foram passadas ao controle das empresas”. (Radin, 2009, p. 15). A essas empresas competia, conforme Nodari (2009, p. 34), por “em prática a opção de uma migração dirigida a grupos específicos que se adequassem aos padrões estabelecidos pelo governo estadual e por elas próprias, ou seja, que povoassem e colonizassem a região ordeiramente”. No Oeste, cuja colonização se iniciou após as definições fronteiriças entre o Paraná e Santa Catarina, em 1916, tal escolha não incidiu sobre a população local, mas sim sobre os teuto e ítalo-brasileiros das colônias do Rio Grande do Sul.

Radin (2009, p. 15) salienta que nessa política de ocupação territorial “misturaram-se os interesses privados aos públicos e, na prática, foram os empresários que, a seu modo, efetivaram o projeto de preenchimento dos ‘vazios demográficos’ ou da ‘conquista do sertão’”. (Radin, 2009, p. 15). À revelia dos seus antigos habitantes (indígenas, caboclos, sertanejos), o oeste catarinense recebe uma leva considerada de migrantes de origem teuto e ítalo-brasileira como protagonistas do processo de colonização.

Esses novos moradores, conforme Brandt e Nodari (2011, p. 86), “tanto teutos quanto ítalos, formavam grupos bastante fechados, dentro da sua identidade étnica com suas retóricas, símbolos e rituais através dos quais defendiam a manutenção e, se necessário, a renegociação das suas práticas socioculturais”. Assim, “a utilização do espaço até então habitado principalmente por caboclos sofreria modificações e remodelações com a chegada desses novos moradores, no decorrer dos anos” (Nodari, 2009, p. 57).

Quanto à população local, que não tinha a posse legal (título de propriedade/escritura) passariam, nas palavras de Hass (1997, p.51), “por intrusos, já que não se encaixavam com o novo sistema que se instalava”. Era o caso da maioria dos caboclos que habitavam o Faxinal do Tigre. Pela política de colonização, caboclos, posseiros e indígenas “não eram representados e nem protegidos pelo Estado” (Venson, 2023, p. 314), pois não incorporaram o processo produtivo preterido pelas autoridades regionais e estaduais, ou seja, não capitalizaram a terra nem produziam o excedente para venda.

A paisagem a partir de então passa por mudanças bruscas. Os caboclos vivenciaram, com o aporte da colonização, baseada na propriedade privada, na extração da madeira e no desenvolvimento da agricultura comercial, um processo de desterritorialização. A expropriação da população cabocla e a ruptura na forma dela lidar com a

terra pela nova lógica da mercantilização da terra, trouxe o resultado do “desenraizamento” (Renk, 2006) dos caboclos, não só de seu *habitat*, mas de seu *habitus* de vida, que se materializava na “paisagem cabocla” (Brandt, 2015). Renk (2006, p. 120-121) aponta que a situação de distintas lógicas socioespaciais promoveu as duas principais situações de conflitos:

A primeira, pela desvalorização, no mercado imobiliário, das terras próximas às dos intrusos, com a criação sem cerca [...]. Interessava à companhia o fim desta prática. A segunda razão, em nível de atitudes, seria a utilização das terras, isto é, com a agricultura rotativa. Uma utilização mais “racional” permitiria que diversas famílias, em exploração familiar, se valessem da área com resultados que, do ponto de vista do colonizador, seriam, seguramente, melhores. Além disso, o argumento étnico, de origem, embasou-se no desperdício de terras, e no não saber aproveitá-las corretamente.

Little (1994, p. 13) aponta que a migração colonizadora é também uma construção ideológica, “onde as virtudes pioneiras e as práticas agrárias são exaltadas, às custas das memórias espaciais dos habitantes originários da região”. Na colonização do Oeste os caboclos e as suas práticas espaciais foram alvo de desqualificação pelo colonizador e pelo poder público. A “roça cabocla” e sobretudo as práticas de criação em comum dos animais eram alvo constante de crítica, sendo chamadas de atrasadas e antieconômicas (Silva; Brandt; Moretto, 2017).

Essa relação do ponto de vista do colonizador, tanto em relação ao uso da terra pela população que antecedia à colonização, quanto pela existência de posseiros em regiões como o Faxinal do Tigre, pode ser, por exemplo observada na atuação de Wenceslau de Souza Breves na região. Breves foi funcionário da Secretaria da Fazenda, Viação e

Agricultura de Santa Catarina. Como membro da Comissão Técnica discriminadora de Terras do Estado entre 1919 e 1924, conseguiu acompanhar boa parte do processo de colonização do Velho Chapecó e a atuação de algumas companhias colonizadoras na região. No artigo “O Chapecó que eu conheci”, Breves (1985) registrou “alguns dados para julgar os elementos que o povoavam, sua mentalidade, seus hábitos e costumes, certos tipos que ali floresceram, sua primeira resistência a colonização, os defeitos e qualidades da primitiva e brava gente de Chapecó”. (Breves, 1985, p. 18).

Em seu texto, é possível encontrar a sua visão em relação à população cabocla, dentro daquilo que Renk (2006, p. 114) menciona como sendo o “olhar etnocêntrico do colonizador”, que “centrou-se na crítica aos ritmos temporais da população local, ao sistema brasileiro”. Conforme a autora, “o ritmo temporal [incluindo a espacialidade dessa população] foi visto como um dos grandes entraves à colonização”. Era assim descrita por Breves o costumeiro sistema de divisão de terras em terras de plantar e terras de criar:

A maior parte destes caboclos tinham seus ranchos em lugares já devastados, transformados em campinas. Mas iam fazer suas roças à beira de uma sanga ou rio à léguas de distância. Isto para não serem obrigados a fazer cercas e poderem ter seu cavalo e vaca (quando a tinham) perto de casa.

Isto fazia com que a moradia do caboclo fosse uma desolação: nem um pé de milho em torno, nem uma árvore frutífera, nem um pé de couve. Às vezes algumas galinhas e alguns porcos soltos, nada mais (Breves, 1985, p. 22).

A crítica não se resumia ao costumeiro uso da terra, mas também a “uma falsa concepção do que era posse: eles confundiam intrusão com posse. Para ele

Havia entre os caboclos de Chapecó, a respeito de terras, uma falsa concepção do que era posse: eles confundiam intrusamento com posse. Para eles, o fato de se estabelecerem em um pobre rancho e uma pequena roça em terras do Estado ou de particulares, lhes dava o direito de propriedade. (Breves, 1985, p. 25).

No Faxinal do Tigre, a atuação de duas empresas: a ‘Concessão Vargas’, pela companhia colonizadora subsidiária “Isaac Pan & Vargas” (com 15.408,20 hectares de terras) e “Concessão Kruel” pela companhia colonizadora subsidiária “Carlos Kruel Colonizadora” (com 30.000 hectares de terras), seguiram à risca a política de colonização estadual e as regras das concessionárias e subconcessionárias. Ambas receberam amplas faixas de terra do governo estadual, para a venda de lotes a compradores interessados, prioritariamente migrantes italianos e alemães do Rio Grande do Sul.

Os antigos habitantes inevitavelmente, foram expropriados. A concessionária “objetivando preparar a chegada do colono [...] expulsou gradativamente as sociedades indígenas e caboclas para permitir a entrada de colonos rio-grandenses e empreendeu a extração da madeira que tornou mais ágil o desenvolvimento da agricultura comercial”. (Vicenzi, 2008, p. 18). Ao chegar à Fazenda Faxinal do Tigre, os colonos se depararam com uma parcela populacional relativamente grande de caboclos, que já estavam no local desde aproximadamente 1870 (Sulsbach, 2025). Somente em 1919, mais de 90 pedidos de registro de terras foram solicitados no Faxinal do Tigre, como aponta Renk (2006, p. 119),

tomando unicamente o exemplo do Faxinal do Tigre, em Chapecó, em 1919, foram encaminhadas mais de noventa solicitações de compra das terras ocupadas nessa localidade. O tempo de posse constante nos pe-

didos varia de mais de 25 a mais de 50 anos. As áreas oscilavam de 10 a 6.100 hectares. Esses requerimentos foram, invariavelmente, indeferidos, pelo fato de a terra ter sido titulada pelo Paraná e revalidada por Santa Catarina.

Também Werlang (2006, p. 32-33) menciona o seguinte a respeito desses posseiros:

alguns posseiros do município de Chapecó chegaram a requerer terras, entre os quais: Bernardino Guilherme Zeferino, 161 hectares, e Emiliano Siqueira em Faxinal do Tigre; Cristiano José Leite, 100 hectares, e Ernesto José de Paula, 80 hectares, em Chalana. Todos os pedidos foram indeferidos no ano de 1919, sob alegação de não serem devolutas.

Além dos citados por Werlang (2006), nos registros de terras do Arquivo Público de Santa Catarina, encontram-se outros requerimentos originais em nome de Francisco José de Mello, Francisco Farias de Assis, Francisco Rolim de Moura, Evaristo José de Mello, Emiliano Vicente Torres, Eurozimbro Ribeiro de Melo, Emília Selias Vaz, Francisco Machado da Silva e Etelvina Maria das Dores. Apesar de informar ao tabelião da época os anos de posse das terras requeridas, que variavam de 20 a 49 anos, todos tiveram seus pedidos indeferidos com o seguinte despacho do governador do Estado, Hercílio Luz, em 1919: “indeferido, visto não estarem devolutas as terras que se pede” (Sulsbach, 2025).

Os indeferimentos dos pedidos dos posseiros estavam baseados na Lei nº 1.181, de 4 de dezembro de 1917, que reconhecia os títulos expedidos pelo Paraná antes do acordo de limites, anulando também futuras concessões (Werlang, 2006) o que impediu muitos caboclos de legalizarem suas posses. Diante da Lei, foi o colono que adquiriu a

terra mediante pagamento junto ao colonizador, o que lhe garantia a propriedade dela e passaria ao status de proprietário,

Para além da discussão do tempo de intrusão em Faxinal do Tigre, o artigo de Breves (1985) revela pontos de tensão entre os “intrusos” e os colonos recém-chegados. Os ditos “proprietários” da terra reclamavam que os posseiros não os deixavam trabalharem nela. “Rodolfo Fin tinha mesmo, funcionando nela (na terra), um dos poucos engenhos de serra do município, mas mal tinha o direito de derrubar um pinheiro.” (Breves, 1985, p. 26). Na narração de Breves (1985), os intrusos estavam dificultando o trabalho dos novos donos da terra. Era necessário fazer a “limpeza” da área, ou seja, era urgente desalojar/expulsar os “intrusos” do Faxinal do Tigre, para que os colonos pudessem “trabalhar” e a paisagem se adequasse aos moldes da colonização.

As diferentes concepções sobre o trabalho tornam-se um ponto de fricção na construção das paisagens pretéritas do Faxinal do Tigre. “Os métodos de trabalho destes [dos colonos], a constância, a organização, tudo isso que trazia a estes tão rapidamente a prosperidade.” (Breves, 1985, p. 26). Do ponto de vista econômico, os caboclos não sabiam trabalhar na terra e, portanto, não eram bem vistos pelos ideais de “desenvolvimento” da região.

As atividades laborativas foram o lema invocado pelos colonos de origem, na relação homem/natureza, principalmente a maneira, *o modus operandi*, do colono lidar melhor com a terra, tornando-a produtiva economicamente. As alteridades entre caboclos e colonos, que também eram materializadas na paisagem, com seus distintos usos e formas de acesso à terra, para a população cabocla representaram a existência, conforme Renk (2006), de duas alternativas: exclusão ao acesso e uso da terra, resultando na migração para áreas mais distantes da colonização, não sem resistências, ou a adaptação, se inserindo na nova lógica econômica. O destino dos que ficaram,

no entanto, foi marcado pela segregação espacial e étnica e invisibilização na memória oficial.

Seja por violência física ou simbólica, o (des)encontro desses modos de vida na paisagem cabocla e na paisagem construída a partir da colonização, vai promover conceitos e preconceitos, velados, percebidos ou exacerbados em termos pejorativos, especialmente em relação ao modo como o caboclo lida com a terra, flora e fauna local, recriando identidades culturais entre os dois grupos, aguçando territorialidades, estabelecendo territórios.

Considerações finais

A relação homem e natureza no estudo de caso do Faxinal do Tigre, revela algumas fricções, rupturas, permanências, renegociações, ressignificações, que às vezes são evidentes, outras vezes sutilmente aparentes. Em algumas situações os fatores biofísicos são decisivos nesta relação do humano com a natureza, em outras as tecnologias e as visões de mundo podem ser decisivas, mas em todas as situações o biofísico, o social e o cultural estão presentes e tornam-se “sistemas abertos que se modificam no andamento da história” (Pádua, 2012, p. 37).

O episódio relatado por Breves (1985) evidencia não só as fricções entre o humano e a natureza, na região oeste de SC, mas as fricções na construção na fronteira do humano (Martins, 2016). À revelia de antigos habitantes (indígenas, caboclos, sertanejos), o oeste catarinense recebe uma leva considerada de migrantes de origem teuto e ítalo-brasileira como protagonistas do processo de colonização. O aporte da colonização não modifica somente a paisagem, mas, revela a relação de poder prescrita entre os moradores locais e os que

chegam depois, encaminhando os primeiros para um processo de ‘desenraizamento’ (Renk, 2006) e posterior desterritorialização.

A população cabocla do Faxinal do Tigre foi expropriada com e a partir do processo de colonização instalado no oeste catarinense, durante a atuação das companhias colonizadoras, que mercantilizaram a terra. Esse fato, não isolado das ações governamentais do Estado e das políticas públicas, nem da visão eurocêntrica e darwinista de sociedade, ilustra, não somente a expropriação da terra, mas o desprezo pelo modo como os caboclos aparentavam física e socialmente, e como lidavam com a terra e com os recursos naturais de maneira itinerante na “roça cabocla” (Queiroz, 1981) materializada na “paisagem cabocla” (Brandt, 2015).

O episódio relatado pelo agente do governo resume o quanto os caboclos do Faxinal do Tigre foram estigmatizados quanto a sua cultura, seu modo de vida e até sua aparência física, considerados inferiores em comparação aos migrantes ítalo e teuto-brasileiros. Mas a questão principal foi o “cerceamento do acesso à terra nos modos realizados tradicionalmente e a retirada das áreas ocupadas, a limpeza destas para venda”, transformando a paisagem local e constituindo um grupo étnico forçado à “subalternidade e seus efeitos concretos, como a perda do modo de vida, do território e da territorialidade” (Renk 2006, p. 141).

A ruptura na forma de lidar com a terra provocou a despossessão e a expulsão dos posseiros de terras habitadas por longa data. Mais que intrusos, os colonos viam os caboclos como os “diferentes”, provocando também, a etnogênese dos “brasileiros” (Renk, 2006, p. 115). O conflito, nos diferentes aspectos, foi inexorável. O contato entre distintos grupos sociais, em região de fronteira, implica em reelaborações e renegociações no modo de vida, mesmo que não sejam percebidas. A fronteira, nesse sentido, se apresenta, também, como um

lugar de alteridade, no qual as diferenças são salientadas no encontro/confronto com outros grupos e com a transformação da paisagem.

Referências

ARRUDA, Rinaldo. “Populações tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. **Ambiente & Sociedade**, ano II, n. 5, p. 79–94, 1999.

BAUERMANN, Andressa Krieser; BRANDT, Marlon. Imagens de uma paisagem em transformação: a exploração madeireira em Pinhalzinho-SC entre as décadas de 1940 a 1970. **Geosul**, Florianópolis, v. 34, n. 73, p. 280–295, set./dez., 2019.

BRANDT, Marlon; NODARI, Eunice Sueli. Comunidades tradicionais da Floresta de Araucária de Santa Catarina: territorialidade e memória. *História Unisinos*. São Leopoldo, v. 15, n. 1, p. 80–90, 2011.

BRANDT, Marlon. Paisagens caboclas no oeste de Santa Catarina: colonização e rupturas. In: BRANDT, Marlon; NASCIMENTO, Ederson. **Oeste de Santa Catarina. Território, Ambiente e Paisagem**. Pedro e João: São Carlos, 2015. p.11–41

BREVES, Wenceslao de Souza. O Chapecó que eu conheci. **Revista do IHGSC**, Florianópolis, 3. fase, n. 6, p. 7-73, 1985.

BRIGHENTI, Clóvis Antônio. Processos de colonização e povos indígenas no Oeste catarinense. In: VALENTINI, Delmir José; MURARO, Valmir Francisco. (orgs.) **Colonização, conflitos e convivências nas fronteiras do Brasil, da Argentina e do Paraguai**. Chapecó: Ed. da UFFS; Porto Alegre: Letra e Vida, 2015.

CORRÊA, Dora Shellard. História Ambiental e a paisagem. **Halac**. Vol II, n. 01, p. 47-69, 2012.

GREGORY, Valdir. **Eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no Oeste do Paraná (1940–1970)**. Cascavel, Unioeste, 2002.

HASS, Monica. **Os partidos políticos e a elite chapecoense: um estudo de poder local – 1945 a 1965**. Chapecó: Grifos, 1997.

LINO, Jaisson Teixeira. O povoamento indígena do sul do Brasil: as contribuições da arqueologia e da história. In: RADIN, José Carlos.; VALENTINI, Delmir José; ZARTH, Paulo Afonso. (orgs.). **História da Fronteira Sul**. Chapecó: Ed. UFFS, 2016.

LITTLE, Paul Elliott. Espaço, memória e migração: por uma teoria da reterritorialização. **Revista de Pós-graduação em História da UnB**. V 2, n. 4, 1994.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas: Unicamp, 2004.

Mappa do Estado de Santa Catharina. 1930. Acervo digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart485878/cart485878.jpg>. Acesso em 21 de julho de 2022.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

NODARI, Eunice Sueli. **Etnicidades renegociadas**. Práticas socioculturais no oeste de Santa Catarina, Florianópolis: Ed. da UFSC, 2009.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. In.: FRANCO, José Luiz de Andrade; SILVA, Sandro Dutra e; DRUMMOND, José Augusto; TAVARES, Giovana Galvão (Orgs) **História Ambiental**: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza. Rio de Janeiro: Garamond, 2012, p. 17-39.

QUEIROZ, Maurício da Vinha de. **Messianismo e conflito Social**: a guerra sertaneja do Contestado (1912-1916). 3 ed. São Paulo: Ática, 1981. Coleção Ensaios, n. 23.

RADIN, José Carlos. **Representações da colonização**. Chapecó: Argos, 2009.

RENK, Arlene. **A luta da erva**: um ofício ético da nação brasileira no oeste catarinense. Chapecó: Argos, 2006.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. 5. ed. São Paulo: EdUsp, 2004.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

SILVA, Angela Regina da; MOREIRA, Elisabete Dal Piva; CORÁ, Luzia Margaret. **A presença cabocla na ocupação e colonização do município de Guatambu no período de 1910 a 1950**. 1998. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Unoesc, Chapecó, 1998.

SILVA, Claiton Márcio da; BRANDT, Marlon; MORETTO, Samira Peruchi. Transformando a paisagem: uma história ambiental de Chapecó. In: CARBONERA, Mirian. *et al.* (Orgs.). **Chapecó 100 anos: histórias plurais**. Chapecó: Argos, 2017.

SULSBACH, Ângela Regina. **O tempo antigos nos Faxinais do Tigre: paisagens e rupturas (1920-1950)**. Chapecó: Argos, 2025.

VENSON, Leticia Maria. Colonização e intrusão no Oeste Catarinense: o caso da Fazenda Faxinal do Tigre (1922). In: TEDESCO, João Carlos; NEUMANN, Rosane Márcia (org.). **Colonos, colônias e colonizadores: aspectos da territorialização agrária do Sul do Brasil**. v.6. Passo Fundo: EDIUPF, 2023.

VICENZI, Renilda. **Mito e história na colonização do oeste catarinense**. Chapecó: Argos, 2008.

WERLANG, Alceu. Antônio. **Disputas e ocupação do espaço no oeste catarinense: a atuação da Companhia Territorial Sul Brasil**. Chapecó: Argos, 2006.

Monarquia e República:

leis brasileiras que ampliaram a exclusão dos povos do Contestado

JUCEMAR ANTONIO SOUZA DA LUZ

A história fundiária brasileira é também a história da exclusão social e étnica. A terra era vista pelos povos originários como parte da própria vida, um lugar de abrigo, memória, espiritualidade e parentesco. Com a chegada dos portugueses, esse modo de se relacionar com o território foi sendo rompido. Aos poucos, a terra deixou de ser espaço de existência para se transformar em mercadoria.

Algumas das leis foram aplicadas de forma excludente a indígenas, africanos e caboclos. Exemplos disso ocorreram na Monarquia, com a Carta Régia de 13 de maio de 1808, que regulamentou, através de documentos oficiais, a posse de territórios e a Lei de Terras de 1850, determinando que as terras públicas só poderiam ser obtidas por compra. Acabaram alterando a forma como o território era organizado. Na prática, com essas medidas, foram deixados de lado justamente aqueles que já viviam aqui há gerações, que, sem recursos ou documentos formais, passaram a ser tratados como intrusos em suas próprias terras.

Já no período da República recém-instaurada, houve a promulgação do decreto nº 528, de 28 de junho de 1890, que estabeleceu a “*regularização do serviço de introdução e localização de imigrantes*” no Brasil, dispondo-se que

é inteiramente livre a entrada, nos portos da República, dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho (...) exceptuados os indígenas da Ásia ou da África que somente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admitidos. (art. 1º).

Essa norma sistematizou direitos de colonização, loteamento e instalação de famílias agrícolas e indústria, definindo lotes, critérios de migração, favores estatais para proprietários de terras e a exclusão explícita de categorias consideradas indígenas de determinadas origens. Assim, o decreto abre um capítulo decisivo na formulação de políticas fundiárias brasileiras, não apenas como instrumento de atração de imigrantes europeus, mas como mecanismo de ordenação territorial e racial que antecipa o modelo de colonização do Oeste e legitima a apropriação estatal e privada de terras tradicionalmente ocupadas por povos originários e caboclos.

Um pouco mais recente, e meses antes do Combate do Irani, temos a aprovação, em 3 de novembro de 1911, do Decreto nº 9.081, onde o Estado brasileiro instituiu um novo regulamento para o “Serviço de Povoamento” que passou a articular formalmente a colonização de imigrantes agrícolas por meio de empresas privadas, lotes rurais demarcados e incentivos estatais à fixação do proprietário-agricultor, em especial estrangeiro ou imigrante (BRASIL, 1911). Esse regulamento previa que

as empresas ferroviárias ou colonizadoras poderiam adquirir terras por compra, concessão ou acordo com

os Estados ou proprietários, autorizando inclusive desapropriações quando necessário (art. 121).

Assim, o decreto representa a continuidade e aprofundamento da lógica fundiária iniciada com a Lei de Terras de 1850: a apropriação estatal-privada de territórios, a marginalização dos que não podiam participar do esquema de colonização e a exclusão de comunidades tradicionais, como indígenas e caboclos, do acesso à terra em condições de pleno proprietário.

Essas leis e decretos, separados por pouco mais de cem anos, consolidaram a passagem de um regime baseado em concessões régias e ocupações tradicionais para um sistema de propriedade privada capitalista, inserido na lógica do mercado mundial. O impacto sobre os povos indígenas, negros libertos e caboclos foi devastador, criando as bases para o que o historiador José Carlos Radin chamaria, em seus estudos sobre o Oeste Catarinense, de “marginalização ao acesso e uso da terra” (RADIN, 2024, p. 174).

Neste artigo, busca-se demonstrar como a legislação fundiária da Monarquia e da República inaugurou um processo de invisibilização e expulsão territorial que culminaria, no início do século XX, na tragédia social da Guerra do Contestado (1912–1916).

Monarquia: a Carta Régia de 13 de maio de 1808

A Carta Régia de 13 de maio de 1808, assinada por Dom João VI, autorizava “*todas as pessoas, nacionais ou estrangeiras, a comerciar nos portos do Brasil, mediante os direitos que se arbitram*” (BRASIL, 1808). À primeira vista, poderia parecer apenas uma medida para liberar o comércio. Mas, na verdade, ela marcou o começo de uma mudança muito maior, pois abriu caminho para uma nova forma de

pensar o território, não mais como espaço de vida comunitário, mas como algo que poderia ser transformado em mercadoria.

Até aquele momento, o território da colônia era entendido juridicamente como parte integrante da monarquia portuguesa, regulado por doações régias, através das sesmarias. Com a abertura dos portos e a entrada do capital estrangeiro, especialmente o inglês, a terra passou a ser objeto de troca e especulação, ligado totalmente à expansão do capitalismo mercantil.

O historiador Fernand Braudel (1983) lembraria que “*a economia-mundo nasce quando o espaço e a natureza se tornam elementos de cálculo*” e pelo que percebemos, isso foi desencadeado no Brasil através da Carta Régia. A terra, até então um bem simbólico e comunitário, transformou-se em ativo econômico.

Esse movimento teve consequências profundas para os povos originários, que perderam progressivamente o direito ancestral sobre seus territórios. A carta de 1808, ao institucionalizar o comércio livre, também legitimou as concessões de terras a grandes companhias e particulares, consolidando um modelo de apropriação hierárquica e racializada do espaço.

A civilização, nas palavras da época, significava a domesticação da terra e de seus habitantes. O mundo indígena e caboclo foi visto como obstáculo ao progresso, inaugurando uma narrativa que mais tarde serviria para justificar a violência estatal nas campanhas de pacificação do interior, como a do Contestado.

A Lei de Terras de 1850: a exclusão legal dos pobres e nativos

A lei mais importante para as mudanças sociais ocorridas no Brasil, foi promulgada em 18 de setembro de 1850, a Lei nº 601. Foi o primeiro marco jurídico nacional a definir as regras de aquisição e

posse da terra. Seu artigo 1º estabelecia: “*Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra*” (BRASIL, 1850). Neste dispositivo, o Império rompeu com o antigo sistema de sesmarias e consolidou a privatização definitiva do território nacional. A terra deixava de ser um direito de uso e tornava-se uma mercadoria submetida à lógica do capital. Trata-se portanto de um marco referencial agrário no Brasil. Contudo, o Estado reorganizou a propriedade sem alterar a estrutura de poder, preservando os privilégios das elites agrárias, o que, aos olhos da Coroa, era fundamental.

Pelo que tudo indica, houve a necessidade da criação e aplicação do Decreto nº 1.318, de 30 de janeiro de 1854, para regulamentar a Lei de Terras. Ele estabeleceu regras mínimas para medir, demarcar e registrar as terras devolutas e exigiu que qualquer posse anterior fosse comprovada por documentos, algo completamente fora da realidade de indígenas, libertos e caboclos, pois transmitiam a ocupação da terra pela palavra, pela memória e pelos vínculos comunitários. O artigo 12 deixava isso explícito ao afirmar que só seriam reconhecidas as posses “*legitimadas por títulos ou outros documentos que provem a data e boa-fé da ocupação*” (BRASIL, 1854). Na prática, quase toda a população pobre, ou sem acesso ao capital, foi colocada à margem do direito à propriedade. O decreto não só colocou em funcionamento a Lei nº 601; ele a transformou num mecanismo ainda mais eficiente de exclusão, concentrando terras nas mãos de poucos e transformando milhares de caboclos e povos originários em ocupantes ilegais de lugares onde suas famílias viviam havia gerações.

Sem acesso à compra e sem condições de cumprir as exigências documentais impostas pelo decreto de 1854, esta população acabou sendo considerada posseiros ilegais, pois não possuíam os títulos. Essa transformação jurídica consolidou as condições legais que permitiriam, décadas depois, o avanço de companhias privadas sobre o in-

terior do país, especialmente nas regiões de fronteira agrária, como o Oeste catarinense, foco desta pesquisa.

No Oeste catarinense, o efeito foi direto. Conforme destaca Radin (2024, p. 160), “a construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande [...] acelerou o processo de apropriação privada da terra, que havia se intensificado após a Lei de Terras de 1850”. Grandes faixas de território, de até 15 quilômetros de cada lado dos trilhos, foram concedidas a empresas estrangeiras, como a *Brazil Railway Company*, configurando um novo ciclo de colonização interna, especulação territorial e expulsão camponesa.

A lei e seus decretos regulamentadores, todos sustentados pelo discurso da ordem e do progresso, produziram um regime de legalidade excludente, no qual apenas quem podia pagar ou comprovar documentalmente sua posse era reconhecido como cidadão-proprietário. Os demais, como caboclos, indígenas e ex-escravizados, tornaram-se aquilo que Frantz Fanon (1968) chamaria de “condenados da terra”, sujeitos cuja existência e pertencimento são negados pela própria estrutura do Estado.

República: os decretos de 1890 e 1911 – a discriminação institucionalizada

Com a chegada da República, a política de terras passou por transformações profundas. O governo começou a lançar mão de decretos para atrair imigrantes e organizar a colonização, mas essa abertura não veio acompanhada de igualdade. Na prática, alguns grupos acabaram recebendo privilégios, enquanto outros foram deixados de lado, e o território continuava sendo distribuído de forma seletiva. Nesse cenário aparecem o Decreto nº 528/1890 e o Decreto nº 9.081/1911, peças-chave para entender como o novo regime se em-

penhou em fixar imigrantes nas fronteiras agrícolas, ao mesmo tempo em que legitimava a tomada de terras que, há muito, pertenciam a povos indígenas e comunidades caboclas.

O primeiro deles, o Decreto nº 528, de 28 de junho de 1890, foi assinado por Marechal Deodoro da Fonseca nos primeiros meses da República. Ele pretendia organizar a entrada e o assentamento de imigrantes no país. Na justificativa, o governo afirmava querer mostrar seu compromisso em garantir “*os auxílios prometidos aos imigrantes para seu estabelecimento*” (BRASIL, 1890). Na superfície, parecia apenas um esforço para facilitar a vida de quem chegava; mas, por trás do discurso oficial, esse decreto já anunciava a lógica seletiva e racializada que moldaria a política de povoamento republicana.

Nas entrelinhas do discurso de abertura havia uma filtragem clara, o artigo 1º declarava livre a entrada de trabalhadores aptos ao labor, “*excetuados os indígenas da Ásia ou da África*” (BRASIL 1890). Essa restrição evidencia que a política de povoamento republicana carregava uma lógica racial implícita, ao mesmo tempo em que proclamava liberdade, selecionava quem poderia ou não fazer parte do projeto nacional. Também estimulava a parceria entre o Estado e proprietários rurais, oferecendo benefícios àqueles que recebessem imigrantes em suas terras.

Sendo assim, essa legislação moldou a ocupação do território brasileiro ao incentivar a chegada de trabalhadores europeus ou de grupos considerados adequados para ocupar as regiões agrícolas. Ao mesmo tempo, impunha barreiras explícitas a populações vistas como indesejáveis, reforçando uma política de exclusão que se escondia sob o discurso do progresso.

Duas décadas depois, em 1911, o Estado aprofundou esse caminho quando o Presidente Hermes da Fonseca promulgou o Decreto nº 9.081. O texto organizava o chamado “Serviço de Povoamento” e

aproximava ainda mais o projeto de colonização da expansão ferroviária, da agricultura e da atuação direta do poder público. Ele permitia que companhias ferroviárias, empresas de colonização ou mesmo particulares fizessem acordos com o governo para criar núcleos coloniais, espaços pensados para receber imigrantes e, ao mesmo tempo, reorganizar a ocupação das terras. No art. 121, parágrafo único, estabelece-se que “*as terras necessárias para os núcleos ou linhas coloniais serão adquiridas pela empresa (...) podendo (...) ser autorizada a desapropriação quando necessário*” (BRASIL, 1911). Esse mecanismo legaliza a desapropriação de territórios, muitas vezes aqueles nas fronteiras, para que empresas estrangeiras ou nacionais possam loteá-los entre colonos segundo seus próprios interesses.

Além disso, o decreto determina no art. 10, que os imigrantes que quisessem favores do Estado para se tornar proprietários só poderiam recebê-los se os núcleos coloniais estivessem em formação e dispusessem de lotes preparados para acolhê-los (BRASIL, 1911). Isso reforça a ideia de que a propriedade rural era pensada para acomodar os novos colonos selecionados, enquanto os ocupantes anteriores, indígenas, libertos, caboclos, eram sistematicamente ignorados como sujeitos legítimos do solo.

O regulamento também institui no art. 188, uma estrutura de inspeção, “*onde haveria inspetores do Serviço de Povoamento em cada um dos Estados: (...) Santa Catharina*”. Esses inspetores tinham atribuições para “*fiscalizar os núcleos coloniais, acompanhar a vida dos colonos, registrar informações sobre as colônias e negociar contratos de fornecimento para instalação*” (BRASIL, 1911). Isso conferia ao Estado não apenas poder formal, mas presença institucional nas fronteiras agrárias.

Quando analisados em conjunto, esses decretos não são simples medidas de estímulo à imigração, mas sim, parte de um projeto amplo

de reorganização territorial, no qual a República usa a colonização como meio para consolidar uma base fundiária moderna. Os imigrantes selecionados se tornam parte essencial desse projeto.

Para os caboclos, indígenas e famílias já presentes no interior, sem títulos formais de propriedade, essas normas significaram uma discriminação institucionalizada, pois suas ocupações, mesmo historicamente consolidadas, não eram reconhecidas como colônias legais ou núcleos agrícolas institucionalizados pelo Estado. A possibilidade de desapropriação estabelecida no decreto de 1911 torna-se uma ferramenta potente de expulsão legal, especialmente quando atrelada à expansão ferroviária, um vetor de poder econômico e territorial.

Ademais, o caráter civilizatório dessas políticas, anunciado como incentivo ao progresso nacional, escondeu uma lógica de dominação. Os imigrantes foram idealizados como agentes do desenvolvimento, enquanto os habitantes originais do território foram invisibilizados ou relegados a um segundo plano. A colonização, sob esse modelo, não foi apenas demográfica, mas estratégica, pois serviu para consolidar a propriedade privada, estruturar a concentração fundiária e redefinir quem tinha direito à terra.

Agravando este quadro, o Decreto nº 9.081/1911, embora não mencionasse diretamente a repressão armada, criou o ambiente institucional perfeito, que favoreceu a expansão de violências contra povos originários e caboclos e estimulou, de forma indireta, a formação de guardas de segurança privados, vaqueanos e bugreiros na região do Contestado. O Art. 10, ao vincular a concessão de favores e benefícios estatais à instalação de núcleos coloniais reconhecidos, consolidava um modelo de ocupação que excluía qualquer presença indígena ou cabocla, convertendo tais grupos em entraves administrativos ao povoamento. O Art. 121, ao autorizar desapropriações para fins de colonização, não apenas legalizava a substituição das formas tradicionais

de uso da terra, mas também pressionava pela desocupação imediata das áreas disputadas por empresas ferroviárias e colonizadoras. Já os Arts. 188 e 189, ao instituírem inspetores do Serviço de Povoamento e ampliarem o aparato de fiscalização territorial, reforçavam a necessidade de garantir segurança para a implantação dos lotes e das frentes colonizadoras, segurança esta, que o Estado não conseguia prover diretamente, abrindo espaço para a contratação de guardas privados, vaqueanos e grupos de bugreiros para realizar a limpeza do território. Assim, ao fortalecer companhias colonizadoras e coronéis, autorizar intervenções administrativas e impor a preparação prévia dos lotes, o decreto consolidou a lógica de que os indígenas e caboclos representavam obstáculos ao progresso, legitimando a violência extralegal praticada por esses grupos armados. Essa moldura legal e administrativa, ao naturalizar a eliminação dos indesejáveis, abriu caminho para o ápice da brutalidade estatal e paraestatal que marcou os anos seguintes. Aquilo que Maurício Vinhas de Queiroz definiu como a “fase do açougue”, quando a repressão contra os caboclos assumiu contornos de abate sistemático, expressão que sintetiza a política de extermínio no final e após a Guerra do Contestado (QUEIROZ, 1966).

Bugreiros para resolver o problema dos povos originários e vaqueanos para solucionar as questões com caboclos rebeldes, como observa Maurício Vinhas de Queiroz (1966), na etapa final do conflito a repressão assumiu o caráter de verdadeira caçada aos sertanejos, revelando que a moldura legal e administrativa montada pelo Estado abriu espaço para formas extremas de eliminação física dos caboclos.

Invisibilidade e neocolonialismo interno

As legislações fundiárias do século XIX consolidaram o que o economista equatoriano Pablo Dávalos (2005) denomina “neocolo-

nialismo interno”, um sistema pelo qual o Estado, mesmo após a independência formal, continua a reproduzir as hierarquias coloniais no interior de seu território. No Brasil, isso significou a continuidade de uma estrutura racializada do poder, a elite branca como proprietária e o indígena, o negro e o caboclo como o “outro” a ser domesticado.

A colonização europeia do Oeste catarinense, analisada por Radin (2024), exemplifica essa lógica. Enquanto os descendentes de italianos e alemães recebiam incentivos, créditos e lotes agrícolas, os povos nativos eram descritos como “vagabundos” ou “fanáticos”. Essa narrativa institucional, apoiada pela Igreja, pelo Exército e pelas elites regionais, constituiu um apagamento simbólico da presença indígena e cabocla.

De acordo com Gerson Witte (2017) compreendemos como a moldura legal e administrativa foi sentida no cotidiano das populações que viviam na região que mais tarde seria palco da Guerra do Contestado. Witte demonstra que a presença indígena e cabocla no planalto meio-oeste catarinense não era residual ou marginal, mas estruturante das práticas produtivas, das rotas de circulação e das formas de sociabilidade locais. Segundo o autor, a chegada das companhias colonizadoras e ferroviárias, amparadas pelos decretos republicanos e pela lógica de propriedade privada inaugurada pela Lei de Terras, produziu uma ruptura violenta, pois redefiniu como vazio um território densamente habitado e culturalmente consolidado. Essa redefinição permitiu que o Estado e as empresas tratassem os habitantes tradicionais como obstáculos, legitimando intervenções administrativas e também formas de repressão direta. Exemplo atual é reforçado por Witte, observando quE

na página oficial do governo catarinense sobre sua história, é destacada a fundação de cidades pelos portugueses e a chegada dos imigrantes europeus de origem

alemã e italiana, mas a população cabocla não aparece representada, nem mesmo na área referente ao Vale do Contestado. (2017. p 12)

Assim, o trabalho de Witte confirma, que a exclusão legal criada pela Monarquia e radicalizada pela República só se completou porque encontrou, no território, uma população tradicional que resistia e cuja resistência foi enfrentada por instrumentos formais, como leis, decretos, concessões e informais com os bugreiros, vaqueanos e jagunços de coerção.

Ao legitimar a exclusão em nome do progresso, o Estado criou o que se pode chamar de uma “terra da invisibilidade”. Um espaço onde a história dos vencidos é sistematicamente apagada para que o território dos vencedores possa ser celebrado como civilização.

Considerações finais

A análise das políticas fundiárias brasileiras, desde a Carta Régia de 1808, passando pela lei de terras de 1850 até os decretos republicanos de 1890 e 1911, revela um longo e sistemático processo de construção jurídica da exclusão territorial. A terra, que para povos originários e comunidades caboclas constituía espaço de vida, memória e ancestralidade, foi progressivamente convertida em mercadoria e instrumento de poder. Esse trajeto histórico consolidou uma lógica de Estado que, sob diferentes regimes, manteve intacta a estrutura desigual de acesso ao território. Da proibição de adquirir terras devolutas sem compra, imposta pela Lei de Terras, à criação de mecanismos de colonização seletiva e de desapropriação compulsória nos decretos republicanos, formou-se um aparato legal que restringiu os direitos

dos habitantes tradicionais e privilegiou imigrantes e empresas privadas, sobretudo ferroviárias e colonizadoras.

No Oeste catarinense, esse conjunto de normas não apenas transformou o território, mas também redefiniu quem era reconhecido como sujeito legítimo da terra. Caboclos e indígenas, impossibilitados de cumprir os requisitos documentais, financeiros ou raciais impostos pela legislação, foram convertidos em intrusos dentro de seus próprios espaços. O Decreto nº 9.081/1911, institucionalizou de modo exemplar essa dinâmica, regulou a preparação prévia dos lotes para imigrantes, autorizou desapropriações para as empresas de colonização e estabeleceu a presença de inspetores do Serviço de Povoamento, criando o ambiente perfeito para que coronéis, companhias privadas e grupos armados expandissem seu controle sobre o território.

Assim, a legislação não aparece como pano de fundo neutro, mas como motor ativo da violência. Ela forneceu a justificativa administrativa e territorial para que guardas de segurança, vaqueanos e bugreiros atuassem na desocupação humana do espaço, eliminando, expulsando e aterrorizando populações consideradas obstáculos ao progresso. Ao mesmo tempo em que proclamava o avanço da civilização, o Estado legitimava uma prática extralegal de extermínio que atingiria seu ápice durante e após a Guerra do Contestado. É nesse contexto que ganha sentido a formulação de Maurício Vinhas de Queiroz ao mencionar a “fase do açougue”, quando a repressão assumiu formas violentas contra os caboclos, mostrando que a construção legal do território e sua limpeza étnica caminharam lado a lado.

Ao longo do século XIX e início do XX, consolidou-se, portanto, um regime de neocolonialismo interno, nos termos de Pablo Dávalos, a manutenção das hierarquias coloniais sob aparência de modernização republicana. A terra convertida em propriedade priva-

da capitalista funcionou como eixo de sustentação dessa nova ordem, enquanto a invisibilidade indígena e cabocla tornou-se fundamento para operações de expulsão, violência e apagamento histórico.

Como demonstra José Carlos Radin, a política fundiária e colonizadora instaurada no Oeste catarinense consolidou um regime em que empresas privadas e autoridades locais operavam como extensões do próprio Estado, produzindo uma questão agrária marcada pela violência estrutural, pela expulsão de posseiros e pela conversão de territórios tradicionais em mercadoria. Ao reafirmar que a disputa fundiária foi central para a eclosão do conflito, Radin evidencia que a guerra não pode ser separada da longa história de expropriações, cercamentos e criminalização das populações caboclas.

O que se observa, enfim, é que a Guerra do Contestado não pode ser compreendida como simples conflito messiânico ou rebelião sertaneja, mas como consequência direta de uma longa trajetória de políticas fundiárias excludentes, racializadas e violentas. A “terra da invisibilidade” não é metáfora, é o produto histórico de decisões jurídicas que, ao definirem quem tem ou não direito de existir no território, moldaram profundamente a paisagem humana, social e política do Brasil.

Referências

BRASIL. *Carta Régia de 13 de maio de 1808*. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/carreg_sn/antioresa1824/cartaregia-40169-13-maio-1808-572129-publicacaooriginal-95256-pe.html. Acesso em: 04 out. 2025.

BRASIL. *Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850 (Lei de Terras)*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/10601-1850.htm. Acesso em: 04 out. 2025.

Espaço rural, ruralidade e transformação da paisagem no núcleo colonial de Nova Teutônia (1920–1960)

MAICOLN VIOTT BENETTI

O presente trabalho analisa o processo de colonização desenvolvido com a imigração alemã a partir da formação do núcleo colonial de Nova Teutônia, território pertencente ao atual município de Seara/SC, localizado no Alto Uruguai catarinense. Utilizando uma abordagem interdisciplinar, são explorados os elementos que definem a formação e transformação do espaço rural e da ruralidade na região para compreender o processo de transformação da paisagem, no período que se estende entre as décadas de 1920 a 1960. Destaca-se a ação das Companhias Colonizadoras na reconfiguração do território e a importância das trocas sociais e culturais entre imigrantes e povos originários na relação entre si e com a natureza.

A chegada dos imigrantes alemães e a interação com os povos indígenas e caboclos resultaram na construção de identidades locais, laços de pertencimento e na adaptação de práticas agrícolas e culturais, a princípio, numa relação de proximidade com os povos originários,

em seguida, com afastamento e imposição de novas relações socioambientais. Com os relatos dos colonizadores, o uso de fotografias e mapas e o diálogo com produções científicas que pensam a colonização do oeste de Santa Catarina, encontramos alguns elementos que possibilitam compreender a dinâmica rural e a afirmação da ruralidade e suas implicações na paisagem.

A paisagem, como salienta Aziz Ab'Sáber (2003, p. 9), “é sempre uma herança” que é relacionada tanto a processos fisiográficos e biológicos, quanto constitui um bem patrimonial dos povos que a herdaram, como território de atuação de suas comunidades ao longo da história. Remonta a processos temporais, de atuação antiga ou recente, seja pela ação humana ou pelos próprios fenômenos da natureza, que agem desde tempos primordiais, até as forças de produção econômica do presente (Ab'Sáber, 2003).

O espaço geográfico é referência para diversas relações sociais, sendo significativo e concebendo sentido para múltiplas existências, que constituem identidades individuais e coletivas. O espaço rural, quando definido, recebe critérios mais restritos, relacionados a aspectos econômicos e espaciais, atrelado principalmente a oposição entre campo e cidade, porém, para compreender suas especificidades, é importante observar os interesses e as ações de força dos atores sociais e a construção de identidades em determinada localidade. A ruralidade, por sua vez, é um processo dinâmico de transformações, está relacionada a incorporação de novos elementos, como técnicas, valores e hábitos que promovem a restauração das tradições locais, reestruturadas pelo contato social com diferentes culturas (Carneiro, 2008).

Ou seja, “rural” e “ruralidade” são categorias de pensamento distintas, mas se aproximam. Enquanto o rural é compreendido como uma categoria espacial e geográfica, referente a uma localidade não urbana, a ruralidade é vista como algo mais amplo e abstrato, que envolve

identidades, territorialidades, modos de vida relacionados à natureza, diferentes práticas culturais e relações sociais que dão sentido a forma com que diferentes povos se relacionam com a terra, envolvendo diferentes tempos e espaços. Ambas visam compreender como as construções sociais em suas vivências e mobilidades configuram renovações constantes ao espaço. Dessa forma, o espaço rural moldado pelas ruralidades possibilita evidenciar na paisagem suas transformações.

O núcleo colonial de Nova Teutônia foi fundado no ano de 1922 pela Companhia Colonizadora Luce & Rosa, empresa que adquiriu as terras para desenvolver o processo colonizador na região, O nome teuto, definido pela colonizadora, tinha como intenção propagar a (i)migração germânica para esta localidade, principalmente pela experiência adquirida pelos alemães no Sul do Brasil com trabalho em áreas de floresta. Em 1922, são alocadas três famílias oriundas do Rio Grande do Sul, dando início ao projeto de colonização alemã na localidade (Pansera, 2022).

Na perspectiva de Poli (2006), a formação social e cultural do oeste catarinense é dividida em três fases, a colonização por alemães e italianos é a terceira destas fases. A primeira se dá com a presença indígena no território, a qual, até o século XIX se mantinha praticamente sem contato com o avanço da colonização exploratória comandada, a princípio, pelos interesses portugueses. A segunda é observada com a presença da população cabocla. A primeira e a segunda fase são caracterizadas pela relação íntima com a natureza, pouco exploratória e com vínculos sensíveis com a terra que definiam suas práticas na relação com o território, fundamentais para definir a territorialidade desses povos, extremamente associada com suas identidades, como salienta Nodari (2009).

Para compreender a formação do espaço rural e da ruralidade, a princípio busca-se o entendimento da relação que os povos originários

desenvolveram com a terra, a partir da qual constituem suas identidades individuais e as coletivas. Com o processo de colonização e as relações de força impostas sobre o território e seus habitantes, ocorre a imposição de novas identidades, que, ao serem negociadas num espaço de fronteira, se interseccionam e permitem compreender a emergência de novas relações culturais com o meio, de ordem produtivista.

A relação com a natureza e a territorialidade na formação da identidade indígena e cabocla

De acordo com Bringhenti (2013), os primeiros povos indígenas habitantes do território catarinense foram os Kaingang, seguidos pelos Xokleng e posteriormente pelos Guarani. Atualmente, os povos mais representativos são da etnia Kaingang. No espaço territorial do Alto Uruguai catarinense, duas áreas indígenas estão demarcadas: o Toldo Chimbangue e o Toldo Pinhal.

Historicamente, o governo brasileiro, em relação aos povos indígenas, adotava como estratégia o aldeamento. Dessa forma, os povos eram retirados de suas terras que habitavam tradicionalmente e eram realocados em outro espaço, para que o contato com a colonização exercesse maior controle sobre eles. No oeste Catarinense, após muitos conflitos, os Kaingang foram se aldeando, já no Rio Grande do Sul, os grupos desejavam manter-se distantes da colonização. Esses grupos, sob forte ameaça, migraram para a região do Rio Uruguai em meados do século XIX. Em um contexto de opressão e violência, acabaram por ocupar as regiões de mata que permaneciam inexploradas, nas margens do Rio Irani (D'Angelis, 1984).

O Toldo Chimbangue, também conhecido como Toldo Irani, de acordo com a memória Kaingang, tem sua origem pelo fato da fa-

mília de Antonio Chimbanguê ser uma das primeiras a se estabelecer na região. Os Kaingang passando a viver em uma região de mata rica em vegetação, com pesca abundante e terras férteis, praticavam a agricultura, a caça e a pesca e exploravam recursos da natureza, como a erva-mate (D'Angelis, 1984).

Sobre o modo de vida, os Kaingáng encontravam na natureza toda a matéria-prima fundamental para sua existência material. Confeccionavam artesanato para a caça e para cestarias, desenvolviam a caça e a coleta e praticavam a horticultura. A cultura Kaingang está profundamente arraigada a natureza, ocupando vastas áreas de floresta para assegurar seu modo de vida. O avanço colonizador, desde o período colonial, deslocou a população para áreas cada vez mais distantes das terras tradicionais, levando-os à ocupação de áreas no oeste catarinense, cuja presença já era significativa no decorrer do século XIX, resistindo ao processo de aculturação imposto pelo domínio da colonização (Peres, 2009).



Imagem 1. Povos Kaingang da região do Rio Irani. Fonte: *O diário de Fritz Plaumann*.

A imposição colonizadora sobre a terra está diretamente relacionada com a ação da Cia Colonizadora Luce & Rosa que atuou na região, levando a exclusão dos povos indígenas de seus territórios. O Toldo Pinhal está localizado na margem oeste do Rio Ariranha, muito próximo a Nova Teutônia, pertencente atualmente ao município de Seara/SC. Com as lutas recentes pela demarcação das terras ocupadas pela colonização, a identidade kaingang passou por um processo de reafirmação (Giarretta; Lino, 2018).

Para além de um espaço geográfico puro, fixo e estabelecido, a territorialidade que envolve a percepção dos Kaingang está relacionada a um lugar de memória, tanto individual quanto coletiva. É um local de afirmação da identidade, onde elementos naturais e sociais existem em comunhão, permitindo assegurar a continuidade das tradições. No território, compreende-se a cultura, a afirmação do sagrado, a constituição de símbolos nos quais a terra dá sentido às memórias, em um elo com os antepassados como força de pertencimento e realização enquanto sociedade. A territorialidade, portanto, é um espaço físico e simbólico, onde se realiza a vida material e espiritual, num laço contínuo com a terra (Giarretta; Lino, 2018).

A ação colonizadora não impactou unicamente a vida das comunidades indígenas, acabou afetando drasticamente também a vida das populações caboclas que tinham suas posses e habitavam estes territórios. Habitantes tradicionais da fronteira do Sul do Brasil, a compreensão que se tem sobre a população cabocla é estabelecida por aspectos sociais e culturais, geralmente vistos como um grupo formado por pessoas pobres, que trabalhavam para os grandes proprietários de terra, ou posseiros que viviam do uso dos recursos naturais e das práticas de uso comum da terra, como a criação de animais à solta. A dimensão social e cultural do caboclo aparece de forma fundamental na constituição da territorialidade cabocla nas localidades em que es-

tabeleciam seu modo de vida. Sua identidade se fundamenta na reprodução de práticas e costumes em conexão com o ambiente onde vivem (Brandt; Cassaro; Naibo, 2021).

Para esses povos, a ruralidade pode ser observada a partir de práticas de subsistência, como a caça, a pesca, a coleta, o trabalho artesanal, as técnicas agrícolas, como é o caso da “coivara”, entre os indígenas, que consistia na derrubada das árvores, no fogo para limpeza, e na plantação; ou como ocorre no caso da “roça cabocla” que consistia na formação de duas áreas, uma para a plantação de alimentos, outra para criação de animais à solta, comum entre a população cabocla que vivia na região.

Tanto indígenas como caboclos tratavam a terra como um espaço natural dado para satisfazer suas necessidades de sobrevivência material e espiritual. A terra era um bem coletivo compartilhado pelo grupo, sem concepção de posse ou propriedade, qualquer relação mercantil de produção de riquezas não faziam parte de sua cultura. A colonização, ao alterar estas relações, aos poucos redefine o espaço com novas concepções socioespaciais e econômicas (Radin, 2009).

A atuação da Colonizadora Luce & Rosa e Cia

A colonizadora Luce & Rosa possuía escritórios de atuação no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina e também contava com agentes atuando na Europa, em países como a Alemanha e a Itália. As consequências do Tratado de Versalhes (1919), ao responsabilizar a Alemanha pela Primeira Guerra Mundial, provocaram uma grande recessão econômica ao país, levando muitas famílias à pobreza e a considerar a migração como alternativa para escapar da crise. Nesse contexto, as pretensões da Luce & Rosa são exitosas. As propagandas que veiculavam do Sul do Brasil como um ambiente rico em recursos

naturais, assim como o discurso de progresso e modernidade projetado para o oeste de Santa Catarina convenceram grande número de alemães tomar a decisão de migrar para a região. No Alto Uruguai catarinense, a projeção de um trilho de trem percorrendo as margens do Rio Uruguai configuraram um atrativo importante, a comunidade de Nova Teutônia, apelando a uma origem teuta, também foi um atrativo, como nos revelou o imigrante Fritz Plaumann em seu diário.

Podemos ver (Imagem 2) a área de atuação na Luce & Rosa, tanto no lado do Rio Grande do Sul, como em Santa Catarina, nas margens do Rio Uruguai, assim como o traçado da estrada de ferro. É possível observar em destaque a localização de Nova Teutônia, nas margens do Rio Ariranha, afluente do Rio Uruguai, pertencente, nessa época, ao município de Cruzeiro, atual Joaçaba. O município de Cruzeiro, juntamente com Chapecó, é fundado após o Acordo de Limites (1916) entre Paraná e Santa Catarina no período pós-guerra do Contestado.

A empresa Luce & Rosa iniciou sua atuação em Nova Teutônia no ano de 1919, quando enviou agrimensores para demarcar a área em lotes coloniais. Os rios se tornaram importante referência para a atuação dos agrimensores na definição dos lotes. Analisando a atuação da colonização no oeste catarinense, de acordo com Werlang (1992), os lotes rurais eram demarcados de acordo com a orientação do traçado dos rios. De cada leito partiam as marcas, as quais dividiam as terras entre dois rios, formando uma divisa seca chamada de “travessão”. O conjunto dos lotes formavam as “seções” e “linhas” que formavam as comunidades rurais. Essa dinâmica divisória também servia de guia para a construção das estradas, tanto as gerais, quanto as vicinais.

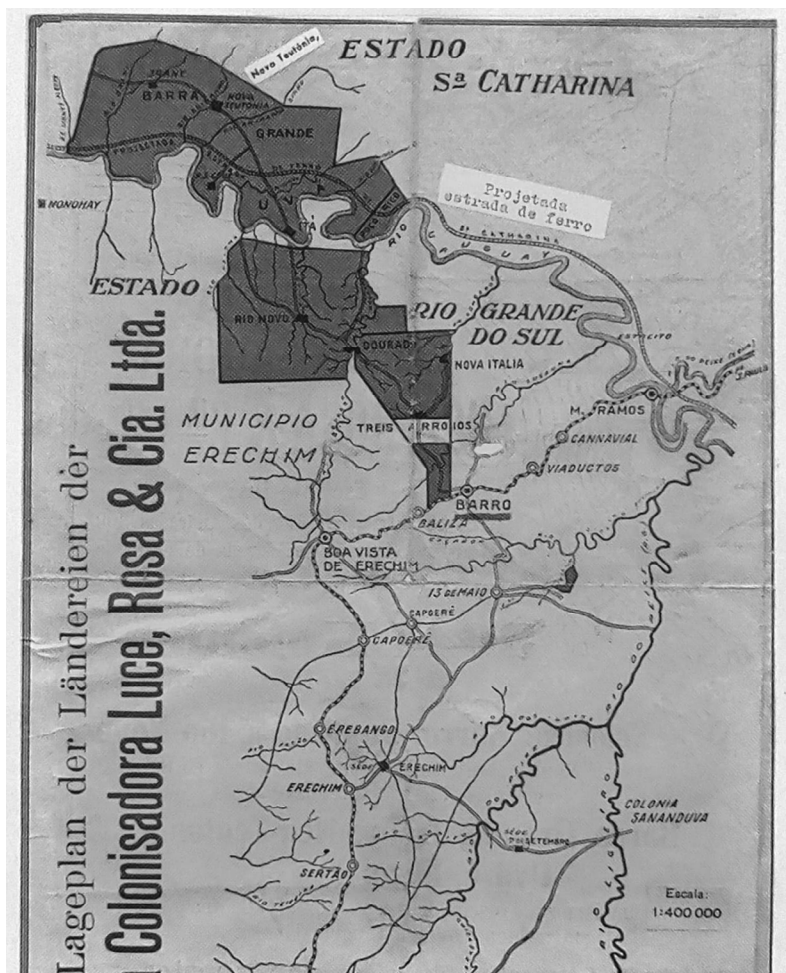


Imagem 2. Panfleto com a Planta de Localização das Terras da Companhia Colonizadora Luce Rosa e Cia. Fonte: *O Diário de Fritz Plaumann*.

No esboço (Imagem 3), é possível ver a divisão dos lotes Sede Irani, localidade próxima a Nova Teutônia. Destaca-se a presença dos rios e o traçado do caminho que levava a Nova Teutônia e, do outro lado do Rio Irani, levava a Passo dos Índios (Chapécó). O lote de número 407 foi adquirido pela família Plaumann.

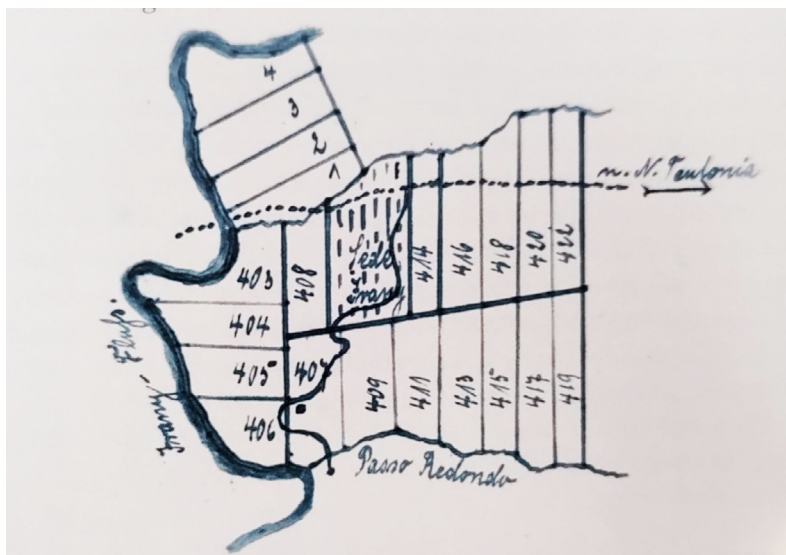


Imagem 3. Esboço da demarcação dos lotes na região de Sede Irani. Fonte: *O Diário de Fritz Plaumann*.

Como afirma Onghero (2013), a ação das Companhias Colonizadoras no Oeste catarinense foi fundamental para a formação do espaço rural, mapeando a região, organizando as terras em lotes, seguindo uma lógica padronizada, fundamental para a formação não só das propriedades rurais, mas também das comunidades constituídas pelos moradores destas propriedades. O modelo agrícola, caracterizado pela policultura, também está relacionado à estruturação dos lotes rurais, com média de 15 hectares cada.

A atuação das Companhias Colonizadoras na venda dos lotes é parte de um projeto estabelecido na época de apropriação privada da terra, de acordo com Radin (2009). Esse projeto, observado no município de Cruzeiro, fazia parte de uma política de colonização incentivada pelo governo do estado, levada a cabo por empresários ligados às Companhias Colonizadoras. Assim, a longa extensão territorial do

município foi dividida em núcleos coloniais, e estes em lotes que foram comercializados aos colonos de origem europeia.

Além dos elementos na ordem das colonizadoras na ampliação dos núcleos coloniais, a natureza é explorada de diversas formas, assim como, as características ambientais fomentaram novas práticas e relações com o espaço. A grande quantidade de espécies madeiráveis das florestas possibilitaram a exploração de madeiras, promovendo a implantação de serrarias, que poderiam utilizar os cursos de água para mover suas engrenagens, assim como a construção de moinhos, seguindo a mesma dinâmica. Tais atividades desenvolveram em torno de si comunidades que evoluíram para núcleos urbanos. O relevo acidentado pode ser um fator para explicar a constituição de lotes rurais menores, constituindo pequenas propriedades agrícolas baseadas no trabalho familiar (Onghero, 2013).

A condição geográfica no que se refere à antiga região de Cruzeiro, cabe destacar, é um espaço heterogêneo, com diferentes características, boa parte é constituído por uma área definida como Campos de Palmas. Esse território foi palco do avanço luso-brasileiro no século XIX, com a política expansionista iniciada com Dom João VI. Impulsionando o avanço para a região Sul, nessa região de campos, desenvolveu-se fazendas de criação de gado. Na região que compreende a bacia do rio Uruguai, com seus vários afluentes, tem-se uma área de vales e matas. Com as formações das fazendas nos campos, os povos originários acabaram se deslocando para a região de matas, nas margens dos rios, tendo o contato novamente com a colonização desta região no decorrer do século XX.

As concepções e representações do espaço geográfico, também são fundamentais para se pensar o oeste catarinense. A região era vista como “um grande vazio demográfico”, na qual a população tradicional era invisibilizada, ou tratada como “intrusa”. Um local a ser “civi-

lizado”, como direcionava o discurso político que via a necessidade de pensar o Brasil como um país moderno. A expansão territorial, visava o avanço para o interior com a “conquista do sertão”, percebido como um local não civilizado, de natureza selvagem, habitado ou não, permeado por hábitos primitivos (Radín, 2009 p. 48-49).

As relações socioculturais dos povos originários com a terra definiam identidades próprias. Há, portanto, fatores que definem a ruralidade nas suas práticas e ações, ou seja, nas relações com o espaço no qual habitam e realizam suas condições de existência, tanto material como cultural e simbólica. Tais aspectos, quando encontram a colonização de origem europeia, serão fundamentais para a constituição de novas ruralidades e, conseqüentemente, também servem de elemento para a constituição do espaço rural, como veremos no caso de Nova Teutônia.

O avanço da colonização alemã em Nova Teutônia e alguns aspectos da formação do rural e da ruralidade

A família Plaumann chegou em Nova Teutônia no mês de novembro de 1924, instalando-se em um lote de 14,8 hectares adquiridos da empresa Luce e Rosa. No lote, havia uma moradia pertencente aos antigos moradores, definidos por Fritz Plaumann como “intrusos”, referindo-se a eles como “brasileiros”. Encontraram um terreno com vestígios de culturas agrícolas, como cana-de-açúcar e bananeiras, dando início, já nos primeiros dias, a preparação da terra para o cultivo de feijão (Spessatto, 2001).

Fritz Plaumann registra nas páginas de seu diário as relações que vivenciaram em meio ao novo ambiente. Mesmo sem experiência agrícola na Europa, pois viviam em um ambiente urbano, aos poucos, desenvolveram e aprenderam técnicas de agricultura e subsistência,

com aparatos para a pesca, a caça, a coleta de mel e a criação de animais, como porcos e galinhas. O contato com indígenas e caboclos foi fundamental nesse processo, como o relato deixado pelo Sr. Wöllen Möller sobre aquele momento:

Aqui era tudo mato. Chegamos abrindo picada a fação e foice, fazendo calo nas mãos. Nós não conhecíamos as madeiras, nem o que plantar, nem o que era para comer. Então agradecemos por ter a ajuda de alguns índios que nos ensinaram. E a gente se dava muito bem naqueles primeiros anos com os índios, senão nós estávamos todos perdidos. Naquele tempo, no meio do mato, só tinha coisa para comer quando se encontra-se alguma fruta. (Depoimento para Arlindo em 27 de maio de 1998.) (Pansera, 2022, p. 5).

Na mesma perspectiva, Fritz Plaumann (2001) relata que aquele período foi um tempo de ausência de recurso. Segundo ele, não havia praticamente ferramentas para o trabalho, como enxadas e foices. Não havia meios de locomoção na mata, somente algumas picadas para locomover-se com cavalos e mulas, mas estes animais eram raros, poucos possuíam. Moinhos e serrarias eram distantes, encontrados apenas em Passo dos Índios (Chapecó), distante 16 km da região.

Enquanto a agricultura não gerava frutos, buscavam a alimentação através da caça, da pesca e da coleta de mel, como podemos ver no relato a seguir:

Domingo, 11/01/25, colhemos o primeiro cacho de bananas. Derrubamos uma árvore que ficava de pé ainda na roça e que se desfez em pedaços. Em um pedaço de tronco encontramos uma colmeia de pequenas abelhas pretas (Apidae-Meliponinae), cujas ninfas tinham o tamanho de formigas médias. Colhemos 2 kg de mel e a criação com os alvéolos levamos para casa,

mas eu tinha pouca esperança de que iriam progredir. As Jaty-abelhas, colhidas em dezembro já estavam trabalhando (Plaumann. In: Spessatto, 2001, p. 57).

Além da natureza ser fundamental para a vida nos primeiros anos da colonização, o contato com a população local possibilitava a aquisição de técnicas de pesca, como o uso do “paris”, relatado por Fritz Plaumann, assim com a aquisição de munição para a caça. A formação da ruralidade entre os colonos alemães é construída na relação com a natureza, no contato com os povos tradicionais e no desenvolvimento das práticas agrícolas. Porém, o pensamento inserido pela cultura destes imigrantes alemães observou a natureza como recurso, voltando-se à ordem do capital econômico, sendo o trabalho determinado ao acúmulo de riqueza e capital, com atividades voltadas para o lucro e o desenvolvimento comercial.

As práticas agrícolas observadas entre muitos imigrantes, nas primeiras décadas da colonização, ocorriam com a utilização do fogo para manejar a floresta. A mata era derrubada com o uso do machado, em seguida ateavam fogo, o plantio era feito de forma direta no solo coberto pelas cinzas. A fertilizada dos solos disponível nos vales do rio Uruguai assegurava o desenvolvimento das culturas agrícolas. Os imigrantes que se adaptaram ao ambiente e desenvolver tais técnicas de manejo, aprendidas na relação com os povos da região, garantiram o progresso de suas famílias. Da mesma forma, as relações sociais ofereciam uma variedade de animais domésticos, como galinhas, cavalos e bois, essências para a sobrevivência dos colonos que chegavam na região praticamente sem nada.



Imagem 4. Imigrante de origem alemã praticando a agricultura. Fonte: *O Diário de Fritz Plaumann*.

A propriedade privada da terra inserida para os grupos étnicos europeus, de acordo com Radin (2009, p. 91), impulsionou alterações nas relações socioambientais. Os povos tradicionais foram considerados “forasteiros” em seu próprio território, enquanto os colonos iam se tornando “estabelecidos”, numa perspectiva diferente de uso da terra, transformando-a em negócio. Aos poucos, os relatos de Fritz Plaumann revelam alguns elementos que apresentam algumas dessas novas relações com o espaço, como por exemplo, o desenvolvimento de uma casa comercial e a aquisição de um caminhão.

Neste processo, como destaca a historiadora Eunice Nodari (2009), com o avanço da fronteira agrícola ao oeste catarinense pela colonização, promovida nas primeiras décadas do século XX:

Cria-se, nessas áreas, não somente uma história de destruição do antigo modo de vida de seus ocupantes anteriores, de devastação da floresta, mas também uma história de resistência, de protestos daqueles que estão ocupando a área, nesse caso o caboclos e, ainda, de sonhos e de esperanças daqueles que estão adentrando na fronteira, ou seja, os teuto e itálos, que tentam recriar na região a sua cultura étnica (Nodari, 2009, p. 59).

Ou seja, no processo de adaptação, os colonos observam e compreendem as relações dos povos tradicionais com o ambiente, mas, aos poucos, suas intenções mercantis prevalecem, impondo novas relações sociais e econômicas no uso da terra, e distanciam-se da visão preservacionista e do cuidado com a natureza próprios das comunidades tradicionais. Em decorrência do processo colonizador, os habitantes tradicionais da região acabam excluídos do acesso à terra e conseqüentemente, de suas práticas culturais.

O encontro e desencontro entre visões de mundo distintas criou um ambiente de descoberta do outro. Para os teuto, na necessidade de adaptação e estabelecimento, muitas vezes significou amparo e conhecimento de técnicas de usufruto da natureza e de práticas agrícola de subsistência. Para os caboclos significou sua redução a condição de minoria e exclusão. Em um paralelo entre o colono branco e o caboclo, se definia a etnicidade dos caboclos, estereotipado como violento durante a Guerra do Contestado, inquerido por um olhar preconceituoso a julgar suas práticas de trabalho, mas por vezes, enaltecido em certos discursos. As relações socioculturais cotidianas entre os grupos étnicos, gerou uma constante renegociação da etnicidade (Nodari, 2009).

Como é exposto por Fabrin (2013), há uma influência mútua na formação cultural no oeste catarinense, num processo de trocas entre os antigos habitantes com os novos, tanto nos aspectos materiais

como imateriais. Há um sincretismo cultural formado pela convivência entre povos de diferentes origens, enriquecida pela incorporação de práticas, técnicas, hábitos e costumes. No município de Seara, a chegada dos primeiros colonizadores, foi marcada pela afirmação da necessidade de sobrevivência num ambiente novo, cujo modo de pensar e agir, implícitas ou explícitas, aos poucos são influenciadas pelas convivências e socializações interétnicas (Fabrin, 2013).

No conjunto da formação do espaço rural, o desenvolvimento das comunidades é outro elemento importante. A comunidade dá sentido ao desenvolvimento sociocultural, fundamental para a afirmação da ruralidade e o desenvolvimento dos espaços rurais, da mesma forma, deixa contornos característicos na paisagem. Fritz Plauermann, escreve sobre a inauguração da escola e da presença da igreja em Nova Teutônia:

Domingo, 20/03/27. Inauguração do prédio da escola particular que passou a servir, provisoriamente, para a igreja, até que fosse possível construir um prédio próprio. O prédio era feito de madeira, as tábuas de pinho tiveram que ser trazidas de longe. Foi indicado como professor provisório o senhor Hans Hillmann. Para a direção da escola foram eleitos o senhor Watermann e eu (Plauermann. In: Spessatto, 2001, p. 77).

A comunidade conecta as famílias e desenvolve uma rede de sociabilidades, centradas no trabalho, no lazer e na propagação das tradições, sendo um meio de criar laços de identidade entre os indivíduos para formar o sentimento de pertencimento a uma localidade. Na comunidade, estabelece-se a religiosidade, observada pela presença material da Igreja em seu centro, há a formação das escolas, clubes e espaços de práticas esportivas (Nodari, 2009).

A fotografia (Imagem 5) apresenta um recorte do espaço rural de Nova Teutônia na década de 1930.



Imagem 5. Área central de Nova Teutônia – 20/08/1938. Fonte: Casa da Memória Viúva Nute – Nova Teutônia/ Seara – SC.

O contato com núcleos urbanos passa a fluir com a abertura de estradas, conectando Nova Teutônia a Concórdia, Cruzeiro e Chapecó. Com a formação de novos municípios oriundos da divisão territorial de Cruzeiro, Nova Teutônia se tornou território do município de Concórdia e no ano de 1956, com a emancipação de Seara (imagem 7), a comunidade passou a integrar o município do qual hoje é distrito. Com a transformação do espaço, o rural vai se configurando, na paisagem observa-se o registro das transformações.



Imagem 6. Nova Teutônia em 1955. Fonte: Acervo Museu Entomológico Fritz Plau-
mann.

Na década de 1950 (Imagem 6), é possível perceber a transformação na paisagem, com uma grande porção de terras sem a floresta, com as terras determinadas para a agricultura e criação extensiva de animais domésticos, os traços formados pelas estradas e moradias. A expansão da produção agrícola, a formação do comércio e de casas comerciais, o desenvolvimento de infraestruturas e a conexão com outras localidades pela ampliação das estradas estabeleceu condições fundamentais para a formação de novos municípios, como apontado por Radin (2009, p. 98):

Nas áreas de colonização do oeste, com o avanço do processo, houve o desdobramento de novos municípios, e na região surgiu uma grande quantidade de núcleos urbanos de vários tamanhos, de cidades a simples aglomerados, iniciados onde aparecia uma casa de comércio com algumas moradias ao seu redor. Além

disso, o próprio desenvolvimento destas cidades ou o surgimento de outras dependia do grau de desenvolvimento agrícola e das estradas que davam acesso à região e serviam de escoamento dos produtos.



Imagem 7. Vista parcial de Seara na década de 1950. Fonte: Acervo do Centro de Memória Antonio Zanuzzo (Casa da Cultura de Seara).

Considerações finais

Observa-se que as relações sociais e culturais desempenharam um papel essencial na configuração e evolução do espaço de ação da colonizadora Luce & Rosa. Definindo aspectos do rural e da ruralidade, moldaram-se as identidades locais, as práticas agrícolas, e a formação de novas instituições comunitárias. Nesse sentido, compreender as dinâmicas sociais e culturais é de suma importância para as possíveis relações humanas com o meio e a interpretação da formação do espaço rural. No núcleo colonial de Nova Teutônia, a sobreposição de

diferentes práticas socioculturais na relação com a natureza evidenciava-se na transformação da paisagem, onde a floresta, vista pelos colonizadores como “mata virgem”, aos poucos foi convertida em áreas agrícolas.

A colonização alemã e a convivência com os povos originários foram fundamentais para a construção de uma ruralidade própria, ora próximas, outrora distantes. Porém, ainda exercem influência nas relações com o espaço atualmente, como as disputas por terras entre colonos e indígenas observados no caso do Toldo Pinhal, envolvendo os territórios do município de Seara e Arvoredo.

Referências

AB’SÁBER, Aziz. **Os domínios da natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BRANDT, Marlon; CASSARO, Clóvis Alceu; NAIBO, Gerson Júnior. População cabocla em um espaço de fronteira: paisagem e uso comum da terra na Floresta Ombrófila Mista de Santa Catarina (séculos XIX e XX). **Caminhos de Geografia Uberlândia-MG** v. 22, n. 81 jun./2021 p. 217–234.

CARNEIRO, Maria José. “**Rural**” como categoria de pensamento. **RURIS**, v. 2, n. 1, p. 9-38, 2008.

D’ANGELIS, Wilmar da Rocha. **Toldo Chibanguê: História e luta Kaingang em Santa Catarina**. Conselho Indigenista Missionário – CIMI – Regional Sul, 1984.

FABRIN, João Baptista Giachini. **Seara dei nostri ricordi: sincretismo cultural em Nova Milano (Seara) visto a partir das práticas culturais ítalo-brasileiras 1920 – 1960**. 1ª ed. Xanxerê: News Print, 2013.

GIARETTA, Jéssica Alberti; LINO, Jaisson Teixeira. Lugares de memória e ressignificação cultural na Terra Indígena Toldo Pinhal. *Fronteiras:*

Revista Catarinense de História. Dossiê História Indígena e estudos decoloniais, N. 31, 2018.

NODARI, Eunice Sueli. **Etnicidades renegociadas:** práticas socioculturais no Oeste de Santa Catarina. Florianópolis: Edufsc, 2009.

ONGHERO, Luiz André. Colonização e constituição do espaço rural no oeste de Santa Catarina. **XXVII Simpósio Nacional de História – AMPUH;** Conhecimento histórico e diálogo social. Natal/ RN, 2013.

PANSERA, Flávio Luiz. **Artigo comemorativo ao centenário de Nova Teutônia:** um capítulo do Oeste Catarinense. Acervo Centro da Memória de Nova Teutônia. Fundação Cultural de Seara. Seara, 2022.

PERES, Jackson Alexsandro. **Entre as matas de araucárias:** cultura e história Xoclung em Santa Catarina (1850-1914). 2009. 159 f. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

POLI, Jaci. Caboclo: pioneirismo e marginalização. **Cadernos do CEOM** - Ano 19, n. 23 - CEOM: 20 anos de memórias e histórias no oeste de Santa Catarina, 2006.

RADIN, José Carlos. **Representações da colonização.** Chapecó: Argos, 2009.

SPESSATTO, Mary, Bortolanza. (org). **O diário de Fritz Plaumann.** Chapecó: Argos, 2001.

WERLANG, Alceu Antônio. **Atuação da Cia Territorial Sul Brasil (1925 a 1954).** 1992. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1992.

Entre a liberdade e a exclusão: o caso Jeronymo e a experiência negra no pós-abolição em Palmas/PR

CARLOS EDUARDO CARDOSO

A escravidão constituiu um elemento estruturante da formação histórica do Brasil desde o período inicial da colonização, estendendo-se formalmente até 1888, com a promulgação da Lei Áurea. Contudo, em diversas regiões do país, processos de emancipação já vinham se desenvolvendo antes dessa data, impulsionados pelos debates em torno da abolição e pela atuação do movimento abolicionista, que contribuíram para a gradual desarticulação do sistema escravista. O sistema escravista chegou ao Paraná com a exploração do ouro no litoral ainda no início do Século XVII e os negros irão se responsabilizar pelo trabalho produtivo nos rios e minas, ora nas atividades domésticas, ora como “ama de leite”, companheiro de folguedo e diversão dos filhos dos senhores (Lago, 1987, p. 205-206).

Entretanto nem sempre a figura do indivíduo negro estava ligada ao trabalho braçal e esses negros, escravizados ou libertos, desenvolveram um papel importante para a formação da sociedade brasileira.

No que tange a sociedade de Palmas não foi diferente. Nas primeiras décadas de sua constituição a população que vivia nos Campos de Palmas era em sua maioria indivíduos livres e libertos que migravam de Guarapuava, Curitiba e São Paulo (Martins 2015, p.31) No entanto, esses indivíduos trouxeram consigo alguns cativos e, ao longo do tempo, passaram a adquirir outros, formando uma sociedade escravista. Os escravistas de Palmas, em sua maioria eram pequenos e médios proprietários de escravos¹.

Vale ressaltar que a sociedade tradicional campeira formada nos campos de Palmas possuía uma produção limitada por estar afastada dos grandes centros urbanos, e pela dificuldade de comunicação e locomoção não conseguindo, diversificar sua produção para além do criatório, da agricultura de subsistência e do extrativismo. Levando em consideração esses fatores, a indústria também não conseguiu se desenvolver nessa região, resultando na importação de bens de consumo.

Lourdes Lago destaca que Palmas, assim como outras cidades da Província do Paraná e do Brasil imperial, “tornou-se uma sociedade patriarcal, conservadora e pré-capitalista” (Lago, 1987, p. 207). Com base nessas características gerais de sociedade, Mendes (1989, p. 3) destaca que em uma sociedade muito hierarquizada (senhor-escravo, depois, patrão-agregado, praticamente sem mobilidade vertical), a autoridade política tem origem na propriedade da terra e de escravos, nos acordos familiares, nas relações de compadrio e nos laços de dependência. De acordo com Laroque (2000, p. 26) a sociedade que se estruturou no Brasil era uma sociedade patriarcal, latifundiária, católica e conservadora, e contribuiu fortemente para o aumento da marginalização da massa popular e para uma completa hegemonia da aristocracia escravista.

¹ De acordo com a Dissertação de Daniele Weigert nos Campos de Palmas, as pequenas escravarias possuíam de 1 a 4 Escravos, as medias de 5 à 9 e as grades de 10 à 20 escravos.

A posse de escravos em Palmas, ainda que em pequeno número (se comparado com outras fazendas) não deve ser ignorada. De acordo com o Relatório do Presidente de Província de 1880, a população escrava de Palmas chegava a um total de 315 indivíduos². Os negros libertos que viviam em Palmas eram aqueles que conseguiram a sua liberdade nas propriedades palmenses, ou que migraram de outra região em busca de melhores condições de vida (Krewer, 2017, p. 26). Esses negros libertos foram deixados à própria sorte, com seus direitos restringidos (quais direitos possuíam?). Não havia atenção e política pública para propiciar apoio para homens e mulheres negros libertos. Em muitos casos, esses libertos continuaram trabalhando nas fazendas para seus senhores sem as condições de trabalho e moradia adequadas, ainda que tenham se tornado livres.

Com a promulgação da Lei Áurea, em 1888, a escravidão foi formalmente extinta no Brasil. Todavia, no plano das práticas sociais, homens e mulheres anteriormente escravizados permaneceram inseridos em condições que, em muitos aspectos, reproduziam estruturas e relações herdadas do regime escravista. O caso do negro Jeronymo, aqui analisado, evidencia que o período pós-abolição se configurou como um contexto marcado por dificuldades persistentes, violências e formas de resistência por parte da população negra liberta.

O episódio em questão refere-se a Jeronymo, homem negro de idade avançada, vítima de assassinato, cujas marcas de seu passado no cativeiro são reiteradamente evocadas ao longo do inquérito policial e do processo criminal. O acusado, Carlos Rombach, descrito como homem branco, casado, pai de família e lavrador, possuía registro de batismo na paróquia de Palmeira/PR e, em seu depoimento, decla-

² Relatório do Presidente da Província João José Pedrosa, apresentado em 1888. p. 18. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosGoverno/Ano1880MFN675.pdf> Acesso em 21 abril 2026.

rou-se de nacionalidade russa. Tal autodeclaração sugere a possível origem imigrante de sua família e aponta para a mobilização de atributos identitários associados a distinções sociais e raciais, os quais, no contexto analisado, poderiam operar como elementos de diferenciação e privilégio.

A morte do negro Jerônimo, segundo o Inquérito e o processo crime

Na redação do inquérito policial de 1903, lavrado pelo escrivão Eugênio Bernardo Vieira e subscrito pelo Promotor Público da Comarca de Palmas, João Manoel da Cunha Sobrinho, bem como no processo-crime instaurado em 1906, sob a condução do comissário de polícia Jocelyn Bahls, observa-se a recorrência de termos e expressões que remetem diretamente ao universo semântico do século XIX e que reiteradamente vinculam Jeronymo à condição de ex-escravizado. Mesmo no contexto pós-abolição e sob a égide do regime republicano, formalmente pautado no princípio da liberdade jurídica, tais registros revelam a permanência de categorias raciais e sociais herdadas do período escravista. Nos documentos analisados, Jeronymo é frequentemente referido por designações como “preto velho”, “pobre preto” e “preto desgraçado”, evidenciando um padrão discursivo que reforça sua posição subalternizada. Destaca-se, ainda, a ausência de qualquer menção que o identifique como cidadão da República brasileira, o que sugere a persistência de mecanismos de exclusão simbólica e jurídica. Nesse sentido, a análise do inquérito policial e do processo-crime permite evidenciar como a racialização dos corpos operava nos Campos de Palmas entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX.

No que concerne ao desencadeamento do caso, o inquérito policial foi instaurado em 1903, a partir da queixa apresentada por Angelo Saporiti³, que comunicou o desaparecimento de Jeronymo, relatando ter ouvido que este teria sido espancado por Carlos Romback. A partir dessa denúncia, torna-se possível reconstruir, com base na documentação produzida, os elementos que compõem a trajetória que culminou no desaparecimento do referido indivíduo.

No dia vinte e um de janeiro de 1903, na cidade de Palmas/PR passou pela casa do negociante Angelo Saporiti, a qual se estabelecia na praça da cidade de Palmas, um preto velho setagenário quase cego conhecido como Jeronymo, este estava acompanhado por uma moça chamada Ana Maria, a qual o conduziu até a casa de Maria Izabel do Espírito Santo⁴.

Jeronymo permaneceu na residência de Maria Izabel até o final da tarde daquele mesmo dia, momento em que decidiu retornar à casa de Angelo, onde se encontrava hospedado. Maria Izabel o acompanhou por um breve trecho do percurso, limitando-se a conduzi-lo até certa distância de sua residência, ocasião em que lhe indicou o caminho a ser seguido.

Com o escurecer da noite e o preto velho Jeronymo já com a visão reduzida desorienta-se do caminho indicado por Maria Izabel e acaba chegando à casa do

³ Angelo Saporiti irmão de Achilles e Vicenzo Vacca Saporiti; nascido na Itália na província de Turim, veio para o Brasil em 1877, filho legítimo de Prospero Vacca e Consolada Saporiti, casou-se duas vezes, em 1900 com Avila Eva Saporiti. Fonte: Cúria Diocesana de Palmas, livro nº6, s/p e em 1913 após ficar viúvo casou-se com Maria da Luz Andrade Fonte Cúria Diocesana de Palmas, livro nº 8 s/p. Teve cinco filhos Antonio Prospero, Humberto, Fulvia, Francisco e Nesinha.

⁴ Fonte: Fórum da Comarca de Palmas, Inquérito Policial, p. 2.

russo Carlos Romback⁵, onde lhe pede para passar a noite, porém Carlos nega ajuda e vai logo o encaminhando para que fosse até a casa de João de Tal, seu vizinho. Para casa deste se dirigiu o pobre preto velho Jeronymo, porém, infelizmente não é aceito por um menino que ali pernoitava, perdendo-se na escuridão e sem saber para onde ir o preto velho Jeronymo decide voltar à casa do russo Carlos Romback para novamente pedir lugar para que pernoitasse. Ao chegar lá os cães começam a ladrar e Carlos mune-se com um chicote para ver o que era, ao deparar-se com o preto velho Jeronymo, que mesmo lhe pedindo por piedade, difere diversas chicotadas, as quais puderam ser ouvidas pelas pessoas que na casa estavam. Além de surrar malvadamente o preto velho Jeronymo dali o expulsa brutalmente. Desde esse ato, não se ouviu mais falar na cidade sobre o infeliz preto velho que desaparecera⁶.

Com a instauração do inquérito policial, Carlos Romback passou a figurar como principal suspeito pelo desaparecimento de Jeronymo, sendo enquadrado nos crimes previstos nos artigos 305⁷ e 294⁸ do Código Penal⁹ vigente à época. Conforme assinala Chalhoub

⁵ Possui registro de casamento na Cúria Diocesana de Palmas, Livro nº 5 de matrimônio onde consta que Carlos Antonio Romback é nascido e batizado na paróquia da Palmeira no Paraná por volta do ano de 1873 é filho legítimo de Alfredo Romback e Margarida Hepa, casou-se na capela de Bela Vista em dezessete de junho de 1893 com Ana Clara Prestes, o qual teve um filho de nome Adão nascido no dia 30 de agosto de 1893 e batizado em Palmas no dia 08 de Setembro de 1893, ambos os registros estão assinados pelo Vigário Achilles Saporiti.

⁶ Fonte: Fórum da Comarca de Palmas, Inquérito Policial, p. 3.

⁷ Art. 305. Servir-se alguém, contra outrem, de instrumento aviltante no intuito de causar-lhe dor física e injuriá-lo: Pena de prisão por um a três anos (Lei adequada à grafia atual).

⁸ Art. 294 Matar alguém: § 1º Se o crime for perpetrado com qualquer das circunstâncias agravantes mencionadas nos §§ 2º, 3º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10º, 11º, 12º, 13º, 16º, 17º, 18º e 19º do art. 39 e + 2º do art. 41): pena – de prisão celular por doze a trinta anos. (Lei adequada a grafia atual).

⁹ Ver Código Penal de 1890, disponível em <https://tinyurl.com/5y9knw7p>. Acesso em 21 de abril de 2026.

(1981, p. 5-12), o Código de Processo Criminal estabelecia que os depoentes deveriam declarar seus nomes completos, embora tal exigência nem sempre fosse observada, sobretudo nos casos em que o declarante possuía pendências com a justiça. Além disso, outras informações eram requeridas, tais como idade que, em razão da duração dos processos, podia variar ao longo dos autos, estado civil, nacionalidade, profissão e domicílio.

No âmbito das diligências conduzidas pelo comissário de polícia Jocelyn Bahls¹⁰, com a lavratura do escrivão Eugênio Bernardo Vieira, procedeu-se à oitiva das testemunhas, iniciando-se pelo depoimento de Domingos Ferreira da Roza, o qual declarou que:

Disse que ouviu dizer por Anna que contou-lhe que há dias atrás apareceu a noite em casa de Carlos Romback onde dita mora um negro dizendo que vinha da casa de Izabel e pediu pousada, Carlos respondeu que tinha a casa cheia e envio-o a um seu vizinho João Belim, o preto subiu e foi a casa deste que se achava-se um menino que não quis abrir a porta, o preto voltou a casa de Carlos e entrou em gelho digo em um galinheiro os cães atacaram-no e Carlos subiu e estordou o preto que fugiu. Viu Carlos dizer que não tinha surrado um velho mais sim surrado um negro moço de vinte e um anos e que virão passar de madrugada em frente a casa de Henriqueta¹¹.

Após ouvir todas as testemunhas e finalizado o Inquérito Policial, o processo crime será aberto somente três anos mais tarde em

¹⁰ Promotor Público de Palmas em 1907 (informação consta no Jornal “A República” de 28 de Novembro de 1907, disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=215554&pasta=ano%20190&pesq=21> abril 2026.9) Membro da primeira loja Maçônica de Palmas disponível em: http://www.museumconicooparanaense.com/MMPRaiz/LojaPRaTE1973/0690_Host_Loja.htm 21 abril 2026.

¹¹ Fonte: Fórum da Comarca de Palmas, Inquérito Policial, 1903, p. 5.

1906 onde o desaparecimento e morte de Jeronymo será julgado pelo Juiz de Direito da Comarca de Palmas Luiz Albuquerque Maranhão.

No Inquérito Policial datado, a forma como as testemunhas explicam o caso são muito distintas. A segunda testemunha a depor foi Antônia Torres¹², a qual declarou que:

Ouviu falar pelo russo Carlos [...], apareceu no lugar um preto velho de poncho perguntando por Simão, o preto velho tinha entrado no quintal e depois saiu indo em direção à casa do vizinho Belim, ainda acrescentou que o mesmo preto velho estava com as pernas ensanguentadas¹³.

Após essas declarações, o escrivão Eugênio Bernardo Vieira registrou no inquérito que nada mais foi acrescentado pela testemunha. Observa-se que parte significativa dos depoimentos colhidos baseava-se em informações indiretas, muitas vezes oriundas de relatos atribuídos ao próprio Carlos Rombach. Tal circunstância sugere a possibilidade de uma estratégia discursiva por parte do acusado, no sentido de construir, por intermédio das testemunhas arroladas, uma versão dos fatos que lhe fosse menos prejudicial. Nesse contexto, destaca-se o conteúdo dos depoimentos de Anna Maria de Jesus, Brasília Narcisa da Rosa e Henriqueta Maria Victória, às quais Carlos teria afirmado não ter agredido um “preto velho”, mas sim um homem negro mais jovem, evidenciando uma tentativa de reconfiguração dos acontecimentos narrados.

A terceira testemunha a depor foi Maria Isabel do Espírito Santo¹⁴, que esteve com o Jeronymo durante todo o dia antes de seu desa-

¹² Com 20 anos de idade, solteira, filha de Raphael Pascoal é natural da Espanha, e residente nesta cidade de Palmas é doméstica e não sabe ler nem escrever. Fonte: PJ s/p.

¹³ Fonte Fórum da Comarca de Palmas, Inquérito Policial, 1903, p. 6

¹⁴ Com 40 anos de idade é solteira filha de Libania, não sabe ler nem escrever, natural do

parecimento. Maria Isabel em declaração diz que o acusado é culpado pelo desaparecimento do preto velho:

Disse que no dia vinte do corrente, à tardinha a menina Anna Maria levou o preto velho Jeronimo à sua casa para visitar-lhe, Jeronimo foi embora e à tardinha guiou-o até a frente da casa de Frantz Icharn, no outro dia de manhã Carlos Romback passou por sua casa e contou que tinha surrado um negro velho sem dizer o nome. Sabe mais por ouvir dizer que Carlos Romback nessa noite deu muita pancada em Jeronimo Preto¹⁵.

Ciente do crime que possivelmente havia cometido, Carlos, na manhã seguinte, passou a circular pela localidade apresentando justificativas para o ocorrido; contudo, observa-se que, a cada interlocutor, sua narrativa assumia contornos distintos, evidenciando contradições em seus relatos. Quando indagada acerca dos antecedentes do acusado, Maria Izabel declarou ignorá-los. Na sequência das oitivas, foi arrolada como quarta testemunha Anna Maria de Jesus¹⁶, a qual afirmou que:

Disse que há cinco dias a noite estando a dormir em casa de Carlos Romback foi acordada por vozes de Carlos que ralhava com uma pessoa fora da casa ouvindo Carlos dar duas pancadas e mandando o indivíduo ir embora, no outro dia Brasília disse que um negro viera a noite pedir agasalho à Carlos recusando este, dá-lhe á momentos, veio novamente o negro e entrou no galinheiro, depois de ter estado encostado a

Paraná. Fonte: PJ s/p.

¹⁵ Fonte: Fórum da Comarca de Palmas, Inquérito Policial, 1903, p. 6

¹⁶ Com 49 anos de idade, viúva, não sabe ler nem escrever, natural do Rio Grande do Sul, residente no Passo Bormann, lavadeira e filha de Victoriano Coelho de Camargo. Fonte: PJ s/p.

janela do quarto, disse Carlos que tinha vindo a noite um negro ainda moço e que este Carlos havia espancado. Sabe por ouvir dizer que apareceu na chácara do Reverendíssimo Padre Achilles Saporiti um negro desconhecido. Dada a palavra ao Promotor Público, o requerimento deste disse que perguntando no dia seguinte a Carlos Romback se o negro que havia entrado a noite não era um velho Carlos lhe respondeu que não, que fora um negro ainda moço¹⁷.

O depoimento de Anna Maria de Jesus oferece a perspectiva de quem se encontrava na residência de Carlos na noite do ocorrido. Ainda que a testemunha tenha afirmado ter ouvido os diálogos entre o acusado e Jeronymo, bem como os insultos verbais e o som das chicotadas, audíveis em razão da estrutura de madeira da casa, optou por não aprofundar ou detalhar os acontecimentos daquela noite, revelando um significativo silenciamento em relação aos fatos. Tal postura aproxima-se dos depoimentos de outras testemunhas, cujas informações derivam, em grande medida, das versões apresentadas pelo próprio Carlos. Na sequência das oitavas, como quinta testemunha, Brasília Narcisa da Rosa¹⁸ declarou que:

[...] que terça feira passada depois da meia noite apareceu um negro no quintal de sua casa perto da janela de seu quarto, Carlos abriu e perguntou quem era e o que queria? O negro respondeu chamar-se Isidorio, vindo do Passo do Carneiro e queria uma pousada. Carlos disse que não dava porque tinha muita gente em casa, mas que ia levá-lo a casa de seu Vizinho João Belim, o que fez saltando pela janela dali a momentos ouviu barulho em um galinheiro e Carlos saiu pela porta da

¹⁷ Fonte: Fórum da Comarca de Palmas, Inquérito Policial, 1903, p. 7

¹⁸ Com 20 anos de idade, solteira filha de José Jacinto da Rosa, natural e residente de Palmas, doméstica, não sabe ler nem escrever. Fonte: PJ s/p.

cozinha levando um chicote. Dizendo ao negro que fosse embora, o que ele não fez nessa ocasião Carlos deu-lhe algumas chicotadas depois do que o negro indo não viu mais. Sabe por ouvir dizer que apareceu um negro velho ensanguentado nas proximidades da chácara de Joaquim Romão, que a testemunha ouviu dizer depois que não era verdade. Sabe também por ouvir dizer que quarta-feira de manhã passou na frente da casa de Henriqueta um negro desconhecido, ainda moço que vinha da direção da casa de Carlos¹⁹.

Outra informação relevante apresentada pela testemunha Brasília refere-se ao fato de declarar-se “amasiada” com Carlos, o que contrasta com dados provenientes de outras fontes, nas quais o acusado aparece como casado com Ana Prestes. Ressalta-se, ainda, que nos livros de óbitos da Cúria de Palmas não foram localizados registros que indiquem o falecimento de Ana Prestes, o que suscita questionamentos acerca da situação conjugal de Carlos no período em análise.

O depoimento de Brasília, por sua vez, oferece a perspectiva de alguém presente na residência na noite do ocorrido; contudo, ainda que não tenha presenciado diretamente a chegada do indivíduo que buscava ajuda, sua narrativa reproduz, em grande medida, a versão apresentada pelo próprio acusado. Observa-se, ademais, que a testemunha não identifica, em nenhum momento, a vítima como Jeronimo, referindo-se a um suposto moço chamado Isidório, o que reforça o caráter indireto de seu testemunho. Ao longo dos depoimentos, múltiplas versões dos fatos emergem; entretanto, em sua maioria, essas narrativas derivam de informações ouvidas, frequentemente atribuídas ao próprio Carlos, que parece ter difundido relatos possivelmente orientados a atenuar sua responsabilidade perante a investigação.

¹⁹ Fonte: Fórum da Comarca de Palmas, Inquérito Policial, 1903, p. 8

Na continuidade das diligências, em 28 de janeiro de 1903, foi ouvida a testemunha Henriqueta Maria Victória²⁰, a qual declarou que:

Na manhã do dia vinte do corrente, o russo Carlos Romback foi pela manhã a sua casa, nesta ocasião Carlos contou que na noite passada apareceu em sua casa um negro alto, no quintal era aproximadamente meia-noite, Carlos levantou e perguntou quem era e o que queria, o mesmo respondeu dizendo seu nome, mas a testemunha não lembrava, mas que vinha do Iguaçu ou do Xapecó ou do Passo do Carneiro. A testemunha ainda destacou que Carlos orientou o preto velho Jeronymo a ir pedir abrigo na casa de João Belim. Sem conseguir abrigo, voltou à casa de Carlos, que disse que se fosse alguém conhecido lhe daria abrigo e que não havia surrado nenhum negro. Na manhã viu passar por sua casa um negro com sinais dados por Carlos, mas que ouviu dizer que Carlos havia surrado o preto velho Jeronymo que até o momento do depoimento não havia aparecido, apesar das buscas desde o dia de seu desaparecimento²¹.

No depoimento de Henriqueta Maria Victória, observam-se indícios de que Jeronymo teria passado por sua residência; contudo, a depoente não afirma com segurança que ele tenha sido agredido por Carlos Romback, reproduzindo, inclusive, a versão do acusado de que não teria surrado “nenhum negro”. Assim como nas demais oitivas, verifica-se que o conhecimento dos fatos por parte da testemunha deriva, em grande medida, da narrativa apresentada pelo próprio Carlos no dia subsequente ao ocorrido. A partir dos relatos das testemunhas

²⁰ Com 21 anos de idade, solteira, tendo como profissão lavadeira, filha de Eleutério Gabriel, natural do estado do Paraná e residente em Palmas. Fonte: PJ s/p.

²¹ Fonte: Fórum da Comarca de Palmas, Inquérito Policial, 1903, p. 8

femininas, delineia-se um quadro no qual a ocorrência de agressão é relativizada ou mesmo negada, embora tais versões estejam marcadas por elementos de incerteza e contradição. Nesse sentido, destaca-se a incongruência presente no depoimento de Henriqueta, que afirma que Jeronymo teria chegado à casa de Carlos por volta da meia-noite, ao passo que, no inquérito policial, consta que o referido indivíduo teria buscado auxílio ainda ao entardecer.

Cabe salientar que o contexto social do início do século XX era profundamente marcado por relações de poder estruturadas a partir de hierarquias de gênero, raça e posição social. Nesse cenário, não se pode descartar a possibilidade de que as testemunhas femininas tenham sofrido algum tipo de constrangimento ou coerção por parte de Carlos, seja de forma direta, seja em razão de eventuais temores de represálias. Tal hipótese ganha relevo quando se considera a assimetria de posições ocupadas pelos sujeitos envolvidos: Carlos Romback detinha reconhecimento social na comunidade, enquanto Jeronymo, identificado reiteradamente como “preto velho”, encontrava-se em condição de marginalização.

Embora a Constituição de 1891, em seu artigo 72, §2º, estabelecesse o princípio de que “todos são iguais perante a lei”²², a análise do caso em questão evidencia os limites dessa igualdade formal. Os depoentes, assim como os agentes responsáveis pela condução do inquérito e do processo criminal, eram majoritariamente indivíduos brancos, ocupantes de posições institucionais de poder, o que lhes conferia centralidade na produção das narrativas e na condução dos procedimentos judiciais. A recorrente identificação de Jeronymo por meio de marcadores raciais, associando-o constantemente à condição de “preto velho”, revela não apenas uma forma de designação, mas um

²² Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm. Acesso em: 21 abril 2026.

indicativo das desigualdades estruturais que atravessavam o processo, evidenciando a racialização dos sujeitos e a assimetria de seus lugares de fala no âmbito judicial.

Tanto no inquérito como no processo, percebe-se a ausência de preocupação em escrever sobre quem era Jeronymo, demonstrando a existência de uma sociedade calcada em privilégios (Cardoso, Vicenzi, 2020, p. 116). Em conclusão ao Inquérito, o comissário de Polícia aponta que Carlos deveria ser acusado pela agressão a chicotadas o negro Jeronymo. Porém embora para Jocelyn Bahls as acusações feitas em desfavor a Carlos sejam procedentes, Bahls entende ser necessário intimar novas testemunhas para depor ao caso, pois o desaparecimento possivelmente estava associado ao ocorrido na casa de Romback na noite do dia vinte e um de Janeiro.

Sete meses após o ocorrido, um cadáver foi encontrado cerca de duas léguas de distância da casa de Carlos. Os autos de exumação cadavérica trazem algumas informações para tentar compreender o que de teria ocorrido na noite em que Jeronymo desapareceu.

Vestígios de um cadáver

Decorridos alguns meses do desaparecimento de Jeronymo, em data de 02 de julho de 1903, chegou ao conhecimento do comissário de polícia Abrahão Pacheco dos Santos a informação de que um indivíduo de nome Francisco Ferreira França teria localizado restos mortais humanos, já em avançado estado de decomposição, reduzidos à forma de esqueleto, em um local denominado “Baliza”, situado a aproximadamente duas léguas de distância do ponto onde se supõe ter ocorrido o desaparecimento. Diante da comunicação, e por determinação da autoridade policial, procedeu-se, no dia 03 de julho

de 1903, por volta das 11 horas da manhã, à exumação dos referidos restos mortais. Estiveram presentes no ato o Dr. Ribeiro Viana e o farmacêutico Jocelyn Bahls, além das testemunhas Gustavo Müller e Antonio Ferreira de Araujo²³, os quais acompanharam os procedimentos realizados no local.

Foi pelo Comissário ordenado à Francisco Ferreira França que lhe indicasse o lugar onde se achara a ossada humana que dera notícia, o que cumprido pelo referido França, indicado o lugar entre duas árvores caídas, no meio de uma picada antiga; disse ser exatamente ali que encontrou a presente ossada [...]. Pelo que o Comissário ordenou que se fizesse o exame no esqueleto que ali se encontrava a fim de verificarem se era de homem ou de mulher, moço ou velho, na presença do Comissário e testemunhas passarão os peritos a fazer o exame ordenado, antes do qual foi pelo Comissário deferido aos peritos o compromisso da lei, de bem e fielmente desempenhar sua missão, declarando com verdade e sob compromisso prestado do que descobrirem e encontrarem, e o mais que em sua consciência entenderem; depois do que declararão: que examinando o respectivo esqueleto, verificaram firmados em estudos, especiais sobre o assumpto, pertencer o mesmo esqueleto a um indivíduo do sexo masculino e de idade avançada, nada encontrado nos respectivos ossos que demonstrasse a causa da morte²⁴.

Juntamente com a ossada, foram localizados fragmentos de vestuário, consistentes em partes de uma camisa xadrez de algodão e de uma calça listrada. Tal achado suscita questionamentos relevantes quanto às circunstâncias da morte e ao local de deposição do corpo.

²³ Fonte: Fórum da Comarca de Palmas, Autos de Exumação de Esqueleto Humano, 1903, p. 3.

²⁴ Fonte: Fórum da Comarca de Palmas, Autos de Exumação de Esqueleto Humano, 1903, p. 3.

Chama a atenção, nesse sentido, o fato de os restos mortais terem sido encontrados entre duas árvores, em uma antiga picada e de difícil acesso. Diante disso, colocam-se algumas hipóteses: teria Jeronymo se deslocado até aquele local por conta própria? Teria sido ali assassinado? Ou, ainda, o corpo teria sido transportado e posteriormente ocultado naquele espaço?

No mesmo mês, foram inquiridas novas testemunhas, dentre as quais Angelo Saporiti, Tobias Bueno de Andrade²⁵, Miguel Theophilus de Vasconcellos²⁶, Achilles Saporiti²⁷ e Anna Lima²⁸. Cumpre

²⁵ Embora no processo apareça com vinte e dois anos de idade, nasceu aproximadamente em 1836, filho de Pedro Bueno de Andrade e Anna da Rocha, possui registro de casamento na Cúria Diocesana de Palmas em 1871 com Isabel Maria da Conceição, esta filha de Joaquim Simões e Francisca de Freitas. Era proprietário da Fazenda Rincão do Burro Branco (Pede registro da mesma em 1898 e conseqüência no ano seguinte). Teve seu inventário aberto em 1903. Foi padrinho em 1869 de Antônio (Filho de Celindra da Conceição e Pai incógnito) e em 1874 de Brasiliana (Filha de Jerônimo José de Almeida e Maria Antônia). Era comerciante e de acordo com o Livro de Óbito nº 1 da Cúria Diocesana de Palmas: Tobias Bueno de Andrade faleceu no dia 05 de Junho de 1903 aos 57 anos. De acordo com os registros de Tobias o seu depoimento ocorreu no dia 05 de Junho de 1903, data que não confere com a de seu falecimento que segundo registro ocorreu um mês antes. Fonte: Cúria Diocesana de Palmas, Livro de óbito nº 2, s/p. Poderá ter ocorrido um equívoco na escrita do mês!

²⁶ Nascido em 1880 no estado do Ceará, filho de Miguel Francisco de Vasconcellos e Maria José de Vasconcellos, de acordo com o registro de casamento casou-se no dia 03 de Janeiro de 1904 com Thereza de Jesus Inocencio, natural do reino de Portugal, filha de Lourenço Fernandes Fuvencio e Maria Baptista Fuvencio. Fonte: Cúria Diocesana de Palmas, livro nº 6 s/p.

²⁷ Nascido na Província de Turim na Itália veio para o Brasil em 1877 com seus dois irmãos Angelo e Vicenzo Vacca Saporiti, filho legítimo de Prospero Vacca e Consolada Saporiti, exerceu a função de clérigo secular na igreja matriz de Palmas de 1878 até 1903. Mesmo com papel religioso tinha uma companheira e cinco filhos. Era dono da fazenda São Vicente em Campo Erê (Hoje chamada de Fazenda Caldatto). Em 1904 foi morto a machadas por bandidos e sepultado no antigo cemitério de sua fazenda. Possui uma rua na cidade de Palmas com o seu nome. Para mais informações sugerimos o site da prefeitura de Campo Erê: www.campoere.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapa/tem/15859, e a leitura da dissertação de Eucléia Santos intitulada “*Em cima da mula, debaixo de Deus, na frente do inferno*”: *os missionários franciscanos no sudoeste do Paraná (1903-1936)* disponível em: <https://tinyurl.com/mw673f84>. Acesso em 21 abril 2026..

²⁸ Com trinta e três anos de idade, solteira, profissão costureira, residente em Palmas, natural de Guarapuava/PR, não sabendo ler nem escrever. Fonte: Fórum da Comarca de Palmas, Autos de Exumação de Esqueleto Humano, p. 7

destacar que, embora Francisco Ferreira França tenha sido o responsável por encontrar a ossada, seu nome não figura entre as testemunhas arroladas no processo, tampouco volta a ser mencionado no decorrer da instrução, o que levanta questionamentos acerca da condução das investigações. Em depoimento Angelo Saporiti disse:

que foi levado em sua casa um esqueleto humano dentro de um cestinho junto do qual estavam dois pedacinhos de tecido sendo um de algodão riscado e outro de xadrez, e que no dia seguinte e que foi reconhecido o que continha no dito cesto, isso na ocasião em que encaixotava o referido esqueleto estando presente o profissional Dr. Ribeiro Vianna, que novamente examinou a referida ossada, deixando sua irmã dona Josephina que há tempos havia feito uma camisa de igual tecido sendo parecido o padrão com a camisa, digo com o retalho que estava junto à ossada; que a camisa que acima referiu foi feita ao preto velho Jeronymo que a meses havia desaparecido desta Cidade; que está ossada foi encontrado, depois colocada dentro de um caixãozinho, enterrado no cemitério desta Cidade. [...] disse ainda que viu dizer que alguém disse a seu sogro Antonio de Araujo que não fizesse despesas porque não eram do preto velho Jeronymo que consigo morava e que os ossos desse preto velho esse alguém disse que estavam enterrados em outra parte, mas que ainda não teve ocasião de perguntar a seu sogro se isto é verdade²⁹.

A leitura do depoimento de Angelo Saporiti sugere a identificação da ossada como pertencente a Jeronymo; contudo, tal conclusão apoia-se exclusivamente nos fragmentos de vestuário encontrados junto aos restos mortais. Ainda que tenha ouvido versões que colo-

²⁹ Fonte: Fórum da Comarca de Palmas, Autos de Exumação de Esqueleto Humano, 1903, p. 5.

cavam em dúvida essa identificação, Saporiti manteve a convicção de que a ossada correspondia ao “preto velho”, baseando-se, sobretudo, na semelhança das roupas.

No que se refere à testemunha Tobias Bueno de Andrade, este também afirmou acreditar que o esqueleto pertenceria a Jeronymo, justificando sua posição a partir das informações que teria recebido de Angelo, especialmente quanto à semelhança das vestimentas. Entretanto, Tobias não teve contato direto com a ossada, fundamentando seu depoimento em relatos de terceiros. Acrescentou, ainda, que, além de Jeronymo, não havia conhecimento de outros desaparecimentos recentes na localidade, o que, em sua perspectiva, reforçaria a hipótese de que os restos mortais encontrados lhe pertenciam. Seu depoimento, contudo, apresenta caráter limitado em termos de detalhamento, levando o Promotor Público a prosseguir com a oitava da terceira testemunha, Theophilo de Vasconcellos, o qual declarou que:

Assistiu ao encaixotamento da ossada e que ouviu que junto à ossada estava dois pedaços de tecido sendo um xadrez e o outro não pode verificar o padrão, visto achar-se muito sujo e que ouviu ali dizerem que aquele pedaço de xadrez era igual a uma camisa que há tempos haviam feito ao velho Jeronimo, que há tempos desapareceu desta Cidade. Dada a palavra ao Promotor Público o requerimento deste disse que no dia que chegou a esta Cidade a ossada encontrada ou no dia seguinte falando-se sobre ela Victoriano Camargo disse que era do preto velho Jeronimo que havia sido surrado e arrastado não dizendo, porém por quem³⁰.

Theophilo de Vasconcelos presenciou o momento em que o esqueleto foi encaixotado e que os pedaços de roupa encontrados junto

³⁰ Fonte: Fórum da Comarca de Palmas, Autos de Exumação de Esqueleto Humano, 1903, p. 8.

ao esqueleto estavam sujos assemelhando-se ao tecido da roupa de Jeronymo. Theophilo também acreditava que a ossada encontrada pertenceria ao preto velho.

Nova informação a respeito da ossada encontrada surgiu com a coleta do depoimento da quarta testemunha, o padre Achilles Saporiti, que declarou que o esqueleto encontrado “pode ser do preto velho que desapareceu há alguns meses e ainda não foi encontrado”³¹, mas disse que poderia ser de um homem louco que havia desaparecido. Embora o pároco não tenha tido contato direto com a ossada encontrada, seu depoimento apresenta elementos que tensionam a narrativa construída por Tobias Bueno de Andrade, o qual havia afirmado que Jeronymo seria o único indivíduo desaparecido na localidade nos meses recentes. Tal divergência sugere a existência de outras possibilidades interpretativas, uma vez que os indícios coletados apontam para a hipótese de mais de um desaparecimento envolvendo indivíduos do sexo masculino, o que relativiza a identificação imediata da ossada.

Por sua vez, a depoente Anna Lima declarou que “se encontrava na casa do senhor Angelo Saporiti quando ali chegou a ossada humana que haviam encontrado no mato, e que ouvira dizer que, por um pedaço de tecido encontrado junto aos ossos, semelhante à camisa de Jeronymo, supunha-se tratar-se do mesmo”. A partir dessas informações, ainda que indiretas, Anna Lima manifestou a crença de que o esqueleto pertenceria ao “preto velho”, reiterando o padrão observado nos demais depoimentos, marcados pela reprodução de versões baseadas em relatos de terceiros.

Após a oitava dessas testemunhas, o Promotor Público determinou a intimação de mais um depoente, Victoriano Coelho de Camar-

³¹ Fonte: Fórum da Comarca de Palmas, Autos de Exumação de Esqueleto Humano, 1903, p. 8.

go³². Em seu testemunho, prestado no dia 7 de julho de 1903, Victoriano declarou que:

Que sabe por ouvir dizer geralmente que foi encontrada a ossada digo a ossada de que se refere a portaria, disse mais que ouviu dizer que a referida ossada era do preto velho Jeronimo que a tempos consta ter desaparecido desta Cidade. Perguntado como explica o que a testemunha Miguel Theophilo Vasconcellos disse quando fora inquerido, e que lhe foi lido: Respondeu que o quanto o que a testemunha Vasconcellos declarou, ele testemunha não se recorda que tivesse dito, porém se disse foi em gracejos³³.

Após a oitiva das testemunhas, o Promotor Público concluiu que a ossada localizada no lugar denominado Balisa, submetida a exame de exumação, pertencia a um indivíduo do sexo masculino, de idade avançada. Ressaltou, ainda, que não foram identificados, nos restos mortais, elementos suficientes que permitissem determinar, de forma conclusiva, a causa da morte.

Inquerida seis testemunhas, nada de positivo ficou provado, nem mesmo sobre a circunstância de um crime. Entretanto há sete meses havendo desaparecido desta cidade, um preto velho de nome Jeronymo, sem que até hoje, apesar das diligências empregadas por meus antecessores, pudesse descobrir o mesmo preto, morto ou vivo, as testemunhas inqueridas aqui, são de opinião que a ossada em questão, pertence ao preto desaparecido, cujas vestes, pareciam-se dos restos de roupa encontrados junto da ossada. O escrivão remeta

³² Nasceu aproximadamente em 1838 e foi casado com Cândida Maria de Deus. Durante os anos 1890 e 1891 foi camarista de Palmas e possui seu nome nas atas das sessões da prefeitura, as informações constam na biblioteca do IFPR de Palmas.

³³ Fonte: Fórum da Comarca de Palmas, Autos de Exumação de Esqueleto Humano, 1903, p. 9.

estes autos ao Promotor Público da Comarca, por intermédio do Dr. Juiz de Direito, para requerer o que entender, a bem dos interesses da Justiça³⁴.

À luz dos depoimentos testemunhais e dos autos de exumação cadavérica, não foi possível comprovar que Carlos Romback tenha agredido Jeronymo na noite de 3 de janeiro de 1903, tampouco estabelecer nexo causal entre o suposto desaparecimento da vítima e eventual morte decorrente de agressões. Embora tenha sido localizada uma ossada humana, as testemunhas ouvidas não lograram apresentar elementos probatórios que permitissem identificá-la, de forma inequívoca, como pertencente a Jeronymo. Os relatos, em sua maioria, basearam-se em suposições e informações de segunda mão, frequentemente marcadas por contradições. Cumpre destacar, entretanto, que as testemunhas conheciam Jeronymo e tinham ciência de seu desaparecimento, amplamente difundido na localidade; ademais, a semelhança entre as vestimentas encontradas junto à ossada e aquelas que o indivíduo utilizava no dia em que foi visto pela última vez contribuiu para a construção da hipótese de identificação, ainda que desprovida de comprovação material.

Somente três anos após o desaparecimento de Jeronymo, em 30 de maio de 1906, o Juiz de Direito da Comarca de Palmas, Luiz de Albuquerque Maranhão, determinou a intimação de Carlos Romback para prestar depoimento. Na ocasião, foram-lhe dirigidas perguntas de caráter geral, às quais o réu respondeu sem apresentar dificuldades, mantendo-se, formalmente, dentro dos parâmetros esperados no âmbito do interrogatório judicial.

³⁴ Fonte: Fórum da Comarca de Palmas, Autos de Exumação de Esqueleto Humano, 1903, p. 10

Perguntado qual o seu nome?
Respondeu chamar-se: Carlos Antonio Romback
Onde é natural?
Rússia³⁵
Onde reside ou mora?
Nesta Comarca
Há quanto tempo ali reside?
Há dezesseis anos
Qual sua profissão ou modo de vida?
Lavrador
Onde estava no tempo que se diz ter acontecido o crime?
Em casa
Conhece as pessoas que foram neste processo? Há quanto tempo?
Que conhece. E há muito tempo.
Tem algum motivo particular que atribua a denúncia?
Não
Tem factos a alegar ou provas que justifiquem a sua, diga, ou mostrem a sua inocência?
Disse que tem e é que nunca deu chicotada no negro que trata a denúncia e muito menos o assassinou, pois não tinha motivo para assim proceder tanto mais que nem conheceu senão de vista o dito negro.
Sabe ler e escrever?
Não³⁶.

Em seu depoimento, Carlos Romback eximiu-se de qualquer responsabilidade, alegando não ter agredido Jeronymo, apesar de os testemunhos indicarem que, na noite do ocorrido, a vítima esteve em sua residência e teria sido expulsa sob o uso de chicotadas. Importa ressaltar, contudo, que nenhum dos depoentes afirmou ter presenciar

³⁵ Lembrando que Carlos, segundo registro da Cúria Diocesana de Palmas Livro de Matrimônio nº 5 é nascido e batizado na paróquia da Palmeira, Paraná, por volta de 1873.

³⁶ Fonte: Fórum da Comarca de Palmas, Processo Judicial, 1903, s/p.

do diretamente a agressão, baseando-se, em sua maioria, em informações obtidas por meio de relatos indiretos.

Diante disso, permanecem lacunas significativas ao longo do processo. Questiona-se, por exemplo, quais teriam sido as motivações que levariam o acusado a agredir Jeronymo, eventualmente culminando em sua morte e na ocultação do cadáver. Igualmente, indaga-se acerca do lugar social ocupado por Jeronymo na comunidade de Palmas e da relevância de sua presença naquele contexto. Tais questões não encontram respostas conclusivas na documentação analisada. Soma-se a isso o fato de que Jeronymo, descrito como idoso e com limitações físicas, inclusive com comprometimento visual, dificilmente teria condições de deslocar-se sozinho durante a noite, especialmente até uma área de difícil acesso, como aquela em que a ossada foi localizada. Conforme o depoimento de Anna Lima, o corpo teria sido encontrado em região de mata, junto a uma antiga picada, pouco frequentada, o que pode explicar, inclusive, a ausência de percepção do odor característico da decomposição.

Ao término do processo, não foi possível comprovar juridicamente a responsabilidade de Carlos Romback pela agressão ou morte de Jeronymo. Entretanto, os depoimentos iniciais constantes no inquérito indicam que, na manhã seguinte aos fatos, o acusado percorreu residências da vizinhança afirmando não ter agredido nenhum “negro” em sua casa, o que pode ser interpretado como um indício de sua preocupação em antecipar justificativas e construir uma narrativa defensiva.

O caso de Jeronymo, todavia, não constitui um episódio isolado, mas insere-se em um contexto mais amplo de violências direcionadas à população negra no período pós-abolição, particularmente na região de Palmas/PR. Homens e mulheres negros continuaram a ocupar posições marginalizadas, frequentemente invisibilizados e si-

lenciados em meio às transformações sociais decorrentes do fim da escravidão e da intensificação dos fluxos migratórios europeus (Rios; Mattos, 2004, p. 170). No que se refere a Jeronymo, a ausência de vínculos familiares consanguíneos identificáveis nos autos sugere a possibilidade de pertencimento a redes sociais fragilizadas, típicas do pós-cativo, marcadas por rupturas e dispersões. Ademais, sua condição de homem idoso e com limitações físicas pode ter contribuído para sua desvalorização social, reforçando sua vulnerabilidade em um contexto no qual a utilidade do indivíduo frequentemente era medida por sua capacidade produtiva. No ano de 1906 após analisar todo o processo é dado à sentença a Carlos Romback:

Vistos e examinado estes autos de Considerando que deles não consta que havia procedido o corpo de delito na pessoa do preto Jeronymo, no qual se aconteceu de causas naturais de convicção da existência de quaisquer dos crimes a que se fez a denúncia folha 2; Considerando que assim sendo se deve concluir pela inexistência de crime tentáveis que da prova colhida não se defendeu indícios, sequer relatos de que tenha sido o criminoso e ainda que ao denunciado Carlos Romback caiba qualquer parcela de responsabilidade pelo desaparecimento do referido preto Jeronymo, e considerando ainda que do inquérito da folha de auto exame de uma ossada humana encontrada no lugar denominado “Balisa” á duas legas desta cidade, seis meses depois do desaparecimento do referido preto, tendo parecer que o mesmo tivesse morrido a mingua. Julgo improcedente a denúncia de folha 2 contra Carlos Romback para absolvê-lo como absolvo da acusação que ele foi estendida³⁷.

³⁷ Fonte: Fórum da Comarca de Palmas, Processo Judicial, 1903, s/p.

O denunciante do desaparecimento de Jeronymo, cuja comunicação deu origem ao inquérito policial, já indicava que o referido indivíduo teria estado na residência de Carlos na noite em que desapareceu. Tal informação é corroborada, ainda que de forma indireta, pelos depoimentos das testemunhas, que afirmaram ter ouvido dizer que Jeronymo ali estivera. Embora nenhuma delas tenha presenciado a agressão, os relatos convergem no sentido de apontar Carlos como principal suspeito. Permanecem, contudo, diversas questões sem resposta: seria plausível que Jeronymo, idoso e com limitações físicas, tivesse percorrido sozinho mais de nove quilômetros durante a noite, sem solicitar auxílio ou ser notado? Teria sido conduzido até o local onde, meses depois, foi encontrada a ossada? Ou, ainda, seu corpo teria sido transportado já sem vida e ali abandonado? Soma-se a essas indagações o fato de o acusado, na manhã seguinte ao ocorrido, ter percorrido a vizinhança afirmando não ter agredido ninguém, o que sugere uma tentativa de antecipação de defesa.

Apesar da existência de indícios que vinculavam Carlos ao desaparecimento, o caso foi julgado improcedente por insuficiência de provas. Ainda assim, chama atenção o fato de o magistrado, em suas conclusões, ter afirmado que Jeronymo teria falecido “à míngua”, sem que exames periciais conclusivos tivessem sido realizados, o que evidencia fragilidades na condução do processo.

A análise da documentação permite inferir que Jeronymo, enquanto homem negro, idoso e socialmente vulnerável, foi tratado com negligência pelas instâncias responsáveis pela investigação e julgamento do caso. O inquérito policial e o processo criminal oferecem indícios consistentes de que a sociedade palmense era atravessada por práticas racistas que incidiam diretamente sobre a população negra. As recorrentes designações atribuídas a Jeronymo “preto velho”, “infeliz preto”, “preto desgraçado”, “miserável negro”, “dito preto” cons-

tituem evidências de uma linguagem que não apenas descreve, mas também produz e reforça hierarquias sociais, vinculando-o continuamente ao passado escravista.

Nesse sentido, impõe-se a reflexão: como teria sido conduzido o caso se Jeronymo fosse um homem branco, nas mesmas condições de idade e limitação física? A recorrência de termos racializados nos autos demonstra que tais categorias estavam naturalizadas no discurso jurídico e social, operando como marcadores de distinção e exclusão. Jeronymo encontrava-se, assim, à margem de uma sociedade que o discriminava e de um ordenamento jurídico que, embora formalmente pautado na igualdade, não o reconhecia plenamente como sujeito de direitos.

Diante desse quadro, cabe retomar as ponderações de Chalhoub:

Por conseguinte, a herança do escravismo, ao produzir entre negros e mulatos um estado de anomia social, pobreza e despreparo para o trabalho livre, teria sido o principal fator responsável pelo isolamento e subordinação social dos negros e mulatos no período do pós-abolição. (Chalhoub, 2001, p. 83).

Com a abolição da escravidão e a posterior instauração do regime republicano, indivíduos negros passaram a buscar, em certa medida, a regularização de sua condição jurídica por meio de registros civis, com vistas à obtenção de direitos em uma sociedade profundamente desigual. Contudo, esse processo não ocorreu de forma homogênea ou imediata. Muitos homens e mulheres negros não realizaram tais registros, seja por ausência de orientação, seja pelas próprias limitações impostas por sua condição social, sobretudo no caso de indivíduos em idade avançada, como Jeronymo. A ausência de registro

civil e a inexistência de menção a um sobrenome ao longo de todo o processo evidenciam não apenas sua marginalização jurídica, mas também a fragilidade de seu reconhecimento enquanto sujeito de direitos. Nesse sentido, importa destacar que uma sociedade forjada sob as bases do escravismo não alterou, de maneira abrupta, suas práticas e mentalidades após 1888, permanecendo o racismo como elemento estruturante das relações sociais.

No que se refere às fontes analisadas, o inquérito policial e o processo-crime, observa-se a ausência de menção à cor da pele das testemunhas, em contraste com a constante racialização de Jeronymo. Tal assimetria sugere que a marcação racial operava de maneira seletiva, incidindo sobretudo sobre os indivíduos negros.

Considerando tratar-se de uma localidade de pequeno porte, é plausível supor que as relações sociais fossem marcadas por proximidade e reconhecimento mútuo, o que contribuiu para a rápida circulação das informações acerca do caso. Ademais, a partir do cruzamento com fontes eclesiásticas e cartoriais, foi possível identificar que diversas testemunhas arroladas eram classificadas como brancas, o que reforça a leitura de que o processo foi conduzido em um contexto social profundamente hierarquizado, no qual a posição racial dos indivíduos influenciava diretamente suas formas de inserção e reconhecimento.

Considerações finais

A trajetória do desaparecimento de Jeronymo evidencia a permanência, no pós-abolição, de uma sociedade ainda profundamente estruturada por seu passado escravista, marcada pelo preconceito racial e por práticas de exclusão direcionadas à população negra. No

inquérito policial, Jeronymo é descrito reiteradamente como um homem de idade avançada, quase cego e sem vínculos familiares nos moldes considerados legítimos por aquela sociedade. Tais elementos parecem ter contribuído para a desvalorização de sua existência social, sugerindo que sua vida, aos olhos das autoridades e de parte da comunidade local, não possuía a mesma relevância atribuída a outros sujeitos socialmente reconhecidos.

A forma pela qual Jeronymo foi representado na documentação constitui uma amostra significativa de como a sociedade palmense lidava com homens e mulheres negros no período posterior à abolição. A invisibilização desses sujeitos se intensificava no contexto da chegada de imigrantes brancos, acolhidos e incorporados pelas elites locais como parte do projeto de reorganização social e econômica da região. Tal processo reforça a permanência de práticas racistas voltadas à marginalização daqueles que, anteriormente, haviam sido submetidos ao cativeiro. Nesse sentido, o passado escravista não se encerra com a Lei Áurea, mas continua a se manifestar nas relações sociais, nas hierarquias raciais e no funcionamento das instituições.

O caso de Jeronymo é particularmente emblemático porque explicita a vulnerabilidade de um homem negro, idoso e com limitações físicas diante de uma estrutura social excludente. O fato de ter sido, ao que tudo indica, agredido por um indivíduo branco, que se autodenominava estrangeiro, revela não apenas a desigualdade racial presente naquele contexto, mas também a assimetria de poder entre os envolvidos. A condução do caso pelas autoridades sugere uma evidente negligência, uma vez que o desaparecimento de Jeronymo parece não ter recebido a devida atenção até o momento em que uma ossada humana foi encontrada, conferindo materialidade ao desaparecimento antes tratado com relativa indiferença.

Importa destacar que Jeronymo, conforme demonstram os depoimentos, era uma figura conhecida na cidade e mantinha relações com pessoas socialmente influentes, o que torna ainda mais significativa a ausência de uma investigação diligente desde os primeiros momentos do desaparecimento. Essa postura institucional reforça a hipótese de que a condição racial da vítima influenciou diretamente a forma como o caso foi tratado, revelando os limites da cidadania negra no pós-emancipação.

Por fim, é fundamental reiterar que a abolição da escravidão não significou o desaparecimento da população negra dos Campos de Palmas. Homens e mulheres negros permaneceram integrando a vida social da cidade, muitas vezes continuando a trabalhar para os mesmos senhores que outrora haviam sido seus proprietários. A inexistência de políticas efetivas de inclusão social e econômica condenou grande parte dessa população à permanência em condições precárias de existência, reproduzindo, sob novas formas, antigas estruturas de subordinação. Dessa maneira, o caso de Jeronymo permite compreender como as marcas da escravidão permaneceram ativas no cotidiano social, jurídico e racial da Primeira República, revelando a continuidade de práticas de exclusão e violência contra a população negra.

Referências

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

CARDOSO, Carlos Eduardo. **Preto Velho Jeronymo: estudo de caso no pós-abolição Palmas/PR, 2019**. 55 f. TCC (Graduação) - Curso de História. Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2019. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/3491> Acesso em 21 abril 2026.

CARDOSO, C.; VICENZI, R. Dignidade humana. **Fronteiras: Re-**

vista Catarinense de História, n. 36, p. 110-126, 18 dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/FRCH/article/view/11731> Acesso em 21 abril 2026.

CHALHOUB, Sidney. **Os processos Criminais como fonte para estudos históricos**. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 1981.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim**. 2. ed. Campinas - SP: Editora da Unicamp, 2001.

GRINBERG, Keila. **Código Civil e Cidadania**. 3 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008. 86 p.

KREWER, Neiva. **A Liberdade em Cartas de Alforria: Campos de Palmas/PR 1860-1888**. 2017. 81 f. TCC (Graduação), Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2017.

LAGO, Lourdes Stefanello. **Origem e Evolução da População de Palmas - 1840-1899**. 1987. 253 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1987.

LAROQUE, Luís Fernando da Silva. **Lideranças Kaingang no Brasil Meridional (1808-1889)**. Pesquisas. **Antropologia** 56. São Leopoldo, Instituto Anchieta de Pesquisas/UNISINOS, 2000.

MARTINS, Maria Claudia de Oliveira. **Os filhos do ventre livre: Palmas/PR, 1871-1910**. 2015. 79 f. TCC (Graduação) Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2015.

MENDES, Adilson Miranda. **Origem e Composição das Fortunas na Sociedade Tradicional Paranaense Palmas-1859-1903**. 429 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba 1989.

RIOS, Ana; MATTOS, Hebe. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **TOPOI**. v. 5, n. 8, jan-jun. 2004, pp. 170-198. Disponível em: http://www.revistatopoi.org/numeros_antteriores/Topoi08/topoi8a5.pdf Acesso em 21 abril 2026.

ZARTH, Paulo Afonso. **História agrária do planalto gaúcho 1850-1920**. Ijuí: Ed. Universidade Regional do Noroeste do Estado, 1997.

ZARTH, Paulo Afonso. **Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.

Fontes

FCP/IP- Fórum da Comarca de Palmas/ Inquérito Policial

PJ- Processo Judicial 1903, Juiz de Direito da Comarca de Palmas, A Justiça, Carlos Romback, Autuação.

AEEH- Autos de Exumação de Esqueleto Humano, 1903.

Arquivo Público do Estado do Paraná (<http://www.arquivopublico.pr.gov.br/>)

(<http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=44>)

- *Recenseamento da população do Brasil- 1890: Comarca de Palmas*

Relatórios de Presidentes da Província do Paraná 1853-1888.

CDP- Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas

Livro de Registros Paroquiais de Casamento n. 1, 1843-1885.

Livro de Registros Paroquiais de Casamento n. 2, 185-1886.

Livro de Registros Paroquiais de Casamento n. 3, 1887-1890.

Livro de Registros Paroquiais de Casamento n. 5, 1893-1897.

Livro de Registros Paroquiais de Batismo n. 3, 1882-1884.

Livro de Registros Paroquiais de Batismo n.4, 1884-1886.

Livro de Registros Paroquiais de Óbito n. 1, 1843-1905.

Livro de Registros Paroquiais de Óbito n. 2, 1906-1958.

Capitalismo e fronteira:

uma proposta de estudo sobre a precarização do trabalho (i)migrante no Brasil (2019-2024)

EDINEI MARCOS GRISON

Não há dúvida de que só a extrema miséria obriga as pessoas a abandonar a sua pátria, de que os capitalistas exploram da maneira mais desavergonhada os operários migrantes. [...] Não há nem pode haver libertação do jugo do capital sem o desenvolvimento do capitalismo, sem a luta de classes sobre o seu terreno. E é precisamente a essa luta que o capitalismo atrai as massas trabalhadoras de todo o mundo, quebrando o embrutecimento bafiento da vida local, destruindo as barreiras e preconceitos nacionais, unindo os operários de todos os países nas grandíssimas fábricas e minas da América, da Alemanha, etc. (Lenin, O Capitalismo e a Imigração dos Operários, outubro de 1913).

No intervalo entre os anos de 2010 e 2019, novos fluxos migratórios passaram a ocorrer sob estruturas já consolidadas, nas quais os (i)migrantes são frequentemente recebidos como “estranhos à nossa porta”, conforme aponta Bauman (2017). Por outro lado, na fronteira Sul do Brasil (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) se observou uma

significativa dinâmica transfronteiriça que se consolidou, ao longo do tempo, sobre diversas dependências estruturais locais. Conforme Mezzadra e Neilson (2019),¹ este processo teve origem em “dinâmicas coloniais e pós-coloniais”.

Os fluxos migratórios no intervalo de 2019 a 2024 são caracterizados por uma dependência estrutural entre setores econômicos e a mão de obra estrangeira precarizada, cuja flexibilização de direitos beneficiou empregadores e governos locais, enquanto os (i)migrantes enfrentaram barreiras de integração, discriminação e invisibilidade política.

Como objetivo geral deste estudo, propomos analisar como a relação entre capitalismo e fronteira produz e reproduz a precarização do trabalho (i)migrante no Brasil entre 2019 e 2024, evidenciando a dependência estrutural dessa mão de obra para setores econômicos centrais e seus efeitos na manutenção de desigualdades estruturais.

A escolha do recorte temporal justifica-se pelos seguintes aspectos: i. Durante a pandemia da COVID-19, os (i)migrantes foram os primeiros trabalhadores a serem demitidos e os últimos a serem readmitidos. ii. A expansão do agronegócio gerou a demanda por carne e grãos, ampliando a contratação de haitianos e senegaleses, agora expandindo-se também em lavouras de soja no Oeste do PR, conforme informações do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social². Desse modo, observa-se que não houve ruptura efetiva do modelo que trata o trabalhador como uma classe precariada, aponta por Guy Standing (2021)³.

¹ A reflexão dos autores trata de análises sobre como as estruturas contemporâneas de exploração estão enraizadas na história colonial na obra: MEZZADRA, Sandro; NEILSON, Brett. *The politics of operations: excavating contemporary capitalism*. Durham: Duke University Press, 2019.

² Para estudos mais aprofundados sobre os dados estatísticos do Estado do Paraná, recomenda-se o seguinte banco de dados: <https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Base-de-Dados-do-Estado> Acesso em: 03 jun. 2025.

³ Sobre o tema nova classe trabalhadora precariada, recomenda-se: STANDING, Guy. *The*

Este estudo se orienta por uma abordagem qualitativa, exploratória, sustentada por bases teórico-bibliográficas e documentais, conforme proposto por Gil (2019) e Minayo (1994). A investigação documental, segundo Cellard (2008), busca interpretar registros oficiais a partir do seu contexto, autoria e finalidade. Nesse sentido, foram analisados os relatórios produzidos pelo Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra)⁴, sob o recorte temporal de 2019 a 2024, considerando-os como fontes institucionais relevantes para estudos sobre políticas migratórias no Brasil. Para a construção dos quadros, utilizou-se o software SPSS, versão 21.0, para agrupar e cruzar os dados anuais dos relatórios em tabelas. Assim, a análise cruzada de dados estatísticos permitiu identificar relações e padrões entre diferentes variáveis, sendo fundamental para este estudo.

Ainda que ancorado em uma metodologia qualitativa, este estudo recorreu a dados quantitativos presentes nos relatórios do OBMigra. De acordo com Creswell (2018), a integração de dados numéricos em pesquisas qualitativas pode enriquecer a compreensão do fenômeno investigado, desde que os dados sejam interpretados à luz de categorias teóricas para além de generalizações. Os dados foram analisados descritivamente, com o objetivo de identificar os fluxos imigratórios, as condições de inserção dos (i)migrantes e as ações institucionais em curso. Assim, a triangulação entre fontes bibliográficas, documentais e quantitativas permitiu uma abordagem compreensiva, conforme os princípios que sustentam os estudos qualitativos em ciências sociais.

Na primeira seção, apresentaremos o problema, a metodologia e os dispositivos teóricos selecionados para este estudo a partir de uma cisão crítica da economia do trabalho (i)migrante; na segunda, discu-

Precariat: The New Dangerous Class. London: Bloomsbury Academic, 2021.

⁴ Diversos materiais sobre fluxos migratórios internacionais no Brasil podem ser acessados a partir de: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/observatorio> Acesso em 03 jun. 2025.

tiremos os dados do OBMigra; e, por fim, teceremos as considerações finais.

A economia política do trabalho (i)migrante

Nesta seção, apresentaremos o problema central da pesquisa, que consiste em analisar como a relação entre capitalismo e fronteira produz e reproduz a precarização do trabalho (i)migrante no Brasil entre 2019 e 2024, evidenciando a dependência estrutural dessa mão de obra para setores econômicos centrais e seus efeitos na manutenção das desigualdades estruturais.

A metodologia adotada é de abordagem qualitativa, exploratória, sustentada por bases teórico-bibliográficas e documentais, com análise dos relatórios anuais do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra) no recorte temporal estabelecido, integrando também dados quantitativos para enriquecer a compreensão do fenômeno.

Os dispositivos teóricos que fundamentam o estudo incluem as contribuições de Sayad (1998) sobre a imigração como “fato social total”, Mezzadra e Neilson (2019) acerca do “capitalismo de fronteira”, Bauman (2017) sobre a “securitização da migração”, Standing (2021) em relação à noção de “precariedade estrutural” e o “precariado”, além de Schierup (2022), que demonstra a precarização do trabalho (i)migrante como mecanismo estrutural de acumulação flexível.

A fronteira como filtro: controles e a exploração

A migração está profundamente enraizada em dominações econômicas, conforme Sayad (1998)⁵, chega a ser um “fato social total”, por-

⁵ Para o aprofundamento sobre a noção de “fato social total”, sugerimos a seguinte obra:

tanto, envolvendo, dimensões econômicas, políticas e sociais. Ou seja, os fluxos migratórios não podem ser analisados de maneira fragmentada e, pelo contrário, precisam ser considerados a partir das múltiplas esferas que compõem a vida social. Para tanto, Sayad (1998) argumenta que a migração envolve o indivíduo em sua totalidade, no trabalho, na estrutura familiar, na cultura e na formação da identidade como (i)migrante. Conforme Memmi (2024, p. 17), quando “observamos o convívio entre o colonizador e o colonizado, logo descobrimos que tanto a humilhação cotidiana do colonizado quanto o seu esmagamento objetivo não são apenas econômicos [...]”. E continua Memmi (2024, p. 17), a “colonização é primeiramente uma exploração político-econômica. [...] é uma relação de povo a povo e não de classe a classe [...]”.

Outro aspecto relevante refere-se à conexão entre a sociedade de origem e a de destino, que não se constitui como um fato isolado. De outro modo, reflete e transforma as estruturas sociais, tanto no país de partida quanto naquele de estada/permanência/refúgio⁶. Contudo, contradições sociais passam a se apresentar pela exploração laboral, pelo racismo e, sobretudo, por uma dupla ausência: de um lado, o (i) migrante não está totalmente no país de acolhimento, e, por outro, nem em seu país de origem. Nesse sentido, conforme Sayad (1998), o fenômeno da migração é um processo complexo e multidimensional que revela dinâmicas profundas nas sociedades envolvidas.

Mezzadra e Neilson (2019)⁷ avançam nessa discussão ao demonstrar que o capitalismo globalizado opera por fronteiras do capi-

SAYAD, Abdelmalek. A migração ou os paradoxos da alteridade. Tradução de Cristina Murachco. São Paulo: Edusp, 1998.

⁶ Sobre este tema, destaca-se a seguinte obra: TEDESCO, João Carlos. Estrangeiros, extracomunitários e transnacionais: paradoxos da alteridade nas migrações internacionais: brasileiros na Itália. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2010.

⁷ Sobre o tema das fronteiras do capital, sugere-se a obra na linguagem original: MEZZADRA, Sandro; NEILSON, Brett. The Politics of Operations: Excavating Contemporary Capitalism. Durham: Duke University Press, 2019. (capítulo 04)

tal. Tais mecanismos se tornam centrais na governança e na produção das desigualdades que segregam e exploram, especialmente a mão de obra (i)migrante, pois é aí que o capital se expande. Tais mecanismos operam para diferenciar e hierarquizar os fluxos de pessoas. Assim, cabe registrar que as fronteiras não funcionam como barreiras homogêneas, mas como filtros que permitem a passagem de alguns, enquanto restringem outros.

As fronteiras não estão apenas nas bordas dos Estados, mas se estendem para dentro, a partir de controles imigratórios/migratórios e para fora pelos acordos de externalização de fronteiras. Tais fronteiras servem ao neoliberalismo, facilitando a circulação dinâmica do capital, enquanto controlam e exploram a força de trabalho (i)migrante, em relações precarizadas. Conforme analisa Bauman (2017) através do conceito de “securitização da migração”, os (i)migrantes são transformados em ameaças e não como sujeitos de direitos. Nesse sentido, concentram, em suas condições socioeconômicas, crises estruturais, sob ocupações precárias e degradantes.

A perspectiva do precariado como norma é complementada por Schierup (2022), que demonstra a precarização do trabalho (i)migrante⁸ como um mecanismo estrutural de acumulação flexível de aumento dos lucros⁹, especialmente nas economias periféricas. No cenário brasileiro, a noção de precariedade estrutural tratada por Standing (2021) materializa-se na inserção laboral degradante dos (i)migrantes em setores como frigoríficos e na construção civil, marcados pela baixa regulamentação legal e uma intensa exploração.

⁸ Da obra: STANDING, Guy. *The Precariat: The New Dangerous Class*. 2. ed. London: Bloomsbury Academic, 2021, recomendamos os capítulos 1, 3 e 5.

⁹ Sobre a noção de acumulação flexível, destacamos a seguinte referência: SCHIERUP, Carl-Ulrik; ÅKESSON, Lisa; DELGADO WISE, Raúl; FRANCO, Luciana (Orgs.). *Migration, Precarity, and Global Governance: Challenges and Opportunities for Labour*. Oxford: Oxford University Press, 2022. Recomendamos especialmente os capítulos 3 e 6.

No entanto, Castles (1998) e Portes (2019) destacam que essas precariedades laborais racializadas e hierarquizadas ampliam divisões étnicas no mercado de trabalho. Na fronteira Sul, observa-se uma clara segmentação, enquanto haitianos são majoritariamente alocados em empregos árduos na agroindústria, paraguaios ocupam posições relativamente mais estáveis no comércio fronteiriço, espelhando a reprodução das desigualdades históricas¹⁰.

A próxima seção trata de uma apresentação geral dos dados, oriundos dos relatórios anuais do OBMigra, sob o recorte de 2019 a 2024, que tratam do Brasil.

Os fluxos migratórios para o Brasil em dados – 2019–2024

Esta seção procura apresentar os dados dos relatórios anuais do OBMigra, sob o recorte de 2019 a 2024, observando os dados e aprofundando reflexões sobre as precariedades e dependências estruturais dos diversos segmentos do trabalho no Brasil. Destaca-se que esta seção busca sintetizar os relatórios anuais de 2019 a 2024, considerando dados relativos à migração e ao refúgio no Brasil. Destacamos aspectos comuns entre os relatórios para efetiva comparação entre os dados, a saber: 1. O perfil sociodemográfico; 2. A inserção ocupacional; 3. A distribuição geográfica; 4. A renda e as condições de trabalho; 5. As evoluções/desafios enfrentados.

No período entre 2019 e 2024, a migração e o refúgio no Brasil passaram por transformações significativas em seu perfil sociodemográfico, nas formas de inserção ocupacional, na distribuição geográfica, na renda e nas condições de trabalho dos (i)migrantes.

¹⁰ Informações quantitativas e outras análises podem ser acessadas nos Relatórios da OBMigra, disponíveis em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados> Acesso em: 06 jun. 2025.

Esses aspectos revelam tanto avanços quanto desafios ainda presentes para a inclusão plena e digna dos (i)migrantes no país. A Tabela 1 apresenta uma síntese do perfil sociodemográfico dos (i)migrantes recolhidos dos relatórios do OBMigra (2019 – 2024).

Sobre os dados do ano de 2023, os relatórios apresentam 2023 como parte de séries agregadas (por exemplo: 2013–2023) e não como ano isolado. Nesse sentido, optamos por desmembrar os dados de 2023 e os destacar nos quadros a seguir para refletir um relatório síntese de uma década. Assim, sugerimos que os dados deste relatório sejam estudados em futuras pesquisas, a partir das tendências acumuladas da década e dos resultados das políticas, além de dados de fluxo.

Os dados da Tabela 1 revelam uma transformação qualitativa e quantitativa no fluxo migratório: uma feminização acentuada (saltando de 11,4% em 2019 para 33% em 2024) e a predominância de uma força de trabalho jovem (65% a 75% na faixa de 20 a 39 anos). Essa realidade materializa o conceito de Sayad (1998), que define a imigração como um “fato social total”.

Para Sayad (1998), o fenômeno transborda a dimensão econômica, envolvendo a totalidade da existência do sujeito, sua cultura, família e identidade, marcada pela “dupla ausência”, onde o (i)migrante não pertence plenamente nem à origem nem ao destino. O aumento da escolaridade (com 32% possuindo nível superior em 2024), em contraste com a inserção em postos de baixa qualificação, evidencia que essa “totalidade” é atravessada por uma desvalorização sistemática do sujeito.

Ano	Masculinos/ Femininos	Faixa etária	Escolaridade	Nacionalidades
2019	88,6% / 11,4%.	20–39 anos (aprox. 75%).	50,4% médio completo.	Haitianos, venezuelanos.
2020	85% / 15%.	20–39 anos (70%).	50% médio, 20% superior.	Haitianos, venezuelanos, sírios.
2021	55,2% / 44,8%.	<18 anos (30%), 20–39 anos (50%).	50% médio completo.	Venezuelanos, haitianos, bolivianos.
2022	70% / 30%.	20–39 anos (cerca de 65%).	50% médio, 30% superior.	Venezuelanos, haitianos, portugueses.
Síntese do Perfil da Década 2013 - 2022	55,9% / 42,9%	15–29 anos (33,2%), 30–59 anos (46,4%).	45,1% médio completo.	Venezuelanos, haitianos, cubanos, colombianos.
2024	67% / 33%.	20–39 anos (65%–70%).	50% médio, 32% superior.	Venezuelanos, bolivianos, colombianos, angolanos.

Tabela 1. Comparativo — Perfil Sociodemográfico (2019–2024). Fonte: Elaborado pelo autor, com base em dados de OBMigra (2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024), disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados?id=401176> Acesso em: 26 jun. 2025.

Os dados de 2023, que sintetizam a década de 2013 a 2022, consolidam essa percepção ao registrar uma participação feminina de 42,9%, um aumento significativo em relação aos 11,4% observados em 2019. Quanto à escolaridade, o relatório de 2023 aponta que 45,1% dos imigrantes possuem o ensino médio completo, situando-os majoritariamente na faixa etária entre 30 e 59 anos (46,4%). As nacionalidades predominantes no acumulado da década foram venezuelanos, haitianos, cubanos e colombianos, refletindo o impacto das crises humanitárias na América Latina e no Caribe.

Ao longo do período mencionado, houve um crescimento contínuo da presença de (i)migrantes no agronegócio e na indústria, ocupando funções que exigem menor qualificação profissional, tais como magarefes, alimentadores de linha de produção e trabalhadores na construção civil. A tabela 02 apresenta uma síntese das diversas inserções ocupacionais recolhidas dos relatórios do OBMigra (2019 – 2024).

Os dados na Tabela 2 reforçam o contínuo crescimento da presença de trabalhadores (i)migrantes no agronegócio e na indústria. A migração haitiana e venezuelana impulsionou a ocupação em frigoríficos, na produção e construção civil, enquanto o setor de prestação de serviços e o comércio permanecem um polo de absorção para (i) migrantes com menor escolaridade. Isso revela que existe um padrão de inserção ainda marcado pelo subaproveitamento da força de trabalho (i)migrante.

Ano	Setores principais	Distribuição por setor (%)	Ocupações típicas
2019	Indústria, serviços, comércio.	38,8% indústria, 29,3% serviços, 20,3% comércio.	Produção, construção, reparação.
2020	Serviços, comércio, construção.	35% serviços, 25% comércio, 20% construção civil.	Ocupações manuais, serviços gerais.
2021	Agroindústria, serviços.	40% agroindústria, 35% indústria, 15% serviços.	Magarefes, linha de produção.
2022	Agroindústria, serviços.	42% agroindústria, 32% indústria, 18% serviços.	Produção, alimentação, limpeza.
Síntese do Perfil da Década 2013 - 2022	Indústria de transformação (refrigeríficos, alimentos, têxtil)	40%-36% indústria, 18%-10% construção civil, 15% - 18%, comércio, 10% - 14%, alojamento/alimentação, 7%, serviços domésticos.	Indústria, construção, comércio, alojamento, serviços domésticos.
2024	Agroindústria, comércio.	43% agroindústria, 30% indústria, 15% comércio.	Magarefes, linha de produção, comércio básico.

Tabela 2. Comparativo — Inserções Ocupacionais (2019–2024). Fonte: Elaborado pelo autor, com base em dados de OBMigra (2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024), disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados?id=401176> Acesso em: 26 jun. 2025.

Quanto à distribuição geográfica dos (i)migrantes, destacamos que o Sudeste se consolidou como o principal destino para empregos formais, enquanto o Norte permanece como porta de entrada e a principal região de acolhimento inicial, sobretudo nos estados de Roraima e do Amazonas, devido aos fluxos de refúgio¹¹. A região Sul consolida a sua participação destacada no agronegócio e na indústria, com menor variação ao longo do período.

A concentração ocupacional detalhada na tabela 02, com destaque para a agroindústria, que absorve 43% dos (i)migrantes em 2024, confirma a formação do “precarizado como norma”. Guy Standing (2021) define essa classe pela ausência de segurança no trabalho e pela vulnerabilidade estrutural. Essa inserção em setores como frigoríficos e construção civil é, conforme Schierup (2022), um mecanismo de acumulação flexível, essencial para a manutenção dos lucros em economias periféricas através da redução de custos laborais. O subaproveitamento das qualificações (graduados ocupam funções em linha de produção) constitui evidência empírica dessa precariedade funcional ao sistema.

Na síntese decenal apresentada em 2023, a indústria de transformação (especialmente frigoríficos e o setor têxtil) aparece como o principal empregador, respondendo por uma fatia entre 36% e 40% das ocupações. O relatório destaca que, ao longo da década, houve uma redução proporcional nas inserções na construção civil (de 18% para 10%) e um aumento nos setores de comércio e alojamento/alimentação. Essa configuração reforça um padrão de inserção marcado

¹¹ Sugerimos sobre os fluxos de refúgio que sejam consultados os dados em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros-e-publicacoes> Acesso em: 06 jun. 2025. Também sugerimos: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjojNDBmYjYxYzltMjgzMC00YTU4LTliYTtOT10ZmE4ZWY0ODZmIiwidCI6ImVjMzU5YmExLTYzMGI0NGQyYi1iODMzLWw4ZTZkNDhmODAxOSJ9&pageName=c47451134a39e637d708> Acesso em: 06 jun. 2025.

por ocupações de baixa qualificação e alta rotatividade, independentemente do nível de escolaridade prévio do trabalhador.

A Tabela 03 apresenta uma síntese das diversas distribuições geográficas dos (i)migrantes pelo Brasil, recolhidos dos relatórios do OBMigra (2019 – 2024).

Ano	Sudeste	Sul	Norte	Outras regiões
2019	45%	30%	15% (forte em RR)	10%
2020	42%	30%	18%	10%
2021	40%	28%	22%	10%
2022	45%	28%	20%	7%
Síntese do Perfil da Década 2013 - 2022	2013: ~50%; 2022: ~39%.	2013: ~24%; 2022: ~27%.	2013: ~7%; 2022: ~14%.	2013: ~7%; 2022: ~12%.
2024	48%	27%	17%	8%

Tabela 3. Comparativo — Distribuição Geográfica (2019–2024). Fonte: Elaborado pelo autor, com base em dados de OBMigra (2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024), disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados?id=401176> Acesso em: 26 jun. 2025.

A distribuição geográfica apresentada na tabela 03, que situa o Sudeste como polo de vínculos formais (48% em 2024) e o Sul como centro agroindustrial (27% a 30%), reflete a tese de Mezzadra e Neilson (2019) sobre o “capitalismo de fronteira”.

Segundo os autores, as fronteiras não operam como barreiras estanques, mas como filtros que hierarquizam e selecionam os fluxos humanos para atender às demandas de expansão do capital. No Brasil, essa filtragem é complementada pela “securitização da migração”, conceito de Bauman (2017), que transforma o (i)migrante em um “estranho” ou “ameaça”, despido de direitos plenos, facilitando sua alocação em regimes de trabalho desgastantes e precários.

Enquanto em 2013 a região Sudeste detinha cerca de 50% dos imigrantes, os dados sintetizados em 2023 mostram que essa participação caiu para 39% em 2022. Em contrapartida, a região Norte dobrou sua presença, saltando de 7% para 14%, consolidando-se como a principal porta de entrada e acolhimento inicial. A região Sul, foco central do estudo, manteve uma participação estável e destacada, crescendo de 24% para 27%, impulsionada pela demanda contínua das cadeias agroindustriais de carnes e grãos.

A Tabela 04 apresenta uma síntese comparativa entre as diversas faixas de renda e as condições de trabalho dos (i)migrantes que escolheram o Brasil e foram recolhidos dos relatórios do OBMigra (2019 – 2024).

Ano	Renda média (R\$)	Relação mulheres/homens (%)	Principais condições
2019	1,5 salário-mínimo (~R\$ 1.497)	Mulheres ~70% dos homens	Longas jornadas, subaproveitamento
2020	~R\$ 1.800	Mulheres ~70%	Precarização e informalidade
2021	R\$ 4.326 (queda do pico anterior)	Mulheres 70% dos homens	Salários baixos em setores de serviços
2022	~R\$ 9.000 (Sudeste)	Mulheres: 67%	Persistência das desigualdades
Síntese do Perfil da Década 2013-2022	2013: R\$ 2.200; 2022: R\$ 2.880.	2013: Mulheres ~82% dos homens; 2022: Mulheres ~86% dos homens.	Predomínio em setores de baixa/média qualificação; alta rotatividade; precarização; formalização parcial; Pandemia (2020).
2024	Sudeste ~R\$ 9.061	Mulheres: 67%	Concentração em postos de baixa qualificação

Tabela 4. Comparativo — Renda e Condições de Trabalho (2019–2024). Fonte: Elaborado pelo autor, com base em dados de OBMigra (2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024), disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados?id=401176> Acesso em: 26 jun. 2025.

Os indicadores de renda da Tabela 04 expõem um abismo de gênero persistente: as mulheres (i)migrantes recebem entre 67% e 70% dos rendimentos dos homens. Essa exploração é analisada à luz de Memmi (2024), que descreve a relação entre “colonizador e colonizado” como uma exploração político-econômica onde o “outro” é explorável à vontade por não estar protegido pelas estruturas legais locais. Complementarmente, Castles (1998) e Portes (2019) demonstram que essa precarização é racializada e hierarquizada, utilizando divisões étnicas para segmentar o mercado, por exemplo, alocando haitianos em tarefas mais árduas em comparação a outras nacionalidades, reproduzindo desigualdades históricas no território nacional.

Na série histórica de 2013 a 2022 (dados de 2023), a renda média nominal dos imigrantes subiu de R\$ 2.200 para R\$ 2.880, valor que ainda permanece inferior à média nacional. Um ponto relevante na síntese da década é a leve melhora na disparidade salarial de gênero: as mulheres, que recebiam cerca de 82% do rendimento dos homens em 2013, passaram a receber 86% em 2022. Apesar desse avanço estatístico, o relatório de 2023 enfatiza que a década foi marcada por condições laborais degradantes, subaproveitamento de diplomas e uma precariedade laboral persistente, agravada pelo impacto da pandemia em 2020. A convergência entre os dados do OBMigra (2019–2024) e os referenciais teóricos demonstra que o Brasil, em diversas localidades, tais como a fronteira Sul brasileira, atua como um “laboratório de exploração laboral”. A dependência estrutural dessa mão de obra para a competitividade do agronegócio e da indústria alimentícia confirma que a precarização não é um erro do sistema, mas uma condição sistêmica e deliberada para a sustentabilidade de um modelo econômico, baseado na desvalorização do trabalho (i)migrante.

Considerações finais

Este estudo analisou, por meio de dados estatísticos cruzados, como a relação entre capitalismo e fronteira produz a precarização do trabalho (i)migrante no Brasil, evidenciando uma dependência estrutural dessa mão de obra para alguns setores econômicos. As evidências coletadas permitem as seguintes conclusões fundamentais: 1. Uma relação de dependência econômica e a inserção setorial local; 2. Condições precárias que se tornaram norma sobre os trabalhadores (i)migrantes; 3. Diversos paradoxos entre a qualificação e o aproveitamento de diplomas internacionais; 4. Profunda desigualdade de gênero nas atividades laborais e remuneratórias; 5. Construção da fronteira como laboratório de exploração; e 6. Alternativas e caminhos para a transformação deste cenário.

A região Sul consolidou-se como um polo de absorção de (i)migrantes, detendo entre 27% e 30% dos vínculos formais no período estudado. Há uma dependência vital do agronegócio e da indústria alimentícia (especialmente frigoríficos) em relação a essa mão de obra para manter sua competitividade global. A inserção laboral é marcada por uma precariedade estrutural, na qual os (i)migrantes atuam como um novo proletariado submetido a condições vulneráveis. Isso se manifesta em jornadas exaustivas, riscos físicos elevados e alta rotatividade, especialmente em cidades de pequeno porte.

Observou-se um grave subaproveitamento das qualificações. Embora 32% dos (i)migrantes possuam ensino superior (dados de 2024), a maioria é alocada em funções manuais de baixa qualificação, evidenciando barreiras na validação de diplomas e uma desvalorização sistemática do sujeito. O estudo também confirmou um abismo salarial persistente, com mulheres (i)migrantes recebendo entre 67% e 70% dos rendimentos dos homens, além de estarem concentradas em serviços de apoio e comércio básico.

Teoricamente, a fronteira Sul do Brasil opera como um laboratório, onde as fronteiras funcionam como filtros que selecionam fluxos humanos para atender às demandas de expansão do capital. A precarização não é um erro, mas uma condição sistêmica e funcional ao modelo de acumulação flexível.

Em suma, para superar esse ciclo de exploração, é imperativo o fortalecimento de políticas regionais de inclusão que contemplem: 1. A integração linguística e cultural e combate ativo à xenofobia nas esferas municipais; 2. Mecanismos eficazes de validação de diplomas para mitigar o subaproveitamento profissional; 3. Fiscalização rigorosa das condições de trabalho para garantir direitos sociais e combater formas de exploração análogas à escravidão; 4. Planos locais de acolhimento que respondam às pressões demográficas em saúde, habitação e educação nas pequenas cidades.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. **Estranhos à nossa porta**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BRASIL. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 maio 2017.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra). **Dados**. Brasília, DF: OBMigra, [2025?]. Disponível em: portaldeimigracao.mj.gov.br.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra). **Observatório**. Brasília, DF: OBMigra, [2025?]. Disponível em: portaldeimigracao.mj.gov.br.

CASTLES, Stephen; MILLER, Mark J. **The age of migration: international population movements in the modern world**. 2. ed. London: Macmillan Press, 1998.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu; MACEDO, Marília. **Imigração e refúgio no Brasil**: relatório anual 2019. Brasília, DF: OBMigra, 2020.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu; MACEDO, Marília. **Imigração e refúgio no Brasil**: relatório anual 2020. Brasília, DF: OBMigra, 2021.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu; SILVA, Bruno G. **Relatório anual 2021 – 2011-2020**: uma década de desafios para a imigração e o refúgio no Brasil. Brasília, DF: OBMigra, 2022.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu; SILVA, Bruno G. **Relatório anual OBMigra 2022**. Brasília, DF: OBMigra, 2023.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu; SILVA, Sidney A. L. **Relatório anual OBMigra 2023**: OBMigra 10 anos: pesquisa, dados e contribuições para políticas. Brasília, DF: OBMigra, 2024.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu; SILVA, Sidney A. L. **Relatório anual OBMigra 2024**. Brasília, DF: OBMigra, 2025.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. (Org.). **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CRESWELL, John W.; CRESWELL, J. David. **Research design**: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches. 5. ed. Thousand Oaks, CA: SAGE, 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Base de dados do estado**. Curitiba, PR: IPARDES, [2025?]. Disponível em: ipardes.pr.gov.br.

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido de Retrato do colonizador**. Tradução de Marcelo Jacques de Moraes. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2024.

MEZZADRA, Sandro. **Capitalismo fronterizo**: expansión, crisis y migración en la era global. Madrid: Traficantes de Sueños, 2021.

MEZZADRA, Sandro; NEILSON, Brett. **A fronteira como método, ou a multiplicação do trabalho**. Tradução de Angela Marques et al. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MEZZADRA, Sandro; NEILSON, Brett. **The politics of operations:** excavating contemporary capitalism. Durham: Duke University Press, 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

PORTES, Alejandro. La segregación laboral étnica en economías avanzadas. **Revista Internacional do Trabalho**, v. 138, n. 3, p. 421-444, 2019.

PORTES, Alejandro; HOFFMAN, Kelly. Latin American class structures: their composition and change during the neoliberal era. **Latin American Research Review**, v. 54, n. 1, p. 1-27, 2019.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade.** Tradução de Cristina Murachco. São Paulo: Edusp, 1998.

SCHIERUP, Carl-Ulrik et al. (Org.). **Migration, precarity, and global governance:** challenges and opportunities for labour. Oxford: Oxford University Press, 2022.

STANDING, Guy. **The precariat:** the new dangerous class. London: Bloomsbury Academic, 2021.

TEDESCO, João Carlos. **Estrangeiros, extracomunitários e transnacionais:** paradoxos da alteridade nas migrações internacionais: brasileiros na Itália. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2010.

Marcas e migrantes:

uma leitura arqueológica da paisagem do garimpo
na Amazônia Setentrional – Território de Roraima
(1960-1980)

ROSÂNGELA MARIA BEZERRA DA COSTA

Um Estado imerso em suas dimensões culturais, históricas, antropológicas, sociológicas, econômicas, ambientais e políticas, que se entrelaçam em um território com uma história marcada por intensos fluxos humanos. Assim, apresenta-se Roraima no Extremo Norte da Amazônia Setentrional: um cenário de densa complexidade. Para o pesquisador das Ciências Humanas, o território funciona como um laboratório vivo, desafiando a investigação científica a converter vestígios fragmentados e processos de ocupação em conhecimento sistematizado sobre a territorialidade de suas paisagens.

Dentro desta dinâmica, a migração atua como agência transformadora, moldando as camadas que compõem a arqueologia da paisagem roraimense. “O espaço é um dos personagens que a história nunca consegue libertar de suas mãos”, asseverou Braudel (1989, p. 23), ao estabelecer as bases de sua “geohistória” sobre como o meio físico (montanhas, planícies e rios) atua moldando os eventos humanos ao

longo dos séculos. Dessa forma, o lavrado, as serras e os montes de Roraima não são meros palcos de passagem, mas os arquivos da paisagem onde cada fluxo migratório deposita sua própria rugosidade histórica.

Nessa perspectiva, como bem define Haesbaert (2004, p.43), “o território deve ser compreendido como um processo de apropriação material e simbólica, em que o espaço é transformado através das relações de poder e da agência dos sujeitos que o vivenciam.” Assim os fluxos humanos, impulsionados por diferentes ciclos econômicos e políticos, deixaram marcas profundas que ultrapassam a mera ocupação historiográfica, influenciando a identidade e a materialidade da Amazônia Setentrional. Sob essa ótica, compreender o território exige perceber que a paisagem não é um cenário estático, mas uma construção social ativa e em constante movimento. Nesse sentido, Lino (2022) define a “Arqueologia da Paisagem” como:

Definida como a área que estuda as relações da cultura material e seus impactos em uma determinada territorialidade, o intuito da “arqueologia da paisagem” é entender o objeto de estudo por meio de um viés de conjunto, de integração e relação entre os diferentes pontos da paisagem que foram submetidos a ações conflituosas.

Segundo afirmação de Santos (1996, p.66) “a paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que presidem as relações entre casos e coisas”. Sob o prisma da arqueologia da paisagem, essa herança ganha contornos de materialidade; com Criado (1993), “o espaço é entendido como um produto da ação humana e suporte de significados históricos”. Assim, o estudo dessas paisagens garimpeiras permite resgatar os fragmentos deixados pelos processos migratórios, integrando as trajetórias dos sujeitos às marcas físicas e heranças sociais impressas na arqueologia da paisagem do

Território Federal de Roraima ao longo do tempo. Essa perspectiva é reforçada por Tim Ingold (2000), ao considerar que “a paisagem é o registro duradouro e o testemunho das vidas e trabalhos das gerações passadas que nela habitaram”.

Os espaços urbanos e rurais que, em todo o território nacional, podem ser chancelados como paisagem cultural, são aqueles em que a vivência ou a ciência humana imprimiu marcas ou reconheceu valores, tornando-as suporte dos cenários, conhecimentos e das realizações que exemplificam, singularizam ou excepcionalizam a interação do homem como o meio natural. (IPHAN/Depam/2007, p. 3).

Segundo afirmação de Milton Santos, “a paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que presidem as relações entre casos e coisas” (SANTOS, 1996, p.66). Assim, o estudo das paisagens culturais permite resgatar os fragmentos deixados pelos processos migratórios, integrando as trajetórias dos sujeitos às marcas físicas e heranças sociais impressas na arqueologia da paisagem do Território Federal de Roraima ao longo do tempo. Essa perspectiva é reforçada por Tim Ingold, ao considerar que “a paisagem é o registro duradouro e o testemunho das vidas e trabalhos das gerações passadas que nela habitaram” (INGOLD, 2000).

[...] Somente a extensão territorial, com seus acidentes e riquezas naturais, somada ao povo que a habita, não configuram de fato o Brasil, nem correspondem a sua realidade. Há que computar também, na área imensa povoada e despovoada, as realizações subsistentes dos que a ocuparam e legaram às gerações atuais: a produção material e espiritual duradoura ocorrida do norte ao sul e de leste a oeste do país, constituindo as edificações urbanas e rurais, a literatura, a música, assim

como tudo mais que ficou em nossas paragens, com traços de caráter nacional, do desenvolvimento histórico do povo brasileiro. (IPHAN, 2018).

Produção material e simbólica do IPHAN encontra em Roraima uma expressão singular por meio da iconografia garimpeira, a qual se cristalizou na paisagem urbana de Boa Vista. Tal processo remete à teoria de Santos (1996), que define a paisagem como uma “sociedade cristalizada”. Neste contexto, o Monumento ao Garimpeiro, símbolo de Roraima e Patrimônio Histórico e Cultural de Boa Vista (RORAIMA, 2024). De acordo com às dinâmicas comerciais da histórica rua do ouro e o cotidiano da Feira do Garimpeiro não constituem apenas pontos da cidade, são em essência símbolos que narram a história emblemática da relação do Estado com o metal precioso e sua gente. Esses elementos funcionam como “marcos de memória” que institucionalizam o garimpo na identidade roraimense, e transformam o ouro em um eixo central de representação cultural.

presente no espaço urbano de Boa Vista como ferramentas de investigação, A metodologia incorpora a multivocalidade, na coleta de dados depoimentos informais e observação direta, colhidos junto a feirantes e ex-garimpeiros da região. Espera-se, assim, que as evidências e análises dessas marcas aqui apresentadas fomentem o debate sobre uma maior compreensão da Sob a premissa de “Marcas e Migrantes”, busca-se descrever e (re)significar a paisagem do garimpo na Amazônia Setentrional, compreendendo como o projeto de territorialidade militar transformou o “rincão do lavrado” em um espaço de exploração mineral estratégica no período conhecido pela história como “Milagre Amarelo” através das marcas do garimpo materializadas em monumentos e espaços públicos durante o Período Militar. Demonstrar como as trajetórias dos sujeitos migratórios foram integradas às marcas físicas e heranças sociais, consolidando uma arqueologia da

paisagem singular no então Território Federal de Roraima com um recorte cronológico estabelecido entre as décadas de 1960 e 1980.

Este trabalho (re)acende um ‘velho debate’ acerca da construção historiográfica de Roraima. Para isso, investiga-se o palimpsesto urbano da capital Boa Vista em articulação com a vasta paisagem regional, onde marcos como o Monte Roraima, o Monte Caburaí, a Serra do Tepequém e a Pedra Pintada atuam como testemunhos da expansão e da identidade territorial roraimense e como as marcas do garimpo e da expansão territorial foram cristalizadas em monumentos e espaços públicos durante o Período Militar, servindo como uma estratégia de legitimação ideológica que buscava converter a exploração econômica em um projeto de soberania e identidade nacional no Extremo Norte.

A trajetória metodológica pauta-se na Arqueologia da Paisagem, operando através de uma análise que cruza a cultura material com a política de Estado; para tanto, utiliza-se do registro iconográfico e da análise documental, da observação da cultura material complexa teia que une agência humana e território, conferindo visibilidade aos fluxos humanos na Amazônia Setentrional.

Roraima, ouro ou diamante?: paisagens ancestrais e territórios em disputa

Roraima, incrustado no Extremo Norte da Amazônia Setentrional, situa-se em uma zona de contato estratégica entre as bacias dos rios Amazonas e Orinoco. O território atua como um portal histórico onde a territorialidade se impôs sobre o espaço. Sob a ótica da arqueologia da paisagem, a região revela-se como um grande palimpsesto, no qual as dinâmicas de poder e o fluxo de migrantes se sobrepuseram às ocupações ancestrais. Conforme o *Atlas da Amazônia Brasileira* (2025): “Esse mosaico de sociodiversidade moldou uma fisionomia

única, onde o migrante não apenas ocupou o espaço, mas o ressignificou, transformando o “Lavrado” em um território de resistência e sobrevivência” (REPAM, 2025).

É fundamental anotar que tal mobilidade não se inicia com as frentes coloniais ou com a migração nordestina do século XX; pelo contrário, o território já era sulcado por densos fluxos de povos circumpunares¹ e caribes muito antes de qualquer intervenção ocidental (LATHRAP, 1970; NEVES, 2006). Ao investigar as evidências dessas rotas milenares nas montanhas do norte, Robert Schomburgk (1944) reconheceu que a territorialidade indígena era fruto de deslocamentos contínuos:

A rede de rios que se entrelaça nas savanas do Rio Branco oferece o mais extraordinário sistema de comunicação natural que já testemunhei. Nestas águas, que ora correm para o sul em direção ao Amazonas, ora se aproximam das vertentes do Orinoco, o movimento de tribos e famílias é constante. Não se trata de uma terra estática; as canoas indígenas transportam memórias e mercadorias por caminhos que as florestas e montanhas pareciam bloquear, provando que o isolamento desta região é apenas aparente para o olhar estrangeiro, enquanto para seus habitantes, ela é um território de passagens imemorais e encontros contínuos (SCHOMBURGK, 1944, p. 248).

A proeminência de Roraima na Amazônia Setentrional é consolidada por fortes marcos e marcas que sintetizam a complexidade

¹ O termo circumpunares, neste contexto, refere-se às redes de interação e fluxos migratórios de longa distância que conectavam as “terras altas” andinas (o entorno da Puna) às “terras baixas” amazônicas. Lathrap (1970). Já a fundamentação mais atual na arqueologia, baseada em Neves (2006), ratifica a visão da Amazônia pré-colonial como um território densamente povoado, manejado e integrado por rotas de intercâmbio milenares, quebrando as cadeias do “velho” mito do “vazio demográfico”.

histórica e geológica deste território transfronteiriço. No município de Uiramutã (RR), o Monte Roraima² e o Monte Caburá extrapolam a função de limites soberanos; são coração e território de povos indígenas. Situados dentro da Terra Indígena Raposa Serra do Sol (TI-RSS) “demarcada e homologada após uma longa luta jurídica” esta terra foi administrativamente identificada em 1993 e oficialmente homologado por decreto presidencial em 15 de abril de 2005, um ato que consolidou o reconhecimento do Estado sobre o usufruto exclusivo dos povos Macuxi, Wapichana, Ingarikó, Taurepang e Patamona (SANTILLI, 2005; BARBOSA, 2010).

A validade jurídica desta demarcação contínua foi ratificada pelo Supremo Tribunal Federal em 2009, no julgamento histórico da Petição 3.388, estabelecendo que esses marcos geológicos são indissociáveis da existência física e cultural dessas etnias. Os montes citados são considerados lugares sagrados e pontos estratégicos de origem cosmológica dos povos ancestrais ((BRASIL, 2009; BESSA FREIRE, 2011).

O Monte Caburá (figura 1) consolidou-se como o ponto extremo setentrional brasileiro após a expedição comandada pelo Marechal Cândido Rondon em 1930, embora sua confirmação oficial como o ponto mais ao norte superando o Oiapoque, tenha sido ratificada pelo Itamaraty e pelo IBGE apenas em 1998. Com uma altitude de 1.465 metros, o Caburá integra o complexo geológico do Planal-

² O topônimo Roraima advém das línguas do tronco linguístico Karib (notadamente o *Pemon*), sendo o resultado da junção dos termos *roro* (verde) e *ima* (grande/grandezza), significando, em tradução livre, “Monte Verde” ou “A Grande Montanha Verde”. O nome, que originalmente batizava o maciço, passou a designar o Território Federal em 1962 e, posteriormente, o Estado em 1988. Sobre a etimologia ver: KOCH-GRÜNBERG, (1953). Ressalte-se que, apesar da origem europeia em seus relatos, Koch-Grünberg foi precursor ao compreender que, para os indígenas, o nome da montanha não era apenas um rótulo, mas parte da “biografia” do monte. Sobre a evolução política do nome ver: (MAGALHÃES, 1986; FARAGE, 1991).

to das Guianas, apresentando uma formação de rochas antiquíssimas que guardam em seu entorno uma complexa história extrativista. Historicamente, a região que circunda o maciço foi alvo de cobiça devido à presença de minérios de alto valor.

Existe uma diferenciação que marca a paisagem do garimpo mecanizado das baixadas, a extração no entorno do Caburá e na Serra do Sol sempre foi marcada pela dificuldade de acesso, sendo um lugar ermo e de densa floresta nebulosa. A institucionalização do Caburá como marco de soberania não apaga a sua natureza como “lugar de difícil acesso”, onde a riqueza mineral muitas vezes serviu de pretexto para a invasão de territórios. Como se trata de um suporte de memória e de recursos, a exploração mineral ali registrada foi:

A presença de jazimentos de ouro e diamantes na região do Uiramutã impulsionou, durante décadas, fluxos migratórios e conflitos territoriais. Embora a extração tenha ocorrido de forma intensa antes da homologação da TI-RSS, o acesso ao cume do Caburá permaneceu restrito devido ao seu isolamento geográfico e à sua condição de marco de fronteira, tornando-o um testemunho preservado da geodiversidade roraimense. (BARBOSA, 2010).

Em paralelo à configuração dos limites, o Monte Roraima (figura 1), símbolo da paisagem ancestral com seu cume atingindo 2.810 metros de altitude (IBGE, 2023³). Destaca-se como uma das sentinelas do Escudo das Guianas. Geologicamente, o maciço é considerado uma das formações mais antigas do planeta, datando de aproximada-

³ O IBGE é a fonte oficial para altitudes e divisas territoriais. Ele ratifica a altitude de 2.810 metros e a posição do Monte Roraima como o ponto da tríplice fronteira e divisor de bacias hidrográficas.

mente dois bilhões de anos (Paleoproterozoico) (CPRM, 2010⁴). É um marco divisório de águas e encravado entre as bacias do Orinoco, Essequibo e Amazonas. A montanha funciona como um divisor de biomas e águas, com rios ao sul (como Kukenan e Arabopó) fluindo para a bacia do Orinoco na Venezuela. Demarca a tríplice fronteira entre Brasil, Venezuela e Guiana (IBGE, 2023).

Apresentando-se como um imponente *tepui* de cume plano, esta antiguidade confere ao monte um status de “testemunha do tempo”, onde a rocha de arenito, esculpida pela erosão milenar, guarda uma biodiversidade endêmica isolada em seu topo (ICMBio, 2013⁵). No contexto regional, sua imponência é absoluta, pois como menciona Barbosa:

O Monte Roraima representa o testemunho geológico de um mundo pretérito, sendo uma das estruturas mais velhas da crosta terrestre ainda expostas. Sua formação, anterior à fragmentação do supercontinente Gondwana, isolou no topo dos tepuis ecossistemas únicos, transformando a montanha em um arquivo vivo da história biológica e geológica da Terra.” (BARBOSA, 2010).

Institucionalmente, o Estado brasileiro consolidou a proteção desse território através do Decreto nº 97.887, de 28 de junho de 1989, que instituiu o Parque Nacional do Monte Roraima (Parque internacional). Esta demarcação não apenas salvaguarda o patrimônio ambiental do Monte Roraima, mas estabelece uma barreira jurídica

⁴ A CPRM é a autoridade máxima em geodiversidade no país. Ela confirma a idade paleoproterozoica (cerca de 1,8 a 2 bilhões de anos) e a composição de arenitos da Formação Roraima.

⁵ Órgão necessário para atestar a questão da “biodiversidade endêmica” e o isolamento dos *tepuis*.

e estratégica contra a exploração de recursos minerais como as jazidas de diamantes presentes na formação milenar cuja extração é terminantemente proibida em virtude do status de unidade de conservação de proteção integral (BRASIL, 1989). Para compreender a inserção de Roraima no cenário documental internacional, recorre-se ao relato de Robert Schomburgk (1944) quando de sua passagem pela região em 1838, descrevendo a monumentalidade da paisagem sob uma perspectiva que mistura o fascínio científico e o assombro metafísico:

Esta montanha de Roraima, que os índios chamam de ‘Mãe das Águas’, surge como uma ilha de cristal suspensa nas nuvens. Suas paredes de rocha nua elevam-se verticalmente a alturas prodigiosas, tornando-se o objeto mais estranho e maravilhoso da natureza que o homem pode contemplar. O cume é uma mesa plana, e das fendas de suas rochas verticais despenham-se numerosas cascatas, que parecem fios de prata suspensos no ar, alimentando os grandes rios que correm em direção ao sul e ao norte, isolando este gigante do mundo inferior. (SCHOMBURGK, 1944).

A imaginação mais vívida não poderia conceber nada tão belo e, ao mesmo tempo, tão sublime quanto esse grupo de montanhas. O Roraima ergue-se como uma muralha perpendicular de arenito, cujas paredes parecem ter sido trabalhadas por mãos de gigantes. Para os nossos guias indígenas, entretanto, o cume não é apenas terra firme, mas o domínio de espíritos poderosos, onde o som das quedas d’água é interpretado como as vozes dos seus ancestrais, proibindo o acesso de qualquer mortal àquelas alturas sagradas.” (SCHOMBURGK, 1944, p. 215).

Esse relato não apenas descreve o relevo, mas sistematiza a primeira camada de significados ocidentais sobrepostos à ancestralidade

indígena, atuando como um instrumento de apropriação simbólica que insere o Extremo Norte na geopolítica imperial. Dessa forma, a narrativa de Schomburgk inaugura a escrita de um palimpsesto documental que se torna o elo entre o tempo geológico profundo e a historiografia das fronteiras de Roraima, consolidando o território como um cenário de identidades em disputa e complexidades. Essa simbiose entre o homem e a montanha, entre o direito e a ancestralidade, encontra forte eco na voz do poeta Eliakin Rufino:

Onde o horizonte é um arco tenso / Prestes a disparar
a luz do dia, / O Roraima é o marco, o silêncio imenso,
/ Onde o tempo repousa em profecia./ Na Raposa, a
terra é o próprio corpo, / Herança que o avô deixou
plantada. / Onde a vida venceu o braço morto / E a
pedra se fez voz na caminhada. (RUFINO, 1984, poesia Regional).

A Oeste, no município de Amajari (RR), a Serra do Tepequém (figura 1) ergue-se com suas cicatrizes de erosão e cachoeiras, atuando como um testemunho geográfico da memória do garimpo e da resiliência dos fluxos migratórios que moldaram a ocupação regional. Nesse cenário de singularidades, destacam-se os Lavrados, elementos que conferem à paisagem roraimense uma identidade material única (BUENAFUENTE, 2023). O Tepequém, marcado pela raridade de seus diamantes, atraiu levas de migrantes que trouxeram consigo a cultura nordestina, fundindo-a ao cenário dos tepuis (FREITAS, 2002). Esses acidentes geográficos funcionam como arquivos que guardam tanto as riquezas minerais quanto os registros históricos para o migrante nordestino, essa paisagem bruta tornou-se suporte de novas memórias. As “marcas” no solo, do garimpo à pecuária, são testemunhos de uma arqueologia da paisagem viva.

Recuando à ancestralidade do relevo e complementando este cenário das paisagens ancentrais, a Pedra Pintada (Figura 1), situada no município de Pacaraima (RR) fronteira com a Venezuela, nos domínios da Terra Indígena São Marcos, guarda grafismos rupestres milenares que comprovam a longa duração da agência humana no lavrado. A integração desses quatro monumentos do tempo geológico às marcas da “escrita” eleva a posição estratégica do estado de Roraima revela uma paisagem densa, onde a natureza e a cultura se sobrepõem em camadas de ocupação histórica.

Mais do que meros acidentes geográficos, esses marcos funcionam como vetores de uma Amazônia Setentrional que fundamenta a arqueologia da paisagem e as dinâmicas políticas fronteiriças. A relevância desses sítios, tanto para a soberania quanto para o patrimônio nacional, é ratificada pelas instâncias de controle e preservação do Estado brasileiro:

A proteção das áreas de fronteira e o reconhecimento dos sítios de valor arqueológico e histórico na Amazônia Setentrional constituem elementos fundamentais para a manutenção da soberania nacional. A gestão desses territórios, que abrigam monumentos naturais e registros da agência humana milenar, exige a articulação entre a preservação do patrimônio cultural e a vigilância estratégica, garantindo que os marcos de soberania brasileira permaneçam como testemunhos da integridade territorial e da memória coletiva da nação.



QUATRO MARCOS DE RORAIMA, AMAZÔNIA SETENTRIONAL

Figura 1⁶. Quatro marcos da Paisagem ancestral de Roraima na Amazônia Setentrional. Fonte: Composição híbrida com curadoria da autora e processamento por IA (Gemini 2.0), 2026.

A história continua efervescente e recentemente, pesquisadores da Universidade Federal de Roraima (UFRR), confirmaram a existência de uma expressiva jazida de terras raras no Complexo Mineral Barreira, no município de Caracarái (RR) representa a “escrita tecnológica” contemporânea na paisagem, este é um alerta para mostrar que Roraima nunca parou de ser “disputado”. A presença de minerais como európio e neodímio reafirma que a região é um território de extrema relevância estratégica, cuja ocupação humana da pré-história à migração nordestina sempre esteve ligada à busca por recursos em um solo aparentemente inóspito (SOUZA; VIEIRA; FEITOSA, 2024).

A paisagem roraimense não é um cenário estático, mas um documento construído por sucessivas levas

⁶ A opção pela versão monocromática cumpre uma função analítica na Arqueologia da Paisagem. Ao remover a distração das cores, o olhar é direcionado para a materialidade e a volumetria dos monumentos, para destacar as texturas que definem o território: a rugosidade milenar do tepui do Monte Roraima, a densidade impenetrável da floresta que protege o Monte Caburá e as cicatrizes nas linhas de erosão da Serra do Tepequém. A técnica usada evidencia os contrastes de luz e sombra que revelam os detalhes como da Pedra Pintada, tornando as marcas da agência humana mais legíveis e protagonistas da narrativa visual.

humanas. Desde as populações pré-coloniais aos migrantes que hoje ainda territorializam o lavrado, o que vemos na Amazônia Setentrional é a materialização de uma luta constante entre o rigor da geologia e a persistência da ocupação humana, onde cada fragmento arqueológico ou marca no terreno narra a história de uma adaptação singular.” (RIBEIRO, Pedro Augusto Mentz. *Projeto de salvamento arqueológico na área de Boa Vista*, 1987).

A demarcação definitiva do território na Amazônia Setentrional não se deu apenas nos mapas, mas por meio de uma intervenção física e extrativista sobre monumentos naturais que compõem a Paisagem de Roraima.

Período Militar: nordestinização e sobrevivência na Amazônia Setentrional

O Estado projetou sua soberania sobre pontos estratégicos: a busca incessante pelo ouro na Serra do Tepequém transmutou o relevo em um canteiro de exploração; a Pedra Pintada, para além de seu valor arqueológico milenar, foi submetida à crueza do desenvolvimento técnico, servindo como fonte para extração de brita destinada à pavimentação de rodovias. Sob a ótica da segurança nacional, essa ocupação não visava exclusivamente à exploração econômica, mas à consolidação de uma rede estratégica de proteção e povoamento das fronteiras.

Ao monitorar áreas como o Monte Roraima e o Monte Caburaí, o Estado transformou esses monumentos em sentinelas geográficas que, sob a égide da doutrina militar, garantiam a integridade da fronteira contra incursões estrangeiras. Assim, enquanto a terra sofria as

intervenções da infraestrutura desenvolvimentista, o território ganhava contornos de vigilância definitiva, integrando o Extremo Norte ao mapa político e simbólico do Brasil. Essa arquitetura de soberania, contudo, demandava mais do que marcos geográficos; exigia a fixação de um contingente humano resiliente que materializasse a posse da terra e o povoamento definitivo da região (BRASIL, 1970; CASTRO, 1967; SANTOS, 2021).

A gênese da ocupação contemporânea de Boa Vista e a configuração do seu tecido social não podem ser dissociadas das políticas de segurança nacional e integração regional implementadas durante o regime militar (1964-1985). O fenômeno da “nordestinização” no Território Federal de Roraima (TFR) configurou-se como uma transposição demográfica de sujeitos, oriundos sobretudo do Ceará e do Maranhão, que foram transformados em agentes de ocupação sob a égide do Plano de Integração Nacional (PIN), instituído pelo Decreto-Lei nº 1.106/1970. Este fluxo migratório, longe de se constituir uma aventura espontânea, foi impulsionado por um determinismo biológico e político, no qual o Estado utilizou a crise climática e social do Nordeste como motor para o povoamento das fronteiras amazônicas. Sobre a crueza desse deslocamento e o caráter geopolítico da fome que impulsionou o migrante, Josué de Castro fundamenta com precisão a natureza desse “retirante”:

O retirante nordestino é um fugitivo da fome, um ser que se desloca não por vontade de aventura, mas por um determinismo biológico imposto pela agonia do solo. Ao chegar à Amazônia, esse homem transplanta consigo a sua geografia de carências, tentando garimpar no ouro alheio a redenção que a seca lhe roubou. Sua presença no Norte é a inscrição de uma dor itinerante que se recusa a morrer (CASTRO, 1967, p. 112).

É nesse abismo entre a estratégia de Estado e a necessidade de sobrevivência que a “nordestinização” deixa de ser apenas um fluxo migratório para se tornar a alma social do Território. O migrante foi o agente que materializou a guarda das sentinelas de Roraima, transpondo sua resiliência sertaneja para os alicerces de Boa Vista. Assim, a nordestinização não foi apenas um deslocamento de gentes, mas o processo de dar corpo ao projeto de integração nacional, transformando o migrante no protagonista da manutenção definitiva do território.

A nordestinização em Boa Vista não é fruto apenas de um projeto de ocupação, mas de uma fuga desesperada da “pedra seca”. O garimpeiro nordestino que inscreve sua história na rua do Ouro e na Feira do Garimpeiro, é o mesmo personagem que, Josué de Castro descreveu como o homem que foge do sol senil em busca de uma vida que o solo seco lhe negou. Sobre esse fluxo de sofrimento e o destino incerto desses migrantes. O clássico *Geografia da Fome* de Castro, foi o primeiro a dar um caráter geopolítico à fome e à seca que impulsionou milhares de nordestinos em direção à Amazônia Setentrional. Nota-se a crueza da seca do nordeste com a afirmação de Castro (1967, p.112):

A teia da formação do universo social do Território de Roraima nas décadas de 70 e 80, ocorreu devido à grande migração especialmente de nordestinos em busca das promessas de riquezas abundantes e do ouro. A paisagem urbana, às formas das habitações, os comportamentos, as transações econômicas, a circulação de mercadorias, o aumento da produção pecuária. Grande parte das transformações que muito influenciaram a cultura do roraimense, ocorreram enfaticamente no período do “Milagre Amarelo”.

Olavo Bilac (1996), em sua lírica voltada à exaltação do solo e das fronteiras nacionais escreve: “ Amo-te, ó selva, no esplendor da vida, / Na vossa solidão, na vossa calma, / Como se fosse a pátria estremecida, / Como se fosse a própria voz da alma! / (...) Tu és o berço de uma raça forte, / Que o sol aquece e a liberdade aviva.”

Em Boa Vista logo que o visitante chega é possível contactar com determinadas pessoas sendo perceptível que uma grande parcela da população conhece ou tem um familiar que exerce ou exerceram algum tipo de atividade garimpeira, seja na extração ou prestação de serviços no garimpo (atualmente ilegal) tais como cozinheira, carregador, montador, cabelereiro, entre outros que exercem ou exerceram alguma atividade seja na extração direta do minério ou em outras funções essenciais como a de cozinheiro(a). Esta é uma realidade constatada não apenas no passado integrando o processo de territorialização de Roraima, segue nos dias atuais, mesmo que ilegalmente.

A história revela os discursos governamentais a favor da exploração do garimpo houve um grande estímulo para o desenvolvimento do garimpo na região, e impactou como uma flexa que acerta o alvo no desenvolvimento e povoamento da região. O garimpo seria fonte de renda certa e de riquezas para o futuro que se aproximava a ideologia do sonho do Milagre Amarelo era vista como algo realmente proveitoso e oportuno. Enquanto doravante os povos indígenas e suas comunidades se sentiam ameaçados, para os povos indígenas a leitura desse progresso soava como um futuro incerto e atemorizante.

Sob a ótica da arqueologia da paisagem deve-se salientar que, mesmo na contemporaneidade as marcas do garimpo aparecem em camadas sobrepostas e, muitas das vezes invisíveis. Como defende Vitor Oliveira Jorge (1998), a paisagem é um “palimpsesto” de atividades humanas, onde diferentes épocas se sobrepõem, exigindo que o investigador saiba ler as marcas deixadas por aqueles que nos precede-

ram. Basta, portanto, atentar-se para as paisagens que povoam o dia a dia da sociedade boavistense para identificar esse registro da ação garimpeira. Essa perspectiva de leitura das marcas territoriais encontra eco nas discussões de Lino (2022) acerca das paisagens de conflitos bélicos. Embora o autor foque sua análise em cenários de guerra, sua fundamentação teórica é plenamente aplicável ao contexto roraimense, pois define a arqueologia da paisagem como:

Nesse sentido, como as paisagens culturais são formadas de palimpsestos de ocupação humana que se estendem no decorrer do tempo, elas contribuem com análises das feições culturais em um determinado território no antes, no durante e no pós-conflito. É de suma importância que se perceba isto para que seja possível compreender e integrar os dados que compuseram as diferentes camadas culturais e, quando possível, analisar as diferentes camadas (como em uma estratigrafia arqueológica) de ocupação, quais outras estruturas estão associadas aos conflitos, quais os impactos nas paisagens pretéritas e quais as consequências da guerra após seu fim. (LINO, 2022, p. 123).

Alguns historiadores identificam essa presença garimpeira através da história oral e das diversas formas de testemunhos que permitem realizar registros que, muitas vezes, passam despercebidos ou são renegados pelas narrativas oficiais. Nesse sentido, destaca-se a perspectiva de Meira (2004), cujos estudos na etnohistória amazônica enfatizam a importância de reconhecer os sujeitos históricos que foram silenciados pela historiografia tradicional. Para o autor, o foco deve estar na “persistência do passado”, em que o testemunho oral e a cultura material revelam as camadas de resistência e ocupação que as fontes documentais hegemônicas costumam ignorar.

No contexto de Roraima, essa persistência manifesta-se nas paisagens do garimpo, onde o rastro dos sujeitos e suas redes de sociabilidade sobrepõem-se às estruturas institucionais. O raciocínio de Meira é coerente, sendo, portanto, necessário utilizar lentes conceituais para desvendar as camadas desse multiuniverso das paisagens garimpeiras roraimenses. O garimpo é uma dessas questões pensadas e “pesadas” para a sociedade, devido ao longo período em que o tema tem sido discutido no estado, muitas vezes de forma equivocada pela mídia ou por discursos ideológicos simplistas, além das vozes que ecoam e sufocam, no “silêncio”, o reconhecimento de direitos reais.

É inegável a forte influência que o garimpo exerceu no Território Federal de Roraima, e o quanto este tem sido impactado em sua cultura pelo movimento garimpeiro em suas terras. Roraima está localizado na região mais setentrional do país (figura 1), este possui uma forte presença dos povos indígenas. O termo Garimpo estende-se muito além de sua mera denominação, perpassando questões socioculturais, ambientais, econômicas e políticas. Esses são apenas alguns dos principais invólucros do garimpo nas últimas décadas. O garimpo atravessou séculos até o avanço de sua característica de exploração territorial para desembocar no extremo Norte do Brasil.

A partir das políticas desenvolvimentistas propagadas pelo governo militar para desenvolver a Amazônia, houve o fomento da ganância por ocupar e explorar a região, proporcionando grandes tragédias junto aos povos indígenas, em especial entre os anos 70 e 80, com destaque para a implantação de rodovias como a BR-174³ (que liga o Amazonas a Roraima), fato que proporcionou conflitos entre os Waimiri-Atroari; a implantação de hidrelétricas, como Balbina e o incentivo a exploração mineral, como a mineração Pitinga (Amazonas). Em 1993 ocorreu o massacre de 16 Yanomami na aldeia Haximu, resultado do conflito entre

índios (venezuelanos) e garimpeiros (brasileiros). Três anos depois, o caso foi julgado pela Justiça Federal, e os réus foram julgados com a tese de genocídio (SANTOS, 2021).

Heráldica do Minério: onipresença do Garimpo nos Símbolos Oficiais

Nos símbolos oficiais do Estado, é possível observar a onipresença do garimpo, cuja estampa se faz presente em cada insígnia de Roraima. Embora a primeira impressão sugira que tais símbolos estejam permeados exclusivamente pela égide da atividade mineral, um olhar mais atento revela, também, artefatos da cultura indígena e referências à fauna e à flora regionais. A presença do garimpo na Amazônia Setentrional transcende a materialidade das ruas e a memória dos migrantes, infiltrando-se na própria heráldica oficial que define a identidade roraimense, ratificando a premissa de que os símbolos representam a identidade e as aspirações de um povo (CÂNDIDO, 2024).

Os símbolos oficiais funcionam, portanto, como um registro institucionalizado do chamado “Milagre Amarelo”, cristalizando a atividade mineral como um pilar fundante da civilização no extremo norte brasileiro. Esta iconografia opera o que a arqueologia da paisagem define como a legitimação do território através da imagem, momento em que o minério deixa de ser meramente um recurso extrativo para se tornar um símbolo pátrio.

De acordo com a legislação vigente, cada um dos estados brasileiros ostenta suas belezas e riquezas em seus símbolos: a Bandeira, o Hino e o Brasão, são elementos de elevado valor, visto que neles está impressa a identidade cultural e o potencial econômico de cada

Unidade da Federação. Se a Lei nº 133/1996 (RORAIMA, 1996) instituiu os marcos geográficos como símbolos estaduais, o recente Manual de Identidade Visual (RORAIMA, 2024) moderniza essa iconografia, transformando o Monte Roraima e o sol do lavrado em elementos de design político que reafirmam a identidade regional frente ao cenário nacional.

Bandeira oficial do Estado de Roraima

Projetada por Mário Barreto, e criada pela Lei estadual nº 133 de 14 de junho de 1996, em seu art. 10 que “Dispõe a adoção de Símbolos do Estado de Roraima” (RORAIMA, 2024). Seu formato consiste em um retângulo com proporção (largura-comprimento) de 7:10, e seu desenho é dividido em três faixas diagonais no sentido esquerda para direita, e de baixo para cima. As cores das faixas são, respectivamente: azul turquesa, branca e verde bandeira. Próximo à parte inferior da bandeira há uma faixa vermelha estreita. No centro da bandeira, apoiada sobre a faixa vermelha, há uma estrela em ouro com dimensões que extrapolam à faixa branca central. As principais cores da bandeira (verde, amarelo, azul, branco e a faixa vermelha) Estas cores são uma representação da integração do estado com o Brasil, separadamente cada cor simboliza algo específico a seguir:

Verde: Representado na faixa simboliza as densas matas e cerrados (lavrados); Branco: Representado na faixa simboliza a paz; Azul: Representado na faixa simboliza o céu, assim como os ares puro de Roraima; Amarelo: Representado na estrela simboliza a abundante riqueza mineral; além de ser a estrela de A estrela amarela representa Wezen (nome árabe), estrela da constelação de Cão Maior, Delta do Cão Maior (Wezen). Muliphem que na Bandeira Nacional repre-

senta o Estado de Roraima. Vermelho: Representado numa linha fina simboliza a Linha do Equador que divide os hemisférios Norte e Sul. Roraima é o único Estado localizado no Hemisfério Norte. Já a bandeira com duas faixas em vermelho pertencia ao Ex-Território Federal do Rio Branco.



Figura 2. Bandeira do Estado de Roraima. Fonte: Governo do Estado de Roraima.

Hino oficial do Estado de Roraima

Nesta premissa analisamos atentamente a letra do Hino de Roraima. Criada pelo historiador e escritor Dorval de Magalhães, e inspirada na conjectura do então Território Federal a narrativa é clara, sendo possível identificar como a economia do Estado naquele momento estava envolto ao garimpo. O autor do hino, não sabe se a pedido do governador da época, mas em algumas estrofes o autor faz alusão ao minério como algo muito próximo e de imenso valor, associando-o as belezas naturais como a fauna e a flora, enquanto o

sentimento nacionalista também aflora em uma de suas estrofes, nota-se também momentos de exaltação e esperança na essência do Hino de Roraima.

Brasão oficial do Estado de Roraima

Este emblema heráldico foi selecionado democraticamente através da realização de um Concurso a época instituído pelo governo do Estado, sendo o ganhador e autor da criação do Brasão Antônio Barbosa Melo. O heraldista assim descreveu sua obra como sendo o Arroz, produto de exportação; o Arco e a Flexa armas indígenas, como forma de homenagear às tribos do estado (não específica a etnia); o *Garimpeiro*, como sendo uma *homenagem às riquezas mineiras*; o Monte Roraima, pois veio daí a origem do nome Roraima que significa Monte Verde na língua indígena, por último a Garça branca, uma ave típica de Roraima, onde é possível encontrá-la em quase todos os igarapés.



Figura 3. Brasão do Estado de Roraima. Fonte: Governo do Estado de Roraima.

A construção da história que representou o forte apelo de exploração do garimpo no a buscam é referenciar em cada letra de suas composições as qualidades potenciais dos Estado, a identidade cultural, o poderio econômico, o esforço laboral, a produção seja agrícola ou mineral, entre outros valores como honra, pátria e religiosidade. Em uma análise mais cautelosa encontra-se algumas evidências na construção do hino de Roraima tendo o garimpo como mola mestra das riquezas deste povo. Nota-se na composição Dorval Magalhães o destaque para o minério em sua primeira estrofe: “Amazônia do Norte da Pátria! Mais bandeira para o nosso Brasil Caminhamos sorrindo, altaneiros Almejamos ser bons brasileiros/ Tua flora, o minério e a fauna São riquezas de grande valor. Configurando patriotismo fazendo referência a sua estratégica localização geográfica na região norte encravado no território da Amazônia setentrional brasileira.

Paisagens culturais: reflexologia garimpeira

As paisagens culturais são espaços que se desenvolvem com a inserção das ações humanas, e vão se caracterizando através da conexão entre ambiente e pessoas.

Paisagem é uma unidade visível do território, possui uma identidade visual, caracterizada por fatores de ordem social, cultural e natural, contém espaço e tempo distintos – o passado e o presente –, ou seja, um acúmulo de tempos desiguais”. A adoção do conceito de Paisagem Cultural por órgãos responsáveis pela preservação do patrimônio em nível nacional e internacional é recente, evidenciando uma nova lógica em relação ao patrimônio cultural. Altera-se a concepção bipartida entre as esferas natural e cultural, para uma

concepção mais integradora do espaço e de seus produtores (COSTA & GASTAL, 2010).

A paisagem “envolve os elementos físicos/naturais, suas interações, assim como todas as intervenções e articulações provocadas pela ação humana”. Desse modo, compõem a paisagem os elementos históricos e culturais que sinalizam o processo organizacional dos diversos grupos sociais, construídos ao longo do tempo (CASTROGIOVANNI, 2002, p. 132).

Mas as paisagens nunca têm um único significado; sempre há a possibilidade de diferentes leituras. Nem a produção, nem a leitura de paisagens são inocentes. Ambas são políticas no sentido mais amplo do termo, uma vez que estão inextricavelmente ligadas aos interesses materiais das várias classes e posições de poder dentro da sociedade. (DUNCAN, 1990 *apud* RIBEIRO, 2007).

Feira do Garimpeiro: Territórios de Convergência

Um contingente saído do nordeste brasileiro dia a pós dia desembarcavam no território, movidos por falsas promessas foram transportados a essa nova terra. Nesse mesmo período a fama que o território era muito rico em ouro (El-dourado) logo se espalhou e muitos garimpeiros saíam da Serra Pelada direto para o Território de Roraima, as dinâmicas sociais e culturais estavam a todo vapor e se fortaleciam. Nesse interim começavam a surgir novas paisagens culturais como o *Feirão do Garimpeiro*, uma alternativa viável a todos que necessitavam de materiais e instrumentos para levarem ao garimpo. Aimberê de Freitas (2002), em suas obras explora a transição de “Roraima das Fazendas” para “Roraima do Garimpo”: Cita a importância

comercial desse espaço e que o ouro era a moeda:

O Feirão do Garimpeiro era o coração pulsante da cidade, onde o ouro ditava o ritmo da economia e dos sonhos. Ali, entre bateias e motores, Roraima recebia o Brasil inteiro, transformando o comércio em um caldeirão de esperanças e necessidades imediatas de quem buscava a sorte no lavrado.” Aimerê Freitas (referindo-se à dinâmica urbana de Boa Vista).



Figura 4. Feira do Garimpeiro ou Feirão do Garimpeiro - Boa Vista/Roraima. Fonte: Imagens google e processamento por IA (Gemini 2.0), 2026.

Aquela paisagem cultural urbana passa a ser um ponto cultural muito latente. Em Boa Vista tudo começava a se transformar com a exploração do garimpo, abertura de novos empreendimentos comerciais (eram bem poucos a época) de materiais e instrumentos adequados para o processo de garimpagem como pás, cordas, batéias⁸. A loja mais famosa chamada Feirão do Garimpeiro, tinha como proprietário o Chicão do garimpo (in memorian).

A história de como Chicão construiu um barracão de madeira e comercializava um verdadeiro arsenal de espingardas, cartucheiras, balas, fumo, cachaça, panelas, baldes, bacias de alumínio, utensílios de cozinha como conchas, facas e diversos itens exclusivos para a prática da garimpagem, e da manutenção da cozinha dos barracões, porque a alimentação era necessária, e com o tempo o seu Chicão permitia aos demais comerciantes abrirem novas barracas para vendas de outros produtos aos poucos foram formando ao longo da rua uma extensão da loja e transformou-se na Feira do Garimpeiro (Relato do Chico do ouro).

A Feira do Garimpeiro, é tradicionalmente conhecida, acontece todo domingo fecha-se uma das avenidas principais de Boa Vista a General Ataíde Teive com um fluxo acelerado, pois é de acesso sentido bairro- centro, centro-bairro, a partir das 18h do sábado até às 12h do domingo, na Feira do Garimpeiro o comércio é intenso e bem variado, vende-se de quase tudo como peixes regionais, frutas, legumes, carnes, aves, pimentas das mais variadas espécies, garrafadas e farinhas produzidas nas comunidades indígenas, uma infinidade de produtos da região, além de roupas, calçados, produtos importados da Venezuela entre os mais vendidos e procurados estão os pirulins, e as massas para o preparo de arepas⁷.

A Feira antes era constituída por populares e alguns poucos indígenas que vendia sua produção em especial as farinhas (de mandioca, tapioca, beiju) e as pimentas (jiquitaia⁸, malagueta, dedo de moça). Hoje a Feira é um caldeirão multicultural, mistura das “gen-

⁷ Arepa é uma massa de coloração esbranquiçada ou amarela e com uma textura bem leve feita à base de farinha de milho pré-cozida, comumente utilizada na culinária Venezuelana. No preparo se faz um bolinho frito ou assado com recheios variados, queijo-presunto, ovos, carne desfiada e manteiga. Não era comercializada nos mercados de Boa Vista até a chegada de um número expressivo de imigrantes venezuelanos.

⁸ Jiquitaia é uma pimenta bastante usada nos pratos da culinária indígena local para preparo de pratos como a Damorida.

tes” com pessoas oriundas de várias regiões do Brasil e do exterior, entre venezuelanos, haitianos, guianeses vendem cocadas de coco e alho em bacias de alumínio.

Em Boa Vista, os locais de grandes vendas de pimentas são as feiras livres conhecidas por Produtor Rural, Passarão e Feirão do Garimpeiro. De lá o produto é vendido ao público em geral ou a atravessadores para revenda em pequenos comércios e supermercados. Quando a venda é destinada ao público em geral, ela é realizada geralmente na base do “litro”, uma unidade de medida local que se refere ao volume de qualquer produto, vendido nas feiras livres, que possa caber em uma lata de óleo de 900ml. Esta unidade também é usada para outros produtos das feiras⁹

Pode-se até questionar o motivo pelo qual a Feira do Garimpeiro funciona implacavelmente todos os domingos seja com chuva ou calor escandante, fechando o trânsito para uma das principais avenidas que cruza os bairros da cidade ao Centro inclusive tentaram proibir a prática. Existem outras feiras públicas em locais construídos adequadamente para essa finalidade, tem-se a feira do município o Mercado Público São Francisco, Feira do Produtor mas a cultura do Feira do Garimpeiro é raiz nordestina. Esta autora por exemplo prefere a Feira do Garimpeiro. Muitos fazem questão de comprar lá e dizer porque gostam, como seu Domingos que já foi proprietário de restaurantes: “Eu gosto da Feira do Garimpeiro, vou todos os Domingos desde criança ia com minha mãe, eu gosto de comprar verduras bem fresquinhas, bacaba, buriti e açaí, também compro farinha e peixe tambaqui, para fazer assado na brasa”. (Feirante João de Deus oriundo de Sobral no Ceará).

⁹ Informação verbal fornecida por Francisca (Dona Chica), feirante cearense, em diálogo informal na Feira do Garimpeiro (Boa Vista, abril de 2024).” Uma das tradições nordestinas medidas de alimentos em latas. Paisagem cultural viva.

A Rua do Ouro: transmutação do minério

A Rua do Ouro (rua Cecília Brasil) em Boa Vista é bastante conhecida pela população, sendo um dos destinos mais procurado por compradores de ouro e diamantes de outras regiões e estrangeiros, esta rua está localizada a poucos metros do Palácio do Governo e da praça do Centro Cívico. A Rua do Ouro é assim chamada por ter despontado no auge do garimpo, nas décadas de 80 e 90. No período do Milagre Amarelo, segundo relatos informais havia no então Território Federal de Roraima cerca de 40 mil garimpeiros em terras indígenas.

A extração do ouro e as negociações provenientes desta atividade mineral estavam prosperando grandemente e com essa expansão surgiu a Rua do ouro por ser de fácil localização e principalmente pela instalação de locais para venda e compra do minério, em pouco tempo passou a ocupar outras vias como a Av. Benjamin Constant, rua Araújo Filho e a rua Cecília Brasil todas muito bem localizadas no Centro da cidade. Caminhando nessas ruas é possível encontrar várias lojas abertas de venda de joias e também pra compra e venda de ouro e diamantes, mas se observamos atentamente alguns desses locais não têm nenhuma identificação ou layout são o câmbio negro.



Figura 5. Rua Cecília Brasil (rua do ouro). Fonte: Google imagem.

A Arquitetura da sobrevivência em Boa Vista

É perceptível nesse período da arquitetura de Boa Vista algumas construções das residências que refletiam o que o historiador Aimberê Freitas chama de “o signo da improvisação”. Muitos nordestinos, fugindo da pobreza e da seca de 70 que assolava a região, desembarcavam em Boa Vista sem nenhum recurso e, quando conseguiam alguns provenientes do garimpo, construía suas moradias nesse estilo. Nas habitações construídas por garimpeiros não poderia faltar armadores para atar as redes a todos que chegavam das minas e ainda não tinham local para pousar, transformando a casa em um porto seguro para o migrante.

Um tipo de construção neste mesmo período que cresceu bastante foram as chamadas “Estâncias”, que eram quartinhos 3x3m quentes, mofados e abafados, com um teto baixo, construídos um ao lado do outro sem janelas e sem circulação de ar. Às vezes com cozinha comunitária, algumas estâncias possuíam em seu interior um banheiro privativo para cada quarto, mas em outras era possível dividir um único banheiro. Os garimpeiros que estavam iniciando na lida do garimpo alugavam essas habitações e pagavam muitas vezes com ouro em pó, oriundo do suor do árduo trabalho de garimpagem. Como bem observou a escritora Lêda Braz, “nas estâncias, o ouro comprava o repouso curto entre as idas e vindas do trecho”. “O ouro era a moeda corrente, quase não havia dinheiro em espécie naquela época, assim pagava-se em pó um alto valor, mais do que este tipo de habitação valia realmente” (João garimpeiro, cearense de Quixadá).

Os donos das estâncias (muquifos) se beneficiavam dessa prática, uma vez que os gastos para manter os quartinhos eram mínimos e o ganho era alto, pois estes ficavam meses fechados sem gastos com água ou com um bico de luz apenas. O locatário, por sua vez, come-

çava a construir outras moradias semelhantes em bairros diferentes, pois não se cobrava IPTU e os terrenos eram baratos ou até mesmo de invasões. Essa dinâmica era possível porque, conforme explica o urbanista Fulvio Giovanetti, “o solo urbano de Boa Vista era um território de posses”. Isto ocorria porque, como território, todas as terras pertenciam à União; logo, ninguém era dono legal dos terrenos, predominando o direito de ocupação de fato sobre o título de propriedade.

Monumento ao Garimpeiro: mito?

Um abre alas para o Monumento ao Garimpeiro, um monumento controverso (COSTA, 2010). Instalado estrategicamente no meio Joaquim Nambuco, mas popularmente conhecida desde a época do período miliar como a Praça do Centro Cívico, esta que homenageia o sediou por muitos anos um dos maiores festejos da cultura popular em Roraima o Boa Vista Junina que é dos movimentos quadrilheiro de Boa Vista¹⁰. Enquanto o discurso institucional destaca as praças como espaços de lazer e esportes (BOA VISTA, 2021), o olhar da Arqueologia da Paisagem permite enxergar nesses mesmos locais os monumentos que cristalizam a memória do garimpo e a ocupação da Amazônia Setentrional. O garimpeiro é uma forte lembrança do mineral muito cobiçado como o “ouro”. A mesma praça também é conhecida como praça da “bola”, pois fica numa grande rotatória e em seu entorno funciona os palácios dos três principais poderes da Capital:

¹⁰ Curiosidade: A Cultura junina roraimense também é herança nordestina, foi destaque em Nova Iorque e citada no Guines Book como parte da gastronomia roraimense. Roraima entrou para as páginas do Guines por produzir a maior paçoca de carne do mundo, uma herança nordestina. Disponível em: <https://roraimaemtempo.com.br/diversao/conheca-a-historia-do-boa-vista-junina-o-maior-arraial-da-amazonia/> Acesso em: 20 abr. 2026.

Poder Executivo instalado no Palácio Senador Hélio Campos; esta edificação por sua importância política esteve associada ao período militar em Roraima e não foi sempre esta nomeação pois anteriormente era denominado de Palácio 31 de março (no período Militar vigente no país entre 1964 e 1985. Após a redemocratização passou a chamar-se de Palácio da Fronteira (em virtude da tríplice fronteira Brasil-Venezuela-Guiana), mais tarde novamente alterado para o atual nome Palácio Senador Hélio Campos, em homenagem aquele atuou como governador entre 1967 a 1974, sendo um dos responsáveis por incentivar o garimpo na região, e em 1991 viria a ser eleito senador por Roraima.

Todos as edificações recebem anterior ao nome Palácio simbolo de grandeza. Assim é Palácio Antônio Martins que abriga o Legislativo Palácio Desembargador Robério Nunes dos Anjos do Judiciário.

A Praça do Centro Cívico, poderia ser tombada como Patrimônio Cultural, por ser o maior armazém de memórias coletivas da sociedade boavistense, por serem constantes as manifestações, as revoltas, as lutas de classes, os movimentos grevistas, mas também as vitórias, as festas culturais (como o grande Arraial Junino), as posses de servidores, os desfiles cívicos, enfim não



Figura 6. Monumento ao Garimpeiro e Placa em homenagem aos velhos garimpeiros. Fonte: Acervo da autora.

seria possível descrever tantos momentos históricos de Roraima aonde essa paisagem cultural foi inundada pela sociedade, e continua sendo. E neste local que está instalada um dos principais monumentos de Roraima. Quando indagamos seria mesmo o monumento ao “Garimpeiro” um patrimônio culturalmente incômodo? Porém, antes dessa instalação havia outro monumento um Obelisco, como mostra a figura 7, este foi substituído pelo Garimpeiro.

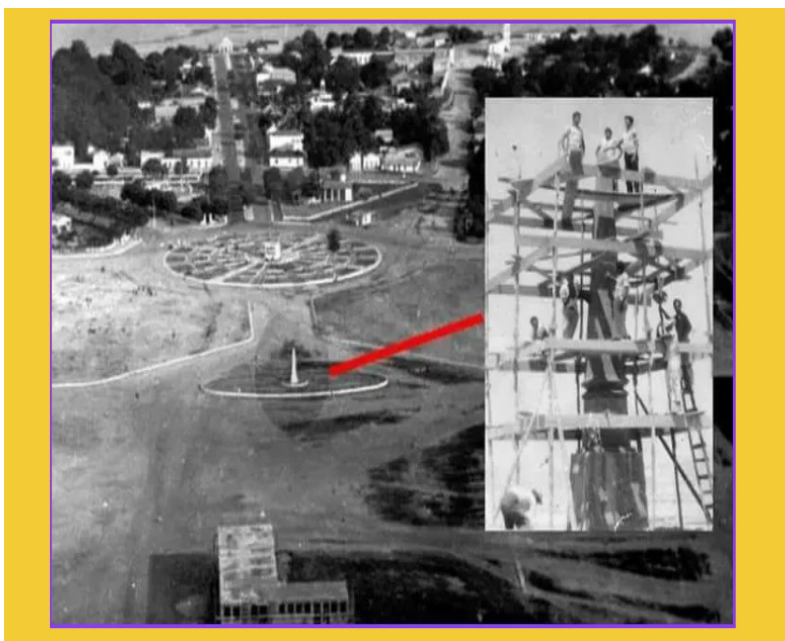


Figura 7. Praça do Joaquim Nabuco (desmonte do Obelisco). Fonte: Acervo Patrimônio Histórico de Roraima.

A resposta é dúbia, fazendo uma analogia com a moeda quando no velho jogo cara ou coroa o ganhador sente-se feliz e aliviado perdedor este se sente incomodado, assim é o Monumento ao Garimpeiro. Ocupa um lugar de destaque na paisagem cultural formando um conjunto impossível de ser ignorado, de um lado representa perdas, desas-

tre ambiental, declínio cultural, de outras riquezas, posses, melhoria de vida (ainda que essa melhoria de vida seja o ideal que todo garimpeiro almeja) tudo depende de qual lado se está, mas independente do posicionamento de ambos os lados, a paisagem cultural permanece, mas o conceito de “garimpo” este sim sofre mudanças conforme o entendimento de cada setor.

A Bateia (a origem) – Símbolo do Garimpeiro

Um instrumento usado por todo garimpeiro dentro do garimpo de atuação manual. A Bateia é um instrumento muito utilizado e conhecido de todo garimpeiro para a extração de minerais e metais no processo de Garimpo podem ser de vários materiais à prova de ferrugem, precisam ser resistentes a produtos químicos, algumas são mais pesadas outras são mais leves como se utiliza a bateia no garimpo, o uso da Bateia no Garimpo aparentemente é bem simples, coloca-se os minerais dentro dela com um pouco de água (a beira de rios e riachos) e começa o processo de agitação, através de movimentos circulares. Esse movimento irá provocar a separação dentro da cuia (bateia) dos materiais minerais e metálicos. Os materiais metálicos ficam mais ao fundo da bateia, enquanto os demais ficam nas camadas mais altas da bateia. Aos poucos, vai eliminando os minerais, até que reste apenas os metálicos no fundo da bateia.

Essa explicação é para demonstrar o quão importante esse elemento foi na época aurea do Milagre Amarelo, mas poucos sabem sua história e origem, elemento esse que é o símbolo do Garimpeiro. A bateia é um instrumento eminente do garimpo e a sua origem devota estudos mais aprofundados, visto não ter sido dos portugueses uma invenção tão inovadora para a época, porém alguns acreditavam ser,

mas buscando a história mais a fundo do período colonial, encontramos algumas embora poucas fontes que relatam ter sido o negro sim o escravo vindo da África é dele o crédito do verdadeiro criador da bateia, pois já conhecia uma técnica mais simples de separar o ouro do cascalho, de forma rudimentar ainda hoje é usada no garimpo manual. Vejamos o que nos diz o artigo de Paiva, (2002) “O viajante não deixou de registrar alguma incerteza quanto a absoluta eficiência dos métodos de amalgamar as partículas douradas, certamente desenvolvidos a partir de observação e de experiência muito antigas”.

Teria também um outro viajante, um engenheiro de minas, visitou o Brasil oitocentista entre 1810 e 1821 e provavelmente este seja um dos maiores conhecedores da mineração e dos recursos minerais do Brasil oitocentista. Barão Wilhelm Ludwig von ESCHWEGE realizou importantes registros quanto as técnicas introduzidas na mineração pelos africanos e, também, sobre as adaptações delas, processadas entre os brasileiros e como os negros escravizados dispersaram seus conhecimentos (PAIVA, 2002).

Somente mais tarde, aprendendo com a prática, principalmente depois da introdução dos primeiros escravos africanos, que já na sua pátria se tinha ocupado com lavagem do ouro, e de cuja experiência o natural espírito inventivo e esclarecido dos portugueses e brasileiros logo tirou proveito, foi que os mineiros aperfeiçoaram esses processos de extração.

Deve-se principalmente aos negros a adoção das bateias de madeira, redondas e de pouco fundo, de dois a três palmos de diâmetro, que permitem a separação rápida do ouro da terra, quando o cascalho é bastante rico. A eles se devem, também, as chamadas canoas, nas quais se estende um couro peludo de boi, ou uma flanela, cuja função é reter o ouro, que se apura depois

em bateias. (...) O escoamento (de cascalho), a princípio, se fez apenas, ou por meio de vasilhas, ou por meio dos usuais carumbés de madeira, igualmente de pouco fundo e arredondados como as bateias, com a diferença de que possuem somente de palmo e meio a dois de diâmetro. Por assim dizer, a terça parte caía fora e ajuntava-se em seguida, ou a profundidade era tão grande, que as vasilhas passavam de mão em mão antes de serem despejadas em cima. Só muitos anos depois é que foram introduzidas, para esgotamento da água, as velhíssimas noras, até hoje ainda usadas (PAIVA, 2002).

Conceitos em disputa: garimpo, garimpagem e o rer garimpeiro

A compreensão da paisagem roraimense no período em tela exige, primordialmente, a distinção técnica e jurídica entre o espaço, a atividade e o sujeito, isto às vezes o senso comum os confunde, as definições normativas estabelecem fronteiras claras que moldam a gestão do território. Segundo a Agência Nacional de Águas (ANA), os *garimpos* são áreas extrativistas situadas em depósitos de gemas ou minerais valiosos (metálicos ou não-metálicos), ocorrendo em aluviões, alvéolos de cursos d'água, encostas ou chapadas. Sua caracterização técnica reside no uso de instrumentos rudimentares, aparelhos manuais ou máquinas portáteis para a extração imediata do bem mineral.

Complementarmente, a definição técnica estabelecida pelo antigo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), atual Agência Nacional de Mineração (ANM) que caracteriza o garimpo como a localidade específica de extração mineral que dispensa pesquisas geológicas profundas para o aproveitamento econômico. No campo jurídico, o Estatuto do Garimpeiro (Lei nº 11.685/2008) con-

solidou as figuras do sujeito e da ação, definindo o garimpeiro como a pessoa física de nacionalidade brasileira que atua diretamente no processo de extração, e a garimpagem como a atividade vinculada ao Código de Mineração (Decreto-Lei nº 227/1967) e ao regime de Permissão de Lavra Garimpeira (PLG), instituído pela Lei nº 7.805/1989. Assim, o arcabouço jurídico e as práticas de campo em Roraima revelam-se como instrumentos de um projeto de Estado para a ocupação da Amazônia Setentrional.



Figura 8. Garimpeiros na Serra do Tempequém. Fonte: Roraima de Fato.

Considerações finais

As Paisagens Culturais no ex-Território Federal de Roraima são fruto de um processo colonizador arbitrário e de ações conjuntas que estabeleceram a exploração sob a égide da proteção da Amazônia. Atualmente, a produção de ouro de origem ilegal em Boa Vista não se traduz em riqueza para a maior parte de sua população; segundo depoimentos de garimpeiros antigos, o metal extraído nas lavras roraimenses é “esquentado” em outras regiões ou escoado para fora do país. É fato que monumentos urbanos e denominações logradouras estão intrinsecamente relacionados ao minério. Após quarenta anos,

as marcas do garimpo, como a Rua do Ouro (nome popular), o Monumento ao Garimpeiro e a Feira do Garimpeiro, permanecem visíveis e latentes na paisagem de Boa Vista. Percebe-se que o “garimpo” é um conceito que transborda a atividade econômica, envolvendo a memória coletiva de um povo e a própria estrutura da capital.

É preciso maior aprofundamento e pesquisas acerca dessas paisagens, pois elas revelam o que os olhos não veem de imediato: processos de exploração, rotas migratórias e divergências históricas que permitem ressignificar o passado. Apesar de sua centralidade geopolítica, a Amazônia Setentrional ainda não foi totalmente desmistificada, permanecendo como uma fronteira aberta para a Arqueologia da Paisagem. Existe um paradoxo entre a riqueza material do território e a carência de estudos que integrem a experiência histórica do migrante.

Através de mapeamentos, percebe-se que Roraima não é um apêndice isolado, mas o coração de uma rede que conecta as Guianas à bacia amazônica. O olhar arqueológico permite compreender como a migração territorializou esse espaço, transformando o substrato rochoso em uma pátria marcada pelo suor e pela adaptação. Nesse sentido, Darcy Ribeiro (1995) descreve o “Brasil Sertanejo” e o “Brasil Amazônico” como frentes de expansão onde o homem se adapta a condições extremas, processo que reflete a formação da identidade roraimense.

Para quem habita Roraima, a realidade atual é dramática. O garimpeiro nordestino, que outrora buscava a promessa de ascensão com pé no chão e bateia na mão, foi substituído pelo “narcogarimpo¹¹”: uma estrutura de altíssimo custo, com maquinários e aeronaves ina-

¹¹ O termo narcogarimpo é um neologismo recente que surgiu no debate público acadêmico brasileiro entre pesquisadores, lideranças indígenas e órgãos de fiscalização serve para descrever a simbiose entre o crime organizado (facções criminosas) e a utilização de infraestruturas logísticas do tráfico de entorpecentes no suporte à extração de minérios em terras indígenas principalmente na Amazônia.

cessíveis ao migrante comum, somada ao uso desmedido de mercúrio e outros agentes. O futuro permanece incerto; a eventual legalização da atividade poderia resultar na entrega dos recursos a corporações internacionais, a exemplo do que ocorre em outros estados da Amazônia, raramente beneficiando as populações locais. Pelo contrário: mesmo no garimpo tido como “legal”, a devastação é aterrorizante e o ônus recai sobre as comunidades, resultando em rios poluídos e desastre ambiental.

A Amazônia Setentrional deve ser repensada. Em 2026, uma nova realidade desponta nos fluxos migratórios em Roraima: a massa humana oriunda da Venezuela agora sobrepõe-se à histórica migração nordestina. Se quem é filho do Norte é “Neto do Nordeste”, conforme a canção de Eliakin Rufino (1991), o descendente de venezuelanos representa uma nova camada nessa paisagem. Enquanto novas levas cruzam a fronteira em Pacaraima diariamente, o migrante nordestino outrora o “desbravador” desta fronteira cede espaço a um novo capítulo da História de Roraima. Sobre o fenômeno migratório, discursa Freitas (2022):

O mundo inteiro vive em deslocamentos populacionais. Sobre a terra, a água, o ar, dinâmicas migratórias atravessam continentes, culturas, impérios e governos nacionais, em movimentos que alteram o instituído, e produzem processos socioculturais emergentes. Seres vivos do planeta azul não encontram limites na adaptabilidade humana. Mantida a sobrevivência básica, homens e mulheres migrantes são laboratórios sociais de trocas, de produção de nichos da espécie e da cultura. Refúgios físicos e culturais são os pontos de conexão entre nacionalidades, as de origem, as de passagem e as do novo destino. Em algum lugar do mundo há grupos humanos em êxodo, diáspora, em desenraizamento. (FREITAS, 2022, p. 11).

Estaríamos todos, neste planeta azul, de passagem. Poucos são os que nunca se deslocaram de um destino a outro ou por vários destinos, estamos apenas aguardando o dia da última travessia.

Referências

BARBOSA, Reinaldo Imbrozio; MELO, Valdinar Ferreira (org.). *Cenários de Roraima: solos e vegetação*. Boa Vista: Editora da UFRR, 2010.

BESSA FREIRE, José Ribamar. *Rio Babel: a história das línguas na Amazônia*. 2. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011, 280p.

BOA VISTA. Prefeitura Municipal. Praças de Boa Vista: verdadeiras atrações para quem gosta de lazer, cultura e esportes. Boa Vista, 2021. Disponível em: <https://boavista.rr.gov.br/noticias/2021/11/pracas-de-boa-vista-verdadeiras-atracoes-para-quem-gosta-de-lazer-cultura-e-esportes>. Acesso em: 27 abr. 2026.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Petição nº 3.388/RR*. Relator: Ministro Ayres Britto. Brasília, DF: STF, 2009.

BRASIL. Lei nº 11.685, de 2 de junho de 2008. *Institui o Estatuto do Garimpeiro e dá outras providências*. Brasília, DF: Presidência da República, 2008.

BRASIL. Lei nº 7.805, de 18 de julho de 1989. Altera o Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967; *Cria o regime de permissão de lavra garimpeira*. Brasília, DF: Presidência da República, 1989.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Plano de Manejo do Parque Nacional do Monte Roraima*. Brasília: ICMBio, 2013.

BRASIL. Presidência da República. *Decreto nº 97.887*, de 28 de junho de 1989. *Cria o Parque Nacional do Monte Roraima*. Brasília, DF, 1989.

BUENAFUENTE, Sandra. et al. *Lavrado de Roraima: caracterização ecogeográfica e potencialidades socioeconômicas para os povos indígenas*. ACTA Geográfica, Boa Vista, v. 17, n. 44, p. 78-97, 2023.

BILAC, Olavo. *Obra reunida*. Introdução de Alexei Bueno. Rio de Ja-

- neiro: Nova Aguilar, 1996. (Biblioteca Luso-Brasileira. Série Brasileira).
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Petição nº 3.388/RR. Relator: Ministro Ayres Britto. Julgamento: 19 de março de 2009. Brasília, DF: STF, [2009]. Disponível em: <http://www.stf.jus.br>. Acesso em: 24 Abr. 2026.
- BRASIL. Presidência da República. *Metas e bases para a ação de governo*. Brasília, DF: Departamento de Imprensa Nacional, 1970.
- BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade: 31ª edição: homenagem ao Patrimônio Cultural do Norte do Brasil*. Edição de Adélia Soares. Redação de Glória Tega. Brasília, DF: IPHAN, 2018. 91 p.
- BRAZ, Lêda. *Roraima: A busca pelo Eldorado*. Boa Vista: Edição da Autora, 1995.
- BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989. v. 1.
- CÂNDIDO, Francisco. Coluna A minha rua fala: *A Importancia dos Símbolos e Monumentos* Folha de Boa Vista, [S. l.], n. 390. Disponível em: <https://www.folhabv.com.br/colunas/a-importancia-dos-simbolos-e-monumentos-390/> Acesso 18 abr. 2026.
- CASTRO, Josué de. *Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço*. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1967.
- CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos. *Por que Geografia no Turismo? Um exemplo de caso: Porto Alegre*. In.: GASTAL, Susana. (org). Turismo: 9 propostas para o saber-fazer. 3ª Ed. – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. (Coleção Comunicação, 4).
- COSTA, Luciana de Castro Neves; GASTAL, Susana de Araújo. *Paisagem cultural: diálogos entre o natural e o cultural*. Anais do VI Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul. Saberes e Fazer no Turismo: Interfaces. Universidade de Caxias do Sul, 2010.
- CPRM. SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL. *Geodiversidade do Estado de Roraima*. Organização de Marcelo Eduardo Dantas; Maria Telma Lins Faraco. Brasília: CPRM, 2010.
- CRIADO, Felipe. *Límites y posibilidades de la arqueología del paisaje*. Arqueología Espacial, 16-17, p. 13, 1993.

FARAGE, Nádia. *As Muralhas do Sertão: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra / ANPOCS, 1991.

FREITAS, Aimerê. *Geografia e História de Roraima*. Boa Vista: DLM, 2002.

FREITAS, Marilene Corrêa da Silva. Prefácio. In: DIAS, M. G. S.; OLIVEIRA, M. M. (org.). *Interfaces da mobilidade humana na fronteira amazônica: volume III*. Boa Vista: Editora da UFRR, 2022. p. 11-14.

GIOVANETTI, Fulvio. *Boa Vista: Uma cidade planejada?* Boa Vista: Editora da UFRR, 2012.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

INGOLD, Tim. *A temporalidade da paisagem*. Fórum Sociológico, Lisboa, n. 4, p. 11-36, 2000.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *Paisagem Cultural Brasileira*. Brasília: IPHAN/Depam, 2007.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1998.

IBGE. *Monumento do Garimpeiro: Boa Vista, RR* Série: Acervo dos municípios brasileiros. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=441768&view=detalhes> Acesso: 20 abr. 2026.

IPHAN. *Dossiê de Registro do Patrimônio Imaterial*. Brasília: IPHAN, 2018.

JORGE, Vítor Oliveira. *Arqueologia, Patrimônio e Cultura*. Lisboa: Instituto de Gestão do Patrimônio Arquitectónico e Arqueológico, 1998.

LATHRAP, Donald W. *O Alto Amazonas*. Lisboa: Verbo, 1970.

LINO, Jaisson Teixeira. Escavando em campo minado. *Revista de Arqueologia*, v. 35, n. 3, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.24885/sab.v35i3.997>. Acesso em: 21 abr. 2026.

MEIRA, Marcio Augusto Freitas de. *A persistência do aviamento: colonialismo e história indígena no noroeste amazônico*. 2004. Tese (Douto-

rado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004. Disponível em: <https://repositorio.museu-goeldi.br/items/9b882c0a-8783-462a-9fe3-17e034967d73>. Acesso em: 22 abr. 2026.

KOCH-GRÜNBERG, Theodor. *Do Roraima ao Orinoco*. Vol. 1. Tradução de G. W. Th. Smidt e J. Barbosa Rodrigues. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1953. (Original publicado em 1917).

MAGALHÃES, Dorval de. *Roraima: informações históricas*. Boa Vista: Imagem, 1986.

NÉVES, Eduardo Góes. *Arqueologia da Amazônia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

PAIVA, Eduardo França. *Bateias, carumbés, tabuleiros: mineração africana e mestiçagem no Novo Mundo*. O trabalho mestiço, p. 187-207, 2002. Disponível em: http://www.opiniaopublica.ufmg.br/pae/apoio/bateiascamburestabuleirosmineracaoafricanaemestica_gemnonovomundo.pdf Acesso em: 24 abr. 2026

GREDE ECLESIAL PAN-AMAZÔNICA (REPAM). *Atlas da Amazônia Brasileira 2025: sociodiversidade e território*. [S. l.]: REPAM, 2025.

PAIVA, Eduardo França. Bateias, carumbés, tabuleiros: mineração africana e mestiçagem no Novo Mundo. O trabalho mestiço, p. 187-207, 2002. Disponível em: http://www.opiniaopublica.ufmg.br/pae/apoio/bateiascamburestabuleirosmineracaoafricanaemestica_gemnonovomundo.pdf Acesso em: 15 abr. 2026.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p.476

RIBEIRO, Pedro Augusto Mentz. *Projeto de salvamento na região de Boa Vista, território federal de Roraima, Brasil – Primeira etapa de campo (1985)*. Revista do CEPA, v. 14, n. 17:1-82. Porto Alegre 1987.

RIBEIRO, Rafael Winter. *Paisagem cultural e patrimônio*. Iphan, 2007

RORAIMA (Estado). Secretaria de Comunicação Social. *Manual de Identidade Visual: Governo de Roraima*. Boa Vista: SECOM, 2024. Disponível em: <https://portal.rr.gov.br/wp-content/uploads/2024/04/MIV-GOV-RR.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2026.

RORAIMA tem mais de 600 itens considerados patrimônios histó-

ricos. Folha de Boa Vista, [S. l.], 2024. Disponível em: <https://www.folhabv.com.br/politica/roraima-tem-mais-de-600-itens-considerados-patrimonios-historicos/>. Acesso em: 20 abr. 2026.

RUFINO, Eliakin. Pássaro Arisco. Boa Vista: Editora da UFRR, 1984.

RUFINO, Eliakin. Neto do Nordeste. In: RUFINO, Eliakin. Eliakin Rufino. [S.l.]: Independente, 1991. 1 disco sonoro.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Eder Rodrigues; MATTIONI, José Victor Dornelles; FALCÃO, Márcia Teixeira. *Extração Mineral e Conflitos: Ensaio Geo-Histórico do Garimpo Ilegal nas Terras Indígenas no Extremo Norte Brasileiro*. Geographia Opportuno Tempore, v. 7, n. 1, p. 104-119, 2021

SANTILLI, Márcio. *Os Direitos Indígenas e a Constituição*. São Paulo: CEDI/NHII-USP, 2005.

SCHOMBURGK, Robert H. *Viagens às Guianas e ao Rio Branco (1835-1839)*. Tradução de J. H. de Paiva Magalhães. Rio de Janeiro: Bedeschi, 1944.

SOUZA, J.; VIEIRA, L.; FEITOSA, M. *Terras raras em Roraima: potencial geológico e implicações geopolíticas*. Revista Geociências UFRR, Boa Vista, 2024.

Interdisciplinaridade e a interlocução com a imigração africana e a relação de trabalho em Capinzal/SC

SAMARA LEORATO

O presente texto, possui como centralidade trazer a interlocução interdisciplinar da pesquisa sobre imigração Africana no município de Capinzal-SC e as relações de trabalho, sendo um recorte teórico da pesquisa presente no PPGICH da UFSS - Campus Erechim. Neste âmbito, destacam-se as ciências presentes nesta pesquisa, como sociologia, antropologia, história e geografia. Conceituando a interdisciplinaridade e a presença da mesma no destaque das disciplinas como na correlação das mesmas, não sendo somente uma sobreposição ou pelo contrário uma fragmentação, mas sim uma presença evidente de suas características específicas e a complementaridade que cada uma faz sobre si para dar base e fundamento a pesquisa.

A imigração tem desempenhado um papel fundamental na formação histórica, social e cultural do Brasil. Desde o período colonial, o país constituiu-se como um território de intensa miscigenação, resultado de sucessivos fluxos migratórios provenientes de diversas partes do mundo.

Além da colonização portuguesa, outros povos também migraram para o Brasil, como italianos, alemães, japoneses e árabes, motivados principalmente pela busca por melhores condições de vida e oportunidades de trabalho. Conforme destaca Guitarrara (2025), as correntes de imigração espontânea intensificaram-se a partir da segunda metade do século XIX, mas passaram por restrições a partir da década de 1930.

Entretanto, a presença africana no Brasil antecede essas migrações espontâneas e está marcada por uma trajetória de violência e exploração. Os africanos foram trazidos de forma forçada como mão de obra escravizada, especialmente entre os séculos XVI e XIX. Mesmo após a promulgação da Lei Eusébio de Queirós, em 1850, que proibiu oficialmente o tráfico transatlântico de escravizados, a prática ilegal continuou, e a escravidão persistiu como realidade até sua abolição formal.

A partir desse histórico, a lógica migratória brasileira passou a articular-se também com políticas de incentivo à entrada de imigrantes europeus, com o objetivo de suprir a demanda por mão de obra e, ao mesmo tempo conforme Fanon (2008), promover uma política de embranquecimento da população, silenciosamente atrelada a ideologias racistas da época.

Nos séculos XX e XXI, os fluxos migratórios mantiveram-se constantes, com novos perfis de migração. A partir dos anos 2000, o Brasil passou a receber um número crescente de imigrantes e refugiados provenientes do Haiti, de países africanos e da Venezuela, impulsionados por crises econômicas, políticas e humanitárias. De acordo com reportagem do G1 SC (2025), o estado de Santa Catarina se tornou um dos principais destinos de migrantes no país, devido à sua estabilidade econômica e à oferta de trabalho, principalmente nos setores da agroindústria e metalmeccânica.

Nesse contexto, municípios como Capinzal-SC, localizado no Meio-Oeste catarinense, passaram a receber um número expressivo de imigrantes africanos após os anos de 2010 sendo território de acolhida. Tendo expressões da imigração presentes no âmbito das políticas públicas municipais em conjunto com outros contextos migratórios de países e nacionalidades diversas por motivos multifacetados.

Os aspectos desta pesquisa apontam na relação dos processos migratórios, a obrigatoriedade de uma reflexão com viés em diversos saberes, sem sobreposição, mas sim com interlocução, conhecimentos específicos que agregam entre si e constroem o contexto dos espaços de migração, suas relações sociais culturais e de processos de trabalho.

Neste aspecto, as multifacetadas do processo migratório e das relações com o trabalho exigem um olhar de diversas disciplinas, tendo em vista a interdisciplinaridade como base para a pesquisa, onde a fragmentação das disciplinas, não obstante é inadmitida, como também é mais que necessária a interação das mesmas para a diversidade de saberes.

Este texto constitui um recorte teórico-analítico de uma pesquisa do PPGICH da UFSS- Campus Erechim sobre a imigração africana e as relações de trabalho no município de Capinzal-SC. Neste sentido, o foco concentra-se na discussão da interdisciplinaridade como eixo estruturante da análise, não tendo como objetivo esgotar os aspectos empíricos da investigação, os quais serão aprofundados em etapas posteriores do estudo.

Imigração africana em Capinzal/SC e as relações de com o trabalho

Segundo dados do IBGE (2022), Capinzal, município localizado no Meio Oeste de Santa Catarina, possui uma população de

23.314 habitantes, distribuída em 244,326 km², com densidade de 95,53 hab/km², registrando um aumento populacional de 4,4% nos últimos cinco anos. Parte desse crescimento está relacionada à chegada de imigrantes em busca de oportunidades de trabalho e melhores condições de vida.

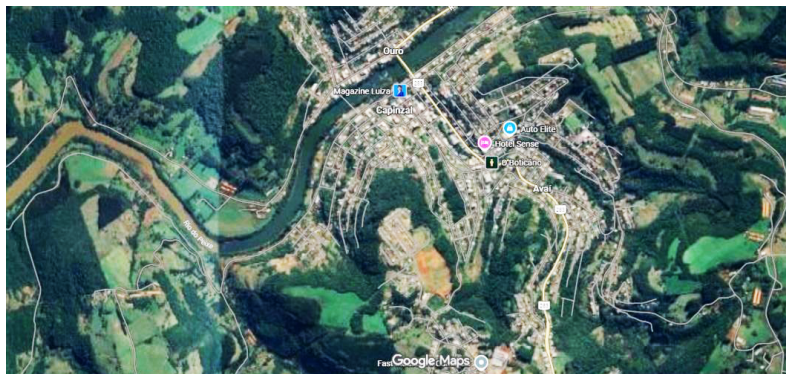


Figura 1. Localização geográfica de Capinzal/SC.

Nos atendimentos da assistência social, com base no sistema de dados Precisa, utilizado pelo município desde 2021, foram 1813 atendimentos para estrangeiros desde a proteção social básica, especial de média complexidade e atendimento aos imigrantes para acesso a documentação, que confirma a presença e permanência por determinado tempo desses grupos no território municipal, sendo estes apresentados neste estudo.

Nestes, a maioria dos atendimentos teve presente o acesso a alimentação como garantia de acesso aos direitos por meio de benefício eventual de alimentação e em especial o acesso a documentação junto a polícia federal, que por sua vez teve o maior número de atendimentos em 2024, com 1085 registros de encaminhamentos.

Esses números reforçam a caracterização de Capinzal como cidade de estadia e refúgio para trabalhadores estrangeiros, especialmente em razão da presença de empresas de grande porte nos setores agroindustrial e metalomecânico, mas que por fim o trabalho ainda possui limitações quanto a suprir as necessidades de alimentação necessárias no que diz respeito ao número de atendimentos para o benefício eventual de alimentação.

Reportagem do G1 SC (2025) destaca que Santa Catarina recebeu mais de 503 mil imigrantes entre 2017 e 2022, sendo o principal atrativo o mercado de trabalho. Nesse cenário, municípios de pequeno porte, como Capinzal, tornam-se pontos estratégicos de acolhimento e inserção laboral, ainda que careçam de políticas públicas estruturadas para esse fim.

Com estes dados, o trabalho passa a ser um dos principais motivos deste contexto migratório, contudo, diante da imigração, além das relações de trabalho, vistas neste âmbito como fundamentais para a imigração Africana na última década 2015-2025 no município de capinzal-SC, percebe-se como um todo as mudanças culturais, sociais e de território que os imigrantes passam a enfrentar.

A interdisciplinaridade presente na pesquisa

Pesquisar o conceito imigração e suas raízes, com aspectos de migração, emigrantes e imigrantes, já traz um contexto interdisciplinar iniciando pelas mudanças geográficas deste processo no âmbito do território. Santos (2005) aponta, que “o território, hoje, pode ser formado de lugares contíguos e de lugares em rede: São, todavia, os mesmos lugares que formam redes e que formam o espaço banal. São os mesmos lugares, os mesmos pontos, mas contendo simultaneamente funcionalidades diferentes, quiçá divergentes ou opostas.”

Este conceito de território abarca a pesquisa no que tange a imigração de um determinado espaço para o outro, onde africanos deixam seus espaços de origem e migram para um país e espaço totalmente desconhecido, passando a vivenciar outro território, que traz aspectos da geografia, mas que adentram em outras áreas do saber pelas condições que se apresentam além dos limites geográficos, entender estas distinções é um ponto relevante da pesquisa.

No sentido das relações sociais, Bourdieu (1966) aborda as relações de trabalho como também o campo de desigualdades sociais, sendo estas relações presentes na pesquisa como estudo sociológico das relações de trabalho na imigração africana e que não se pode desconsiderar as mudanças de espaço e a constituição de território.

Sayad (1998) aponta que o imigrante vive uma “dupla ausência”: nem pertencimento pleno ao país de origem nem inclusão total no novo território. Contexto que demonstra a instabilidade que permeia a imigração, que por sua vez ocorre mediante diversos fatores, sendo estes climáticos, sociais, econômicos.

Estando presente a história de cada imigrante o seu pertencimento de origem, que por sua vez é difundido no emaranhado das instabilidades post, seja por necessidade do trabalho ou por outras diversas necessidades que possam permear os processos migratórios.

Aspectos culturais e interdimensionais apontam a pesquisa antropológica, onde desde costumes, hábitos e crenças praticadas no país de origem “perdem” espaços na imigração pela necessidade de adaptação e inserção de novo contexto cultural. A língua, que traz a comunicação verbal, se torna desconhecida e uma nova forma de possível exclusão mediante o novo espaço passa a ser constituído, trazendo a instabilidade cultural a ser provocada pelos processos migratórios.

A imigração Africana com línguas maternas de origem e colonização Francesa, ao adentrarem no Brasil, passam a ter contato

com uma única língua, a de colonização portuguesa, causando um estranhamento e inclusive uma necessidade maior de utilização do Francês, língua de colonização para posicionamento frente a atitudes racistas como forma de posicionamento. Fanon (2008) traz esta reflexão de utilização da língua como posicionamento frente a situações excludentes e racistas.

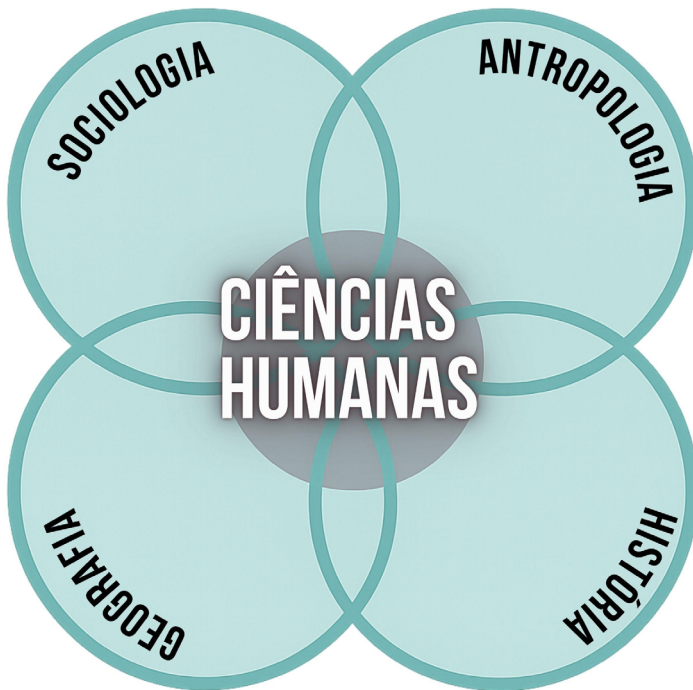


Figura 2. Feita pe'la autora.

No debate interdisciplinar, as reflexões se dão acerca de diversas pesquisas e do alinhamento e não anulação de cada ciência, no âmbito da pedagogia da educação, contudo com ressalva de que cabe como eixo

central para a reflexão sobre interdisciplinaridade, Freire (1996) discorre sobre o fato de que “Ninguém sabe tudo, ninguém ignora tudo; é no encontro dos saberes que construímos novas compreensões.”

A interdisciplinaridade constitui um movimento de integração e articulação entre diferentes áreas do conhecimento, permitindo que o processo educativo ultrapasse a fragmentação e favoreça uma compreensão mais ampla e significativa da realidade. (LÜCK, 1994, p. 56)

Em uma reflexão epistemológica trazida por Freire (1996) na relação dos saberes, é fato a necessidade de articulação entre as ciências para produção do conhecimento. Santos B. (2006) traz que “A produção do conhecimento requer articulação entre diferentes saberes, científicos ou não, pois nenhuma disciplina possui o monopólio da interpretação do real.” Citação esta que adentra as perspectivas dos estudos interdisciplinares desde as primeiras considerações mais explícitas após a década de 1960.

Diante da descrição interdisciplinar, faz-se necessária a abordagem sociológica da imigração mediante instabilidades. Tal instabilidade é um traço marcante da modernidade líquida, conceito central em Bauman (2001), segundo o qual os laços sociais, afetivos e profissionais tornaram-se cada vez mais frágeis, efêmeros e instáveis. Na vida do migrante, essa fluidez se manifesta não apenas nos deslocamentos geográficos, mas também nas constantes reformulações de pertencimento, segurança e identidade.

Para Bauman, o migrante contemporâneo é um símbolo da condição pós-moderna: está sempre entre o “não mais” e o “ainda não”, vivendo no limiar entre o aqui e o possível, entre o que se perdeu e o que ainda se busca alcançar. Sayad, (1998) Aborda aspectos centrais do imigrante e do emigrante, onde mesmo estando em um determinado

espaço com contribuição econômica e social, este sempre será o emigrante de onde saiu e o imigrante onde chegou, sem pertencimento.

Esta realidade, não proporciona uma linearidade, mas sim um conjunto de questionamentos que abrangem a diversidade de saberes, para Nicolescu(1999)“Todo objeto complexo demanda atravessamentos: entre disciplinas, entre níveis de realidade e entre diferentes lógicas de interpretação.” A imigração por si é complexa, traz uma historicidade presente desde os processos de colonização para a atualidade, agregando aspectos conforme os processos de desenvolvimento da sociedade e das relações sociais, estas permeadas por meio de relações culturais, de trabalho, de poder e de sobrevivência diante do clima e geografia de cada espaço.

Na descrição dos processos migratórios por Sayad (1998), identifica-se o contexto histórico da imigração e os seus aspectos, em consonância com a análise sociológica apontada por Bauman(2001) e também as limitações geográficas em um debate de território na referência de Santos(2005).

[...] o imigrante mais do que qualquer outro, é portador, tem sempre consigo ou junto de si a marca do estatuto e da posição atribuídos a seu país na escala internacional dos estatutos e das posições políticas, econômicas, culturais, etc. [...] Um imigrante não é apenas o indivíduo que é; ele é também, através de sua pessoa e pelo modo como foi produzido como imigrante, o seu país (Sayad, 1998, p. 241)

Para tanto, a pesquisa aborda processos migratórios no amplo debate sobre a imigração Africana no Brasil mais especificamente no município de Capinzal-SC e as relações de trabalho, com mudanças geográficas, sociais e culturais e ainda um contexto mais complexo no que tange às dimensões e características do trabalho, sendo este um

grande motivo dos processos migratórios, como também expressão que culmina o resultado destes processos e gerador dos processos econômicos e das desigualdades econômicas e sociais.

O debate em si traz uma reflexão sobre a necessidade de pensar a interdisciplinaridade e vivenciar esta nas problemáticas existentes da pesquisa para alcançar efetividade mediante as ciências pesquisadas, sendo complexa a forma de interlocução mais enriquecedora. Morin (2000) traz em sua reflexão sobre a interdisciplinaridade como “...por exemplo: a interdisciplinaridade pode significar, pura e simplesmente, que diferentes disciplinas são colocadas em volta de uma mesma mesa, que não tenha interação, mas também que a interdisciplinaridade pode significar também troca e cooperação, o que faz com que a interdisciplinaridade possa vir a ser alguma coisa orgânica.”

Estas considerações, são base para as reflexões acerca do tema e sua indispensável presença mediante as diversas áreas do saber. A interdisciplinaridade então é a composição das múltiplas ciências, não como sobreposição, mas sim como complemento e interligação, onde cada uma traz seu aspecto de forma relevante, mas é necessário o entendimento de todas para alcançar-se o objetivo geral.

O debate interdisciplinar pode causar inicialmente uma possível tentativa de empobrecimento das ciências, mas é neste viés que a interdisciplinaridade traz consigo o reforço de cada ciência e a potencialidade de ambas atuando juntas para o notório saber e produção de conhecimento científico. Japiassu (1976) já trazia que “O conhecimento isolado conduz a visões parciais de realidades que são totalidades complexas. A interdisciplinaridade tenta reverter esse empobrecimento.”

Pensando o ser humano como conjunto de relações, este estudo contribui para o entendimento e o aperfeiçoamento dos estudos sobre a humanidade com eixo central nas pesquisas interdisciplinares,

tendo em vista os processos migratórios e suas relações como parte necessária de um debate interdisciplinar.

Segundo Ivani Fazenda(2012), com a interdisciplinaridade existe uma busca por superar a fragmentação dos conteúdos nos currículos acadêmicos, abordagem condizente com a necessidade de pesquisa que reitera-se não como anulação de disciplinas, mas sim como interlocução das mesmas e potencialização da visão frente aos objetos de pesquisa, impactando na análise efetiva e que apresente fundamentalmente, diretrizes científicas para impacto nas diversas realidades a que se cabem os objetos de pesquisa.

A interdisciplinaridade não seria apenas uma panaceia para assegurar a evolução das universidades, mas, um ponto de vista capaz de exercer uma reflexão aprofundada, crítica e salutar sobre o funcionamento da instituição universitária, permitindo a consolidação da autocrítica, o desenvolvimento da pesquisa e inovação. (FAZENDA, 2012)

Interlocução que demonstra a necessidade de inúmeras disciplinas com diversos saberes potencializados para efetividade do objeto de pesquisa.

Considerações finais

A imigração está ancorada em multifacetadas experiências individuais e coletivas que revelam, de forma intensa e complexa, os múltiplos aspectos desse fenômeno. Exigindo um olhar de diversas ciências para que a pesquisa se torne mais efetiva no âmbito da identificação e análise dos fatores abordados.

O território, as mudanças culturais e sociais, o trabalho como troca para melhores condições econômicas e assim a busca por diferentes espaços para o alcance destas possíveis melhores condições de vida, tornam-se impulsos para os processos migratórios, além das condições climáticas que não possuem previsões exatas, somente projeções que ainda assim atinge severamente os espaços.

A imigração Africana em um município do meio Oeste Catarinense e as relações de trabalho, implicam em uma dimensão de saberes que envolvem a pesquisa sobre espaços e território, mudanças sociais, contextos históricos e culturais desta população imigrante, identificando processos que podem trazer conceitos como desigualdades sociais, racismo, condições de trabalho precárias e outros fatores desencadeados pela imigração ou que por sua vez permeiam e desencadeiam a imigração.

Diante disso, reforça-se a importância da análise interdisciplinar e a presença desta com coerência no contexto migratório e nas relações com o trabalho considerando o espaço geográfico de Capinzal-SC como território de análise.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. *Educação e Sociedade*, Campinas, n. 2, p. 3-30, 1966.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. *Interdisciplinaridade: História, Teoria e Pesquisa*-18ª edição-Campinas-SP Papyrus;2012.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 30. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GUITARRARA, Paloma. “Imigração no Brasil”; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/imigracao-no-brasil.htm>. Acesso em 17 de julho de 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2022: resultados gerais. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>.

JAPIASSU, Hilton. *Interdisciplinaridade e patologia do saber*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

LÜCK, Heloísa. *Pedagogia interdisciplinar: fundamentos teórico-metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 1994.

MORIN, Edgar. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

NICOLESCU, Basarab. *Manifesto da transdisciplinaridade*. São Paulo: TRIOM, 1999.

Por Sofia Mayer, André Lux, G1 SC e NC TV. *Por que SC se tornou o principal destino de migrantes no país*. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2025/06/28/por-que-sc-se-tornou-o-principal-destino-de-migrantes-no-pais-entenda.ghtml>.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

Santos, Milton. O retorno do território. En: OSAL: Observatorio Social de América Latina. Ano 6 no. 16 (jun. 2005-). Buenos Aires : CLACSO, 2005-. -- ISSN 1515-3282 Disponible en:<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>. Dezembro de 2025.

SAYAD, Abdelmalek. *A imigração: ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: EDUSP, 1998.

Entre desafios e mobilizações: as caravanas de Lula pelo Brasil de 1993 a 2018

CESAR CAPITANIO

Este capítulo originalmente foi publicado em “Anais do v. 18 (2024): Colóquio de História Unicap - VIII Colóquio do PPGH: Democracias, Golpes e Revoluções: Conexões históricas”. Quando publicado, ao reler percebi que poderia ter mais alguns apontamentos analíticos sobre as caravanas que Lula fez pelo país, em um percurso de quase 40 anos. A oportunidade de estar neste capítulo do livro veio a calhar.

Lula é um personagem político brasileiro de inegável amplitude. Nascido em Caetés, na época vilarejo de Garanhuns, em Pernambuco, de família pobre, veio com a mãe e irmãos em um caminhão “pau-de-arara” para São Paulo em 1956¹. O retirante pernambucano e sua família chegaram em Guarujá e mais tarde foram se estabelecer em São Bernardo do Campo. Na juventude, Lula começou a trabalhar como torneiro mecânico. Por influência do irmão “Frei” Chico² e outros co-

¹ BIBLIOTECA da Presidência da República. Disponível em: <https://tinyurl.com/4a2u-cy24>. Acesso em 31 de out. de 2024.

² Idem.

legas metalúrgicos, acabou indo para reuniões do sindicato de sua categoria e por fim, após convites, participou do mesmo, vindo a ser eleito presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo em 1975³. Durante a ditadura militar, organizou e liderou expressivas greves desta categoria, que o colocaram em evidência enquanto liderança de movimentos sociais. Com este destaque, participou da articulação e criação da Central Única dos Trabalhadores em 1983⁴, um novo sindicalismo para aquele contexto. Antes disso, ajudou a fundar um novo partido político, o Partido dos Trabalhadores, em 1980.

Em 1982, Lula foi candidato a governador de São Paulo, e ficou em quarto lugar naquela disputa, em eleição que fora vencida pela chapa Franco Montoro/Orestes Quéricia⁵. Em 1986, foi eleito deputado constituinte, mais votado para o cargo até aquele pleito, tendo recebido mais de 651 mil votos⁶. E com a redemocratização, nas eleições presidenciais de 1989, mesmo enfrentando nomes com trajetória eleitoral densa, como Leonel Brizola, Ulisses Guimarães, Paulo Maluf, acaba passando ao segundo turno contra Fernando Collor de Mello do PRN. Os sentidos antagônicos para o personagem Lula se afluam naquele contexto, especialmente porque ainda era contexto de Guerra Fria, e a narrativa do perigo comunista era utilizada⁷. Collor de Mello venceu as eleições no segundo turno.

³ Idem.

⁴ MARQUES. Antonio José. **Nasce a CUT. Embates na formação de uma central classista, independente e de luta.** São Paulo: CUT - NSA Gráfica e Editora, 2007. Disponível em: <https://tinyurl.com/yr397p7k>. Acesso em 31 de out. de 2024.

⁵ INFORMAÇÕES eleitorais. Disponível em: <https://tinyurl.com/4d2mv9nb>. Acesso em 02 de nov. de 2024.

⁶ FATOS Primeiro: Lula acerta ao dizer que foi o deputado federal mais bem votado. Disponível em: <https://tinyurl.com/2ykzb4np>. Acesso em 02 de nov. de 2024.

⁷ Neste sentido, ver GUILHERME, Cássio Augusto. **A eleição de 1989: esquerda x direita.** Revista Urutágua -Revista Acadêmica Multidisciplinar. Universidade Estadual de Maringá (UEM). N. 34, junho-novembro, Ano 2016. ISSN 1519.6178.

As caravanas de 1993, 1994, 1995 e 1996

A palavra caravana chega na Língua Portuguesa do francês “caravane”, mas de uma herança anterior proveniente do persa “karwan”, e cujo significado seria “fila de camelos, grupo de viajantes”⁸, que remete deslocamentos de pessoas, em sentido coletivo, viajando na continuidade de lugares e não uma visita específica a um lugar. A ideia das Caravanas pela Cidadania, nome dado pelo entorno de Lula, veio da derrota presidencial no segundo turno de 1989, e de que para poder entender o Brasil em suas realidades heterogêneas e complexas, era necessário viajar a todas as regiões.

Cabe destacar que Lula já havia viajado bastante pelo Brasil em períodos anteriores, fundando sindicatos, ajudando articular diretórios do PT, e mesmo antes da eleição presidencial, estivera em Xapuri no Acre, por exemplo, acompanhando velório e enterro do sindicalista e seringueiro Chico Mendes⁹. Mas o sentido de circulação de município em município, pensando esses deslocamentos por temática, por associação de categorias de trabalhadores ou de problemas sociais que pudessem ser identificados de maneira proximal (a concepção de Brasil profundo de Darcy Ribeiro), tem uma nova conotação.

As peregrinações de líderes com sentido popular existiram no percurso da História brasileira, como exemplo dos monges do oeste de Santa Catarina que organizaram os caboclos do Contestado, ou Antônio Conselheiro até se estabelecer em Belo Monte (Canudos), ou ainda Luís Carlos Prestes quando liderou a Coluna Prestes e até mesmo Francisco Julião pelas Ligas Camponesas. Mas nenhum des-

⁸ CIBERDÚVIDAS da Língua Portuguesa: a origem da palavra caravana. Disponível em: <https://tinyurl.com/5atd3t93>. Acesso em 02 de nov. de 2024.

⁹ Chico Mendes foi assassinado em 22 de dezembro de 1988, a mando dos fazendeiros Darli e Darci Alves.

ses personagens citados, fez caravanas com sentidos de organização de um plano de governo para eleição presidencial.

De 23 de abril a 12 de maio de 1993, Lula iniciou as denominadas Caravanas da Cidadania¹⁰. Lula partiu de Garanhuns, próximo a Caetés, sua terra natal em Pernambuco, passando, além de Pernambuco, por municípios de Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro até Guarujá em São Paulo. Esta caravana reedita a sua própria viagem quando criança, o “pau-de-arara” de Garanhuns até Guarujá, uma espécie de reencontro entre o líder político com o menino retirante nordestino. A intencionalidade desta primeira caravana foi acompanhar os problemas sociais mais emblemáticos da época, notadamente a questão da miséria e da fome, uma vez que naquele contexto, o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, lançou também em 1993, a Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida. Nesta primeira etapa, a caravana percorreu 68 municípios¹¹.

Em um segundo momento naquele ano, a partir de 03 de setembro, partiu de Assis Brasil no Acre, passando por outros municípios acrianos, incluindo Xapuri¹², e pelos estados de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, onde encerrou este roteiro em Dourados, totalizando 36 municípios com atividades políticas e ainda tendo feito de Roraima ao Amapá, de 16 a 21 de novembro daquele ano, atos em mais 9 municípios¹³.

No ano seguinte, a partir de 18 de fevereiro, fez a caravana pelo sul do país, um total de 46 municípios. A foto abaixo, expõe o sentido

¹⁰ CARAVANAS vão ao Brasil profundo. Disponível em: <https://tinyurl.com/mwe38y5u>. Acesso em 31 de out. de 2024.

¹¹ VIAGEM ao coração do Brasil: as Caravanas da Cidadania. Disponível em: <https://tinyurl.com/mrxh3uyr>. Acesso em 02 de nov. de 2024.

¹² Onde em 1988, Chico Mendes havia sido assassinado e que um caráter de mobilização e organização dos seringueiros trazia à tona a luta em defesa da preservação da Amazônia.

¹³ VIAGEM ao coração do Brasil: as Caravanas da Cidadania. Op. cit.

de aproximação com a história missioneira, derivada da organização das Reduções Jesuíticas (ali representada nas ruínas em São Miguel das Missões-RS):



Figura 1. Lula nas Reduções Jesuíticas - São Miguel das Missões (RS). Fotografia de Iba-nes Lemos.

Já no mês de março de 1994, percorreu 44 municípios dos estados nordestinos do Piauí, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. Em abril, percorreu 35 municípios de Maranhão, Tocantins e Goiás. Depois, em maio, 11 municípios entre o Distrito Federal e o entorno goiano da capital federal. Em julho, fez um roteiro pelo Vale do Rio São Francisco, em 23 municípios entre Minas Gerais e Bahia. E em julho, um roteiro pelo estado de São Paulo, totalizando 14 municípios percorridos¹⁴.

¹⁴ Idem.

Nessas caravanas, percebe-se um sentido organizativo da identidade do político Lula com o povo brasileiro nas mais diversas regiões e nas mais diversas categorias de trabalhadores. Tanto o encontro com sertanejos nordestinos, em maioria praticantes de um modelo de agricultura familiar basicamente de subsistência, ou um modelo de agricultura familiar no sul do país, que sofreu fortemente com crises e que havia provocado intenso êxodo rural, e ainda quebraadeiras de coco babaçu no Maranhão, seringueiros no Acre e em Rondônia, enfim, um conjunto bastante razoável de conexão com as realidades regionais do país com suas respectivas categorias de trabalhadores. O que colabora na construção do plano de governo para a eleição presidencial em 1994.

Mas em 1994, a eleição presidencial teve vitória de Fernando Henrique Cardoso (FHC) ainda no primeiro turno. A estabilização da inflação e a criação do Plano Real no governo Itamar Franco (que assumiu a presidência após o *impeachment* de Collor), favoreceram FHC como candidato de continuidade de um modelo econômico. Lula, embora tenha aumentado a sua votação de primeiro turno em comparação com o primeiro turno de 1989, terminou novamente em segundo lugar a disputa, com a diferença que sem ter um segundo turno para disputar desta vez.

Mesmo assim, em 1995, Lula retoma a agenda das caravanas, e no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, visitou 14 municípios no mês de outubro. No mês de dezembro, no Vale do Ribeira em São Paulo, percorreu 18 municípios. E em 1996, pela Zona da Mata Nordestina, passou por 21 municípios por entre os estados de Alagoas, Pernambuco e Paraíba¹⁵. Este roteiro foi organizado por regiões com Índice de Desenvolvimento Humano baixo em seus estados, e

¹⁵ VIAGEM ao coração do Brasil: as Caravanas da Cidadania. Op. Cit.

demonstram a intencionalidade de conexão entre Lula e o povo mais humilde, que é também um sentido eleitoral, de melhorar a performance no eleitorado pobre. André Singer detalha em *“Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador”*, como a construção de décadas da força política de Lula extrapola a delimitação ideológica (direita, esquerda, centro, que não se identificam), uma vez que Lula foi ampliando sua votações para além de uma bolha que se identifica como de esquerda.

Já nas eleições presidenciais de 1998, mesmo contando com Leonel Brizola como seu candidato a vice, Lula terminou novamente em segundo lugar e FHC venceu as eleições em primeiro turno. Vale lembrar que a emenda da reeleição presidencial foi aprovada pela Câmara dos Deputados em 1997. Isso não encerraria a construção de novas agendas políticas sob o formato de caravanas.

As caravanas de 2001 e os governos Lula e Dilma

Para o processo eleitoral de 2002, o modelo de governo do PSDB mostrava sinais de esgotamento, somado a outras duas questões: descontentamento popular medido em avaliações negativas de FHC, e uma espécie de “onda Lula”, motivada pelas três candidaturas presidenciais e que objetivamente, o papel das caravanas tem sua importância central, ao construir a conexão popular ao personagem-candidato.

Em 2001, uma reedição das caravanas é organizada. Começou em julho, percorrendo 15 municípios de Minas Gerais¹⁶. Depois, pelo sul do país, a Caravana da Agricultura Familiar, em que percorreu

¹⁶ LULA começa viagem pelo interior de Minas. Disponível em: <https://tinyurl.com/nswz-7sup>. Publicado em 03 de jul. de 2001. Acesso em 03 de nov. de 2024.

22 municípios de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná, no mês de julho¹⁷. Esta caravana possibilitou, além da articulação com os movimentos sociais do campo, uma visibilidade especial para um destes, cuja atuação estava mais presente no sul do país, e foi criado no contexto da caravana¹⁸ e mais tarde, se tornou um movimento nacionalizado: a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul do Brasil (Fetraf-Sul), que em 2005 virou Fetraf-Brasil e em 2016 vira uma confederação, a Contraf-Brasil.



Figura 2. Lula em Colônia Bacia, localidade rural de Chapecó- SC. Fotografia de Deni Paulo Rubbo.

¹⁷ VIAGEM ao coração do Brasil: as Caravanas da Cidadania. Op. Cit.

¹⁸ Neste sentido ver PICOLOTTO, Everton Lazaretti. **A formação de um sindicalismo de agricultores familiares no Sul do Brasil**. Sociologias, Porto Alegre, ano 16, nº 35, jan/abr 2014, p. 204-236.

Já em setembro de 2001, uma caravana voltada para o semiárido nordestino, percorrendo 8 municípios entre a Bahia, Pernambuco e Ceará¹⁹. Os preparativos para a eleição presidencial de 2002, alteraram a organização partidária. E no ano de 2002, as agendas passam a ser de campanha. Importante fazer esta distinção: embora as caravanas tenham um sentido eleitoral, são diferentes de agenda de campanha com comícios, entrevistas para a imprensa e caminhadas com apoiadores. As caravanas produzem o sentido de deslocamento, intercalando ações que podem lembrar comícios, com paradas dos ônibus que levam Lula e sua equipe a propriedades rurais ou bairros periféricos, conhecer pequenas cooperativas, associações de artesãos ou agroindústrias familiares.

Quanto ao processo eleitoral de 2002, com uma articulação ao centro, o PT definiu Lula como candidato pela quarta vez, e tendo como seu candidato a vice-presidente, José Alencar, empresário filiado ao PL. Lula ficou em primeiro lugar, seguido por José Serra do PSDB, com quem foi disputar o segundo turno. No segundo turno, Lula é eleito presidente.

Ao assumir a presidência em 2003, elementos trazidos do acúmulo das caravanas se fazem presentes na construção das políticas públicas. A primeira delas, é o lançamento do programa Fome Zero²⁰ no município de Guaribas no Piauí, um dos mais pobres daquele estado. E na sequência articulada do programa Fome Zero, uma campanha de erradicação da fome e da miséria, que contava com a criação de restaurantes populares e a unificação de políticas de assistência social, como o Bolsa Escola e Auxílio Gás, no Programa Bolsa Família, que acaba sendo um trunfo de melhora de indicadores sociais (e inclusive

¹⁹ VIAGEM ao coração do Brasil: as Caravanas da Cidadania. Op. Cit.

²⁰ MINISTROS chegam a Guaribas para lançamento do Fome Zero. Publicado em 03 de fev. de 2023. Disponível: <https://tinyurl.com/2c3s2ruw>. Acesso em 17 de nov. de 2024.

econômicos), principalmente em municípios mais pobres, distantes das capitais e com menor dinamismo econômico²¹.

Outras políticas públicas do governo Lula tem este encontro com as caravanas. Uma delas foi o Luz para Todos, que permitiu acesso (até 2018) à energia elétrica para 18 milhões de brasileiros²². Da relação com os movimentos sociais do campo, os investimentos do PRONAF aumentaram de tamanho e de formatos, em 2005, após forte seca no sul do país, Lula viria até Coronel Freitas-SC²³, lançar o Seguro Agrícola Proagro. Ainda por demanda do sindicalismo da agricultura familiar, também lançou um programa de habitação rural, tendo forte protagonismo destes sindicatos na organização de cooperativas de habitação. Na caravana pela Agricultura Familiar no sul do país, a aproximação de Lula com a Fetraf ficou bastante fortalecida e a partir de seu governo, esta fração do sindicalismo da agricultura familiar tem importante influência na construção das políticas públicas.

Lula foi reeleito presidente em 2006, enfrentando Geraldo Alckmin do PSDB no segundo turno. E depois ainda fez sua sucessora, Dilma Rousseff, que em 2010, venceu o segundo turno contra o candidato José Serra do PSDB.

Na metade do primeiro mandato de Dilma, o que vai acontecer, altera profundamente o cenário político brasileiro, que entre 2002 e 2012, era de forte ascensão do PT. No mês de junho de 2013, protestos contra o aumento da passagem em São Paulo, eclodem inicialmente em São Paulo e depois pelo país²⁴, em movimentos que acabam se

²¹ Sobre o assunto ver VIANA, Iara Azevedo Vitelli; KAWAUCHI, Mary; BARBOSA, Thiago Varanda (Orgs). **Bolsa Família 15 anos (2003-2018)**. Brasília: Enap, 2018.

²² LUZ Para Todos levou energia para 18 de milhões de pessoas em 20 anos. Publicado em 18 de nov. de 2023. Disponível em: <https://tinyurl.com/snsfcf4p>. Acesso em 17 de nov. de 2024.

²³ LULA visita cidades atingidas pela seca na região Sul. Disponível em: <https://tinyurl.com/3z4mcena>. Acesso em 20 de nov. de 2024.

²⁴ JUNHO de 2013, 10 anos depois, cronologia. Disponível em: <https://tinyurl.com/4e->

tornando o “Não vai ter Copa”, já que naquele mês estava organizada a Copa das Confederações para no ano seguinte, a realização da Copa do Mundo no Brasil. A rota política do país mudou completamente a partir daquele contexto. A popularidade de Dilma caiu com bastante força depois daquele mês de junho²⁵.

Já em 2014, na 13ª Vara Federal de Curitiba, uma operação de investigação contra a corrupção também ajudou a mudar a política no país. Delegados da Polícia Federal em Curitiba assumem publicamente campanha para Aécio Neves, escolhido o candidato do PSDB. No meio da campanha, Eduardo Campos, candidato do PSB, sofreu acidente aéreo e veio a óbito - sua vice Marina Silva se tornou a candidata à presidente, crescendo nas pesquisas, mas não o suficiente para ultrapassar Aécio. No segundo turno, Dilma é reeleita, mas com margem apertada e fortes reações preconceituosas nas redes sociais, em especial contra os nordestinos e sua opção majoritária de votar em Dilma.

A operação Lava-Jato seguiu em 2015 e 2016, com indiciamento de vários políticos de partidos como PP e MDB, da base de Dilma, mas também contra dirigentes petistas, incluindo condução coercitiva de Lula. Na outra ponta, o governo Dilma em 2015, realizou medidas de austeridade, o que a fez perder parte da base popular e em consequência, deflagrou greves no serviço público. No Congresso, Eduardo Cunha do MDB se elegeu presidente da Câmara, derrotando Arlindo Chinaglia do PT. Em 02 de dezembro de 2015, Eduardo Cunha autorizou o processo de *impeachment* de Dilma e a mesma foi afastada da presidência em votação da Câmara dos Deputados em 17 de abril de 2016.

dh4uem. Acesso em 20 de nov. de 2024.

²⁵ APROVAÇÃO do governo Dilma cai de 55% para 31%, aponta Ibope. Disponível em: <https://tinyurl.com/c9445kur>. Publicado em 25/07/2013. Acesso em 20 de nov. de 2024.

Nas eleições municipais daquele ano, o PT sofreu forte debacle eleitoral, baixando de 630 prefeituras eleitas em 2012, para 256 prefeituras eleitas em 2016. O impacto de junho de 2013, Operação Lava-Jato e os movimentos de rua pedindo a queda de Dilma, somado ao *impeachment* da presidente, repercutiram fortemente naquele cenário eleitoral, que ocorreu com Michel Temer estando na presidência.

As novas caravanas de Lula em 2017 e 2018

O cenário eleitoral de 2016 mostrava, como destacamos, forte desgaste do PT. Contudo, em 2017, o governador da Paraíba Ricardo Coutinho, organizou uma inauguração popular da obra da Transposição do Rio São Francisco, em seu Eixo Leste (que vai de Floresta em Pernambuco a Monteiro na Paraíba).

Cabe destacar que a Transposição do Rio São Francisco foi prometida pela primeira vez por Dom Pedro II ainda no século XIX, mas só teve seu início no primeiro mandato de Lula, e com o andamento mais acelerado da obra já no primeiro governo Dilma e a conclusão do Eixo Leste no governo originado do *impeachment* da presidente, o governo Temer. Já o Eixo Norte, que vai de Cabrobó em Pernambuco a Jati no Ceará acabou inaugurado no governo Bolsonaro²⁶. Michel Temer havia participado de evento oficial de inauguração do Eixo Leste, mas um evento formal e esvaziado de populares. Contrastando com o evento oficial, e tendo a presença de Lula e Dilma, além de diversas lideranças políticas, a inauguração popular da obra foi um sucesso em público: 50 mil pessoas no pequeno município paraibano de Monteiro²⁷. Era um indicativo que a despeito do resultado eleitoral municipal

²⁶ ENTENDA a Transposição do Rio São Francisco e porque ela gera dúvidas. Disponível: <https://tinyurl.com/ycy4vx85>. Acesso em 20 de nov. de 2024.

²⁷ LULA e Dilma levam multidão à inauguração da transposição do São Francisco, na PB.

ruim para o PT, de que Lula ainda conseguia atrair parcelas significativas da população em suas mobilizações, e que seu legado de mobilizações e políticas públicas ainda encontrava significativo alcance popular.

Ainda naquele ano, Lula foi julgado em Curitiba e condenado pelo juiz Sérgio Moro em 12 de julho a 9 anos e 6 meses de prisão. Depois Lula foi julgado pelo Tribunal Regional Federal da 4ª região em Porto Alegre e condenado em segunda instância em 23 de janeiro de 2018, a 12 anos de prisão. Durante o julgamento em Porto Alegre, sendo organizada pelo MST, vigília ocupou a região do Anfiteatro Pôr do Sol na orla do Guaíba a partir de 22 de janeiro e no dia 23 de janeiro, caminhada até a Esquina Democrática, e ato com Lula, com 80 mil pessoas presentes²⁸.



Figura 3. Lula na Esquina Democrática em Porto Alegre, 23 de janeiro de 2018. Fotografia de Ricardo Stuckert.

Brasil de Fato, 19 de mar. de 2017. Disponível em: <https://tinyurl.com/52mtwtj3>. Acesso em: 20 de nov. de 2024.

²⁸ LULA encerra ato dizendo que continuará na luta. Disponível em: <https://tinyurl.com/bdcnruxs>. Acesso em 20 de nov. de 2024.

Em 2018, depois de ter sido condenado em primeira e segunda instância, Lula organizou caravanas pelo país, mesmo formato de atuação política que fez nas campanhas presidenciais de 1994 e 2002. Começou pelo Nordeste, de ônibus, se deslocando pelos estados e contando com agendas oficiais e ações no trajeto, em que populares, sabendo da passagem de Lula, iam até a rodovia²⁹. A Caravana gera forte impacto em imagens. Depois fez em Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo, entre fevereiro e março daquele ano.

Mais ao final de março, foi organizada a caravana pelo Sul do país, iniciando pelo Rio Grande do Sul. Cenas de violência foram constantes, organizadas por grupos políticos de direita, alinhados ao que se conformaria posteriormente ser conhecido como bolsonarismo. Em 19 de março, confronto entre grupos ruralistas e de movimentos sociais na entrada da UNIPAMPA (universidade federal criada no segundo mandato de Lula em 2008) em Bagé³⁰. No dia seguinte, a visita de Lula ao campus da UFSM em Santa Maria, foi marcada por agressões a estudante, com o uso de relho, por parte de manifestantes ruralistas³¹; de outro lado, um professor aposentado da UFSM que protestava contra Lula acabou atingido por uma pedrada na cabeça. Na sequência da caravana, houve agressão a jovens militantes do PT que recolhiam bandeiras ao fim de ato com Lula em Cruz Alta³², no dia 22 de março.

Depois a caravana de Lula visitou o *campus* da UFFS em Passo Fundo no dia 23 de março. Os manifestantes de direita conseguiram

²⁹ EM uma semana de viagem, caravana de Lula é marcada por encontros emocionantes. Disponível em: <https://tinyurl.com/bdekyte4>. Acesso em 20 de nov. de 2024.

³⁰ CARAVANA de Lula começa com conflitos em Bagé, RS. Disponível em: <https://tinyurl.com/3u9xdzbn>. Acesso em 20 de nov. de 2024.

³¹ MANIFESTANTES contrários e favoráveis a Lula trocam agressões no campus da UFSM. Disponível em: <https://tinyurl.com/2zba3skd>. Acesso em 20 de nov. de 2024.

³² “BANDIDOS e covardes”: PT denuncia agressão de mulheres em Cruz Alta. Disponível: <https://tinyurl.com/ytn53mp2>. Acesso em 20 de nov. de 2024.

impedir a entrada de Lula na cidade de Passo Fundo, bloqueando a rodovia³³.

Em sequência, Lula esteve em Florianópolis, dando sequência à caravana, agora no estado de Santa Catarina. Mas em Chapecó, no dia 25 de março, houve mais violência por parte de grupos políticos. Manifestantes de direita trancaram o acesso de saída do aeroporto, porém, levado por militantes partidários em estrada alternativa e de chão, Lula conseguiu chegar ao Hotel Bertaso. Porém, o ato na praça foi marcado por muita animosidade, com arremesso de pedras, ovos e foguetes por parte dos manifestantes de direita, sobre a multidão que acompanhava Lula³⁴. Estas cenas tornaram a se repetir no Extremo-Oeste no dia 25 de março, tanto na rodovia (pedras e ovos atiradas contra o ônibus) como na praça onde ocorreu o ato em São Miguel do Oeste³⁵.

E a Caravana seguiu, rumo ao Paraná, onde Lula inclusive iria visitar novamente um *campus* da UFFS, o de Laranjeiras do Sul. No trecho entre Quedas do Iguaçu e Laranjeiras do Sul, na noite do dia 27 de março, o ônibus que transportava Lula e sua equipe foi atingido com 2 tiros de calibre 22³⁶. A ida de Lula ao *campus* da UFFS foi objeto de pedido de moção de repúdio, por parte do vereador Anderson Luiz de Oliveira. A moção acabou sendo reprovada por 9 votos a 4³⁷ e Lula faz visita ao *campus* da UFFS. Cabe destacar que o vereador citado era também professor da UFFS. Por outro lado, o prefeito de

³³ PROTESTO barra entrada de caravana e faz Lula cancelar evento em Passo Fundo. Disponível em: <https://tinyurl.com/3he55953>. Acesso em 20 de nov. de 2024.

³⁴ CHAPECÓ enfrenta chuva e violência para fazer ato histórico em defesa da democracia. Disponível em: <https://tinyurl.com/8425z9mf>. Acesso em 20 de nov. de 2024.

³⁵ CARAVANA de Lula é atacada com pedras e ovos em Santa Catarina. Disponível em: <https://tinyurl.com/yhpb92b2>. Acesso em 20 de nov. de 2024.

³⁶ RELEMBRE os momentos mais marcantes da Caravana de Lula pelo Sul. Disponível em: <https://tinyurl.com/yc49fwyw>. Acesso em 13 de nov. de 2024.

³⁷ CÂMARA de Laranjeiras realiza sessão ordinária 007/18. Disponível em: <https://tinyurl.com/2jdcx2n3>. Acesso em 13 de nov. de 2024.

Laranjeiras do Sul, Berto Silva, que era do PSC à época, condenou a violência e ainda destacou (sobre Laranjeiras do Sul) que “não dá para dizer que aqui não é um território do Lula. Talvez não seja um território petista, mas é um território lulista”³⁸. Berto ainda disse que iria ao evento com Lula no *campus* da UFFS como opção “por ir apenas à universidade porque não sou militante, não sou do partido, não iria a um evento político. Mas achei que deveria ir à universidade por se tratar de um presidente da República e eu ser prefeito. E até para dar um exemplo de que a gente pode conviver com diversidade, sem intolerância”³⁹.

Meses depois, e com a mudança de entendimento do STF sobre a questão da prisão em segunda instância, Lula foi preso por ordem do juiz Sérgio Moro. Houve mobilização popular em São Bernardo do Campo, no entorno do Sindicato dos Metalúrgicos. Lula decidiu se entregar e foi conduzido até Curitiba, onde ficou detido na delegacia da Polícia Federal. Nos arredores da delegacia, ficou organizada a Vigília Lula Livre. No dia 1º de maio de 2018, foi organizado ato em Curitiba, com 40 mil pessoas. Lula é lançado candidato a presidente com Fernando Haddad de vice. Depois, Lula foi declarado impedido, porém Haddad cresceu nas pesquisas e foi ao segundo turno, que acabou vencido por Jair Bolsonaro do PSL. O PT elegeu a maior bancada de deputados federais, o que mostrou que as mobilizações de Lula pelas caravanas e que os atos contra a condenação de Lula e, em especial, a Vigília Lula Livre, produziu engajamento, embora a vitória de Bolsonaro para presidente.

³⁸ LARANJEIRAS é reduto lulista, diz prefeito. Disponível em: <https://tinyurl.com/73kue-9vn>. Acesso em de nov. de 2024.

³⁹ Idem.

Considerações finais

As caravanas organizadas para Lula se deslocar pelo país cumpriram um papel histórico significativo na História Política brasileira. Se na década de 1980/1990, as viagens de Lula pelo Brasil, como dirigente sindical, não tinham o caráter de caravana propriamente dita, serviram como alicerce para o fortalecimento sindical da base da CUT, e para formar militantes sindicais e ter base social de trabalhadores organizados.

Já as caravanas organizadas entre 1993 e 1996, permitiram ao PT e aliados, construir programas eleitorais mais próximos com a realidade brasileira, derivada desta conexão com segmentos da população, a “Realidade Brasileira em Movimento”, inclusive que seria título de cursos de formação de alguns movimentos sociais. E a outra questão diz respeito a Lula: o mesmo passa a ser amplamente conhecido no território nacional; este contato com segmentos populacionais vai formatando uma liderança política peculiar, que a despeito de não possuir curso superior, demonstra uma capacidade analítica importante sobre conjuntura política, além de forte carisma popular.

Nas caravanas organizadas como construção política para as eleições de 2002, o acúmulo das caravanas anteriores, além das boas votações das eleições presidenciais de 1989, 1994 e 1998, foram construindo o cenário de vitória para Lula, que de fato ocorreu. E não residem dúvidas que o conhecimento advindo destas quase duas décadas de caravanas, se fará presente no governo que iniciou em 2003: tanto do ponto de vista das políticas públicas (Fome Zero, Bolsa Família, Luz Para Todos, expansão do PRONAF, dentre outros programas) bem como do estilo de governar, bastante assentado em conferências, com vistas a escuta das comunidades, das organizações sociais, dos movimentos sociais, sindicatos.

E por fim, as caravanas de 2017 e 2018. Estas têm em nossa análise, um caráter diferente, reativo a partir de derrotas do PT no que se refere ao *impeachment* de Dilma e votação ruim do PT nas eleições municipais de 2016, tendo ainda Lula na berlinda (e depois acabou preso em 2018). Mas estas caravanas, iniciadas com grande ato popular em Monteiro na Paraíba em 2017 na Inauguração Popular da Transposição das Águas do Rio São Francisco, cumpriram um papel eleitoral e de mobilização social nesta quadra da História; Fernando Haddad ir ao segundo turno das eleições de 2018, Lula ter saído da cadeia em 2019 e depois se eleger presidente em 2022, o PT ter elegido a maior bancada de deputados federais em 2018, são exemplos de como aquelas mobilizações estiveram presentes na disputa eleitoral, demonstrando a resiliência de um personagem político catalisador deste modelo de organização social e política - Lula.

Referências

APROVAÇÃO do governo Dilma cai de 55% para 31%, aponta Ibope. Disponível em: <https://tinyurl.com/c9445kur>. Publicado em 25/07/2013. Acesso em 20 de nov. de 2024.

“BANDIDOS e covardes”: PT denuncia agressão de mulheres em Cruz Alta. Disponível: <https://tinyurl.com/ytn53mp2>. Acesso em 20 de nov. de 2024.

BIBLIOTECA da Presidência da República. Disponível em: <https://tinyurl.com/4a2ucy24>. Acesso em 31 de out. de 2024.

CÂMARA de Laranjeiras realiza sessão ordinária 007/18. Disponível em: <https://tinyurl.com/2jdcx2n3>. Acesso em 13 de nov. de 2024.

CARAVANA de Lula começa com conflitos em Bagé, RS. Disponível em: <https://tinyurl.com/3u9xdzbn>. Acesso em 20 de nov. de 2024.

CARAVANA de Lula é atacada com pedras e ovos em Santa Catarina. Disponível em: <https://tinyurl.com/yhpb92b2>. Acesso em 20 de nov. de 2024.

CARAVANAS vão ao Brasil profundo. Disponível em: <https://tinyurl.com/mwe38y5u>. Acesso em 31 de out. de 2024.

CHAPECÓ enfrenta chuva e violência para fazer ato histórico em defesa da democracia. Disponível em: <https://tinyurl.com/8425z9mf>. Acesso em 20 de nov. de 2024.

CIBERDÚVIDAS da Língua Portuguesa: a origem da palavra caravana. Disponível em: <https://tinyurl.com/5atd3t93>. Acesso em 02 de nov. de 2024.

EM uma semana de viagem, caravana de Lula é marcada por encontros emocionantes. Disponível em: <https://tinyurl.com/bdekyte4>. Acesso em 20 de nov. de 2024.

ENTENDA a Transposição do Rio São Francisco e porque ela gera dúvidas. Disponível em: <https://tinyurl.com/ygy4vx85>. Acesso em 20 de nov. de 2024.

FATOS Primeiro: Lula acerta ao dizer que foi o deputado federal mais bem votado. Disponível em: <https://tinyurl.com/2ykb4np>. Acesso em 02 de nov. de 2024.

GUILHERME, Cássio Augusto. **A eleição de 1989**: esquerda x direita. Revista Urutáguia -Revista Acadêmica Multidisciplinar. Universidade Estadual de Maringá (UEM). N. 34, junho-novembro, Ano 2016. ISSN 1519.6178

INFORMAÇÕES eleitorais. Disponível em: <https://tinyurl.com/4d-2mv9nb>. Acesso em 02 de nov. de 2024.

JUNHO de 2013, 10 anos depois, cronologia.. Disponível em: <https://tinyurl.com/4edh4uem>. Acesso em 20 de nov. de 2024.

LARANJEIRAS é reduto lulista, diz prefeito. Disponível em: <https://tinyurl.com/73kue9vn>. Acesso em de nov. de 2024.

LULA começa viagem pelo interior de Minas. Disponível em: <https://tinyurl.com/nsw7sup>. Publicado em 03 de jul. de 2001. Acesso em 03 de nov. de 2024.

LULA e Dilma levam multidão à inauguração da transposição do São

Franciso, na PB. Brasil de Fato, 19 de mar. de 2017. Disponível em: <https://tinyurl.com/52mtwjt3>. Acesso em: 20 de nov. de 2024.

LULA encerra ato dizendo que continuará na luta. Disponível em: <https://tinyurl.com/bdcrnuxs>. Acesso em 20 de nov. de 2024.

LULA visita cidades atingidas pela seca na região Sul. Disponível em: <https://tinyurl.com/3z4mcena>. Acesso em 20 de nov. de 2024.

LUZ Para Todos levou energia para 18 de milhões de pessoas em 20 anos. Publicado em 18 de nov. de 2023. Disponível em: <https://tinyurl.com/snsfcf4p>. Acesso em 17 de nov. de 2024.

MANIFESTANTES contrários e favoráveis a Lula trocam agressões no campus da UFSM. Disponível em: <https://tinyurl.com/2zba3skd>. Acesso em 20 de nov. de 2024

MARQUES. Antonio José. **Nasce a CUT**. Embates na formação de uma central classista, independente e de luta. São Paulo: CUT - NSA Gráfica e Editora, 2007. Disponível em <https://tinyurl.com/yr397p7k>. Acesso em 31 de out. de 2024.

MINISTROS chegam a Guaribas para lançamento do Fome Zero. Publicado em 03 de fev. de 2023. Disponível: <https://tinyurl.com/2c3s-2ruw>. Acesso em 17 de nov. de 2024.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. **A formação de um sindicalismo de agricultores familiares no Sul do Brasil**. Sociologias, Porto Alegre, ano 16, n° 35, jan/abr 2014, p. 204-236.

PROTESTO barra entrada de caravana e faz Lula cancelar evento em Passo Fundo. Disponível em: <https://tinyurl.com/3he55953>. Acesso em 20 de nov. de 2024.

RELEMBRE os momentos mais marcantes da Caravana de Lula pelo Sul. Disponível em: <https://tinyurl.com/yc49fwyw>. Acesso em 13 de nov. de 2024.

SINGER, André. **Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

VIAGEM ao coração do Brasil: as Caravanas da Cidadania. Disponível em: <https://tinyurl.com/mrxh3uyr>. Acesso em 02 de nov. de 2024.

VIANA, Iara Azevedo Vitelli; KAWAUCHI, Mary; BARBOSA, Thiago Varanda (Orgs). **Bolsa Família 15 anos (2003-2018)**. Brasília: Enap, 2018.

A mística do MST e a música de Cenair Maicá no Instituto Educar

MIGUELÂNGELO CORTEZE
ANTONIO MARCOS MYSKIW
JOÃO CARLOS TEDESCO

Este relato pretende abordar alguns elementos da pesquisa de doutorado em andamento do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH/Chapecó) da Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS) que traz por tema “O Movimento Cultural Missioneiro: a música de Cenair Maicá e a questão agrária rio-grandense entre as décadas de 1960/1980”. O problema da pesquisa gira em torno de uma grande indagação que envolve a questão em buscar como o Movimento Cultural Missioneiro, capitaneado pela música de Cenair Maicá participou, contribuiu, colaborou, motivou ou era usado como caminho/mobilização para o fazer-se dos movimentos rurais camponeses na problemática da terra na região herdeira dos Sete Povos. Diante desse problema uma ação importante da pesquisa, ainda durante seu primeiro ano, foi a possibilidade de colocar o problema em teste. É sobre essa experiência e seus resultados que iremos tratar.

A atividade foi desenvolvida através da elaboração e execução de um plano de aula ao curso de Agronomia do Instituto Educar do

MST, turma 2025/01, através da proposta e do desafio que pudesse dar conta de abrir um diálogo entre a pesquisa e os estudantes. A ação foi possível através da boa sintonia e da cooperação existente entre a UFFS e os movimentos populares da região, especialmente do campus de Erechim, localizado no Alto Uruguai do Rio Grande do Sul. Na realidade a UFFS possui um convênio com o Instituto Educar de Pontão/RS em conjunto com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para oferta do curso de Agronomia, modalidade Bacharelado, pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA)¹. Essa relação permitiu uma prática pedagógica de aproximação entre a mística do MST e a música missioneira de Cenair Maicá, através de uma tarde de aula que aconteceu no dia 05 de agosto de 2025 e saiu do papel graças ao apoio da educadora Isabel Rosa Gritti em sua atuação no Instituto Educar.

O objetivo inicial concentrou-se numa tentativa de contribuir por um lado com o estudo de história do curso de agronomia partindo do contexto dos Sete Povos das Missões e da grande problemática sobre a questão agrária desenrolada depois, e por outro lado, na relação do curso e o objeto de pesquisa. Enquanto as atividades e o material didático eram preparados, pensava-se em conjunto com a orientação e coorientação também como metodologicamente poderia ser apresentada a crítica social da questão agrária, através da Música Missioneira. O plano deveria ter início, meio e fim, mas não só isso, porque diante desses grandes temas, a dinâmica precisava levantar as principais ideias que sustentam a problemática da terra para inserir dentro dela a Música Missioneira, e, se possível, a partir dessas questões, obter algum resultado.

¹ <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/noticias/incra-e-uffs-instituto-educar-lancam-processo-seletivo-para-40-vagas-de-agronomia> Acesso 02 novembro 2025.

Nesse sentido, como a aula estava programada para o turno vespertino, inicialmente o conteúdo precisava dar continuidade das ações desenvolvidas no período da manhã, mas, ao mesmo tempo, provocar a participação crítica dos estudantes. Seria possível ouvir, através daquelas diferentes vozes, uma possibilidade de identificação do Movimento Cultural Missioneiro com as pautas do MST? Qual a comunicação que a música missioneira transmitiria aos jovens estudantes de agronomia? Através dessas questões iniciais o plano de aula foi elaborado procurando atender também às diretrizes do Instituto Educar.

Instituto Educar do MST em Pontão

Antes de apresentamos o desenrolar da aula e seus resultados é importante localizar historicamente o Instituto Educar. Trata-se de uma instituição de ensino dos movimentos sociais populares, em especial para formação do MST, com objetivo de formar profissionais técnicos e superiores em relação com o desenvolvimento rural e a agroecologia. Nele é utilizado a pedagogia da alternância, ou seja, quando os estudantes passam um período na escola, chamado tempo-escola, e outro na comunidade, chamado tempo-comunidade. Esta pedagogia está profundamente associada numa metodologia e didática diferenciada, onde os conhecimentos aprendidos estão voltados a aplicação prática logo em seguida na direção de implementar nos assentamentos, acampamentos e pequenas propriedades rurais.

O Instituto Educar está localizado na antiga Fazenda Annoni, local onde foi realizado a maior ocupação do MST até 1985 no Rio Grande do Sul. Depois de derrubadas as cercas do latifúndio o acampamento transformou-se num assentamento modelo, dividido entre mais de 400 famílias. Em pouco tempo a área daquele latifúndio im-

produtivo tornou-se um exemplo de produtividade e de sucesso, provando que a Reforma Agrária dá certo. Hoje se localiza próximo de onde ocorreu a ocupação da Annoni, com o nome de Assentamento Nossa Senhora da Aparecida, Área 9, Interior do município de Pontão, RS. Foi em grande parte ao sucesso desse assentamento que Pontão se emancipou no ano de 1992 de Passo Fundo.

Como não se emocionar diante do busto de Paulo Freire, patrono da educação brasileira², acolhendo os visitantes? Como não sentir o afeto de um lugar que reescreveu a história agrária no Sul do Brasil? Como não se sentir abraçado pelos símbolos da luta do MST? Quem chega no local é convidado a sentir o chamado muito vivo de Frida Khalo, Hugo Chaves, Che Guevara, Mariguela, Rose e tantos outros. Sim, todos vivos.

Quem chega no Instituto Educar é recebido com simpatia por Maria Salete, diretora do educandário. Atrás dela uma linda imagem de Rose também recebe os visitantes. Você já viu o documentário “Terra para Rose”? Pois é, estamos falando com a professora desse documentário. Muitos



Figura 1. Quadro Roseli Nunes. Fonte: Arquivo pessoal de Miguelângelo Corteze.

² Lei nº 12.612, de 13 de abril de 2012. Essa lei foi sancionada pela então presidente Dilma Rousseff.

tombaram nessa luta como é o caso de Roseli Nunes³ “mulher, mãe, Sem Terra e lutadora do povo”, como diz esse desenho na arte atrás da mesa da diretora. Além dela, mais dois pequenos agricultores foram atropelados numa manifestação no trevo de Sarandi no ano de 1987, uma tragédia. Falando sobre Rose começamos a conversar, como segue a entrevista.

Maria Salete Campigotto⁴ – entrevista

Atualmente na Coordenação Regional do MST, além da direção e coordenação pedagógica do Instituto Educar, Maria Salete gentilmente concordou em falar um pouco sobre sua história familiar, atuação em Ronda Alta e o contato com a realidade do pequeno produtor, ocupação de terras – negociação e resistência em relação ao Estado, acampamento Encruzilhada Natalino, o papel da Igreja e da mística na manutenção do movimento, a constituição do Movimento Sem Terra (MST), a ocupação da Fazenda Anonni, a participação na educação do MST e da possibilidade da conexão da música missioneira de Cenair Maicá nos Movimentos Rurais Camponeses, como segue:

³ Roseli teve o primogênito dos sem-terra chamado Marcos Tiaraju. Nome carregado de simbolismo. Foi escolhido por um grupo de colonos sem-terra em uma reunião realizada sob lonas pretas. Marcos faz referência à palavra marco, início. Tiaraju é uma homenagem a Sepé Tiaraju, o líder dos índios guaranis morto em 1756 na defesa das terras do Rio Grande do Sul contra portugueses e espanhóis. Revista Carta Capital, Mauro Graef Junior. <https://mst.org.br/2010/05/20/o-primogenito-dos-sem-terra/> acesso em 17 novembro 2025.

⁴ Maria Salete Campigotto atualmente diretora do Instituto Educar do MST, Pontão RS, foi uma das companheiras que esteve presente, juntamente com 1.500 famílias camponesas, na madrugada de 29 de outubro de 1985, sob a coordenação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e ocupou a Fazenda Anonni, na região norte do Rio Grande do Sul. <https://mst.org.br/2022/10/28/luta-do-mst-completa-37-anos-no-rs/> Acesso 06 agosto 2025.

- ***Como começa tua participação na luta pela terra?***

Salete: Sou mais conhecida por Salete, hoje diretora do Instituto Educar. Parte da minha história de vida está escrito no livro “Os Conflitos Agrários do Norte, Gaúcho, de 1980 a 2008” (TEDESCO; CARINI, 2008). Sou filha de pequenos agricultores aqui da região, de Ronda Alta. Casei com 20 anos, em 1974, com um colono Sem Terra, mas já tinha formação para magistério e trabalhava na escola 20 horas/semana. Outro tempo do dia sempre fiquei ligada à agricultura. A militância na questão da luta pela terra começa em 1978, quando o padre Arnildo Fritzen chegou em Ronda Alta. Com ele comecei a participar das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e conheci a Teologia da Libertação de Leonardo Boff e Frei Beto. Nessa época também começamos a participar da Pastoral da Terra (CPT), por isso minha formação se fundamentou a partir da questão religiosa.

- ***A participação nas CEBs foi importante na sua formação?***

Salete: Sim, em 1978, comecei a participar das CEBs. Em 1979 fui no primeiro encontro estadual com o irmão Antônio Cechin, em São Gabriel/RS. Foi naquela semana do 7 de setembro que deu a ocupação do povo expulso da área indígena do ano anterior. Eram mais de duas mil famílias que foram expulsas da área indígena de Nonoai e Planalto. O governo da ditadura levou um grupo para o Mato Grosso, mas um grupo foi resistente e ficou. Eles acamparam em duas fazendas, a Macali e a Brilhante. Na fazenda Macali a ocupação foi 7 de setembro de 1979, e na Brilhante foi 20 de setembro de 1979. Muitas famílias foram assentadas, mas muitas ficaram ainda sem terra. Com o saber acumulado das CEBs, sobre a questão da terra acumulada, terra improdutiva, além da necessidade de muitas famílias grandes, cujos

filhos não possuíam mão de obra especializada, tinham dificuldade de trabalhar na cidade, a luta continuava. Por isso também foram muito fortes os acampamentos e a luta pela terra. Meu esposo e eu já tínhamos participado de duas viagens a Porto Alegre, com ônibus da região, para audiência com o governador do estado, pela questão de assentamento. O governador era Amaral de Souza. Em 81 a gente acampou.

- ***Você participou do Acampamento Natalino em 1981?***

Salete: Sim, participei do Natalino, porque nem todos entraram na Macali e na Brilhante e se organizaram junto conosco, acampando na Encruzilhada Natalino em 1981. Era um acampamento aberto, na beira da estrada. Ele iniciou em janeiro e em julho já éramos quase 600 famílias, todas na beira da estrada. O nosso grupo era formado por filhos de pequenos agricultores de 6 municípios e remanescentes da área indígena de Nonoai. Em 31 de julho o acampamento foi tomado pelo Exército Brasileiro no comando do Coronel Curió. Por um mês o acampamento ficou sitiado e sofreu repressões psicológicas, mas também muito materializadas. Tinha um açude onde a gente lavava roupa, o Exército manda analisar a água e diz que estava contaminada. Todos tinham construído fontes. Cada grupo tinha uma fonte que cuidava. Cada dia ficava mais difícil conseguir água para tomar e fazer comida. Foi uma repressão muito forte e eles ameaçavam derrubar nossos barracos. Todas as manhãs Curió ordenava as seis e meia da manhã todo mundo cantar o hino nacional.

- ***E Curió conseguiu fechar o acampamento?***

Salete: Ele conseguiu convencer uma parte dos acampados para ir ao Mato Grosso, ou assustar para ir embora, mas não conseguiu terminar com o acampamento. Ao final ele saiu derrotado e para nós representou uma grande vitória, mas a repressão continuou, depois desse período dos 30 dias com o Curió. A saída dele não significou que nós ficamos livres. Ficamos em mais ou menos 300 famílias, nos sentimos um pouco mais livres, mesmo assim, a cada semana a Brigada Militar de Passo Fundo, que ficou coordenando o acampamento, convenciam uma ou duas famílias, que desmanchavam seu barraco e se mandavam.



Figura 2. Salete e Miguelângelo no monumento da derrota de Curió. Fonte: Arquivo pessoal de Miguelângelo Corteze.

Os acampados da Encruzilhada Natalino foram assentados?

Salete: De 31 de julho de 1981 até 12 de março de 1982 ficamos sob a custódia do Exército Brasileiro. Com a saída do Curió ficamos nas mãos da Brigada Militar de Passo Fundo, com quatro barreiras, com insultos todos os dias, mesmo assim resistimos valorosamente, mas a situação estava muito difícil. Pedimos ajuda para as Igrejas, para os

Sindicatos e para as Universidades. Essa campanha resultou na compra de 108 hectares no município de Ronda Alta, que foi colocado o nome de Nova Ronda Alta, onde o acampamento foi transferido para continuar a luta nessa área lindeira com a barragem. Nessa mesma área em 3 de outubro de 1983, um grupo de famílias foi assentada. Faço parte desse grupo, que formam, na verdade três assentamentos no município da Ronda Alta, mais um assentamento grande no Salto do Jacuí, para atender as famílias acampadas da Encruzilhada Natalino.

Então "Natalino" contribuiu para a formação da Annoni?

Salete: Sim, tudo isso ajudou para o próximo acampamento que teve aqui, que foi da Fazenda Annoni, em 1985, depois da fundação do MST. Meu grupo foi assentado em 3 de outubro de 1983, antes da fundação do movimento. No prazo que antecedeu o acampamento ocorreu toda uma preparação, onde os camponeses Sem Terra foram se organizando em núcleos nas comunidades. Todo mundo sabia quem era o seu grupo, mas de outro grupo não tinha informação. Foi uma leitura feita sobre a fragilidade dos acampamentos em que haviam infiltrados, mas eles não tiveram sucesso.

O Instituto Educar está onde foi o acampamento da "Annoni"?

Salete: O Instituto Educar está na área, mas não onde aconteceu o acampamento que foi na entrada da área 10. Não tem uma identificação mostrando. A ocupação da Fazenda Annoni começou em 29 de outubro de 1985 e foi a maior área ocupada até então no Rio Grande do Sul, com famílias de 32 municípios. Estamos completando 40 anos nesse ano.

Qual a importância da mística e da música ao MST?

Salete: O Adão Preto, que era sindicalista, começou a participar no movimento e sabia traduzir bem esse sentimento da luta em forma de verso e trova. No tempo do “Natalino”, a gente não tinha essa clareza de mística como tem hoje. Porque foi um processo que veio andando. A música sempre falou muito alto. Adão Preto vinha apoiar o acampamento e trazia a trova que incentivava a luta. O Pe. Arnildo, que é gaiteiro também, ajudava muito, quando tocava as músicas que o povo fazia, principalmente dos encontros da CEBs. Dentro do acampamento existiam também outros músicos e artistas para animar o movimento. Tinham várias músicas que davam força para prosseguir a luta, porque a música toca fundo nesse sentido. Tivemos muitas visitas também de artistas e políticos. Na época não tínhamos bandeira. Foi nessa época que fomos construindo um outro olhar dos nossos símbolos e também da cruz. A primeira cruz do acampamento foi do seu Natálio, falecido agora, que pegou uma cruz e escreveu nela: “salve tua alma”. Depois fomos fazendo uma releitura e redefinindo tudo isso. Quem somos nós na Encruzilhada Natalino? Qual é a cruz que nós carregamos? Quem está nos ajudando nisso? E aí foi feita aquela famosa Cruz cheia de escoras. O que nós temos aqui no Instituto Educar da Encruzilhada Natalino é o sino que vai fazer parte de um memorial. Então essa cruz também teve uma mística muito forte, uma simbologia muito forte.

Uma vez o Cenair Maicá estava em Chapecó e mandou um abraço durante o show para o pessoal que estava no acampamento. Qual a importância desse estilo de música para o MST?

Salete: Esse abraço foi para o nosso acampamento. Quero dizer que o apoio dessas músicas foi muito importante, assim como as do Adão

Preto, Antônio Gringo e muitos outros artistas. A música do Cenair, com certeza teve participação na animação e na mobilização dos trabalhadores Sem Terra. Na questão do movimento tradicionalista, a grande maioria era coordenada pelos bombachudos (latifundiários), os donos do latifúndio, que levavam seus empregados ali. Existem artistas ligados ao tradicionalismo, mas também outros como Dante Ramon Ledesma e Cenair Maicá que levantam a bandeira da luta pela terra e isso alimentava a nossa alma, alimenta a nossa força de continuar.

O Pe. Arnildo considera a questão agrária o maior problema do Rio Grande do Sul e do Brasil, você concorda com ele?

Salete: A primeira coisa é que não se fez reforma agrária nesse país. Se comprou terra, mas nessa compra ainda se favoreceu a quem vendeu a terra. Por que é importante a distribuição da terra? Porque é muito mais econômico fazer a distribuição da terra do que gastar cuidando dos problemas que tem nas grandes cidades, desde a infraestrutura até os problemas sociais que acontecem. Da onde sai o alimento que a cidade precisa para viver? Ela sai do campo, mas hoje no nosso Brasil tem muitos *commodities*, muita soja. O agronegócio não resolve o problema da fome, diferente da reforma agrária, que não é um tema ultrapassado, porque nós conseguimos produzir alimentos de qualidade. E, quem é que produz? A pequena agricultura, a agricultura familiar. Eu acredito que no Brasil ainda vai se fazer uma reforma agrária de verdade, com infraestrutura, com apoio, com uma ideia de uma sociedade mais igualitária.

Como a professora do filme "Terra para a Rose", você pode falar um pouco sobre o que ele representa?

Salete: A Tete Moraes, diretora do filme⁵, traz toda uma história repleta de depoimentos e de uma leitura de realidade da época muito forte, onde a luta emergia da nossa região. É preciso considerar que foi aqui também que teve a luta do Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master), uma ocupação milhares de famílias nos anos de 1960. Uma região que dizimou com indígenas e que empurrou os caboclos para o outro lado do Rio da Várzea, numa história de violência em relação à apropriação da terra. O documentário é de 1987, e a Rose foi morta em 31 de março de 1987. Já estava no final das gravações e o nome seria relacionado às mulheres na luta. A Rose foi a primeira mulher a ter um filho dentro do acampamento e morreu atropelada e na luta. Ela está enterrada aqui dentro do assentamento. Com isso a Tete trocou o nome para "Terra para Rose". Rose foi uma mulher muito na frente do tempo dela, porque ela tinha duas crianças pequenas e chegou grávida de nove meses. Quando teve a marcha a Porto Alegre a pé, a Rose foi com as três crianças, sempre presente na luta. É uma das pessoas que mais admiro dentro dessa trajetória. Tem muitas outras que eu admiro e que ajudaram a construir a educação dentro do Movimento Sem Terra no acampamento, antes ainda do movimento ser conhecido por MST. Não tínhamos mais a Rosely, mas ela estava junto no período que a gente foi se organizando nas bases, nas comunidades, para ter o direito à documentação da mulher como agricultora e o direito da aposentadoria. Foi uma luta feita junto com os sindicatos numa luta de mulheres do país todo e de vários movimentos.

⁵ <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/obras/123390-terra-para-rose>. Acesso 01 outubro 2025

Reforma agrária dá certo e é uma das soluções para o Brasil?

Salete: Reforma agrária é urgente e necessária.



Figura 3. Isabel Gritti, Maria Salete Campigotto e Miguelângelo. Fonte: Arquivo pessoal de Miguelângelo Corteze

A aula no curso de Agronomia

Depois de contextualizar a luta pela reforma agrária, a partir da entrevista concedida por Maria Salete, de localizar o Instituto Educar e de apresentar a proposta da pesquisa vamos ver agora o plano de aula desenvolvido no curso de agronomia. Como abordado no início, o objetivo além de tentar contribuir com alguns aspectos históricos da questão agrária rio-grandense, especialmente sobre o processo de apropriação privada da terra na região herdeira dos Sete Povos das Missões, o plano de aula trazia o sentido de colocar em análise o problema da pesquisa diante dos estudantes para encontrar alguma conexão ou participação na organização, na mobilização, na animação ou no fazer-se dos movimentos rurais camponeses.

Todos os estudantes já estavam presentes para o início da aula exatamente às 13h30. O estudo é levado com muita seriedade e comprometimento. Antes de começar uma questão chamou a atenção: a mística. Para o MST, como diz Stédile, a mística é o cimento da unidade.

A mística foi desenvolvida pelo movimento pelo que aprendemos com a religiosidade. Ela é o cimento para buscar unidade. O cimento da unidade não é a doutrina, não é o caderno. Isso pode nos ajudar a refletir. A unidade do povo são os símbolos, são as manifestações, as celebrações, os hinos, as bandeiras, os gestos... porque isto é que vai criando um sentimento de identidade, de igualdade (STEDILE e FERNANDES, 2001, p. 120).

Com efeito, olhando para a mística, cuidadosa e artisticamente preparada, em frente à mesa do professor, numa sala organizada em semicírculo, posição mais apropriada à dinâmica e à metodologia selecionada, é impossível não se emocionar. Foi um dos núcleos que organizou e escolheu fazer neste dia a mística sobre Che Guevara, revolucionário latino-americano e referência na luta pela Reforma Agrária no processo da Revolução Cubana, vitoriosa em 1959. Ao total estavam presentes 49 estudantes nessa turma, oriundos de 12 estados do Brasil, sendo a maioria da região Sul, filhos de assentados e assentadas que buscam refletir e reforçar uma unidade de luta através também desses símbolos.

A turma está organizada em diversos núcleos. Cada núcleo possui suas responsabilidades, formando um pequeno coletivo voltado ao grupo maior. Um grupo fica na limpeza e outro faz a mística, por exemplo. O tempo na escola é bem planejado, de modo a abranger uma educação integral com espaço para o trabalho, a cultura, o estudo,

a leitura, a pesquisa e outros elementos dentro de um Projeto Político Pedagógico voltado para a realidade camponesa desses estudantes.

Segundo o Projeto Político Pedagógico do Instituto Educar (2005), a vivência coletiva está organizada em diversos tempos e espaços educativos que permitem desenvolver nos educandos habilidades práticas e teóricas, essenciais para o dia a dia da nossa vida (experiências acumuladas em outros cursos do MST). A formação dos sujeitos educandos não acontece somente em sala de aula. Todos os espaços e tempos são planejados, assumidos e avaliados coletivamente (SANTOS, 2011, p. 29)⁶.

A primeira parte da aula teve início depois de uma breve apresentação com apontamentos sobre o tema da pesquisa, bem como sobre o seu problema. Em seguida o desafio estava em analisar as estratégias políticas da estrutura econômica do período colonial que permitiu a instalação dos Sete Povos das Missões, como parte dos Trinta Povos Missionários em território do Império Espanhol, onde está localizado o Instituto Educar.

Sim, no final do século XVII até a metade do século XVIII, a região mais desenvolvida do atual território do Rio Grande do Sul não ficava no litoral, mas no interior. Os Sete Povos das Missões vivenciaram o apogeu na primeira metade do século XVIII, período em que o uso coletivo da terra era prioridade. A prosperidade das missões, contudo, não teve continuidade e sofreu ataques diante do desejo português de ampliar suas fronteiras rumo ao Sul da América para garantir alimento às minas de ouro com o gado e os muars, em grande quantidade naquelas terras.

⁶ Ver mais sobre o Projeto Político Pedagógico e os princípios da agroecologia e educação do campo.

Depois da Guerra Guaranítica (1754-1756), conflito que contou com a liderança de Sepé Tiaraju na resistência da efetivação do Tratado de Madrid (1750) que pretendia trocar os Sete Povos pela Colônia de Sacramento (Hoje República Oriental do Uruguai), as Missões são destruídas. A apropriação privada da terra foi ampliada pelo sistema das Sesmarias para segurar a propriedade portuguesa, originando o latifúndio e a problemática agrária de que tratamos. Durante os Sete Povos das Missões os povos organizados pelos jesuítas, especialmente os guaranis, mesmo sendo evidente que os jesuítas eram europeus e traziam uma religião, uma cultura e queriam transmitir isso aos povos missionários, desenvolveram também uma experiência com os povos originários, como diz Olívio Dutra (2025) em entrevista, “e não escravizavam como os paulistas/portugueses, criando condições daquelas famílias viver num espaço onde a terra não era propriedade particular”. A consciência dessa questão da propriedade da terra antes de uso coletivo que passou ao uso particular, individual é central em nossa pesquisa. Aquela forma de produzir coletivamente na terra, de se organizar o trabalho, a música, a cultura, a religiosidade, isso tudo foi se mesclando num ideário das povoações missionárias.

Os impérios de Portugal e Espanha decidiram não tocar adiante os Sete Povos das Missões sem levar em conta a realidade do povo que estava vivendo aqui. Olívio Dutra (2025) destaca que dessa história toda ficou uma “consciência coletiva e solidária” em diferentes regiões do Rio Grande que a música missionária conseguiu traduzir pela raiz dessa cultura dos Sete Povos, numa convivência em que a terra não deve propriedade privada, mas propriedade coletiva e solidária para o povo viver com dignidade.

A segunda parte da aula, ligada à primeira, foi a apresentação de um intelectual orgânico muito especial na luta pela Reforma Agrária chamado Padre Arnildo Afonso Fritzen (1942). Através de uma en-

trevista realizada dia 16 de julho de 2025, mais elementos foram juntados para falar um pouco da sua atuação. Nomeado vigário em 1977 para a Paróquia de Ronda Alta, ele começou logo organizar as CEBs e sofreu um impacto forte inicial no ano de 1978 quando os indígenas da área de Nonoai e Planalto exigiram a retirada dos colonos que tinham ocupado suas terras. A partir do movimento indígena começa uma peregrinação de colonos em Nonoai, Três Palmeiras, Trindade do Sul, Ronda Alta e Sarandi. Na estrada, afirma nosso entrevistado, “era uma peregrinação de colonos que foram expulsos da área”. As pessoas vinham pedir socorro, o padre estendeu a mão e ajudou a organizar essa luta.

A CPT foi importante na organização dos camponeses Sem Terra. A partir de 1979 tem início de novo nessa região a formação de acampamentos de camponeses na luta pela Reforma Agrária. Foi através dessa movimentação que os camponeses Sem Terra conseguem, por meio de negociação, o assentamento de muitas famílias em duas áreas, a Macali e a Brilhante. Como outros ficaram para trás, por isso, no fim do ano de 1980 até maio de 1981 se forma o acampamento da Encruzilhada Natalino. Foram muitos os enfrentamentos, pois estava ainda dentro da ditadura militar, no entanto, essa luta foi ganhando aliados. Em 1982, na 5ª Romaria da Terra, realizada na Encruzilhada Natalino, foi anunciado pelas entidades, bispos, padres, sindicatos uma solução provisória para sair da beira da estrada com a compra de uma área de 108 hectares em Ronda Alta. O planejamento e o fortalecimento da organização dos camponeses sem terra se intensificam nesse período. No entanto, havia muita gente sem terra e Pe Arnildo foi muito importante também na organização da ocupação da Fazenda Annoni em 1985. Antes, num encontro em Cascavel no Paraná, ajudou no nascimento do MST no dia 19 de janeiro de 1984 como resultado de um conjunto de todas essas lutas.

Enfim, Pe Arnildo é um personagem muito importante para falar da Reforma Agrária no Rio Grande do Sul. Segundo nosso entrevistado “a questão da distribuição da terra mexe no coração do sistema capitalista”. E para mexer com o coração do sistema é preciso força, organização e animação. Pe. Arnildo afirma que “a gente entendeu logo que tem que animar as pessoas, porque eles desanimam facilmente. E, duas formas de animação, importantes nesse processo, é a questão religiosa e a mística, é o canto e a animação da música”. Pe Arnildo complementa que as músicas “foram vertendo no meio da luta. Era justamente cantar aquilo que estava se vivendo”.

Pe. Arnildo também lembra que Adão Preto tinha facilidade de fazer versos, trova e encantava a luta. Assim também entrou o Antônio Gringo onde ao mesmo tempo que eles ajudavam a transformar o movimento, também eram transformados.

Nosso pessoal na luta sempre foi muito ligado a essas músicas mais populares e o Cenair Maicá era um dos que foi muito acompanhado nas rádios, porque o povo tinha rádio. Então esses cantores eram já conhecidos e se tornavam mais conhecidos. E eram as músicas que animavam o povo a continuar a luta (Pe. Arnildo Fritzen, 2025).

Pe. Arlindo reforça outro ponto importante, antes da presença dele como vigário de Ronda Alta, que foi o Master⁷ na década de 1960. O Master foi muito importante aqui nessa região do grande Sarandi porque foi ele que criou uma consciência de que a gente tem direito à terra, afirma Pe. Arnildo. Tedesco e Carini (2007, p. 132) seguem na mesma direção afirmando que o Master serviu como “des-

⁷ Movimento dos Agricultores Sem Terra. Ver mais em TEDESCO, João Carlos e CARINI, Joel João. **Conflitos Agrários no Norte Gaúcho 1960-1980**. EST, Porto Alegre, 2007.

perdador de consciência política no meio camponês”. O Master, foi na época do Brizola, antes do golpe militar num acampamento em Ronda Alta que teve a participação muito importante do prefeito de Nonoai - Jair de Moura Calixto. Com o Calixto muitos pobres fizeram o acampamento. O problema é que os pequenos quase não ganharam, mas o Master criou uma consciência que ficou na região. Ficou um consenso na região de que a gente lutando tem direito a terra.



Figura 4. Tedesco, Arnildo e Miguelangelo. Fonte: Acervo pessoal de Miguelângelo Corteze.

Na terceira parte da aula foi apresentada a biografia de Cenair Maicá, personagem central da pesquisa, acompanhada de uma de suas músicas que tratam da questão agrária conhecida como “*Homem rural*”. Cada estudante precisava anotar no caderno um verso dela para a realização da atividade final coletiva de avaliação prevista de recriar e reescrever um verso relacionando com a realidade do curso de agronomia, com a história do MST e da sua própria comunidade. Estimulado pela criatividade, mas com objetivo artístico e político, a dinâmica deveria motivar a análise da letra para encontrar conexões dessa letra conforme trecho abaixo.

Trabalhando, trabalhando não viu a vida passar,
o suor que regou a terra nem sementes viu brotar.
Trabalhando, esperando, enfrentando chuva e sol,
enxada na terra alheia, nunca traz dia melhor
(Maicá, 1980)⁸.

A música, nesse contexto, representava muitos significados e são eles que estão sendo provocados como um convite à reflexão. Através da crítica sobre a vida dos trabalhadores rurais, suas lutas e suas penosas rotinas, especialmente dos camponeses sem terra, vendo seu trabalho na terra alheia trazer quase nada, nem a esperança de um futuro melhor, servia também de um chamado para ficar em pé. Como os estudantes interpretam e qual a reação diante daquele cenário que ampliava o êxodo rural, ao mesmo tempo de uma realidade urbana igualmente cruel? A música é mais do que um grito de protesto contra aquelas injustiças, dando um novo sentido na luta pela terra de procurar outros caminhos.

Na sequência a aula prosseguiu com o apontamento de uma das principais referências da pesquisa conhecido como Tau Golin⁹. O retrato que segue é um encontro com Tau Golin em Passo Fundo em busca de material documental para a pesquisa. O professor Golin tornou-se um personagem central na crítica ao Movimento Tradicionalista Gaúcho a partir da década de 1980, principalmente com a publicação da “Ideologia do gauchismo” (1983). Nesse livro o autor destaca o papel fundamental da ideologia em fazer predominar ideias

⁸ Música “Home Rural” de Cenair Maicá, ano de lançamento 1980, LP Caminhos.

⁹ Historiador e jornalista. Pós-doutor em História pela Universidade de Lisboa (2010), pós-doutor em História pela Universidad de la Republica - Uruguay (2018), doutor em História ibero-americana pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2000), mestre em História do Brasil pela PUCRS (1996), graduado em História pela UFRGS/1994. Professor dos cursos de graduação em História e Comunicação da UPF desde 1996.

correspondentes a um tempo passado, claramente delimitado e falseado historicamente, sendo utilizado pelos tradicionalistas na atualidade aquele mesmo “palco rural” diante de uma sociedade marcada pelo modo de produção capitalista, industrial e urbano. O grande problema nesse modelo de tradicionalismo do MTG, com o predomínio da ideologia de conteúdo latifundiário, está no fato de impedir a criação de uma arte que seja reflexo crítico do real para aquele camponês que precisou mudar para a cidade.



Figura 5. Tau Golin e Miguelângelo Corteze, Passo Fundo, 2025. Fonte: Arquivo Miguelangelo Corteze.

Uma arte dominada pela ideologia de conteúdo latifundiário nasce com a reprodução duplamente dominante: a dominação do camponês no “palco rural” apeia na cidade com uma explicação *lógica e coerente* de um mundo hipoteticamente “maravilhoso”; e no centro urbano não possibilita o desenvolvimento de uma arte que seja o reflexo “crítico do real” (GOLIN, 1983, p.12).

A contribuição de Golin é potencializada quando levarmos em conta sua participação na trajetória de alguns artistas, em especial de Cenair Maicá, que também não concordava com os rumos que o MTG estava tomando. Dessa relação foi produzido na década de 1980 documentos gravados que, por mais de 40 anos permaneceram conservados, e agora vem a público de forma inédita. São fitas de rolo

de um precioso acervo com músicas missioneiras e latino-americanas, poesias e apresentações em shows realizados no município de Santa Maria, RS, organizados por estudantes universitários, com apoio total do Programa Continente Latino-americano, apresentado por Golin, na Rádio Imembuí.

Foi possível observar que depois de um criterioso estudo sobre essas fitas tratava-se de fato de um documento precioso, pois entre-meio às letras, ficava claro que esse estilo de música procurava questionar a ideologia pausteurizada do tradicionalismo oficial, enquanto apresentava uma arte real e autêntica que traduzia uma representação das contradições sociais, como por exemplo, da questão agrária de muita terra sem gente e muita gente sem-terra. Dentro das gravações estavam presentes uma possibilidade fantástica de “mergulhar” nessa época para analisar e dialogar sobre o seu conteúdo e como a música missioneira se relacionava com a questão agrária.

Foi através desse material que o problema da pesquisa em encontrar conexões do novo estilo musical e cultural com os movimentos rurais camponeses que se organizavam no início da década de 1980 na Encruzilhada Natalino e em 1985 com o assentamento da Fazenda Anonni, onde está localizado o Instituto Educar, foi tomando corpo.

Em seguida a aula prosseguiu com outra música de Cenair Maicá conhecida pelo nome “*Da terra nasceram gritos*” e seguiu a mesma metodologia em que os estudantes anotavam um verso para reescrever depois. A letra pontuava como muitos trabalhadores rurais ficaram marginalizados do acesso à terra como tropeiros, ervateiros e chibeiros e possibilitava enxergar a representação de como os movimentos rurais camponeses se sentiram mais fortalecidos na luta pela reforma agrária, também a partir da música.

Mataram meus infinitos,
e me expulsaram dos campos;
da terra nasceram gritos,
dos gritos brotaram cantos!
(Maicá, 1988)¹⁰.

Essa música, missioneira na essência, declarava pela resistência e pelo protesto o fortalecimento dessa identidade dos trabalhadores rurais, expulsos de suas terras numa realidade de muito sofrimento, mas também de organização e luta. Os “gritos” que se transformavam em “cantos” não apenas problematizam aquele sofrimento, mas questionavam a distância social entre pobres e ricos dentro duma estrutura fundiária que concentrava terras: “tanta terra e pouco dono”. Ao final destacava “as espigas do seu canto” e falava a linguagem camponesa, pois na espiga estão as sementes de esperança de que a luta pela terra e pela justiça continuava viva. Benoni Ângelo Bottega em entrevista à Portalete (2021, p. 125) afirmava: “o sonho de Cenair Maicá era ver os índios bem, no lugar dele. Para falar a verdade, o sonho de Cenair Maicá era esse movimento sem-terra. [...] qualquer brasileiro tem o direito de ter um pedaço de terra, pedaço de chão”.

Depois de um tempo para reescrita de um verso ou poesia sobre as músicas ouvidas, a produção foi compartilhada e comentada. Ao mesmo tempo, acompanhada pela gaita de 120 baixos, um violão e um bатуque, todos foram convidados a cantar três músicas. Primeiro saiu o “Baile do sapucay” do Cenair Maicá que falava do caráter latino-americano dessa região e daquela realidade social e cultural que “hermanava castelhano e brasileiro na fronteira”. Em seguida “Coisas

¹⁰ A música “Da Terra Nasceram Gritos” foi lançada no álbum coletivo “Troncos Missioneiros” em 1988 é de autoria de Jayme Caetano Braun, Cenair Maicá, Nito Padilha e Maestri Buri. O disco também conta com a participação de Jayme Caetano Braun, Noel Guarany e Pedro Ortaça.

do meu rincão” de José Mendes. Cenair Maicá por um tempo foi gaieteiro e cantou com esse artista. A letra falava de um camponês que teve que abandonar contra sua vontade o seu rincão, porque enxergou que era explorado, sentindo-se muito cansado da vida que levava um peão. Trabalhava noite e dia e não pagavam quase nada, por isso ele lembrava das coisas do rincão e tinha dificuldade de se adaptar na vida da cidade. A terceira música foi “Morocha não” do cantor Leonardo (Gaúcho) que fez ela em resposta da música machista “Morocha” apresentada na Coxilha Nativista de 1984 em Cruz Alta. Leonardo apresentava sua crítica ao machismo e à falta de respeito com as mulheres dentro do contexto do tradicionalismo gaúcho.

Entre uma música e outra, os estudantes no coletivo apresentaram seus trabalhos. Cada apresentação de um grupo era seguida de animação com palmas, gestos, sorrisos, demonstrando o poder comunicativo da música na valorização da criatividade e da enorme capacidade de relacionar essas letras com a realidade do MST, como segue alguns trechos abaixo:

- “Sangra o passado mal contado, que brota em mil canções”.
- “A terra fala, ela grita, por um povo, por justiça”.
- “A voz que resiste é semente em canção”.
- “Trabalhou a vida inteira, sem ver o fruto nascer. Na terra que não era sua, plantou suor sem colher, mas guarda no coração, o sonho de pertencer”.
- “No silêncio do chão ferido, germinou um grito inteiro, voz de sementes caladas, eco de um povo guerreiro”.
- “A luta só vai acabar, na conquista dos Sem Terras, por reforma agrária popular”.
- “Nas terras conquistadas a esperança vai brotar, com a força camponesa ninguém vai nos calar”.

- “Expulso, eu canto. Existo no eco. Sou semente de pranto que germina no seco”¹¹.

No final, depois de ouvir as apresentações a conclusão foi de que elas de fato se comunicavam com o MST e significavam muito mais do que apenas animação para a luta dos camponeses e camponesas. Os jovens estudantes de agronomia, como filhos e filhas de assentados, demonstraram através dessa atividade aparentemente simples, mas com grande significado, de que essas músicas, assim como a mística do MST, possuíam um valor simbólico como formas diferentes, mas complementares, que traduziam um componente importante da vida daqueles que lutam por reforma agrária. Representavam um valor imaterial que fortalecia a luta desse contexto agrário transformado em música, poesia e mística. A atividade demonstrou que a música missionária não tem a pretensão de ser a voz desses camponeses e camponesas, porque eles têm sua própria voz, como sujeitos históricos que compreendem através da formação própria do movimento, seu papel na transformação do mundo, mas ficou claro que ela é mais um elemento de resistência e apoio.

A música “Baile do Sapucaý”, como dito antes, foi tocada e cantada com gaita, violão e batuque. Mas, uma parte importante faltou. Quem não sabia o *grito do sapucaý*, aprendeu. E ao final, depois desse grito, os estudantes em pé, soltaram em coro, levantando um dos braços com o punho fechado: “Reforma Agrária, urgente e necessária”.

¹¹ Produção coletiva, curso agronomia 2025/01. Autorização de uso Instituto Educar.

Referências

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Incra e UFFS/Instituto Educar lançam processo seletivo para 40 vagas de agronomia. Brasília, DF, [s.d.]. Disponível em: <<https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/noticias/incra-e-uffs-instituto-educar-lancam-processo-seletivo-para-40-vagas-de-agronomia>>. Acesso em: 2 nov. 2025.

GOLIN, Tau. **A ideologia do gauchismo**. Porto Alegre: Tchê, 1983.

PORTALETE, Valter. **Terra e cidadania na obra de Cenair Maicá**. -2 ed. – Santo Ângelo: Metrics, 2021.

SANTOS, Josene A. dos. **A formação no Instituto Educar e suas contribuições para o território camponês**. Monografia apresentada ao Curso Especial de Graduação em Geografia (Licenciatura e Bacharelado), do Convênio UNESP/INCRA/Pronera, 2011.

STEDILE, J.P. e FERNANDES, Bernardo Mançano. **Uma porta de entrada para conhecer o MST**. In: SUSIN, L.C. Terra prometida: movimento social, engajamento cristão e teologia. Rio de Janeiro: Vozes, 2001. p. 109-130.

TEDESCO, João Carlos e CARINI, Joel João. **Conflitos Agrários no Norte Gaúcho 1960-1980**. EST, Porto Alegre, 2007.

Entrevistas diretas:

Campigotto, Maria Salete. **Diretora do Instituto Educar. Entrevista realizada em Pontão, RS**, 05 de agosto de 2025.

Dutra, Olívio. **Entrevista realizada em Porto Alegre**. 28 de agosto de 2025. Olívio Dutra, nascido em Bossoroca, RS, 1941, foi prefeito de Porto Alegre, Governador do Rio Grande do Sul pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e Ministro das Cidades do governo Lula. Como missioneiro e sindicalista acompanhou a trajetória dos Troncos Missioneiros e dos Movimentos Rurais Camponeses entre as décadas de 1960 e 1980.

Fritzen, Arnildo. **Entrevista realizada na Paróquia São José Operário**. Passo Fundo, RS, 16 julho 2005. Padre Arnildo, 82 anos, atualmente Vigário dessa paróquia, foi um dos principais intelectuais orgânicos dos movimentos sociais agrários que culminaram com a criação do MST.

A escola como rugosidade: primeira casa familiar rural de Santa Catarina de Quilombo

ALEX RUAN VEDOVATTO KUCMANSKI

Com a resistência entre campo e cidade, o presente trabalho analisa os projetos políticos de permanência das famílias no campo durante os anos de 1960 até 2024, uma destas políticas foram a construção de escolas nas comunidades agrícolas, e a outra mais no final do século XX e começo do XXI a construção de Casas Familiares Rurais (CFRs). Entre tanto as transformações sociais e políticas desde 1960 até hoje, essas escolas acabaram constituindo uma memória de resistência ao êxodo rural.

Usando fontes como fotografias, para mostrar as transformações e permanências destas estruturas nas paisagens, no oeste de Santa Catarina, especificamente na cidade de Quilombo-SC o uso de conceitos como rugosidades como Milton Santos (2006) nos mostra:

As divisões anteriores do trabalho permitem rever as formas herdadas segundo uma lógica que as restabelece no momento mesmo de sua produção. As rugo-

sidades, vistas individualmente ou nos seus padrões, revelam combinações que eram as únicas possíveis em um tempo e lugar dados (SANTOS, p.92, 2006).

Também usando referencial teórico sobre arqueologia, principalmente arqueologia da paisagem, pois com o tempo uma dessas escolas acabou sendo abandonada, por conta da abolição das escolas multiseriadas, que também auxiliam o combate ao êxodo rural, e a Casa Familiar Rural (CFR) que é a outra estrutura a ser analisada aqui neste trabalho, desde sua fundação em 1992 ela vem sofrendo constantes transformações físicas, sendo que desde sua inauguração até hoje a estrutura e sua lógica de ensino também sofreram alterações marcantes.

Mas com o tempo essas duas estruturas que acabam sendo vizinhas uma da outra, elas também compartilham a história contra o êxodo rural e como isso torna, muito relevante para a continuação, ou como é conhecida a 'sucessão familiar'. Essa sucessão é o que transformou a economia rural no Brasil hoje. Com tudo além da permanência essas escolas além de ter esse propósito da continuidade dos filhos no campo, elas têm características únicas que as diferem uma da outra, como exemplo uma escola trabalhava na lógica multiseriada, já a outra trabalha na pedagogia da alternância e com curso técnico nas áreas agrônomas.

Além disso, durante muito tempo uma dessas escolas acabou sendo abandonada, usando um aporte teórico interdisciplinar, com a geografia histórica e com a arqueologia e patrimônio, a questão central e o uso destas estruturas como símbolo da resistência contra o êxodo rural, e compreender como a CFR Santo Agostinho também se encaixa nesse rol de patrimônio, mesmo em pleno funcionamento até hoje.

Usando o conceito de patrimônio como os de Funari e Pelegrini (2006) aborda, sendo algo coletivo e simbólico, trazendo também a arqueologia da paisagem ou paisagem cultural (RIBEIRO.2007), são os aportes teóricos que serão utilizados para a análise neste trabalho.

As escolas como projeto contra o êxodo rural

Em 1991, na cidade de Quilombo-SC, começa a construção de uma escola que até então no estado de Santa Catarina, era uma novidade, que é a Casa Familiar Rural Santo Agostinho, que foi inaugurada em 1992/93. A Imagem 1 mostra a localização do município no espaço geográfico do estado de Santa Catarina.

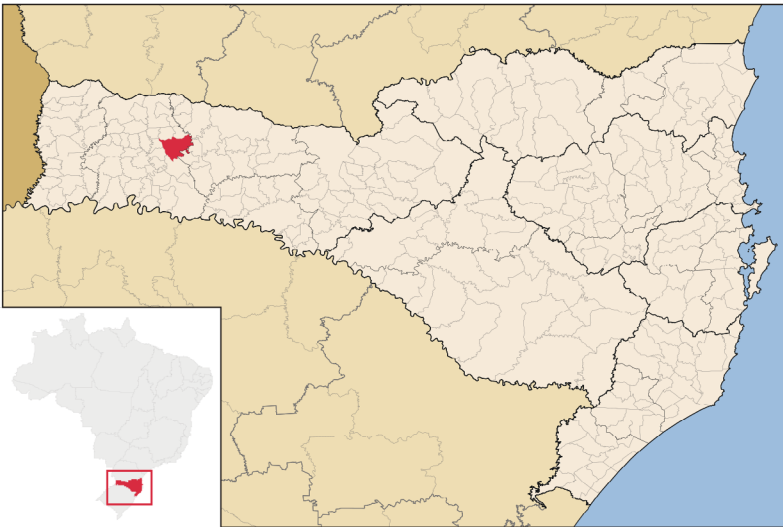


Imagem 1. Mapa de Santa Catarina com município de Quilombo destacado. Fonte: Wikipédia.

Mas olhando mais perto da paisagem do local a ser analisado, deparamos com a escola CFR Santo Agostinho inaugurada em

1992/93, mas na frente dela existe uma estrutura escolar que provavelmente foi construída nas décadas de 1960/70 como mostra a Imagem 2 mostram a localização da atual CFR Santo Agostinho, não só isso mas mostra uma outra escola que provavelmente foi construída nas décadas de 1960/70, que na imagem está na frente da capela da mitra diocesana de Chapecó, ambas localizada na Linha Sachet em Quilombo-SC.



Imagem 2. Foto aérea das escolas na linha Sachet em Quilombo-SC. Fonte: Google Maps.

Nesse primeiro momento vai ser trabalhado um pouco as características destas duas escolas, pois ambas têm o mesmo objetivo, que é a sucessão familiar no campo. Mas não só a sucessão, mas também a alfabetização dos filhos dos donos das pequenas propriedades do campo (ZOTTI, SCHWINGEL. 2020).

Mas além disso essas escolas têm suas características que as diferenciam uma da outra, tirando a parte física que vai ser tratada em outro momento. Uma trabalha na pedagogia da alternância (PA)

(MONTEIRO,2017), que é uma lógica de ensino onde uma parte dos estudantes ficam em casa, aplicando na prática os conhecimentos adquiridos nas semanas anteriores, e a outra na escola, passando a semana inteira em alojamentos e com aulas de manhã até de tarde.

Já a outra escola trabalhava no molde multiseriada, muito presente hoje em dia mas que nos anos de 1950 até 1970 era o padrão nas escolas do campo, essa lógica trabalha não como a CFR Santo Agostinho, mas sim de uma forma em que há quatro turmas diferente na mesma sala, parecido como ocorre hoje na educação de jovens e adultos, só que no campo entre 1 ano e 4 ano do ensino fundamental.

Mas com o tempo essa última escola, acabou sendo abandonada na paisagem assim como outra no oeste de Santa Catarina, muito por conta do êxodo rural e o aumento das cidades e a industrialização que estava pujante entre os anos de 1980/90, onde que os filhos de donos de pequenas propriedades e os próprios donos acabaram saindo do meio rural para ir morar na cidade.

Observa-se, até 1980, um crescimento absoluto do saldo populacional que deixou as áreas rurais. Aproximadamente 40% da população que vivia nas áreas rurais no começo dos anos 70 migrou nesta década. O fluxo que deixou o campo nos anos 80 também foi expressivo: um terço de todos os que viviam no meio rural em 1980, dali saíram durante o período, o que representou aproximadamente, 13 milhões de pessoas. (ABRAMOVAY, CAMARANO. 1998).

Nos anos de 1990 até 1995 o processo migratório já estava na casa de 5.5 milhões (ABRAMOVAY, CAMARANO. 1998). Isso mostra uma consequência muito gritante na questão das escolas multiseriadas no campo, que o completo abandono e desuso dessas estruturas.

E esse caso não é isolado ou especialmente das escolas multiseriadas, mas também com o aumento do êxodo rural no Brasil, o mesmo pode ocorrer com as CFRs e principalmente com a CFR Santo Agostinho, pois com o aumento da industrialização no Oeste as cidades começa a se tornar mais atrativo para os mais jovens,¹ e quanto isso a população do campo continua envelhecida.²

Do abandono as transformações, e ressignificações

Com toda essa migração populacional, que ocorre no nosso país desde o século XIX até hoje, e com o empenho de construir escolas para combater esse êxodo rural valorizando a sucessão familiar no campo. Geram abandonos e ressignificações de escolas no campo, em alguns casos se tornando rugosidades, na paisagem agrícola.

No Oeste este tipo de paisagem escolar, ou escolas em estado de abandono é comum, pois isto mostra como ocorreu o processo de educação dos filhos de pequenas propriedades aqui no Oeste. Mas há escolas que não foram praticamente abandonadas, mas sim ressignificadas Martinello (2016), que não é o caso da escola multiseriada que estamos analisando, no caso dela foi o abandono total como mostra a imagem 3 onde que mostra a escola de frete, e percebe-se a ação do tempo na estrutura e nos vidros quebrados.

¹ [s.d.]. Disponível em: <<https://portaleventos.uffs.edu.br/index.php/HD/article/view/22536/15781>>

² Estudo revela 60 anos de transformações sociais no país | Agência de Notícias. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/13300-asi-estudo-revela-60-anos-de-transformacoes-sociais-no-pais>>.



Imagem 3. Foto frontal da escola que fica em frente a CFR Santo Agostinho. Fonte: Foto tirada pelo Autor.

Com essa imagem tirada em 2024, podemos perceber essa ação do tempo, mas há uma imagem que é a número 4 onde mostra a ação do tempo e também a permanência desta estrutura no espaço geográfico da linha Sachet em Quilombo-SC.

Mas além desta permanência, uma rugosidade se define também como sendo algo herdado, assim como um patrimônio “o meio ambiente construído constitui um patrimônio que não se pode deixar de levar em conta, já que tem um papel na localização dos eventos atuais” Segundo Santos (2006, p. 92). Nesta situação então estas escolas multiseriadas consistem em um patrimônio que se mostra como símbolo contra o êxodo rural.

Entretanto CFR Santo Agostinho, se encaixa como uma rugosidade ressignificada, pois com o tempo a paisagem ao redor dela acabou modificando-se, e sua lógica não de ensino, mas sim a sua parte física, mudou desde sua inauguração em 1992/93, até hoje. Caracterizando a parte da ressignificação, que são as permanências, mas há modificações durante o tempo ou mudanças de usos (SANTOS, 2002).

Ao contrário da escola que fica afrente a CFR Santo Agostinho e da capela da comunidade, essa estrutura da imagem número 3, como

não há muitas fontes sobre ela, de sua inauguração a base de datas está na sua arquitetura baseada em uma escola rural de duas salas que na PLAMEG Ivo da Silveira mostra os dados de construção destas escolas no período dos anos de 1961 até 1970, ao contrário da CFR Santo Agostinho, que sendo a primeira casa familiar do estado de Santa Catarina, existe uma gama de fontes sobre a sua fundação e também de sua inauguração, a imagem 4 mostra uma placa de inauguração junto com a titulação de ser a primeira CFR do estado de Santa Catarina.



Imagem 4. Placa de Inauguração da CFR Santo Agostinho. Fonte: Foto tirada pelo Autor.

Mas com o tempo desde sua inauguração em 1992, esta escola modificou-se tanto, que hoje ela se torna uma rugosidade. Esta modificação ocorreu também na organização do espaço interno da CFR Santo Agostinho, onde hoje as salas de aula ocorrem no espaço ao lado da escola que na imagem 1 está com os telhados de telha e não de Brasilit.

Essas modificações ou transformações, em seu espaço e também na forma de uso, Martinello (2016), nos indaga que permanecia de rugosidades, nesse sentido podemos pegar o conceito de paisagem cultural de Ribeiro (2007) isso pode se considerar como uma paisagem no ponto de vista do patrimônio, tanto que esta lógica, não ocorre só em Quilombo-SC mas também em outros municípios do oeste, neste sentido pegando o recorte espacial que este trabalho tem como finalidade analisar, a primazia com o tema é mostrar um panorama destas transformações que no caso da escola da imagem 3 não será possível por enquanto, mas da CFR Santo Agostinho está podemos fazer um parâmetro temporal que são as imagens 5,6 e 7 onde mostra estas transformações graduais desde 1991 na inauguração até 2024.



Imagem 5. Foto da CFR Santo Agostinho em 1991. Fonte: Monteiro 2017.



Imagem 6 Foto da CFR Santo Agostinho em 2016. Fonte: Fonte: Monteiro 2017.



Imagem 7 Foto da CFR Santo Agostinho em 2024. Fonte: Foto tirada pelo Autor.

Entretanto, analisando todas as imagens e tudo o que foi posto, ainda podemos chamar essas estruturas em rugosidades aos moldes do conceito de Santos (2002) e Martinello (2016). A resposta disso é deveras animador, pois para Milton Santos (2002) ele trata as rugo-

sidades como herança e divisões do trabalho sendo ele no passado e atual, onde que o atual tende de seguir as mesmas lógicas do passado, aí que vem as similaridades das duas escolas, que é o combate ao êxodo rural, mas que isoladas elas nos mostram especificidades únicas. Mas como um arranjo no mesmo espaço elas nos trazem formas semelhantes desta divisão do trabalho e também do símbolo, herança que ambas as escolas trazem, aí que vem a visão patrimonial das rugosidades que já foi posto.

Segundo Martinello (2016). Por conseguinte, podem existir várias rugas originadas de diferentes épocas alocadas no mesmo espaço. Martinello (2016) vai além do espaço mas também ele nos mostra que as diferentes rugas ou rugosidades elas podem não ter a mesma ideia no começo e assim modificando-a, espacialmente e também em seus usos, ou formas de usos no espaço trazendo para escolas, a da imagem 3 nos mostra a permanência de uma rugosidade já nas imagens 5,6 e 7 mostra a CFR Santo Agostinho modificando-se fisicamente, mas junto com a imagem 1 mostra outra estrutura mais nova onde hoje compreende as salas de aula, onde que Monteiro (2017) nos diz que em sua inauguração em 1992 a escola funcionava em sua plenitude na estrutura das imagens 5,6,7 onde que hoje não funciona as sala de aula.

Martinello (2016) traz uma contribuição importante para discussão que é às resistências, aqui ele não só mostra no âmbito físico mas mostra nas divisões sociais, assim como Santos (2002) traz como contribuição os espaços herdados e paisagem como patrimônio, onde que Ribeiro (2007) nos mostra a paisagem cultural, aí que esse tema nos provoca a ter um outro questionamento. Podemos usar essas escolas além de rugosidades, mas também como patrimônio.

Considerações finais

Com o passar da reflexão muitas, situações sobre essas rugosidades, nos deixam inquietos, ou nos fazem provocações para compreender elas em suas especificidades, mas também no arranjo espacial, pois como um símbolo contra o êxodo rural no passado, encontra um símbolo do presente do combate a migração do campo a cidade, essa pergunta podemos jogar no acaso, mas o importante e se elas podem ser sim uma rugosidade ou até mesmo patrimônio cultural.

Segundo Funari e Pelegrini (2006) um patrimônio, se constitui sendo uma mescla de um símbolo, onde que este símbolo representa o coletivo. Sendo assim desde 2021 em Chapecó-SC³, em 2026 no município de Saudades-SC⁴ escolas vem se tornando parte integrante do patrimônio municipal, com essas escolas não seriam diferentes pois com o tempo essas estruturas com o enfrentamento ao êxodo rural acabam sendo um símbolo de resistência ou até mesmo, um símbolo cultural que não existe só em Quilombo-SC, mas também no oeste de Santa Catarina, ou até mesmo na esfera estadual também.

³ Prédio de escola mais antiga de Chapecó se torna patrimônio público. Disponível em: <https://ndmais.com.br/cidadania/predio-de-escola-mais-antiga-de-chapeco-se-torna-patrimonio-publico/> . Acesso em: 23 abr. 2026.

⁴ Antiga escola desativada passa a integrar patrimônio de Saudades após acordo com o Estado. Disponível em: <https://rco.com.br/noticias/saudades/antiga-escola-desativada-passa-a-integrar-patrimonio-de-saudades-apos-acordo-com-o-estado> . Acesso em: 23 abr. 2026.

Referências

ABRAMAVOY, Ricardo; CAMARANO, Ana Amélia, Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. *Rev. Bras. Estudos Pop.* Brasília, 15(2), 1998.

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-normaatualizada-pl.pdf>.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm.

FUNARI, P.P. e PELEGRINI, C.A. **Patrimônio Histórico e Cultural.** Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

MARTINELLO, André de Souza. **Geografia histórica, discursos espaciais e construção territorial em Santa Catarina.** 2016, 243 fl. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2016.

MONTEIRO, Luiz Paulo. HISTÓRICO DA PRIMEIRA CASA FAMILIAR RURAL EM QUILOMBO SANTA CATARINA: A CONSTRUÇÃO DA CASA FAMILIAR RURAL SANTO AGOSTINHO E A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA. **PEGADA-A** Revista da Geografia do Trabalho, v. 18, n. 3, 2017.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem cultural e patrimônio.** Rio de Janeiro: Iphan, 2007.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço.** São Paulo: EdUSP, 2006.

SANTA CATARINA, GOVERNADOR. **PLAMEG Governo Ivo Silveira: 1966 - 1968.** Florianópolis, 1969.

ZOTTI, Solange Aparecida; SCHWINGEL, Francini Coelli Schneider. Trajetória de professores das escolas multisseriadas do Município de Concórdia/SC e suas práticas educativas (1950-1970). *Quaestio-Revista de Estudos em Educação*, v. 22, n. 3, p. 795-822, 2020.

Retalhos que contam: entrelaçando experiências no ensino de Ciências Humanas com o uso de Literatura para crianças

GERSON JUNIOR NAIBO
JANAINA GABY TREVISAN

A admiração pelas inter-relações entre ciência e literatura — bem como por outras formas de expressão artística, a exemplo da música e da costura — emergiu para mim, Gerson Junior Naibo, enquanto primeiro autor deste texto, durante o processo de mobilidade acadêmica nacional realizado na Universidade Federal do Ceará (UFC), em Fortaleza (CE), no primeiro semestre de 2018. Naquela ocasião, tive a oportunidade de conhecer as pesquisas desenvolvidas pelo professor Dr. Tiago Vieira Cavalcante, especialmente sua tese de doutorado, intitulada *Geografia literária em Rachel de Queiroz*, defendida em 2016 na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), *Campus* de Rio Claro¹. Esse primeiro contato não apenas suscitou interesse, mas também promoveu um movimento de aproximação com

¹ Três anos depois, a tese de doutorado deu origem ao livro homônimo: *Geografia Literária em Rachel de Queiroz* (Cavalcante, 2019).

estudos e investigações ancorados na perspectiva cultural, cujos dobramentos ultrapassaram o âmbito estritamente acadêmico².

Nesse percurso, atravessado por experiências pessoais e afetivas, a relação com a literatura foi se resignificando. Com o passar do tempo, e particularmente sob a influência e as recomendações de uma amiga próxima, assim como de acontecimentos situados na esfera da vida pessoal, aproximei-me da escrita poética como forma de elaboração da dor e, posteriormente, da literatura para crianças, que passou a se constituir, de modo gradual, como um campo central de interesse. Tais aproximações culminaram, em 2025, na participação no curso de Extensão Universitária, na modalidade Difusão, intitulado *Lendo a poesia de João Cabral de Melo Neto*, ofertado no âmbito dos Cursos de Verão da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP). A partir desse envolvimento e da compreensão de suas múltiplas potencialidades epistemológicas, passei a incorporar a literatura para crianças às aulas das disciplinas de Ciências Humanas e Geografia ministradas na rede pública de ensino de Santa Catarina, tanto no Ensino Fundamental (anos finais) quanto no Ensino Médio³.

É precisamente desse deslocamento — da experiência pessoal à sua inflexão pedagógica — que emerge a opção por uma abordagem literária na construção deste texto. Assim, optamos por estruturá-lo

² Certamente, não cabe, nos limites deste texto, um aprofundamento dessa discussão; contudo, importa destacar que tal relação se apresenta de maneira mais complexa e abrangente em minha dissertação de mestrado (Naibo, 2024).

³ Atualmente, na Educação de Jovens e Adultos (EJA), a área de Ciências Humanas é ofertada de forma integrada, enquanto, no ensino regular, a Geografia permanece organizada como componente curricular específico. Tal configuração ocorre tanto no Ensino Fundamental — anos finais — quanto no Ensino Médio. No âmbito do ensino regular, essa organização curricular tensiona-se com as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018) e do Currículo Base do Território Catarinense (Santa Catarina, 2020), documentos que, na etapa do Ensino Médio, passam a reconhecer as habilidades por áreas do conhecimento, e não mais de forma fragmentada entre disciplinas específicas.

por meio de uma narrativa não linear, como estratégia para expressar a pluralidade de experiências mobilizadas. Tal inflexão decorre da incorporação de uma nova voz à escrita: a da minha amiga e pesquisadora Janaína Gaby Trevisan, cuja participação amplia e tensiona os horizontes interpretativos aqui delineados. Cabe destacar que uma das conexões entre nossas trajetórias, modos de percepção e compreensão do mundo, foi potencializada pelas contribuições interdisciplinares do *Grupo Cultural Geoartistas: Arte em Geografia, Geografia em Arte*, da Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus* Chapecó, coordenado pela professora Dra. Adriana Maria Andreis.

Nessa direção, em consonância com o convite de Gerson Junior Naibo, insiro-me, enquanto segunda autora deste texto, na tessitura desta narrativa, articulando vozes que evidenciam as potencialidades do ensino de Ciências Humanas — em especial da Geografia — como campo fértil para a construção de práticas didáticas integradas ao fazer arte, bem como à produção de sentidos para e pela vida. A amizade que sustenta este encontro também se configura como elemento propulsor para a imaginação e a concretização de possibilidades no âmbito da Educação Básica, espaço no qual ambas as trajetórias profissionais se inscrevem. Assim, o texto constitui-se como um entrelaçamento de experiências, sonhos, proposições pedagógicas e elaborações produzidas no cotidiano da sala de aula — espaço marcado por complexidades, contradições, desafios e, também, por possibilidades de encantamento.

Mas de que modo se constitui esta reflexão, que se pretende simultaneamente poética, literária, artística e científica? Sua gênese remonta ao dia 17 de junho de 2025, durante a Oficina 4: *A criança, o lugar e o conhecimento escolar: livros, espacialidade e produção de sentidos por meio da literatura infantil*, ministrada pela professora Dra. Maria Amélia Dalvi. A atividade integrou a programação do *I En-*

*contro Nacional sobre Política Educacional, Currículo e Práticas Pedagógicas Escolares: o contexto neoliberal, a educação escolar e a formação para a cidadania – desafios, entraves e resistências*⁴, realizado na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), *Campus Goiabeiras*. Foi nesse contexto formativo que emergiu a necessidade de sistematizar, em termos analíticos, as experiências aqui discutidas.

Considerando esse percurso, o presente trabalho tem como objetivo refletir sobre as potencialidades da articulação entre literatura para crianças e ciência na abordagem de conteúdos curriculares da Educação Básica, com vistas à construção de práticas pedagógicas significativas. Para isso, partimos do entendimento de que “uma aprendizagem significativa só ocorre quando os conteúdos estudados permitem que o aprendiz produza um conhecimento ao se apropriar da compreensão dos fenômenos para além de simplesmente tê-los como informativos” (Callai, 2020, p. 60). Nessa perspectiva, a integração entre diferentes campos do conhecimento e experiências amplia as possibilidades didáticas e formativas da prática pedagógica, favorecendo processos de aprendizagem comprometidos com a formação crítica e cidadã dos estudantes.

Para esta reflexão, de natureza qualitativa (Godoy, 1995a; 1995b), toma-se como base um relato de experiência referente a uma prática pedagógica desenvolvida durante o primeiro trimestre letivo de 2025, no âmbito da disciplina de Geografia, junto a duas turmas do 2º ano do Ensino Médio, inseridas em contextos socioespaciais distintos, embora geograficamente próximos. Uma das turmas pertence à Escola de Educação Básica Jorge Lacerda, localizada na comunidade de Linha São Brás, no município de Palmitos (SC); a outra, à Escola de Educação Básica Dom Pedro II, no município de Caibi (SC). A

⁴ Para ter mais conhecimentos sobre o evento, vide: <https://encr.pw/nQdGz> (link encurtado). Acesso em: 29 jun. 2025.

prática pedagógica em questão será apresentada, de forma sintética, na seção seguinte, com o objetivo de subsidiar a análise proposta.

Contando histórias e tecendo vidas...

A produção de sentidos e de significações no âmbito das competências e das habilidades curriculares configura-se como um desafio permanente para os profissionais da educação das mais distintas áreas do conhecimento. Em diferentes níveis e contextos de ensino, docentes se veem implicados no compromisso de promover processos formativos que articulem autonomia intelectual e constituição de sujeitos críticos e cidadãos. Nesse horizonte, a construção de práticas pedagógicas que dialoguem com a dimensão lúdica e com o mundo da vida emerge como estratégia recorrente para potencializar as aprendizagens. Conforme a geógrafa e pesquisadora gaúcha Callai,

O mundo da vida precisa entrar para dentro da escola para que esta também seja viva, para que consiga acolher os alunos e possa dar-lhes condições para realizarem a sua formação, de desenvolver um senso crítico e ampliar as suas visões de mundo. E para tanto, a escola precisa ser a geradora de motivações para estabelecer inter-relações e produzir aprendizagens, que sejam significativas. (Callai, 2020, p. 60)

Nessa direção, a centralidade atribuída à experiência vivida no processo educativo permite compreender que a aprendizagem significativa não se reduz ao acesso ou à circulação de informações, mas envolve a produção subjetiva de sentidos e a elaboração crítica do conhecimento. Tal perspectiva encontra respaldo na compreensão de que, conforme argumenta Jorge Larrosa Bondía (2002), a aprendizagem

se efetiva por meio da experiência — dimensão que se distingue da mera transmissão de informações, amplamente facilitada no contexto contemporâneo e, não raras vezes, esvaziada de densidade formativa. Essa distinção entre informação e conhecimento é desenvolvida por Araci Hack Catapan (2003, p. 2), ao afirmar que:

Informação é o fato intencionalmente selecionado, codificado e submetido a um processo de refinamento, informatizado ou não, para a veiculação das ideias, imagens, sons, cores, mensagens. É um saber codificado e objetivado. [...] O conhecimento diferencia-se da informação enquanto se entende conhecimento como um processo dinâmico de interpretação, de reelaboração das informações às quais são conferidos sentido e significados mediados pelas representações do sujeito e pelo processo de comunicação.

Ancorada nessas perspectivas teóricas, a prática pedagógica aqui relatada buscou construir possibilidades de aprendizagem que ultrapasassem a lógica da mera transmissão de conteúdos, mobilizando experiências, memórias e formas de interpretação do mundo vivenciado pelos estudantes. Nesse contexto, o trabalho desenvolvido com turmas do 2º ano do Ensino Médio, em duas instituições escolares do Oeste catarinense, teve início com a contação da história *A colcha de retalhos*, de Conceil Corrêa da Silva e Ney Ribeiro (2010), obra que aborda, sobretudo, o sentimento de saudade (Figura 1). A escolha da narrativa não se restringiu ao seu potencial literário imediato, mas se fundamentou na possibilidade de mobilizar leituras interdisciplinares capazes de articular diferentes dimensões curriculares, afetivas e subjetivas.



Figura 1. Capa do livro *A colcha de retalhos*. Fonte: Acervo dos autores (2025).

O uso pedagógico de uma história convencionalmente destinada apenas às crianças gerou um certo espanto para os estudantes do 2º ano do Ensino Médio. Mas, após articulação intencionalmente prevista com os conteúdos curriculares, conseguiram promover tal compreensão. Depois das discussões realizadas em sala de aula, ao longo do primeiro trimestre letivo de 2025, acerca dos elementos constitutivos da narrativa e de suas múltiplas possibilidades interpretativas,

os estudantes foram convidados a elaborar, em âmbito doméstico e com a participação de seus familiares, o protótipo de uma colcha de retalhos. Cada fragmento de tecido deveria representar um determinado espaço-tempo, evidenciando, em sua composição coletiva, as inter-relações entre distintas escalas espaciais e temporais, bem como os vínculos entre memória, experiência e pertencimento.

A proposta buscou tensionar compreensões fragmentadas do espaço, possibilitando aos estudantes perceberem os lugares como construções históricas e sociais atravessadas por dinâmicas de circulação, continuidade e transformação. Nesse sentido, a atividade dialoga com a perspectiva de Helena Copetti Callai (2020, p. 62), ao afirmar que:

[...] um lugar nunca é isolado no mundo e nem exclusivamente separado dos outros lugares, sendo que as fronteiras ao mesmo tempo em que demarcam limites, são transitoriedades entre os aspectos que são da natureza, que são da cultura, enfim do fazer e do viver a vida. E, uma cidade sempre é um lugar demarcado pelos limites do urbano, pelos limites administrativos, e por vezes por limites da natureza, mas não pode ser entendida isolada pois as relações sociais, entre os homens assim como os elementos da natureza não circunscrevem espaços por si só isolados e permanentemente.

Concluída a etapa de confecção das colchas, no âmbito da disciplina de Geografia e História, os estudantes participaram de um momento expositivo destinado à socialização dos trabalhos, no qual apresentaram os processos de elaboração da atividade e os sentidos atribuídos a cada retalho. O envolvimento discente manifestou-se de maneira expressiva nas narrativas compartilhadas, muitas delas acompanhadas por fotografias e objetos capazes de evocar temporalidades, trajetórias familiares e experiências vividas. Em diversos momentos,

tais lembranças mobilizaram dimensões afetivas intensas, evidenciando a potência da proposta na articulação entre memória, identidade e produção de conhecimento.

Após essa etapa, realizou-se, juntamente com a turma, a confecção de uma colcha de retalhos em tamanho real, destinada à gestora da Escola de Educação Básica Jorge Lacerda, Simone Ugolini Gianezini, que se encontrava em processo de afastamento de suas atividades em razão de um tratamento de saúde. Nesse momento, a narrativa foi inicialmente apresentada à diretora e, na sequência, ocorreu a entrega da colcha confeccionada coletivamente. Os fragmentos de tecido, providenciados pelos próprios estudantes, remetiam a significados individuais e a experiências particulares, materializando uma das reflexões centrais da obra: “[...] não era apenas uma colcha como essas que se vendem nas lojas. Cada retalho tinha uma história” (Silva; Ribeiro, 2010, p. 19). O ato contou ainda com a participação da professora Darlise Vaccarin Fadanni, representante do Núcleo de Acompanhamento e Formação de Professores e Gestores da Coordenadoria Regional de Educação de Palmitos⁵.

As colchas de retalhos confeccionadas pelos estudantes foram posteriormente apresentadas na exposição *Memórias tecidas em cada ponto*, organizada pela turma do 2º ano do Ensino Médio da Escola de Educação Básica Jorge Lacerda durante o Dia da Família na Escola, realizado em 19 de agosto de 2025⁶ (Figura 2 [a, b e c]). A mostra constituiu-se como espaço de socialização das experiências e dos sentidos mobilizados ao longo da prática pedagógica, ampliando o diálo-

⁵ Optou-se pela não inserção de fotografias que possibilitassem a identificação dos estudantes, em atenção aos princípios éticos de preservação da identidade e proteção da imagem dos sujeitos envolvidos na prática pedagógica, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais — LGPD (Lei nº 13.709/2018).

⁶ Em Santa Catarina, o Dia da Família na Escola é instituído pela Lei Estadual n.º 16.877, de 15 de janeiro de 2016, que dispõe sobre a realização de atividades voltadas à integração entre família, escola e comunidade escolar.

go entre escola, estudantes e comunidade. As fotografias da exposição podem ser visualizadas na sequência.



Figura 2 [a]. Exposição das colchas de retalhos produzidas pelos estudantes durante o Dia da Família na Escola. Fonte: Acervo da Escola de Educação Básica Jorge Lacerda. Fotografia de Maria Angélica de Oliveira Sousa Castro (2025).



Figura 2 [b]. Exposição das colchas de retalhos produzidas pelos estudantes durante o Dia da Família na Escola. Fonte: Acervo da Escola de Educação Básica Jorge Lacerda. Fotografia de Maria Angélica de Oliveira Sousa Castro (2025).



Figura 2 [c]: Exposição das colchas de retalhos produzidas pelos estudantes durante o Dia da Família na Escola. Fonte: Acervo da Escola de Educação Básica Jorge Lacerda. Fotografia de Maria Angélica de Oliveira Sousa Castro (2025).

Ao construirmos esse percurso, aproximamo-nos das reflexões de bell hooks (2019), para quem a prática de costurar colchas de retalhos, para além de seu caráter ancestral e terapêutico, constitui uma forma de reinscrição de histórias e, por extensão, de geografias, ao entrelaçar experiências individuais e coletivas em uma tessitura comum. Nesse movimento, a colcha de retalhos deixou de operar apenas como recurso didático para assumir a condição de linguagem por meio da qual os estudantes puderam elaborar pertencimentos, produzir leituras espaciais e ressignificar experiências vividas.

Considerações finais

Compilar as aprendizagens decorrentes dessa experiência em um texto necessariamente breve constituiu, sem dúvida, um dos maiores desafios de sua materialização. As múltiplas ideias, processos

e relações mobilizadas ao longo da prática pedagógica articulam-se de maneira complexa, exigindo contextualização para que possam ser compreendidas em sua amplitude. Diante disso, a proposição pedagógica desenvolvida buscou ampliar as potencialidades da contação de histórias como dispositivo formativo capaz de suscitar reflexões curriculares complexas no contexto do Ensino Médio, especialmente no que se refere às relações entre memória, experiência, espacialidade e constituição dos sujeitos. Buscou-se, igualmente, evidenciar as potencialidades da arte e da leitura para além dos conhecimentos curriculares tradicionalmente abordados, compreendendo-as como linguagens capazes de produzir sensibilidades, interpretações e modos distintos de relação com o conhecimento.

A experiência, ainda, possibilitou tensionar determinadas concepções recorrentes no Ensino Médio, etapa em que práticas pedagógicas vinculadas à ludicidade, à escuta sensível e à expressão subjetiva tendem, não raras vezes, a perder espaço diante da centralidade atribuída à racionalização dos conteúdos e às exigências avaliativas. Nesse contexto, reafirma-se a importância de preservar e incentivar, também junto aos estudantes adolescentes, dimensões formativas frequentemente valorizadas nas infâncias, como a imaginação, a partilha de experiências, a sensibilidade e a construção coletiva de narrativas sobre o mundo vivido.

Assim, compreendemos a articulação apresentada como uma possibilidade potente para a construção dos conhecimentos geográficos de maneira integrada a outras áreas do saber, distanciando-se de prescrições metodológicas rígidas ou de fórmulas pedagógicas prontas, frequentemente insuficientes diante da complexidade da prática docente. Afinal, é no exercício artístico e literário que se alimentam a criatividade, a sensibilidade e a capacidade inventiva que atravessam o fazer docente.

Referências

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28, 2002.

BRASIL. Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018. **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 15 ago. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018.

CALLAI, Helena Copetti. Na Geografia, a paisagem, o estudo do lugar e a pesquisa como princípio da aprendizagem. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 24, n. 1, p. 59-68, 2020.

CATAPAN, Araci Hack. Pedagogia e tecnologia: a comunicação digital no processo pedagógico. **Educação, Porto Alegre: PUC/RS**, p. 141-153, 2003.

CAVALCANTE, Tiago Vieira. **Geografia literária em Rachel de Queiroz**. 2016. 176 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGeo), Instituto de Geociências e Ciências Exatas (IGCE), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), Rio Claro, 2016.

CAVALCANTE, Tiago Vieira. **Geografia literária em Rachel de Queiroz**. Fortaleza: Edições UFC, 2019. 219 p.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e as suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, [s. l.], v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995a.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, [s. l.], v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995b.

hooks, bell. **Anseios: raça, gênero e políticas culturais**. São Paulo: Elefante, 2019. 448 p. Tradução de: Jamille Pinheiro.

NAIBO, Gerson Junior. **As paisagens da religião e os espaços de devoção pela fé: uma compreensão geográfica do santuário de Nossa Senhora da Salete no município de Caibi - Santa Catarina**. 2024. 478 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em

Geografia (PPGGeo), Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Chapecó e Erechim, 2024.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Currículo Base do Território Catarinense do Ensino Médio**. Florianópolis: SED, 2020.

SANTA CATARINA. Lei n.º 16.877, de 15 de janeiro de 2016. **Institui o Dia da Família na Escola no âmbito do Estado de Santa Catarina**. Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 15 jan. 2016.

SILVA, Conceil Corrêa da; RIBEIRO, Ney. **A colcha de retalhos**. 2. ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2010. 24 p. (Coleção viagens do coração). Ilustração Ellen Pestili.

Sobre os Autores

Alex Ruan Vedovatto Kucmanski

Graduado em História em História da Universidade Federal da Fronteira Sul – (UFFS), campus Chapecó, professor da Rede Estadual de Educação de Santa Catarina.

Angela Regina da Silva Sulsbach

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul – (UFFS), campus Chapecó, professora da Rede Estadual de Educação de Santa Catarina, Mestre em História.

Antônio Marcos Myskiw

Professor do Departamento de História da Universidade Federal da Fronteira Sul – (UFFS), campus Chapecó.

Bruno Aranha

Doutor em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – (UNIRIO), historiador vinculado ao Museu Histórico de Pinhalzinho – (SC).

Carlos Eduardo Cardoso

Doutorando Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo – (UPF), bolsista CAPES.

Cesar Capitanio

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul – (UFFS), campus Chapecó, secretário de pós-graduação e residências.

Edinei Marcos Grison

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul – (UFFS), campus Chapecó, bolsista CAPES.

Ernoi Luiz Matielo

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul – (UFFS), campus Chapecó, diretor Mun. de Cultura de Piratuba – (SC), bolsista CAPES.

Gerson Junior Naibo

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul – (UFFS), campus Chapecó, docente do curso de Pedagogia da Faculdade do Oeste de Santa Catarina (FAOSC) e professor da Rede Estadual de Educação de Santa Catarina.

Humberto José da Rocha

Professor do Departamento de História da Universidade Federal da Fronteira Sul – (UFFS), campus Chapecó.

Janaina Gaby Trevisan

Mestre e doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná (PPGGeo – UFPR), atua como professora da Rede Estadual de Educação de Santa Catarina.

João Carlos Tedesco

Professor colaborador do Departamento de História da Universidade de Passo Fundo – (UPF) e Departamento de História da Universidade Federal da Fronteira Sul – (UFFS), campus Chapecó.

Jucemar Antonio Souza da Luz

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul – (UFFS), campus Chapecó.

Maicoln Viott Benetti

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul – (UFFS), campus Chapecó, professor da Rede Estadual de Educação de Santa Catarina.

Marlon Brandt

Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul – (UFFS), campus Chapecó.

Miguelângelo Corteze

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul – (UFFS), campus Chapecó, Docente de História EBTT/IFRS, campus Erechim, bolsista CAPES.

Rosângela Maria Bezerra da Costa

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul – (UFFS), campus Chapecó, servidora pública do Estado de Roraima, bolsista CAPES.

Samara Leorato

Mestranda no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul – (UFFS), campus Erechim, assistente social, bolsista CNPQ.

ESTA OBRA FOI COMPOSTA EM GARAMOND PREMIER
PRO E ROTIS SANS SERIF PELA ACERVUS EDITORA



ACERVUS EDITORA

Av. Aspirante Jenner, 1274 – Lucas Araújo

Passo Fundo | Rio Grande do Sul | Brasil

Tel.: (54) 99676-9020

acervuseditora@gmail.com

acervuseditora.com.br

Territórios, Memórias e Resistências no Sul do Brasil reúne treze artigos, que integram estudos que atravessam diferentes tempos, espaços e experiências sociais, evidenciando as múltiplas formas de ocupação, conflito, identidade e resistência no Sul do país e em suas fronteiras. Com abordagem histórica interdisciplinar, os capítulos dialogam com temas como patrimônio caboclo, exploração ervateira, migrações, relações de trabalho, movimentos sociais, educação e memória coletiva. Ao articular história, território e experiências humanas, o livro oferece reflexões sobre as transformações sociais e culturais que marcaram comunidades rurais, populações marginalizadas e sujeitos em luta por reconhecimento e direitos. A coletânea constitui importante contribuição para pesquisadores, estudantes e leitores interessados na compreensão das dinâmicas históricas e sociais do Brasil meridional.



Virtual Pictures

